



ANAIS
- ISSN 1676-6814 -

Sociedade Cultural e Educacional de Garça
Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral

Psicologia

Volume 6

Patrocínio:

CAIXA



Editora FAEF

ISSN 1676-6814



PSICOLOGIA - VOLUME 06



GARÇA/SP - 2017

Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:

SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE GARÇA
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO INTEGRAL - FAEF
Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros km 420, via de acesso a Garça, km 1,
CEP 17400-000, Garça/SP - Telefone: (14) 3407-8000
www.grupofaef.edu.br / florestal@faef.br

EDIÇÃO, EDITORAÇÃO ELETRÔNICA, ARTE FINAL e CAPA

Aroldo José Abreu Pinto

Ficha Catalográfica elaborada pela biblioteca da
Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

630

S621a

Anais do XX Simpósio de Ciências Aplicadas da FAEF.

XX Simpósio de Ciências Aplicadas da FAEF. Anais... - Garça:
Editora FAEF, 2017.

312 p. vol 06 - (10 vols.)

15x22cm.

ISSN 1676-6814

1. Ciências Agrárias 2. Ciências Contábeis 3. Administração 4.
Agronomia 5. Engenharia Florestal 6. Medicina Veterinária 7. Pedagogia
8. Psicologia 9. Direito. 10 Enfermagem.

Os autores são responsáveis pelo conteúdo das palestras e trabalhos científicos.
Reprodução permitida desde que citada a fonte.



Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros km 420, via de acesso a Garça, km 1.
CEP 17400-000, Garça/SP - (14) 3407-8000
www.grupofaef.edu.br / simposio@faef.br



SUMÁRIO

Apresentação	11
Comissão Organizadora	13
Agradecimentos	15
TRABALHOS APRESENTADOS	19
A ELABORAÇÃO DO LUTO NA INFÂNCIA SOUZA, Gisleine Cristina de; GUILHERME, Thais Amanda; MESQUITA NETO, Rui	21
A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS ADOLESCENTES ESQUINELATO, Emanuela; ALBERTO, Carlos de Figueiredo..	31
A IMPORTÂNCIA DOS TESTES PSICOLÓGICOS NO PSICODIAGNÓSTICO: A ABRANGÊNCIA OBJETIVA E SUBJETIVA DOS TESTES NARDELLI, Mariana Barbosa; FIGUEIREDO, Marlon Ferreira; DOTA, Fernanda Piovesan	41
A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DE USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos; SILVA, Giovana Bruno da; DOTA, Fernanda Piovesan	51

AS INFLUÊNCIAS DOS GRUPOS SOCIAIS NAS MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS NA ADOLESCÊNCIA - UMA VISÃO PSICANALÍTICA SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos; SILVA, Giovana Bruno da; BARACAT, Juliana	61
AS MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES NA CULTURA ORGANIZACIONAL COM BASE NA VISÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos; SILVA, Giovanna Bruno da; MESQUITA NETO, Rui	71
AS TRANSFORMAÇÕES DA PUBERDADE: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DA ADOLESCÊNCIA LIMA, Chriscia Maria dos Santos de; SANTOS, José Wellington dos	81
BURNOUT - ESGOTAMENTO NO TRABALHO E AS INFLUÊNCIAS NA VIDA DO TRABALHADOR NARDELLI, Mariana Barbosa; ALMEIDA, Vinícius Gonçalves de; NETO, Rui Mesquita	89
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPERIÊNCIAS ESCOLARES BARBOSA DA SILVA, M.C.C; BARBOSA DA SILVA, A.C.	99
ENTRE O BULLYING E NARCISISMO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL Mariane Monici Simões; Victória Brito dos Santos; Charlisson Mendes Gonçalves	109
ESTIMULAÇÃO PSICOMOTORA: IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO, AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DESENVOLVIMENTO MOTOR ATÍPICO FONSECA, Bárbara Cristina Rodrigues; SANTOS, Cibeli Francisco Brandão dos; BARACAT, Juliana	119

ESTUDO SOBRE A NÃO BINARIEDADE DE GÊNERO BARBOZA, Juliana Marques; BARROS, Vitória Zocca Nunes de; FUZER, José Luís; BARACAT, Juliana	131
ÉTICA DO CUIDADO: UMA ÉTICA DO DESEJO? PROFISSIONAIS DA SAÚDE ENTRE A PRÁXIS E O SABER BARACAT, Juliana	137
EXPERIMENTO-PILOTO: MÁSCARA DE MEDO BERVIQUE, Janete de Aguirre; CARDOSO, Dayse Priscila; ESQUINELATO, Emanuela; FLORENTINO, Camila Ferreira; GUIMARÃES, Marília Aparecida; SANTOS, Leila Gomes	147
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE PAIS E FILHOS LIMA, Chriscia Maria dos Santos de; SOSSOLOTE, Patrícia Camilo; SANTOS, Victória Brito dos; DOTA, Fernanda Piovesan	153
INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO ALMEIDA, Camila Lacerda de; FELISBERTO, Andressa Giacomini; ZEFERINO, Danielle de Souza; RODRIGUES, Juliana F. Alvares	163
MOTIVAÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE ABRAHAM MASLOW BERVIQUE, Janete de Aguirre; ESQUINELATO, Emanuela; SOUZA, Rogério Borges	171
O PAPEL DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR SILVA, Guilherme A. La Serra da; FIGEUEIREDO, Marlon Ferreira; SANTOS, Victoria Brito dos; MESQUITA NETO, Rui	177
O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA? GIMENEZ, Ariane; FOGAÇA, Eloisa; RIBEIRO, Sthefanny; MATSUMOTO, Willian; MESQUITA NETO, Rui	191

ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SOUZA, Camila Magarotto; RIBEIRO, Natália Fabrício; NETO, Rui Mesquita	201
OS DESAFIOS DE DESENVOLVER-SE NA ERA DIGITAL SANTOS, Victoria Brito; SIMÕES, Mariane Monici; GONÇALVES, Charlisson Mendes	211
PRINCIPAIS ESTRUTURAS E SETORES DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) PRATES, Elisangela Cristina; SOUZA, Márcia Ap. Fernandes de; LIMA, Mariana da Silva; MESQUITA NETO, Rui	219
PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA - UMA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos; SANTOS, Fernanda Aline Nascimento dos; SILVA, Giovana Bruno da; BARACAT, Juliana	229
RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO ESCOLAR SILVA, Tamara da; MACHADO, Mariana Barbosa; SOUZA, Tiago Bittencourt	239
RELAÇÕES TRABALHISTAS: SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR COSTA, Giovana; MESQUITA NETO, Rui	247
SISTEMA FAMILIAR PATOLÓGICO: UM OLHAR SISTÊMICO SOBRE A ESQUIZOFRENIA FONSECA, Bárbara Cristina Rodrigues; SANTOS, Cibeli Fran- cisco Brandão dos	255
TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL (TAS): ESTRATÉGIAS EM PSICODIAGNÓSTICO Andréa MAGALHÃES; Fernanda P. DOTA	265

TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR - TOD: A IMPORTÂNCIA DO APOIO ESCOLAR NO TRATAMENTO DA CRIANÇA	
TEODORO, Christiane Roberta; BARACAT, Juliana	275
UMA ASSOCIAÇÃO DO ESTUDO RAT PARK SOBRE ADICÇÃO COM A CONCEPÇÃO BEHAVIORISTA	
MONTEIRO, Jackson; DONATO, Thiago; IZAIAS, Elizeu; BARACAT, Juliana	285
VOLUNTARIADO E A PERCEPÇÃO DA NECESSIDADE DE VOLUNTÁRIOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PSICOLOGIA NAS UNIVERSIDADES	
SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos; SANTOS, Fernanda Aline Nascimento dos; SILVA, Giovanna Bruno da; MESQUITA NETO, Rui	299
NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO DO SIMPÓSIO DA FAEF	309



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Comissão Organizadora do XX Simpósio de Ciências Aplicadas da FAEF apresenta os Anais, compostos pelos trabalhos aprovados pela Comissão Científica do evento.

Parabenizamos todos que se dedicaram na realização dos trabalhos científicos e contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa científica do Brasil. Avante Brasil! O Grupo FAEF valoriza os pesquisadores! Parabéns e boa leitura para todos!

Prof.ª Dr.ª Regiane Iost
Presidente do XX Simpósio

Patrocínio:





COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente de Honra:

Profa. Dra. Dayse Maria Alonso Shimizu

Presidente Executivo:

Prof^a. Dr^a. Regiane Iost

Vice-Presidente:

Prof. Especialista Jonas Pedro Barbosa

Comissão Organizadora:

Dr. Wilson Shimizu, Prof^a. Dr^a. Vanessa Zappa, Prof. Msc. Osni Alamo Pinheiro Junior, Prof^a. Dr^a. Regiane Iost, Prof. Msc. Odair Vieira da Silva, Prof. Esp. Paulo César Jacobino, Sr. Leandro Matta, Profa. Msc. Fernanda Tamara Nene Mobaid Agudo Romão, Sr. Denis Dias V. Barbosa e Sr. Daniel Aparecido Marzola.



AGRADECIMENTOS

A Comissão Organizadora do XX Simpósio de Ciências Aplicadas da FAEF é grata aos patrocinadores e parceiros que colaboraram com a nossa Instituição e contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa científica do Brasil, sendo eles: Caixa Econômica Federal, Bradesco, Reipel, Eletro Center, Segmar, 3s Comércio de Embalagens, Moreira's Buffet e Eventos, Academia Work Body Fitness, Adesiva Comunicação Visual, Casa de Carnes Panorama, Padaria Martins, Proeste Marília, Max Motors, Postão e Bom Gás & Água.

São raras as empresas que têm este grau de consciência da responsabilidade social que deve permear sua atividade comercial. Avante Brasil! Com Educação e Pesquisa Científica! O Grupo FAEF valoriza seus parceiros.

Prof.ª Dr.ª Regiane Iost
Presidente do XX Simpósio

Patrocínio:





CAIXA



Somos parte do meio ambiente e devemos protegê-lo.
FAEF: educando para conservação!

Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros km 420, via de acesso a Garça
km1, CEP 17400-000, Garça-SP.
www.faeff.br / (14) 3407-8000 / simposio@faeff.br



TRABALHOS APRESENTADOS

Psicologia

A ELABORAÇÃO DO LUTO NA INFÂNCIA

SOUZA, Gisleine Cristina de¹

GUILHERME, Thais Amanda¹

MESQUITA NETO, Rui²

¹ Discentes do curso de Psicologia da FAEF- Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. E-mail: gy_s.o.a.d@hotmail.com - tha_amanda9@hotmail.com

² Docente do curso de Psicologia da FAEF- Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. E-mail: neto334@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem premissa às revisões bibliográficas sobre a elaboração do luto na infância. O luto é um período de extrema dificuldade para aqueles que perdem um ente querido, é considerado como algo conflituoso e traumático na vida de grande parte dos seres humanos. Quando se trata de crianças, esse processo se torna ainda mais traumático, já que se leva em consideração o processo de desenvolvimento cognitivo, emocional e psíquico. Destarte, tencionaremos explicar e compreender a internalização da morte por parte de uma criança e as capacidades e recursos cognitivos para o processo elaborativo da perda.

Palavras-chave: morte, luto, criança, elaboração

ABSTRACT

The present article has as the premise a bibliographical review about the elaboration of mourning in the childhood. The mourning is

a period of extreme difficult for all of people that loses a close person and it is considered as something conflicted and traumatic in the most of people lives. When it refers to the children, this process gets more traumatic yet, the fact what sons and daughters inside of process of emotional , psycho and cognitive development. Although, it has intension to explain and understand the internalization of death by the child and capacity and cognitive resources to the elaborative processes of loss.

Keywords: Death, mourning, child, elaboration and cognitive resources.

INTRODUÇÃO

A sociedade desde os seus primórdios via a morte como algo a ser desvendado, o confronto com esse enigma fez dos homens pusilânimes em relação seu enfrentamento.

Essa fuga gerou um caminho fictício no processo elaborativo da morte, certamente a incapacidade da sua realidade como peso existencial omite de forma consciente os materiais de cognição frente ao sofrimento psíquico, gerado com a perda ou com o desvendamento da dor presente no luto.

No entanto, a morte trás consigo um verniz cultural eloquente, de certa forma indivisível quanto seu axioma, e que se interpreta frente os enredos sociais de forma prismática. Elias (2001) pontua que existem construções sociais diante do tema da morte, talvez por esse motivo o tema luto ainda seja visto por muitas pessoas com certo receio.

O luto tem em sua maior abordagem o aspecto de tristeza e dor, aja vista ser uma quebra de vínculo profundamente afetivo e substancialmente gerador, trazendo ao enlutado uma saudade muitas vezes incontrolável.

Dentro das literaturas que abordam o luto, faz-se necessário observar as ideias sobre o luto do ponto de vista psicológico abordadas por Freud, que em seu trabalho Luto e Melancolia (1917[1915][1996]), descreve o luto como um trabalho que o ego tem de realizar para adaptar-se à perda do objeto amado, perante a percepção propiciada pelo teste de realidade de que esse foi perdido.

O luto se caracteriza em uma trajetória de aspecto lento e doloroso, marcada por uma tristeza pujante, gerando assim um afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre o objeto perdido, a perda de interesse no mundo externo e a incapacidade de substituição com a adoção de um novo objeto de amor (FREUD, 1915).

Compreendemos que o luto tem suas diversas ambiências de atuação, não estando presente apenas nos aspectos da morte, mas está relacionado às inúmeras perdas, ínfimas ou não, contido ao longo da existência, que de certa forma, forjam a o aparelho psíquico ao processo elaborativo nas transições da própria vida.

O padre François Varillon (2003) descreve: “...assim como a mulher não substitui a menina. É a menina que se torna mulher. Não é borboleta que substitui a lagarta: é a lagarta que se torna borboleta. Não é um outro que vem ocupar o meu lugar: é o mesmo que se torna outro”. Este processo de mudança torna-se um luto, pois para a mulher nascer, a menina precisa morrer.

DESENVOLVIMENTO

A Criança e o luto

De acordo com Torres (2012), apesar de os estudos sobre o tema da morte terem aumentado nas últimas décadas, é possível perceber que o assunto ainda é pouco abordado no campo da psicologia. Além disso, quando se trata de crianças diante da morte paterna ou materna, percebe-se que há menos pesquisas ainda nesse campo.

Deste modo, Bee (1997) é uma autora que realiza importantes estudos sobre o significado da morte para a criança. Ela considera que para as crianças o significado da morte pode ser revertido pela oração, por mágica ou pensamento em sua fantasia, fazendo as sentirem que, mesmo após a morte, é possível ter sensações ou respirar. Além disso, a criança pode encarar a morte como uma punição por ser “mau”. Apenas a partir da idade pré-escolar, conhecida por Piaget como início das operações concretas, que a maioria das crianças parece compreender a morte de forma mais próxima à realidade.

Para muitos que presenciaram o comportamento das crianças frente à perda, o caminho mais viável seja omitir verdades como uma evitação ao sofrimento, uma maneira de equalizar a dor tão opulenta.

Gauderer (1987 apud ANTON & FAVERO, 2010) também faz considerações sobre esse tema. Suas considerações dizem que crianças com idade anterior a cinco anos acreditam que a morte seja um acontecimento reversível, pois não possuem noção da realidade ou do conceito de morte. Nesses casos, o indicado é tentar explicar, de forma clara, dando exemplos mais concretos possíveis e que de preferência já tenha feito parte de sua vivência, como, por exemplo, um animal de estimação que morreu. Ainda segundo este autor, evitar contar a verdade pode causar consequências, ou seja, abalar a capacidade de estabelecer laço de confiança com a criança.

É a partir dos oito anos que a criança passa a entender a morte como algo irreversível. É importante entender que, independentemente da idade, deve-se sempre informar a criança sobre o ocorrido, usando uma linguagem adequada para a idade (GAUDERER, 1987 apud ANTON e FAVERO, 2010).

Não há de se pensar que uma criança precisasse enfrentar o processo extremamente doloroso do luto, no entanto, isto é muito comum em todas as culturas.

É muito difícil imaginar e extremamente doloroso visualizar, por exemplo, uma criança perdendo seu genitor, aquele que é para si seu provedor físico e emocional, sustentador de sua onipotência narcísica e até o momento fonte de segurança, sem dúvida alguma, tal evento, leva o infante a profundos sentimentos de desamparo e abandono.

Com esse rompimento tão peremptório, a criança encontra um mundo hostil para lidar com sentimentos inauditos e, como o luto é um processo de reconstrução e reorganização frente a morte, está criança agora precisa aprender a lidar com todos os tais sentimentos.

Sobre isso as autoras Franco & Mazorra (2007) abordaram importantes trabalhos a respeito do processo de luto infantil. De acordo com elas, a morte de um dos pais é uma das experiências mais impressionantes na vida de uma criança. Assim, “[...] com os pais, morre também a ilusão narcísica da onipotência infantil em um momento em que ela é necessária como fonte de segurança”. Dessa forma, “[...] com a morte de um genitor, a criança perde o

mundo que conhecia. Aquele em que o genitor podia afastar-se e ao qual retornava. Agora seu mundo está enlutado: torna-se difícil lidar com toda a gama de sentimentos que parecem invadi-la com o desmoronamento da família” (FRANCO & MAZORRA, 2007, p.504).

O luto pela perda de uma pessoa amada é a experiência mais universal e, ao mesmo tempo, mais desorganizadora e assustadora que vive o ser humano. O sentido dado à vida é repensado, as relações são refeitas a partir de uma avaliação de seu significado, a identidade pessoal se transforma. Nada mais é como costumava ser. E ainda assim há vida no luto, há esperança de transformação, de recomeço. Porque há um tempo de chegar e um tempo de partir, a vida é feita de pequenos e grandes lutos, através dos quais, o ser humano se dá conta de sua condição de ser mortal. FRANCO et al. (2007)

A Elaboração do Luto na Infância

A elaboração do luto foi descrita na teoria psicanalítica como um processo de identificação com o objeto perdido, no qual há retirada gradual do investimento libidinal nesse objeto e investimento libidinal em novos objetos. Esse processo não implica o desligamento total do objeto perdido, tendo em vista que a ligação com o objeto interno permanece e é ressignificada durante o trabalho de luto. É esse trabalho de ressignificação, de transformação da relação com o objeto perdido, que permite a elaboração do luto. (Freud, [1917 [1915] [1996]).

Como bem apontam Laplanche e Pontalis (2000), o conceito de trabalho de luto é bastante inovador na compreensão do enlutamento. Anteriormente visto, especialmente pelo senso comum, como uma atenuação espontânea e progressiva da dor desencadeada pela perda de um ente querido, é descrito por Freud como um processo elaborativo que depende da atividade do sujeito e pode ser ou não bem-sucedido. É uma forma de elaboração psíquica que consiste na ligação no aparelho psíquico de impressões traumatizantes, integração de excitações e estabelecimento de conexões associativas entre elas.

Contudo, sabemos que tal elaboração também precisa encontrar um campo cognitivo que esteja aferido com aspectos ligados a realidade, para que este processo elaborativo construa uma vivência onde o sofrimento psíquico será vencido.

Diante disso, Torres (1999) aponta que apenas após a aquisição de um pensamento cognitivo concreto a criança é capaz de compreender a irreversibilidade da morte. Sendo assim, Scalozub (1998) pontua que a ausência dessa capacidade cognitiva em compreender a morte como um fato irreversível dificulta o processo de elaboração da perda.

Dessa forma, a criança encontra dificuldades para elaborar a perda de um objeto de amor, isto é, ela ainda é dependente desse objeto, pois ainda está vivenciando seu processo de desenvolvimento psíquico, bem como ainda necessita do outro que possa garantir sua sobrevivência física e seu desenvolvimento emocional (SCALOZUB, 1998 apud FRANCO & MAZORRA, 2007).

Em função de sua maior dificuldade cognitiva e emocional para significar a perda, a elaboração do luto vivido pela criança é processada ao longo da estruturação psíquica, em distintos momentos de sua vida, à medida que ela vai podendo significar o que viveu. O luto pode ser reativado, também, ao longo da vida, ao encontrar ressonância com conflitos do futuro desenvolvimento. (FRANCO & MAZORRA, 2007, p. 505).

Uma profícua compreensão trazida para a ideia da elaboração é dada por Worden (1998), para o autor existem tarefas para a elaboração do luto, ou seja, um processo ativo junto ao período doloroso. Sobre isso, o autor diz, “(...) A pessoa enlutada vê o conceito de fases como algo que deve ser atravessado, enquanto a abordagem de tarefas dá ao enlutado algum sentido de alavanca e esperança de que haja algo que ele possa efetivamente fazer” (Worden, 1998, p.51).

Para Worden (1998), o luto se completa quando a pessoa cumpriu as seguintes tarefas: 1) aceitar a realidade da perda; 2) elaborar a dor da perda; 3) ajustar-se a um ambiente onde está faltando a pessoa que faleceu; e 4) reposicionar em termos emocionais a pessoa que faleceu e continuar a vida.

Young e Papadatou (2003) afirmam que a criança enlutada, assim como os adultos, precisa realizar as mesmas tarefas propostas por Worden (1998). No entanto, para elas isso pode ser mais complexo, devido à sua imaturidade e pouca capacidade de tolerar experiências dolorosas. Aceitar realidade da perda, por exemplo, pode ser uma tarefa complicada para crianças que ainda não compreendem a morte como uma perda irreversível.

Torres (2012) fez algumas considerações que podem contribuir no enfrentamento do processo do luto infantil, sendo elas: promover a comunicação aberta e segura dentro da família, informando a criança sobre o que aconteceu; garantir que terão o tempo necessário para elaborar o luto, e que terão um ouvinte compreensivo toda vez que expressarem saudade, tristeza, culpa e raiva; e, finalmente, no caso da morte de um dos pais, assegurar-lhes que continuarão tendo proteção, pois não é incomum que a criança tenha medo de perder o pai sobrevivente e de que a morte venha buscá-la também. Desse modo, “[...] esta garantia de segurança será facilitada quando a criança tiver tido um relacionamento seguro com os pais antes da perda” (TORRES, 2012, p.127).

A partir dos estudos elaborados por Franco e Mazorra (2007) foi possível observar que, dentre todas as emoções vivenciadas pela criança diante da perda de um dos genitores, o sentimento de desamparo, aparentemente, é aquele que predomina diante de tal situação.

Sem dúvida, o sentimento ameaçador passa a fazer parte do cotidiano das crianças. Diante disso, as autoras acrescentam que esses sentimentos se tornam ainda mais graves, pois:

Além de perder um dos genitores perde também a situação familiar anterior, pois a família necessita reorganizar-se após a perda de um de seus membros. Além disso, o genitor sobrevivente ou responsável, em razão do vínculo com o falecido, está também muito mobilizado com a morte, o que acarreta uma dupla perda para a criança e uma maior sensação de desamparo. (FRANCO & MAZORRA, 2007, p. 508).

Outro autor esclarece,

Por isso, para que não haja problemas futuros com as crianças, o melhor a se fazer é esclarecer com a verdade o que se passa e deixá-las participarem do processo de luto e seus rituais de enterro, para que essas signifiquem a morte e tornem mais nítida a lembrança sobre este acontecimento. (Mendes, 2009, pg. 21)

Para Young e Papadatou (1997), toda criança merece uma atenção específica quando da perda de um ente querido. A razão para isso é que, por estar em desenvolvimento, a criança é mais vulnerável emocionalmente.

Não podemos deixar de sublinhar, cada processo de luto é único e suas reações são equivalente a esta unicidade, pois é sempre fundamental compreender os vínculos, todo o conteúdo informativo frente a morte e as características do desenvolvimento cognitivo e emocional.

Não desejamos neste estudo desconsiderar a naturalidade da morte, até porque ela faz parte do ciclo vital e, ao mesmo tempo, compreendermos as características distintas em cada fase do desenvolvimento humano, como no caso das crianças frente ao rompimento causado pela morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo do luto sempre será algo difícil para qualquer pessoa passar, seja qual for sua idade ou condição psíquica, até porque a perda do objeto amado tem fortes consequências.

É quase impossível que não aconteça um desarranjo psíquico frente ao quadro brutal, por esta razão, é de suma importância que pais, educadores e psicólogos tomem consciência de que privar as crianças de esclarecimentos, impedi-las de viver o luto e elaborar internamente os sentimentos que sentem após o desfazer de um vínculo afetivo significativo são práticas negativas que podem trazer consequências graves. Embora que ao senso comum lhe pareça que a criança é demasiado frágil para aguentar a morte ou incapaz de compreendê-la, na verdade, tais erros não oferecem às crianças uma oportunidade de amadurecer nem ganhar estratégias e capacidades psicológicas para criar uma representação interna da morte como um acontecimento natural e inevitável que, mesmo que cause forte sofrimento interno, é possível de ser ultrapassado.

O atendimento psicoterapêutico pode auxiliar a criança e sua família no processo de elaboração da perda, ainda mais em situações em que os adultos cuidadores também se encontram enlutados, apresentando dificuldade de lidar com a situação e com a própria expressão de afetos dolorosos por parte da criança.

A partir desta pesquisa foi importante concluir que o luto para criança sempre será um processo cheio de conflitos e traumas por ainda estar num processo do desenvolvimento psíquico, no entanto,

o tratamento de toda situação realizado com extremo investimento, acarretará em uma elaboração possível e com resultados futuros bastante satisfatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTON, M.C e FAVERO, E. **Morte repentina de genitores e luto infantil: uma revisão da literatura em periódicos científicos.** [Acesso em 20/5/2014]. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/psicologia/article/viewArticle/16992>.

BEE, H. **O ciclo vital.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FRANCO, M.H.P e MAZORRA, L. Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. **Estudos de psicologia.** (Campinas) [online]. 2007, vol. 24, n. 4, pp. 503-511. [acesso em 04/09/2017] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2007000400009&script=sci_abstract&tlng=pt.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia (1917 [1915]). In:_____. **A história do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916).** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 245-263.

FREUD, S. (1917 [1915]) [1996]). Luto e melancolia. In: **Obras completas.** Rio de Janeiro: Imago.

GAUDERER, C. (1987). A criança, a morte e o luto. **Jornal de Pediatria**, 62(3), 82, 85-86, 89-90, 93-94.

LAPLANCHE, J., & Pontalis, J-B. (2000). **Vocabulário de Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes.

SCALOZUB, L. T. (1998). El duelo y la niñez. Mas allá de las fronteras del Psicoanálisis. *Revista de la Asociación de Buenos Aires: abordages en Psicoanálisis de Niño*, 20, 367-83. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

166X2007000400009. Acesso em 04/09/17

TORRES, W.C. **A criança diante da morte: desafios**. 4ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

VARILLON, François. Alegria de Crer, Alegria de Viver. **Equipas de Nossa Senhora**, 1ª ed. Ano 2003.

WORDEN, J.W. **Terapia do Luto: um manual para o profissional de saúde mental**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

YOUNG, B., & Papadatou, D. (2003). Infância, Morte e Luto através das Culturas. **Morte e luto através das culturas**. Parkes, C., Laungani, P. e Young, B. (Coord.). Lisboa: Climepsi.

A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS ADOLESCENTES

ESQUINELATO, Emanuela
ALBERTO, Carlos de Figueiredo

RESUMO

O presente artigo traz a importância dos projetos sociais para os adolescentes de populações de baixa renda, a atuação e contribuições do psicólogo sobre esta demanda. A pesquisa é bibliográfica de tratamento descritiva e explicativa. Algumas teorias sociais e psicológicas apoiam a compreensão da vida destes adolescentes visto que sua inserção em tais projetos representa um meio de escaparem da violência e do tráfico de drogas entre outros riscos apontados pela mídia. Traçamos reflexões acerca do contexto, conceituações e análise da influência que os projetos sociais exercem sobre a vida dos adolescentes visando a melhor qualidade de vida, a formação humana e a construção da cidadania; e, o quanto significam para eles próprios quando afirmam que efetivamente a participação nos projetos sociais possa “fazer a diferença”.

Palavras Chaves: Adolescência; Projetos Sociais; Psicologia

ABSTRACT

This course completion work brings the importance of social projects to adolescents from low-income populations, the

performance and contributions of the psychologist on this demand. The research is descriptive and explanatory bibliographical treatment. Some social and psychological theories support the understanding of the life of these adolescents since their insertion in such projects represents a means of escaping from violence and drug trafficking among other risks pointed out by the media. We draw reflections about the context, conceptualizations and analysis of the influence that the social projects exert on the life of the adolescents aiming at the better quality of life, the human formation and the construction of citizenship; and, how much they mean to themselves when they say that effectively participating in social projects can “make a difference.”

Keywords: Adolescence; Social projects; Psychology

1. INTRODUÇÃO

Os projetos sociais sejam eles de caráter esportivo, cultural ou recreativo contribuem para o desenvolvimento globalizado do indivíduo pois oferecem recursos para um resgate de valores humanos, principalmente para a criança e adolescente moradores de comunidades, ou mesmo para aquelas que não são conforme Abreu (s/data in: www.scielo.com) estão expostos a experiências como violência física e psicológica, privações de alimentos, afetos, proteção, estão próximos das drogas, ações ilícitas e outras mais, que aumentam drasticamente as listagens de fracasso escolar, doenças psicoativas e até mesmo homicídios.

É através dos projetos sociais que existe, a oportunidade de ampliar o atendimento da demanda, seja por meio de parcerias com os mais diversos setores, visando uma contribuição eficaz no que diz respeito ao combate das “mazelas” da nossa sociedade e dessa maneira agregando um valor inestimável às suas marcas com atitudes como: responsabilidade social, sustentabilidade e ação.

Os fenômenos sociais em nossos pais como pobreza e desigualdade social, têm sido ultimamente tratados de grandes formas distintas, pois a realidade em nossa volta ainda se cria, o então chamado de inimigos invisíveis, pois assim se tornam porque não conseguimos (ou não queremos enxerga-los).

Percebemos claramente nos discursos, em profissionais que atuam nas comunidades por enfrentarem as dificuldades constantemente

Segundo o autor Sawaia (1999, p.8) “[...]”a sociedade exclui para incluir e está transmutação é condição da ordem social e desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”

Para Sawaia (1999) quando diz que em lugar de exclusão, o que temos é a dialética *exclusão/inclusão*, pois fazem parte do mesmo processo. É justamente essa lógica dialética que compreende a exclusão social como parte *do* sistema, o que leva à total negação das concepções de adaptação e normatização, ou mesmo relacionada à pobreza.

Como objetivo geral propôs-se analisar a relação dos adolescentes com os projetos sociais, e como os influencia para o seu desenvolvimento humano nas comunidades.

Os objetivos específicos estipulados foi: proceder o levantamento de fontes bibliográficas, a fim de garantir sustentação ao tema desenvolvido, conhecer melhor os projetos sociais nas comunidades, desigualdade social, definir o que é adolescência, os benefícios dos projetos sociais para a comunidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Adolescência

A adolescência é o período se encontra entre a infância e a fase adulta. Nesse período ocorrem diversas mudanças físicas e psicológicas no indivíduo, nesta fase as emoções, sentimentos ficam mais expressivos, a vontade provar que são independentes tanto para si como para os próximos faz com que eles se sintam livres para provar e fazer tudo o que lhe for oferecido (CALLIGARIS, 2000).

De acordo Costa (2005) a adolescência pode ser dividida em três fases, sendo a fase intermediária, fase inicial e a tardia ou final.

A fase inicial é identificada entre os 10 aos 14 anos de idade. Nesta fase ocorrem as mudanças físicas. A fase intermediária é identificada entre os 14 aos 17 anos de idade. Nesta fase os aspectos sexuais começam a ser apresentados. A fase tardia ou final é identificada aos 17 aos 20 anos de idade, pela qual conhecemos em

que o indivíduo que ser profissionalmente pois está em fechamento de um ciclo que é o ensino médio.

Costa (2005) ainda cita que a adolescência pode ser considerada como fase que mais possui dúvidas e difíceis definições, pois o jovem por mais que ele esteja preparado fisicamente para ser adulto, para ser considerado como tal, pois não possui atitudes maduras para ser adulto e também como criança, pois não possui atitudes infantis.

2.2 Crise da Identidade

Em seus estudos, Erik Erikson (1976) ressalta que o adolescente precisa de segurança frente a todas as transformações - físicas e psicológicas - do período. Essa segurança ele encontra na forma de sua identidade, que foi construída por seu ego em todos os estágios anteriores. Erikson (1976) destaca ainda que a adolescência é uma crise normativa, é uma fase normal de conflito incrementado caracterizada por uma flutuação na força do ego O indivíduo que a experimenta é vítima de uma consciência de identidade que é a base da autoconsciência da juventude.

Segundo Erikson (1976) a adolescência é uma instancia de identidade difusa, a qual é um estado de coisas em que o sujeito não estabelece compromissos firmes com nenhuma atitude ideológica, ocupacional ou interpessoal, nem está vislumbrando tal possibilidade.

A identidade requer do indivíduo um esforço para avaliar os recursos e as responsabilidades pessoais e aprender como utilizá-las para obter um conceito mais claro de quem é e o que quer ser. Mas para os adolescentes que se envolvem de forma exageradamente ativa na exploração da identidade têm mais tendência a mostrar um padrão de personalidade caracterizado pela insegurança, confusão e pensamento perturbado, impulsividade, conflito com os pais e com outras figuras de autoridade e força do ego reduzida, ou seja, atitudes e comportamentos próprios dessa fase de seu desenvolvimento humano (ERIKSON, 1976).

Conforme apontado Erikson (1987), é através do surgimento do envolvimento ideológico, que impulsiona e comanda a formação de grupos na adolescência. O ser humano precisa sentir que determinado

grupo apoia suas ideias e sua identidade; mas se o adolescente desenvolver uma forte identificação com determinados grupos, pode surgir o fanatismo, e ele passa a não mais defender, com seus argumentos, mas defende cegamente algo que se apossou de suas próprias ideias

2.2. Os projetos sociais

Segundo Landim (2002) são inúmeros os projetos sociais que existem hoje no Brasil, na sua maioria patrocinados por empresas privadas e organizações não governamentais (ONG's). O Brasil é um país cujos problemas sociais são motivo de grande preocupação para os governantes, a responsabilidade social é um dever ético e moral principalmente no que diz respeito a crianças.

Segundo Silva (2009), a desigualdade social em nosso país é bastante visível, assustadora e preocupante, causada principalmente pela má distribuição de renda, falta de investimento em educação, saúde, e seguranças, desse modo a população mais carente sente-se impotente diante disso e dos problemas vividos na própria pele; muitos simplesmente não conseguem reagir para mudar a situação em que se encontram. Tais fatores vão contra aos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Brasil, como em outros países, as desigualdades sociais e econômicas ainda colocam-se como um problema a ser superado. É significativo o número de indivíduos que vivem as consequências da exclusão social e, como tal, sofrendo da combinação de problemas relacionados com o desemprego, baixa renda, ambientes com alta criminalidade, difícil acesso à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, ao transporte, ao saneamento básico. (OLIVEIRA e PERIM, 2008, p. 37)

Segundo Nogueira (2009) os projetos sociais deveriam ser mais valorizados que criando condições de integração para os menos favorecidos; as classes mais elevadas poderiam conviver mais de perto com a realidade daqueles que se excluem e são excluídos da sociedade. Os projetos nos mostram como é importante se cuidar melhor das escolas, melhorar a saúde, preparar para o mercado de trabalho, e, que o caminho para uma vida melhor é a participação a força de vontade aliados ao desejo coletivo de transformação (SILVA, 2009).

2.3 Os benefícios dos projetos sociais para a comunidade.

O ser humano possui necessidades básicas, e dentre de algumas delas surge o lazer, sendo este um direito constitucional. Porém, se é um direito garantido pela constituição do país, é de obrigação do poder público oferece-lo aos cidadãos. Sendo assim cabe a administração pública a oportunidade de transformar a vida de adolescentes moradores de comunidades, através da inserção e práticas nos projetos sociais, o que constitui uma das possibilidades de a máquina pública suprir as exigências legais acerca do favorecimento de ambiente e atividades de lazer e recreação (SARRIERA e SAFORCADA, 2010).

A grande importância dos projetos nas comunidades é a socialização de indivíduos separados da própria realidade. Outra característica é a forma como se muda um ambiente depois que se começa um trabalho social, seja ele de qualquer natureza. É o que chamamos de “plantar a semente”, mostrar as pessoas que elas são competentes em transformar seu potencial e acreditar além de seus limites, mostrar suas habilidades individuais, abrindo novos caminhos, fazendo-as entender que as coisas são modificadas para melhor se houver um trabalho sério, dedicação e valorização da qualidade de cada um (SILVA, 2009).

Estudos de Peters, Cunha e Tizzei (2006) demonstram que apenas a educação passada em sala de aula, não conduz os adolescentes a se tornarem “grandes” cidadãos, além de ocupar apenas uma parte do tempo destes, deixando-os ociosos grande parte do seu tempo, e é neste ponto que os projetos sociais complementam em conjunto com as escolas o desempenho destes sujeitos oferecendo formação integral.

Borges (2011) afirma que atualmente se busca novas estratégias para solucionar os problemas da vulnerabilidade social, e os gestores públicos estão encontrando com sucesso a elaboração de projetos sociais, onde além de receberem parceiros da área privada contam também com a própria sociedade. Entretanto, ainda de acordo com Borges (2011) há falta de interesse na maioria dos gestores em se capacitar para o desenvolvimento de competências básicas necessárias àquele que deseja elaborar, desenvolver, analisar e gerir projetos, o que impede no seu entender, que o desenvolvimento de

crianças e jovens aconteça com maior facilidade em seu aspecto biopsicossocial, educacional e profissional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as pesquisas realizadas para execução deste trabalho atingimos os objetivos propostos, sendo possível descrever a adolescência e o seu desenvolvimento, crise da identidade, a desigualdade econômica, e a relevância no papel dos projetos sociais para o resgate da cidadania e construção de novas subjetividades nos sujeitos alvo de seu trabalho e intervenção. Os benefícios trazidos aos participantes nos projetos sociais são inúmeros e envolvem aspectos biopsicossociais, educacionais e culturais; neles os jovens têm suas vidas modificadas através do esporte, arte, cultura, música e do trabalho com temáticas como preconceito; violência; adolescência; relacionamento familiar; autoestima; drogas; sexualidade, entre outros.

A questão principal dos projetos sociais é a da identificação com a comunidade, e os motivos para se fazer algo que realmente possa mudar sua perspectiva de vida. Trata-se de oportunidade e esperança, haja vista os projetos serem considerados agentes de mudança a uma população menos favorecida, que, além de favorecer a resiliência dos atores, propiciam mecanismos para transformar e se transformarem por meio da ação-reflexão e da reflexão-ação.

Ações e atitudes como disciplina, obediência às normas, respeito, lealdade, crenças e valores positivos, são verdadeiros agentes de transformação pessoal e social. Os adolescentes que buscam por esses projetos estão buscando acima de tudo, melhorar suas condições de vida aqui-agora a fim de obterem possibilidade de melhorar seu futuro. As práxis geradas por meio da educação, da arte, do esporte e da cidadania, favorecem o desenvolvimento integral do sujeito e ampliam as possibilidades de crescimento pessoal, profissional e social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, J. P. L. M. et al. Projeto despertar: intervenção via psicologia social comunitária com adolescentes de baixa renda em

Teresina - Piauí. In: ENABRAPSO, 15., [2009], Piauí. Anais... Teresina, PI: ABRAPSO, [2009]. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/264.%20projeto%20despertar.pdf>; Acesso em: 31Jan 2016.

ARENDT, R. J. J.. Psicologia Comunitária: teoria e metodologia. **Psicol. Reflex. Crit.** 1997, v.10,n.1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/translate>.

A importância dos Projetos Sociais para o desenvolvimento social, educacional e profissional de crianças e jovens. Disponível em: <http://www.procidade.wordpress.com/2011/03/11/a-importancia-dos-projetos-sociais-para-o-desenvolvimento-social-educacional-e-profissional-de-criancas-e-jovens/> Acesso em: 01 Fev 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CALLIGARIS, C. A. **Adolescência.** São Paulo: Pubifolha, 2000

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (orgs). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade á autonomia.** 15ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

CASAS, Ferrán. **Desafios atuais da Psicologia na Intervenção Social.** Universitat de Girona (Espanha), Porto Alegre, Psicologia & Sociedade, v.17, n.2, May/Aug. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27043.pdf>>. Acesso em: 01 Fev 2016.

CLONINGER, S. Teorias da personalidade. Trad. Cláudia Berliner. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COSTA, Carlos Antônio da **Adolescência e Sexualidade,** 2005. Disponível em: http://www.drcarlos.med.br/artigo_026.html Acesso em: 26 Fev 2016.

COSTA, M. M. M; PORTO, R. T. C. Exclusão Social, violência estrutural e delinquência juvenil: uma análise a partir de Michel Foucault. Ano VI, n°9, Santo Angelo, RS: Revista de Direito e Justiça

CRUZ, Lílian Rodrigues da; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; AMORETTI, Juliana. **Breve história e alguns desafios da psicologia social Comunitária**, Cap.3, 2010, p 76-96

Declaração Universal Dos Direitos Da Criança e Do Adolescente. ONU, 1959.

ERIKSON, E. H. e ERIKSON, J. O ciclo da vida completo. Porto Alegre: Artes

ERIKSON, E. H. Identidade, Juventude e Crise. Rio de Janeiro: Zahar editores,

ERIKSON, E. H. Infância e Sociedade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1987.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária - prática da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In : CAMPOS, R. H. F.(Org). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1999 . pp.7

GUARESCHI, P. Ideologia. In : MARIA DA GRAÇA C. JACQUES, et al. Psicologia social contemporânea . Porto Alegre: Vozes, 2002. pp. 95.

LAKATOS, E. M.; MARCONI; M. A Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos em pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos, 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1987

MILANI, F. M. Adolescência e Violência: mais uma forma de exclusão. Educar: 1999.

NOGUEIRA, V. L. V. Integração Social. Minas Gerais. Faculdade Vertice, 2009. Disponível em <http://www.faculdadedevertice.com.br/programassociais> Acesso em 10 de Jun 2016.

PRADO, M. A. M.. A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. **Psicol. Reflex. Crit.**. Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext-7972200200010021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 de Jun 2016.

SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão*. Petrópolis: 4^a ed. Vozes, 2002.

SILVA, A.N. *A importância dos projetos sociais*. Faculdade Vertice, 2009. Disponível em <http://www.faculdadedevertice.com.br/programassociais>

A IMPORTÂNCIA DOS TESTES PSICOLÓGICOS NO PSICODIAGNÓSTICO: A ABRANGÊNCIA OBJETIVA E SUBJETIVA DOS TESTES

NARDELLI, Mariana Barbosa¹

FIGUEIREDO, Marlon Ferreira¹

DOTA, Fernanda Piovesan²

¹Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e
Formação Integral - FAEF

E-mail: nardellimariana@gmail.com e pr.marlonfigueiredo@hotmail.com

²Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e
Formação Integral - FAEF

E-mail: fer.dota@hotmail.com

RESUMO

O presente ensaio temático atribui a importância dos testes psicológicos no psicodiagnóstico, além disso, deseja explorar as testagens na atuação objetiva e subjetiva e sua estrutura no processo histórico-científico. Em ambas as realidades, verifica seu embasamento histórico e sua aplicação científica, mas valorizando a dialética por elas oferecida, para uma construção coesa, gerando, uma reflexão da prática psicodiagnóstica dos profissionais por elas abrangidos. Utilização de testes é um importante e marcante fator de caracterização na história da Psicologia. O conhecimento com base em testes, uma vez que estes sejam válidos e precisos, é confiável, baseia-se em evidências objetivas e subjetivas.

Palavras Chave: Testes psicológicos, psicodiagnóstico, Objetivo, Subjetivo

ABSTRACT

This presente thematic to atribuite the importance of psychological tests in Psychodiagnostic, beyond that, wishes to explore the testing objective in subjective and structures itself in cientifical and historical process. In both realytes, we observe historical basis and its cientifical application, but giving value to the dialethic offered by them, for a massive construction, creating a reflexion about the Psychodiagnostical practice of professional inside them. The tests are important and remarcable factor to characterize in the history of Psychology. The knowledge with bases in tests, at once that they are valuable and precise, is trustworthy, based in objective and subjective evidences.

Key Words: Psychologics Tests, Psychodiagnosics, Objective, Subjective

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aponta para a importância dos testes psicológicos no psicodiagnóstico, e como estes são relevantes no levantamento inicial e no processo psicoterápico, no qual é constituído pela criação de instrumentos e técnicas. Pautadas em um conduta ética quanto a sua utilização, de tal modo, esta conduta baseada na ética, considera não somente o lado do profissional, o qual deve adotar uma postura imparcial, mas também considerar o ponto de vista daquele indivíduo ao qual está sendo analisado.

Os teste psicológicos são ferramentas que outorgam de forma científica e oferecem benefícios quando utilizado de forma correta. Rodrigues (2011), fala da importância da aplicação de testes feitas por psicólogos e sua postura diante deste assunto.

Segundo Anastasi e Urbina (2001) a testagem tem crescido em um ritmo cada vez mais acelerado, e está contribuindo efetivamente nas mais variadas áreas da vida cotidiana.

A origem dos testes psicológicos se deu pela necessidade de padronização, pois havia a necessidade de critérios uniformes, crescia a preocupação com pessoas mentalmente retardadas e insanas e tanto nos estados unidos quanto na Europa as instituições sociais necessitava de padrões de admissão e classificação.

“Tradicionalmente, a função dos testes psicológicos era medir a diferença entre os indivíduos ou entre as reações do mesmo indivíduo em diferentes circunstâncias” (Anastasi e Urbina, 2001).

A psicometria, fora então o primeiro passo na mensuração das doenças mentais e até hoje um aporte nas diversas avaliações clínicas, responsáveis por apontar déficits, classificar coeficientes, dentre outras necessidades fundada nas queixas apresentadas.

Os testes são primariamente utilizados na atividade diagnóstica, que antecede a psicoterapia, são ferramentas fundacionais no levantamento de hipóteses diagnósticas, por isso, entende ser eles base da atividade diagnóstica.

“A atividade diagnóstica destaca-se na Psicologia por duas razões: (a) garante status científico dessa área de conhecimento por empregar instrumentos que atendem exigências de padronização; (b) constitui o marco distintivo da identidade profissional do psicólogo, pelo caráter privativo do uso dos testes psicológicos” (Barbieri, 2010, p, 505).

Os testes ajudam no apontamento não somente das hipóteses, mas indicam possíveis intervenções, por isso utilizar os testes de forma errônea, pode desencadear pioras ao invés de melhoras no quadro que está sendo arquejado.

Destarte, sublinhamos não somente a importância dos testes no psicodiagnóstico, mas como é relevante ter um conhecimento básico sobre os testes, principalmente daqueles que decidem aplicá-los, pois estes são fonte de informações para possíveis caminhos ou decisões. Anastasi (1972) pontua princípios relevantes no profissional desta área. Entre eles, pode-se destacar a responsabilidade como cientista, professor e profissional, o reconhecimento dos limites de sua competência, o respeito aos padrões morais e legais, a garantia da segurança dos testes realizados pelos examinandos, a confiança nas editoras e as precauções com as pesquisas.

2. DESENVOLVIMENTO

Os Testes Psicológicos

Segundo o CRP, os testes psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas,

constituindo-se um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo, em decorrência do que dispõe o § 1º do art. 13 da lei no 4.119/62. (Resolução CFP 002/2003).

Sabe-se que todas as ciências utilizam-se de testes como parâmetros de suas descobertas e evoluções, não é diferente no âmbito da psicologia, que também se utiliza de testes como parâmetro de suas hipóteses e diagnósticos. Rodrigues (2011), esclarece que é um processo científico pautados na utilização de métodos e técnicas, baseado em teorias, para avaliar aspectos específicos. Analisando e comunicando os resultados por um devolutiva e propor soluções ao indivíduo.

Independentemente do teste a ser aplicado, e qual for o objetivo da análise, deve-se levar em conta a leitura e interpretações dos escores, a experiência da integração do profissional com público alvo e modelo de testagem, para assimilar de forma adequada as informações obtidas. Noronha et al. (2014) afirmam que a teoria da medida e psicometria, a avaliação da inteligência, a avaliação da personalidade e a elaboração de laudos devem ser conteúdos imprescindíveis na formação acadêmica. Também não pode deixar de salientar sobre o domínio dos instrumentos, que são testes, escalas, inventários e questionários na mensuração de atributos.

“Os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos” (Resolução CFP 002/2003 - CRP 2017).

Para FORMIGA e MELLO (2000), os testes psicológicos são objetivos, facilita uma melhor compreensão do que se deseja observar, além do que tem um caráter científico.

“Os testes psicológicos têm um importante e longo caminho percorrido, no que se refere ao contexto da psicologia como ciência. Foram criados, e utilizados para determinar e analisar diferenças individuais em relação a inteligência, aptidões específicas, conhecimentos escolares, adaptabilidade vocacional e dimensões não intelectuais da personalidade. Sua utilização é de uma gama extraordinária e que vai, desde o ponto de vista psicológico,

educacional, sociológico e até o cultural; o seu uso frequente inclui: desde a natureza e sequência do desenvolvimento mental, à aspectos intelectuais, de personalidade e de grupos menos típicos como os superdotados, retardados mentais, neuróticos e psicóticos” (Freeman, 1974; Lopes, 1998).

Para Noronha e Vendramini (2003), os testes psicológicos são instrumentos utilizados na prática do psicólogo e podem fornecer importantes contribuições para a elaboração de um diagnóstico, em um processo de avaliação psicológica. Para que os testes sejam úteis e eficientes, eles devem passar por estudos que comprovem suas qualidades psicométricas, assim como devem atender determinadas especificações que garantam reconhecimento e credibilidade por parte da comunidade científica e de leigos.

“De forma geral, a avaliação psicológica é realizada utilizando-se um modelo psicológico de natureza clínica que envolve: o levantamento de perguntas relacionadas com os motivos da consulta e definição das hipóteses iniciais e dos objetivos do exame, numa entrevista com o paciente e/ou com seus responsáveis; o planejamento, seleção e utilização de instrumentos de exame psicológico; posteriormente, o levantamento quantitativo e qualitativo dos dados, integração das informações e inferências na formulação do parecer ou laudo; entrevista devolutiva, para a comunicação dos resultados; orientação e encerramento do processo com a formulação final de um relatório” (Rodrigues, 2011, p. 121).

A abrangência dos testes psicológicos no caráter objetivo e subjetivo

Os testes primários da psicologia deram-se na necessidade do processo de medição de realidades psíquicas, foram um marco nos processos de identificação ainda imprevistos.

Tudo acontecia por ordem dos fatores objetivos, de exclusiva medição, Formiga e Mello (2000), ressaltam que a partir da primeira Grande Guerra Mundial os testes foram destinados a todas as áreas do serviço militar, sendo aplicados em ambos os sexos. Vale destacar que, os resultados obtidos nos testes eram, e são, apenas uma fonte de informação importante e facilitadora, por exemplo: para determinar e analisar as aptidões ou dimensões intelectuais de um indivíduo, com objetivo de auxiliar a orientação vocacional e educacional no que se refere às habilidades intelectivas ou não de alunos que se destacam como superdotados, ou, como diagnóstico diferencial de crianças especiais.

Cita Cunha 2007:

“Aquele fim de século e o começo do seguinte foram marcantes pelos trabalhos de Galton, que introduziu o estudo das diferenças individuais, de Cattell, a quem se devem as primeiras provas, designadas como testes mentais, e de Binet, que propôs a utilização do exame psicológico (por meio de medidas intelectuais) como coadjuvante da avaliação pedagógica” (CUNHA, 2007).

Assim, o caráter objetivo dos testes psicológicos ia ganhando abrangência entre a psicologia clínica, este sendo delineador nos processos psicodiagnósticos. Via-se claramente a pujante influência das padronizações por intermédio do mecanicismo e até mesmo do materialismo, tendo como foco os dados observáveis e indiscutíveis.

Barbieri cita o caráter quantitativo também referente a forma objetiva dos testes:

“No que concerne aos procedimentos de coleta de dados, Conde (1995b) pondera que é o nível de realidade construído pelas perspectivas que dá sentido ao seu emprego. Desse modo, as diretrizes quantitativas requerem instrumentos capazes de medir uma variável específica da maneira mais pura possível (isolando-a dos efeitos do contexto), para identificar relações de causa e efeito em termos de seus determinantes proximais e imediatos” (BARBIERI, 2010, p. 507).

Outra forma de testagem é a subjetiva, que é denominada como Técnicas Projetivas ou Interventivas de caráter qualitativo.

“Em 1939, Frank lança o termo método projetivo, para designar o estudo da personalidade baseando-se no teste de associação de palavras de Jung (1904), testes de manchas de tinta de Rorschach em 1920 e T.A.T. (Teste de Apercepção Temática) de Murray em 1935. Frank aborda nesses testes uma dinâmica holística da personalidade, uma estrutura evolutiva onde os elementos se interagem e a pessoa expressa em uma atividade construtiva e interpretativa a fantasia interior. Na medida em que os estímulos pouco ou nada estruturados são apresentados diante do sujeito sua resposta é sempre projetiva, reveladora de sua maneira particular de ver a situação, de sentir e interpretar” (FORMIGA; MELLO, 2000, p. 15).

Segundo Barbieri (2010), a pesquisa qualitativa se comprometeu a interrogar a subjetividade e sua ênfase na diversidade de respostas, uma situação é examinada por meio da coleta de dados de múltiplas e variadas fontes.

De acordo com Lopes (1998), as mudanças que acontecem só serão evidentes quando as técnicas tradicionais permitem centrar no sujeito, enfatizando o contexto global no qual ocorre o comportamento. Desta forma, é possível detectar informações projetivas tanto quando se tratar de fatores sócio-culturais quanto de fatores de variáveis internas, somente assim, entender-se-á a constituição das características psicológicas como um processo histórico-cultural. O método projetivo não se propõe apenas em se deter em medidas dos traços ou a quantificação, mas em compreender o sujeito - o que faz e não faz, a forma como faz, quando e porquê.

De acordo com Formiga e Mello (2010) descrevem, “surgem assim, com os testes projetivos uma valorização do simbólico, concedendo ao indivíduo à realidade imediata um caráter de ausência, mas integrando esta realidade dentro do indivíduo”.

O tempo favoreceu uma dialética importante entre o objetivismo e o subjetivismo no caráter dos testes psicológicos, fatores esses fundantes na construção de uma ciência mais significativa, valorizando interpretações e dados.

Segundo Formiga e Mello (2010), a dialética que se instala entre o agir e o conhecer sobre o real, entre este objeto e o universo psíquico, modifica-o, favorecendo uma nova construção do conhecimento incluindo uma realidade psíquica mais complexa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante toda a abordagem do tema proposto, torna-se irrepreensível o fato da importância dos testes psicológicos nos processos vinculados ao psicodiagnóstico, vislumbrar a psicologia como uma ciência profícua, é conscientizar-se da relevância de dados e seus resultados, é estar minuciosamente atento aos detalhes subjetivos em cada traço ou verbete estabelecido dentro da aplicação.

Não se pode deixar de considerar que com o passar do tempo, e cada vez mais, a testagem tem amparado os profissionais na busca de caminhos responsáveis no que tange a melhora psíquica de seus mais diversos campos de atuação, seja por uma abordagem grupal

ou individual, meramente tabulativa ou inserido na própria vivência clínica, seja onde for, torna-se cada vez inexorável os testes junto às realidades discriminatórias do mesmo.

Fomos imensamente enriquecidos com a pesquisa, que elucidou realidades que outrora estavam distantes de nossa presente e futura prática, dando-nos assim, um cabedal de instrumentos extremamente válidos em nosso exercício terapêutico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASI e URBINA. Testagem psicológica. Porto Alegre, Artmed, 2000.

Avaliação psicológica, Conselho Regional de Psicologia. Conselho Regional de Psicologia. <http://www.crp13.org.br/regulacao-da-profissao/avaliacao-psicologica/> Acesso em: 10 set. 2017

BARBIERI, Valéria. Psicodiagnóstico Tradicional e Interventivo: Confronto de Paradigmas? Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 26 n.3. pp. 505-513, 2010.

CUNHA, Jurema Alcides. Psicodiagnóstico V, 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FREEMAN, F. S. (1974). Teoria e Prática dos Testes Psicológicos. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

LOPES, W. M. G. (1998). Técnicas de Exame Psicológico: Novas Perspectivas. Revista Psique. Unicentro Newton Paiva. Belo Horizonte. Ano 8, nº 12, maio/98.

FORMIGA, Nilton Soares; MELLO Ivana. Testes psicológicos e técnicas projetivas: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. Psicologia: Ciência e Profissão: vol.20 no.2 Brasília 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000200004. Acesso em: 30 de maio. 2017.

NORONHA, Ana Paula Porto; VENDRAMINI, Claudette Maria Medeiros. Parâmetros psicométricos: estudo comparativo entre testes de

inteligência e de personalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.16, n.1, p. 177-182, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n1/16809.pdf>>. Acesso em: 30 de maio. 2017.

NORONHA, Ana Paula Porto; BARROS, Mariana Varandas de Camargo; NUNES, Maiana Farias Oliveira; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Avaliação psicológica: importância e domínio de atividades segundo docentes Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 524-538, 2014

RODRIGUES, Juliana. Considerações éticas na testagem. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 2 - n. 1, p. 117-125, jan./jun. 2011

A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DE USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS

SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos¹

SILVA, Giovana Bruno da¹

DOTA, Fernanda Piovesan²

¹ Discente do curso de psicologia na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral -FAEF. E-mail: danielaluise23@gmail.com; giovana_bruno@outlook.com.

² Docente do curso de psicologia na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral -FAEF. E-mail: fer.dota@hotmail.com

RESUMO

As drogas lícitas são as substâncias que são produtos legais perante a lei e a sociedade. Na maior parte não se identifica como droga, porém são substâncias que podem causar dependências e prejudicarem a vida dos usuários de maneira significativa. Além do prejuízo na saúde física e mental, podem causar complicações na vida cotidiana e no meio social, familiar e de trabalho do usuário. Por isto existem meios técnicos de intervenção para essa dependência. Este artigo propõe citar os métodos e as técnicas através da terapia cognitivo-comportamental (TCC), além de denotar a percepção a partir da abordagem da TCC.

Palavras-chave: Drogas. Lícitas. Terapia-cognitivo-comportamental.

ABSTRACT

The legal drugs are substances that are legal products before the law and the society mostly does not identify as a drug, but are substances that can cause dependencies and be very harmful to the physical and mental health, as they can cause complications in the individual in your daily life and your social environment, family, work and etc. by this is technical means for this dependency. This article proposes quote methods and techniques through cognitive-behavioral therapy in addition to denote the perception from the TCC's approach.

Keywords: Drugs. Lawful. Cognitive-behavioraltherapy.

1. INTRODUÇÃO

A definição da palavra droga se relaciona ao uso de substâncias ilícitas que causam mudanças no comportamento de quem usa, levando à dependência. Esta definição exclui substâncias consideradas lícitas como os medicamentos em geral, o álcool, o café e o tabaco. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), droga é considerada uma substância que altera as funções normais do organismo humano (BAPTISTA, 2006).

São definidas como lícitas todas as drogas cuja produção, comercialização e uso são permitidos por lei. São compostas por cigarros, bebidas alcoólicas, produtos à base de cafeína (café, chocolates, refrigerantes), ansiolíticos (calmantes), anfetaminas (diminuir a fadiga e controlar o apetite).

Segundo o CID-10 (1997), o principal diagnóstico deverá ser classificado em função da substância tóxica e da sua categoria, e quando estas forem consumidas em quantidades suficientes para causarem efeitos nocivos à saúde, dependência ou outros transtornos.

O uso contínuo de qualquer droga lícita, vindo da indústria farmacêutica, do tabaco, ou a base de cafeína, álcool e qualquer outra, acabam por gerar certa dependência no organismo, o uso de remédios quando acompanhados por um profissional da saúde acaba por ser mais controlado, muitas vezes incluindo-se mais medicações no dia a dia do paciente, junto com o acompanhamento psicoterápico e outros de acordo com a necessidade, porém, quando em casos de

álcool e cigarro, por exemplo, é o indivíduo que regula sua dosagem, que gera uma necessidade antes não presente no organismo, alterando o funcionamento dele. Há aquelas pessoas que fazem o uso dessas substâncias e não passam por tantas dificuldades caso resolvam não fazer mais esse uso, e não se tornam dependentes delas. Porém, há outros indivíduos que tem uma pré-disposição a dependência química e quando venham a fazer o uso com certa frequência podem vir a terem mais dificuldades para se controlarem tendo que arcar com as consequências variadas que podem vir a ocorrer, no organismo, no meio social, familiar, no cotidiano, e etc.

Atualmente o uso exagerado dessas substâncias é considerado um grande problema visando várias consequências indevidas e causando enfermidades com uma porcentagem significativa na sociedade. Há várias razões que levam ao consumo, como níveis elevados de estresse, sentimentos negativos, fuga, alívio, autoestima rebaixada, ou para melhor socialização, como procura de diversão, entre outros. O uso excessivo não é encontrado apenas em adultos, mas vem crescendo rapidamente no meio adolescente, vindo acontecendo cada vez mais prematuramente preocupando cada vez mais os profissionais da saúde e a população. (GOIS, AMARAL, 2008). Por meio da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) encontram-se bons resultados utilizando o uso de técnicas e estratégias, a fim de alcançar o objetivo de o indivíduo livrar-se desta dependência. Os procedimentos são realizados com foco na mudança de crenças e pensamentos disfuncionais sobre o uso de substâncias a fim de amparar estes pensamentos e crenças funcionais existentes (KOLLING; PETRY; MELO, 2011).

O objetivo deste estudo é retratar as possíveis técnicas a serem aplicadas no tratamento de vícios de drogas lícitas e avaliar a sua eficácia conforme o paciente a ser tratado, e o desenvolver da intervenção a ser feita.

2. PERCEÇÃO E APLICAÇÃO DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL - TCC

Alterações relacionadas às substâncias de drogas lícitas tendem a causarem grandes prejuízos e complicações graves que venham a

resultar em deterioração da saúde geral do indivíduo, produzindo, também, efeitos negativos nos contextos pessoal, social e profissional. Existem vários meios de tratamento que podem ser diferentes para cada tipo de droga e cada tratamento vai de acordo com a necessidade do paciente.

A TCC utiliza tanto a terapia cognitiva como a terapia comportamental, e por esta razão pode ser realizada em distintos locais e ambos podem ser efetivos, pode ser feito, também, em várias modalidades, como individual, social, grupal e familiar, em locais como hospitais, clínicas, ambulatórios, lugares para terapia grupas, etc. A escolha das modalidades e do tratamento vão variar conforme a situação, qual o nível de risco, qual o nível de dependência e de qual substância é dependente, o grau do suporte familiar e social, e conforme o prejuízo no funcionamento global foi afetado (SILVA; BRANCO, MICCIONE, 2015).

Na TCC o terapeuta auxilia o seu paciente a fim dele aprender a ser seu próprio terapeuta utilizando uma estratégia atentando na modificação das cognições mal adaptativas que intensifica a probabilidade de recaída. Através de orientação é possível que este venha a entender os monitoramentos dos pensamentos automáticos negativos, pode ser feito identificando, anotando e fazendo distinção dos pensamentos e situações de risco. Também, são repassadas sobre a conexão entre pensamento, afeto e comportamento e a realização de reestruturação cognitiva, resolução de problemas e identificação de crenças distorcidas. Os pensamentos e as crenças centrais são um forte mediador que levam o indivíduo as emoções negativas das respostas fisiológicas que atuam árbitro no consumo das substâncias (SILVA; SERRA, 2004; WILLIAMS et al., 2007).

O significado e função das ações aparentemente oposicionistas e autodestrutivas do paciente precisam ser explorados, avaliando suas crenças sobre a terapia, assim como as próprias crenças do terapeuta sobre o paciente. Ser capaz de perceber sentimentos desagradáveis e usa-los em colaboração na relação terapêutica de maneira útil e lucrativa para o processo terapêutico, isto vem a ser uma habilidade muito valiosa (MARLATT; RANGÉ, 2008). Para que um desenvolvimento de habilidade para enfrentamento venha a ser feito, é necessário que as habilidades sociais sejam trabalhadas, assim como os comportamentos assertivos precisam vir a ser

analisados juntamente com as habilidades de confronto seja apreendida a ser percebida e lidada, incluindo capacidade de identificação das situações de riscos, além de aprender a lidar com as emoções e fazer reestruturações cognitivas sobre elas.

3. TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL APLICADA À DEPENDENTES DE DROGAS LÍCITAS

As drogas lícitas são fáceis de serem encontradas e estão espalhadas em todos os lugares, dificultando ainda mais o indivíduo a deixar de usá-las e em superar um vício. Este processo leva tempo e muito esforço, neste período o indivíduo estará sujeito a alguns métodos especiais onde facilita a compreensão da necessidade em se livrar das substâncias e aprender a resistir e rejeitar as drogas (SILVA et al., 2015).

Dentre os métodos que podem ajudar o indivíduo a passar por esta fase, o terapeuta de TCC pode trabalhar na identificação dos pensamentos automáticos do paciente treinar o paciente a desafiar seus pensamentos automáticos. Estes pensamentos tendem a serem distorcidos, após conseguir diferenciar estes pensamentos da realidade de tais, pode-se visar na reestruturação cognitiva identificando os erros cognitivos e começando a trabalhar para corrigi-los, considerando as emoções, os sentimentos por meio destes pensamentos que podem levar o paciente ao uso da substância (MARLATT, RANGÉ, 2008).

Identificar os pensamentos disfuncionais diariamente, afim de que este encontre soluções, classificando os prós e os contras, assim podendo optar pela melhor resposta proporcionando flexibilidade cognitiva. Ao fazer uma averiguação das vantagens e desvantagens que o leva a este vício, o paciente passar a ser auxiliado a tomar a decisão utilizando esse método, sendo estimulado a escrever, analisar, repensar e então decidir o que é melhor para si (MILLER, ROLLNICK, 2001).

Ter identificação de quais são os estímulos externos e internos que podem influenciar o paciente ao uso da droga. Esses estímulos ativam as crenças disfuncionais, podem ser antigos companheiros de usos, lugares ou objetos relacionados a lembranças ou que eram usados para o uso, ou até mesmo filmes e músicas que estimulam.

Esses estímulos funcionam ativando os estados psicológicos do paciente e as crenças que podem ter sido alteradas ou produzidas pelo uso e podem ser um ativador do processo que leva a recaída, sendo consideradas como situações de alto risco. Após a identificação começa o processo de afastamento dessas situações; lugares; pessoas, etc. (SOBELL; SOBELL, 2013).

A distração leva o paciente a fazer uma transferência do prazer do uso das drogas para o prazer em realizar outras atividades assim levando-o a sentir menos falta do que lhe foi tirado, como atividades esportivas, hobbies, etc. Ajudar o paciente a elaborar pensamentos e crenças alternativas a fim de capacitá-lo a desenvolver um novo estilo de vida, sem o uso da droga. Quando o indivíduo muda o foco dos pensamentos que o levam a realizar o uso da substância e muda o foco do prazer, diminui a oportunidade do cognitivo e do corpo de sentirem falta da droga (SILVA; SERRA, 2004; MARLATT; RANGÉ, 2008).

A técnica de cartões de enfrentamento são métodos que auxiliam o paciente a lembrar, analisar e refletir sobre o que já foi discutido durante o processo terapêutico, independente da técnica que foi usada. Assim, o paciente volta-se sempre a recordar os motivos que o levaram a tomar esta decisão cooperando para que este estímulo não se perca no decorrer da dificuldade que vem com o processo, e na abstinência (MILLER; ROLLNICK, 2001).

A técnica de Registros diários de Pensamentos Disfuncionais (RPD), técnica utilizada na compreensão e modificação cognitiva do indivíduo que ao ser aplicado no tratamento de uso de drogas, seja ela durante ou no final do dia acaba dando ao paciente a capacidade de ele mesmo realizar a identificação de seus PA. Pode ter eficácia na fase de fissura, da qual o indivíduo sente necessidades tanto fisiológicas quanto cognitivas do uso da droga, e também na fase preventiva de recaídas. Com a identificação do PA aplica-se para a identificação de crenças disfuncionais a técnica da Seta Descendente, que é suposto que o PA seja verdadeiro e segue-se perguntando o que este pensamento significa para o paciente. Como por exemplo:

- PA: “O final de semana não tem graça se eu não beber”.
- O que isto significa? “Que no meu tempo de folga, para relaxar preciso beber”.
- E não conseguir relaxar significa o que? “Não poderia aquietar minha mente”.

- Qual a pior parte sobre isso? “Eu ficaria ansioso e agitado, e não conseguiria me controlar”.
- Não se controlar significa o que? “Que sou fraco e não tenho forças para melhorar”.
- Ser fraco seria então a crença central subjacente.

O agendamento e a monitorização podem ser utilizados de forma que o paciente recebe uma grade para os sete dias da semana onde é registrado com a diferença de horas diárias especificadas pelo terapeuta, todas as atividades realizadas pelos indivíduos. É uma técnica utilizada com o intuito de implantar atividades prazerosas e saudáveis no dia-a-dia do paciente, considerando que durante o tratamento podem sobrar muitas horas vagas em sua rotina. É possível perceber, também, alguns obstáculos que o paciente pode ter em assumir suas dificuldades, podendo utilizar a resistência no momento em que lhe forem implantadas novas atividades. Através da identificação desses PA o terapeuta entra com o auxílio e a orientação (MARLATT; GORDON, 1993).

O relaxamento é outra forma de ajuda, utilizando os exercícios respiratórios e relaxamento muscular progressivo, além de exercícios de técnicas imaginárias de visualização positiva, estes procedimentos favorecem na diminuição da ansiedade e contribui no manuseamento da fissura. Ao obter estes resultados pode colaborar para o anseio do uso da substância venha a ser minimizado (SILVA; SERRA, 2004; MARLATT; RANGÉ, 2008).

Segundo a técnica de Marlatt e Gordon, (1993), é importante manter um treinamento de assertividade e prevenção de recaída no paciente, auxiliando-o na concentração em dizer ‘não às drogas’ a fim de haver modificação no seu estilo de vida para um bem-estar, admitindo que o uso das drogas seja mau hábito e passível de mudança.

A terapia em grupo é uma prática muito usada e procurada por quem tem a pretensão de sair dessa situação de dependência química. É considerada uma prática efetiva, pois abrange o compartilhamento de experiências e informações de forma que outros participantes podem identificar-se com o outro e desenvolver seu aprendizado interpessoal, além do desenvolvimento de técnicas de socialização, comportamento imitativo, adaptação grupal e capitulação corretiva do grupo familiar. O grupo torna uma fonte de reforçamento de um indivíduo para o outro, o progresso que o outro vivencia e compartilha

modela o comportamento e o cognitivo dos que são incentivados. Os objetivos em comuns e avaliações contínuas ampara o outro e a eficácia das metas terapêuticas intensifica-se (SOBELL; SOBELL, 2013).

A psicoeducação pode ser aplicada não somente em forma de sessão individual, mas também por meio de exercícios, informações escritas tarefas, orientações individuais e sessões em grupo. A psicoeducação pode levar ao paciente maior compreensão sobre si mesmo, auxiliando no desenvolver de seu tratamento a forma que é reconhecida e fortalecida o vínculo terapêutico e social quando em grupo, junto com o reconhecimento de melhores opções para o tratamento da dependência, funcionamento da mesma, etiologia e qualquer outra característica relevante do caso. O paciente reconhece através de quais métodos atingirem a melhora do diagnóstico, considerando a direta influência do autoconhecimento e conhecimento de técnicas possui no desenvolver do tratamento (ARGIMON et al., 2013).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que existe uma grande dificuldade em todo processo de tratamento de reabilitação de dependência da droga lícita, mesmo após o indivíduo tomar a decisão de eliminar o uso, passar pelo tratamento; ainda precisa passar pela fase final da recuperação se permitindo voltar a ter uma boa relação com sua mente, e isto tende a ser algo bem delicado onde exige muita concentração e superação. Quando o paciente estiver recuperado, ele terá que lidar com a liberdade e a responsabilidade de escolher os seus próprios caminhos e possivelmente se deparar com a oportunidade de um novo consumo em drogas. Por isso, a qualidade da terapia é de suma importância para o tratamento do indivíduo e sua estrutura psicológica para durante e após de conseguir tomar e realizar a decisão de parar com o uso das drogas. Reformular essa parte em vermelho.

5. REFERÊNCIAS

ARGIMON, I. I. L. et al. A importância da psicoeducação em grupos de dependentes químicos: relato de experiência. Rev. Aletheia,

PUCRS, 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-3942013000300015. Acesso em 08 de setembro, 2017.

BAPTISTA, G. C. *Adolescência e drogas: a escuta dos dependentes*. São Paulo: Vetor, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. Vol. 1.

GOIS, M. M. A.; AMARAL, J. H. O uso de drogas lícitas e ilícitas e suas consequências sociais e econômicas. 2008. Disponível em: http://www.progep.ufpa.br/progep/docsDSQV/ALCOOL_E_DROGAS.pdf. Acesso em 02 de setembro, 2017.

KOLLING, N. M.; PETRY, M.; MELO, W. V. Outras abordagens no tratamento da dependência do crack. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, Porto Alegre, 2011. Disponível em: http://www.rbtc.org.br/detalhe_artigo.asp?id=134. Acesso em 16 de maio, 2017.

MARLATT, G. A.; RANGÉ, B. P. Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas. *Ver. Bras. Psiquiatr.* 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v30s2/a06v30s2.pdf>. Acesso em 16 de maio, 2017.

MARLATT, G. A.; GORDON, J. R. *Prevenção da Recaída: estratégias de manutenção no tratamento de comportamentos adictivos*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

MILLER WR, ROLLNICK S. Entrevista Motivacional. Preparando as pessoas para a mudança de comportamentos adictivos. Porto Alegre: Artmed; 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à saúde*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997, Vol. 1.

RANGE, B. *Psicoterapias cognitivo-comportamentais*. Porto Alegre: Artmed, 2001. *Psicoterapia comportamental e cognitiva*. São Paulo: Psy, 1995.

SILVA, C. J.; SERRA, A. M. Terapias Cognitiva e Cognitivo-Comportamental em dependência química. Revista Brasileira de Psiquiatria. São Paulo, 2004.

SILVA, L. F. M. BRANCO, M. F. C. MICCIONE, M. M. A eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da dependência química: uma revisão de literatura. Rev. Estação Científica - Juiz de Fora, 2015. Disponível em: http://portal.estacio.br/docs%5Crevista_estacao_cientifica/01-13.pdf. Acesso em 16 de maio, 2017.

SOBELL, L. C.; SOBELL, M. B. *Terapia de Grupo para Transtornos por Abuso de Substâncias*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

WILLIAMS, A. V.; MEYER, E.; PECHANSKY, F. Desenvolvimento de um Jogo Terapêutico para Prevenção da Recaída e Motivação para Mudança em Jovens Usuários de Drogas. Ver. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Univ. Fed. Rio Grande do Sul. Vol. 23 n. 4, pp. 407-414, 2007.

AS INFLUÊNCIAS DOS GRUPOS SOCIAIS NAS MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS NA ADOLESCÊNCIA - UMA VISÃO PSICANALÍTICA

SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos ¹

SILVA, Giovana Bruno da ¹

BARACAT, Juliana ²

¹ Discente no curso de psicologia na **Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral -FAEF**. E-mail: danielaluise23@gmail.com; giovana_bruno@outlook.com.

² Docente no curso de psicologia **Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral -FAEF**. E-mail: jbbaracat@hotmail.com.

RESUMO

Segundo a percepção psicanalítica o adolescente passa por um período de luto durante seu desenvolvimento, este processo é considerado a passagem da infância para a vida adulta. Todas as transformações entre uma fase e a outra são enfatizadas nestes períodos, colocando o adolescente em conflito, perdas e precisão de identificação própria e social. O Objetivo do trabalho é apresentar as influências dos meios sociais, grupais e dos acessos online que o adolescente entra em contato, e como isto vêm a dificultar ou facilitar o adolescente a passar por este processo. O trabalho foi escrito na metodologia bibliográfica qualitativa.

Palavras-chave: Adolescência, Grupos, Psicanálise.

ABSTRACT

According to psycho analytic perception adolescents go through a period of mourning during development, this process is considered the transition from childhood to adult. And all the transformations between one and the other are emphasized in these periods, placing the teenager in conflict, losses and own and social identification accuracy. The objective of this work is to present the influences of social media, online access group and the teenager comes into contact, and as it comes to hinder or facilitate the teenager going through this process. The work was written in literature methodology qualitative.

Keywords: Adolescence, Groups, Psychoanalysis.

1. INTRODUÇÃO

A fase da adolescência é um período de luto, segundo a percepção psicanalítica, na qual o adolescente sofre perda durante o processo de evolução, perdas de várias questões, pelo corpo da infância, de alguns princípios, costumes, opiniões e outras concepções adquiridas previamente. Para haver o desenvolvimento do indivíduo é necessário que ele enfrente todos os desafios para a transição do mundo adulto, visando então não uma passagem tranquila, mas sim de uma descarga de realidade que o coloque de frente com os desafios da vida adulta (FERRÃO; POLI, 2014).

Segundo Silva, Viana, Carneiro (2011), considerando os estudos de Piaget (1977) referente ao desenvolvimento humano, ao destacarmos a operação formal, última etapa ocorrente diante dos 12 anos de idade, pode-se perceber aspectos que se assemelham com a realidade encontrada no desenvolver das relações dos adolescentes. O desenvolvimento do adolescente não ocorre somente pelos fatores biológicos propriamente ditos, mas também pelas consequências dos mesmos. Toda mudança física acaba por refletir na percepção do jovem sobre si mesmo, a perda do corpo infantil acarreta em uma mudança de autoimagem, que se soma também a alteração de imagem do mundo externo. No chamado pensamento formal, caracterizado por toda uma reflexão do adolescente, ocorre

um questionando sobre si, a sociedade que o cerca, os ambientes em que se encontra, de forma que não há mais a necessidade de objetos fantasias serem criados para o melhor desenvolver da habilidade de formação de conteúdo.

A concepção que o adolescente possui dos pais também é alterada, considerando que a dependência que o indivíduo tinha antes já não é mais a mesma, se estabelecendo agora muito mais por questões materiais ou de segurança, do que como a criação propriamente dita presente na fase da infância. A partir disto, é o momento em que o adolescente procura amparo no mundo social e o que ele o proporciona (AVILA, 2009).

O objetivo do trabalho é apresentar as dificuldades que o adolescente sofre durante este período e as influências que o próprio recebe, e quais são as decorrências que estas podem vir a causar.

2. PERCEPÇÃO PSICANALÍTICA DA ADOLESCÊNCIA

Durante o período de transição da infância para a adolescência o indivíduo sofre alterações a partir da percepção estabelecida pelos pais, considerando a dependência que ele tinha quando criança que começa a ser mudada e perdida. O adolescente sente a independência de um lado, que varia por questões de formação de personalidade, opinião própria, gosto e desgostos próprios; juntamente com a dependência de outro lado, vista por questões de segurança, dependência afetiva, econômicas e financeiras, entre outras. As transformações e mudanças causam conflitos e desorientações no adolescente. O jovem ao sentir esta falência da função paterna, passa a direcionar os desejos e necessidades de contato para o uso de tecnologias, consumo de objetos, desejo de aceitação em grupos sociais e outros aspectos influentes e presentes na atualidade; é partindo desse e de outros conceitos então que encontramos a necessidade social (FERRÃO; POLI, 2014; AVILA, 2009).

Dantas (2002) cita sobre Freud referir-se à adolescência com o fenômeno da histeria, que aborda que “todo adolescente tem dentro de si o germe da histeria” (FREUD, 1896/1977 p. 469). E antes de Freud realizar o estudo e ter a descoberta da sexualidade infantil, enfatizou que a adolescência era uma fase sensível e possível de

grandes conturbações, como descreve a seguir (1896/1977 p. 301):

(...) é tão frequente vermos adolescentes anteriormente sadios, embora excitáveis, adoecerem de histeria durante a puberdade, que devemos perguntar a nós mesmos se esse processo não poderia criar uma predisposição para a histeria quando ela não está inatamente presente.

Toda perda que o adolescente sofre, sendo elas muitas vezes inconsciente, não é uma situação em que o adolescente consegue ter percepção do que está acontecendo com o seu corpo e com a sua mente e sua evolução como pessoa. Todo conflito é passado a ser transferido para algo em que a adolescente procura e consegue “encontrar-se”, e/ou “esconder-se”.

Anna Freud (1968, *apud* GALLATIN, 1978), define a adolescência como um período em que o indivíduo passa por conflitos internos que estão associados à maturação sexual, e por isto há causa de desequilíbrio psíquico e comportamento instável, e toda essa desorganização do adolescente é uma manifestação externa das ocorrências internas. A autora define a ocorrência dos conflitos como uma visão muito difícil de ser percebida o limite entre o normal e o patológico, definindo que este que poderia ser taxado como “anormal” trata-se de um equilíbrio impassível (“normal”) na adolescência.

2.1 O DESEJO NA ADOLESCÊNCIA

Na adolescência, o indivíduo começa a passar por mudanças, e dentre essas percebe-se o começo de uma percepção sobre si mesmo e sobre as capacidades que lhe capacidades que o compõe, assim como uma visão mais aberta e real sobre sua vida adulta e sua competência individual, começa a criar consciência sobre o os valores, crenças e princípios que vêm a moldar sua vida adulta, e também dispõe reconhecimento e forças econômicas, morais, políticas e intelectuais, ou seja, haveres que apropria-se sobre si mesmo e sua própria vida (HALL, 1904, *apud* GALLATIN, 1978).

Na adolescência encontra-se a presença da fase genital do indivíduo (FREUD, 1905), que explica o início de impulsos sexuais direcionados a relações pessoais e interpessoais, junto com a busca

por uma independência no estilo de vida e certo afastamento das questões emocionais paternas. Sente-se em confronto com os diferentes conceitos vindos do choque de gerações perante seus pais, somado ao luto não apenas do corpo infantil, mas também da própria infância e de todos os conflitos que surgem entre querer permanecer na infância e desenvolver sua autonomia adulta. O adolescente redireciona sua identificação com os pais para meios objetivos externos ao âmbito parental, saindo então em busca de sua identificação no meio social.

Erikson (1976) elucida que as incertezas do adolescente perante as mudanças é uma característica do desenvolvimento humano, denominou este momento de “crise de identidade”. Na adolescência ocorre a integração da identidade psicossocial, e é definido o momento em que o adolescente se prepara para então assumir os papéis adultos.

O adolescente precisa situar-se diante da sociedade e o que ela espera dele, e caracterizar-se perante a criação e o que conceituou durante sua infância. É quando o adolescente passa a estabelecer uma desenvoltura de si mesmo, da sua personalidade e compactuar-se com o meio social e tudo o que nele dispõe. O adolescente começa a integrar-se no meio social de maneira em socializar-se com o meio. E a partir desta interação com o ambiente social, o adolescente se depara com algumas de suas primeiras vivências e descobertas sobre si próprio conhecendo os conceitos, conhecimentos e experiências alheias que podem, ou não, integrar-se com as suas ideologias. O adolescente se depara com a primeira relação amorosa, a descoberta de orientações sexuais e identificações de gênero diferentes das quais ele experimentou e/ou conhecia, diferentes tribos e grupos sociais, religiões, culturas, civilizações, distintos estilos de vestir-se e portar-se, gostos musicais, diversas gírias, costumes, comportamentos e hábitos podendo identificar-se com os que mais lhe agradam.

Nas relações sociais, o adolescente passa por um processo de se caracterizar por uma fase de interiorização, que pode até no princípio ser identificado como antissocial. Ele se afasta da família, não aceita conselhos dos adultos; contudo, na realidade, o ponto chave de sua reflexão é a sociedade. Depois, ele atinge o equilíbrio entre pensamento e realidade, quando compreende a importância da reflexão para a sua ação sobre o mundo real (PIAGET, 1977 *apud* SILVA; VIANA; CARNEIRO, 2011, p. 4).

A responsabilidade adulta é colocada para ele de maneira expressa, e ele rapidamente precisa habituar-se, compreender-se e aceitar o que lhe está sendo posicionado e o que está descobrindo. Calligaris (2000, p. 17) cita “em nossa cultura, um sujeito será reconhecido como adulto e responsável na medida em que viver e se afirmar como independente, autônomo - como os adultos dizem que são.” Dessa maneira, salienta-se o conflito mais comum vivenciado na adolescência: o paradoxo de ser uma criança num corpo maduro em contraponto aos desejos emergentes que lhe escapam pela minoridade.

2.2. O CAMINHO QUE O ADOLESCENTE PERCORRE NAS INFLUÊNCIAS SOCIAIS E GRUPAIS

Na sociedade moderna, diferentemente de antigamente que se pregava um conceito pacífico, estipulados pelos seus progenitores, sendo hoje pregado um conceito da qual o indivíduo precisa aprender a perseguir seus sonhos idealizados, não se conformando com o que lhe é definido, ou seja, não se estagnar num lugar, mas estar sempre procurando algo novo e melhor. Mas ao mesmo tempo, o adulto manifesta sua autoridade, seu conhecimento e experiências afim de direcionar e proporcionar a autonomia ao adolescente, sendo que em muitos casos, essa orientação acaba por ser uma delimitação dificultando a liberdade. Estes dois, porém, contradizem no crescimento do adolescente podendo vir a confundir suas decisões e realidades do que seguir, criar-se ou tornar-se (CALLIGARIS, 2000).

O ser humano é totalmente dependente do convívio de si com o outro, é um indivíduo dependente, desde o seu nascimento emerge a relação mãe-bebê, visto através da psicanálise sendo considerados apenas um. O homem tem uma tendência natural à relação. A partir desta necessidade, e considerando a mudança de perspectiva sobre a relação parental, encontra-se não só a ligação e a influência dos grupos e do meio social, mas também a importância do meio externo que age como auxiliares para a inclusão na sociedade e na identificação de modelos a substituir os pais (ARPINI; QUINTANA, 2003).

Na atualidade o jovem tem o costume de passar a maior parte do seu dia dentro do quarto, acomodado no seu próprio mundo e na

maioria dos casos, ligados as tecnologias. Os pais tendem a reclamar deste comportamento e considerá-lo como uma maneira de isolamento, mas a realidade é, geralmente, que o adolescente está interagindo com o meio através das redes sociais. Tanto o adolescente como o restante da sociedade têm fácil acesso à internet diariamente, e há uma grande diversidade de grupos sociais existentes que se mantêm em contato, e tudo isto vêm acontecendo sem ao menos precisarem sair de suas próprias casas. Esta facilidade de inclusão do adolescente nos grupos aumenta junto com a necessidade que o adolescente possui em socialização e identificação com o outro (ALVES, 2008; LIMA, 2012).

Considerando a sociedade narcísica em que vivemos, o jovem encontra nas redes sociais uma oportunidade de provar o quão de acordo ele se encontra com grupo, afim de facilitar o medo de sentir-se incluso no grupo em que se identifica, ou necessita se identificar. Hoje as tecnologias se mostram como uma bandeja de diversidades sociais e grupais, ao se identificar com uma dessas, o adolescente pode por diversos motivos sentir a necessidade de incluir-se nesses grupos, muitas vezes abstendo-se de si próprio, Sendo vários os motivos que podem levar a essa necessidade de inclusão, estando entre eles a compensação, carência social, conflitos de identidade, entre outros, o que acaba conflitando a identidade a ser desenvolvida do adolescente, considerando as diversas informações ao alcance dele (ALVES, 2008; LIMA, 2012).

Enquanto o adolescente desvenda e enfrenta as novas realidades do mundo adulto, está também em processo de desenvolvimento de sua autonomia e de identificação com seu papel na sociedade. As vezes acontece de o jovem pode deixar sua autonomia ser constituída pelos grupos que ele segue, deixando-se influenciar por ideologias estipuladas por seus ídolos de bandas, líderes de algum grupo social ou qualquer outro modelo que ele decida seguir. Deve-se refletir sobre a seguinte questão: até que ponto é saudável receber influências? O jovem deve ter reconhecimento de seu papel de iniciação na fase adulta, devendo então para isso possuir uma base sólida, e não uma personalidade construída através de um ídolo ou de grupos que possam visar somente satisfações imediatas do ego, ou definidos unicamente pelo que vestem, consomem ou escutam. Dependendo do grau de influência que determinado grupo possui

sobre o adolescente, o indivíduo pode alterar, tanto de forma consciente como inconsciente, a maneira como se porta, roupas que veste, vocabulário, e até o modo de pensar, assim como adquirir aspectos agressivos, homofóbicos, depressivos ou podendo até servir como entrada para o uso de substâncias químicas.

O adolescente sabendo que não possui a mesma cativação que possuía na infância que lhe proporcionava privilégios únicos, somado a fatores que envolvem sua própria perspectiva corporal, emocional e afetiva tem como consequência a insegurança. A percepção sobre si mesmo no adolescente, defrontada (encarada) quando diante do espelho é um conceito de altos e baixos, onde muitas vezes é mais prevalecido o que a sociedade espera dessa imagem, comparada ao que realmente ela é. Essa distinção de diferentes olhares gera no adolescente diversas frustrações, onde fica almejado o desejo de amor antes recebido na infância, porém agora não encontrado da mesma forma. Essa aprovação adulta tão esperada pelos jovens se mostra cada vez mais frustrada, considerando que o olhar de maturidade que a sociedade vem a ter se contradiz ao ser requisitado autonomia e responsabilidades ao mesmo tempo em que lhe é negada a liberdade para agir conforme (CALLIGARIS, 2000).

Os grupos podem ser de grande ajuda para o adolescente, quando ele se mostra em período de conflito e sente-se perdido diante a situação e incompreendido, o meio que ele procura como identificação podem vir a servir de amparo e acolhimento. Quando o adolescente se sente de acordo com outros adolescentes, possibilita que este venha a se abrir e compartilhar sentimentos e opiniões que outros venham a concordar e sentir-se da mesma maneira, é onde encontra o amparo e onde encontra a facilidade de ajuda. A comunicação colabora para encontrar outros indivíduos que o adolescente se identifica amenizando o sentimento de solidão, sentindo-se pertencente a um grupo e à um lugar no mundo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência é um período de perda, perda do corpo, mentalidade e do amparo infantil dos pais. A adolescência é o processo em que a criança começa a criar consciência das responsabilidades e precisa identificar-se e a tomar discernimento

do papel adulto que está preste a ser encarregado. No trabalho presente foi mostrado estudos que qualificam o desenvolvimento do adolescente como uma passagem ‘problemática’, que é composta por situações, concepções sociais, pessoais, mentais, hormonais, entre outras que se aglomeram neste processo. Dentro destes quesitos foram apresentados os meios grupais e as redes sociais como uma base procurada pelo adolescente para identificação de si mesmo perante a sociedade e a si próprio e em como esses meios podem vir a ser influenciado de maneira positiva, e também de tantas maneiras negativas que podem chegar até em uma estrutura patológica no adolescente. É preciso analisar e investigar o limite e até onde pode-se considerar “normal” ou “anormal” as condutas do comportamento do adolescente.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. M. **A construção da identidade do adolescente e a influência dos rótulos na mesma.** TCC apresentado e aprovado para a UNESC. Criciúma, 2008.

ARPINI, D. M.; QUINTANA, A. M. Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. *Estud. Psicol.* Campinas, 2003.

AVILA, L. A. O. **Eu é plural: grupos: a perspectiva psicanalítica.** Vínculo, São Paulo, 2009.

CALLIGARIS, C. **A adolescência.** São Paulo, Publifolha - folha explica. 2000.

DANTAS, N. M. **Adolescência e Psicanálise, uma possibilidade teórica.** Recife - PE, 2002.

ERIKSON, E.H. **Infância e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERRÃO, V. S.; POLI, M. C. Adolescência como tempo do sujeito na psicanálise. *Adolesc. Saúde.* 2014. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=445#. Acesso em 26 de maio, 2017.

FREUD, A. **O ego e os mecanismos de defesa.** Trad. Avaro Cabral, Rio de Janeiro: Biblioteca Universal popular, 1968.

FREUD, S. A etiologia da histeria. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas- edição Standard brasileira** (vol. Tal; Trad: Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1896/1977.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas- edição Standard brasileira** (vol. Tal; Trad: Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1905/1977.

FREUD, S. **Obras completas, volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895)** em coautoria com Josef Breuer / Sigmund Freud; tradução Laura Barreto; revisão da tradução Paulo César de Souza – 1a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Disponível em: <http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13985.pdf>. Acesso em 26 de maio, 2017.

GALLATIN, J. E. **Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da Psicologia da adolescência**. São Paulo: Harper & Row do Brasil Ltda, 1978.

LIMA, N. L. **Os adolescentes na rede: uma reflexão sobre as comunidades virtuais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672012000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 maio 2017.

PIAGET, J. **Psicologia da inteligência**. / Jean Piaget; tradução de Nathanael C. Caixeiro, 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SILVA, P. S. M.; VIANA, M. N.; CARNEIRO, S. N. V. O desenvolvimento da adolescência na teoria de Piaget. **Revista Psicologia, Portal dos Psicólogos**. FCRS, 2011.

AS MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES NA CULTURA ORGANIZACIONAL COM BASE NA VISÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos ¹

SILVA, Giovanna Bruno da ¹

MESQUITA NETO, Rui ²

¹ Discente do curso de psicologia na **Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF.**

E-mail: danielaluise23@gmail.com; giovanna_bruno@outlook.com.

² Docente do curso de psicologia na **Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF.**

E-mail: neto334@gmail.com.

RESUMO

Dentro da cultura organizacional há vários fatores que levam a acontecimentos que são necessários, uma visão de reconhecimento e novas propostas a fim de chegar a uma elaboração aprimorada. Através de uma pesquisa bibliográfica este artigo propôs a visão comportamental utilizada dentro do meio organizacional. Destacar os sistemas culturais, maneiras a se levar para mudança, técnicas que podem ser manuseadas e mostrar uma perspectiva do que acontece e de como pode suceder tais aspectos. A mudança no comportamento ajuda no crescimento das organizações. Esta visão é o que leva a compreensão da importância do entendimento da cultura organizacional.

Palavras-chave: Comportamento. Cultura. Organização. Empresa.

ABSTRACT

Within the organizational culture there are several factors that lead to events that are necessary for a vision of recognition and new proposals in order to reach a development improved. Through a bibliographical research this article proposed behavioral vision used within an organizational means. Highlights the cultural systems, ways to bring yourself to a change, techniques that can be handled and shows a perspective of what happens and how can succeed such aspects. The change in behavior helps business growth. This vision is what leads to understanding of the importance of understanding organizational culture.

Keywords: Organization. Company. Behavior.

1. INTRODUÇÃO

A cultura organizacional pode ser percebida conforme um grupo em uma empresa, relaciona e inclui em sua rotina todo comportamento que possua como objetivo o desenvolver da entidade. A forma como ele se adapta ao ambiente organizacional somada a forma como ele transforma isso em contribuições para o mesmo ambiente, e integra a toda equipe ali presente, transformando e moldando o local de trabalho de acordo com os objetivos do próprio. Hall afirma que “a cultura possui três características: ela não é inata, e sim aprendida; suas distintas facetas estão inter-relacionadas; ela é compartilhada e de fato determina os limites dos distintos grupos. A cultura é o meio de comunicação do homem. “ (1978, p.80)

Com compreensão da cultura permite entender-se melhor a resistência a algumas mudanças, os valores e princípios podem não ser bem reconhecidos, ou as novas práticas propostas não serem aceitas e compreendidas pelo grupo total. Ao obter uma compreensão desse comportamento pode levar há um relacionamento viabilizado podendo assim apreender o contexto e inserir uma transformação corriqueiramente das suas demandas no ambiente, facilitando a aceitação e viabilidade do grupo e das novas propostas. E para que uma organização possa possibilitar a sua permanência, para que atinja as concepções os seus objetivos almejados, é necessário

planejamento de estratégias para lidar com os indivíduos em interação. Este campo de estudo do comportamento organizacional reflete também na diversidade do fenômeno organizacional envolvendo todo o estudo de sistemas em vários níveis e circunstâncias (SILVIA, TODOROV, SILVA, 2012).

O estudo tem como objetivo mostrar a luz da análise comportamental dentro dos quesitos da cultura organizacional afim de obter compreensão e entendimento das questões que levam a ser importantes.

2. A INTERAÇÃO COM A EMPRESA E O COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

O ser humano sempre se encontra em um ambiente que provoca estímulos em seu comportamento, e dentro das organizações não seria diferente. Para Daniel Pink (2011), um analista de carreira, afirmava em sua teoria que o ser humano não usa de motivação somente o salário em seu emprego, ele afirma que a própria interação dentro do ambiente de trabalho e os próprios desafios ali presentes também acabavam por estimular o trabalhador, e é aqui encontramos a análise do comportamento dentro das organizações. Tendo como foco a análise do comportamento, podemos afirmar como base para descreve-lo a percepção behaviorista radial, em que se diz que “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de sua ação” (SKINNER, 1953, p. 15).

Sendo então o ambiente organizacional responsável pela produção do que lhe se será dado, cabe a organização a responsabilidade pelo bem-estar da equipe que constitui esse ambiente. A manipulação da qualidade do desenvolver e da qualidade de vida presente no ambiente empresarial acaba por refletir diretamente em todo o resultado da empresa. Aspectos como a satisfação da vida do funcionário da organização, junto com a motivação que ele possui para manter o desenvolvimento pleno da cultura organizacional acabam por ser refletidos diretamente na produção dessa mesma cultura, seja este reflexo positivo ou não.

A nosso ver, é necessário politizar a questão da cultura, em nossa proposta ela é concebida como um conjunto de valores e pressupostos básicos expressos

em elementos simbólicos que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como elemento de comunicação e consenso como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação (FLEURY, 1987, p. 67).

A partir disto, constata-se que cada funcionário anseia que seja tratado como alguém que pode ser visto de maneira muito maior do que apenas recebendo o salário no final do mês, como se essa fosse a única recompensa necessária para seu trabalho. Ele espera respeito, encorajamento, incentivo, espera que sua percepção seja ouvida, avaliada e compreendida, e de estímulo para crescer pessoalmente e profissionalmente. Se cada profissional conseguir descobrir o que precisa para ser motivado, ajuda-se a focar-se no seu propósito para relevância na organização.

3. A PRESENÇA DO COMPORTAMENTO DENTRO DA EMPRESA E O PAPEL DA EMPRESA

Em uma empresa, a interação ocorre o tempo todo, no ambiente de modo geral, entre os próprios funcionários, com os líderes, e é essa interação que move a empresa. As respostas comportamentais dos funcionários diante de tais interações serão expostas em prática no momento em que ele realizar suas tarefas, e a eficácia com que ele as executa é o motor principal da organização, é exposto ali o resultado de toda sua motivação, somada com como ele se sente, alterando diretamente seu comportamento, a importância do estímulo adequado que a empresa o propõe que se resume não só em um salário justo, mas também em conforto, bons relacionamentos profissionais e segurança. (HORTA, 2006; SILVA, ANTUNES, FERNANDES, 2014).

Quando requerida a mudança de algum aspecto na instituição, o que deve ser considerado é o comportamento dos indivíduos que compõem a própria instituição, levando em conta toda a cultura organizacional que eles ali desenvolvem, e então conseguir atingir a melhora do campo em que se almeja desenvolvimentos, ou seja, a mudança organizacional parte inicialmente da mudança e análise comportamental de quem a constitui. (FRANSECHINI, 2009).

É necessário que a empresa pense em três dimensões básicas

para o desenvolvimento da empresa, a produtividade; as necessidades humanas e os interesses de grupos dominantes. Essas dimensões precisam ser lidadas juntamente e em relação uma com a outra, pois separadamente, ocorre distorções. Se a produtividade for lidada sozinha e elas sejam avançadas sem levar em consideração a satisfação das necessidades humanas e como os seus profissionais estão trabalhando, se desgastando fisicamente e emocionalmente, leva a um custo social maior (CORRÊA, DANDARO, MORAES, 2013). Por exemplo, algumas empresas, por não levarem em consideração essas necessidades, acabam tendo uma rotatividade muito grande de funcionários, fazendo com que não durem tempo suficiente para uma aprendizagem efetiva, precisando sempre ter que estar ensinando e colocando outro a “gastar o tempo” ensinando outra pessoa em vez de fazer o seu trabalho exato. Isso é desgastante para a empresa, sem contar na visão financeira, que leva há um aumento de custos. Como cita Silva, *et al.* (2014, p.5): “As culturas organizacionais são criadas, mantidas e transformadas por pessoas”.

4. ESTUDOS E A APLICAÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

Os estudos do comportamento vêm sendo feito há séculos, porém, levar esse interesse para dentro da prática nas empresas organizacionais é recente. Este estudo é voltado a prever, explicar, compreender e modificar as ações e reações dos profissionais dentro do contexto organizacional. Algumas empresas visam e focam apenas no lucro e no crescimento da produtividade esquecendo que quem faz este crescimento e desenvolvem o aumento da produtividade e do lucro são os colaboradores internos da organização. Havendo um equilíbrio do comportamento em uma equipe favorece na organização no alcance dos seus objetivos e metas. Aliás, dispendo uma integração e disposição da parte dos funcionários e estes buscando um resultado em comum e significativo averiguando um mesmo propósito, ambos se auxiliam e se disponibilizam de maneira adaptada e adequada (BRUM, 2015)

A análise de comportamento na cultura organizacional ainda possui muito há desenvolver, para maior veracidade de sua aplicação é sugerida a inclusão de maior uso de técnicas e fundamentação teórica de base empírica, tais conceitos acabam por dar mais crédito

a ela, especificando então sua atual importância na sociedade que muitas vezes acaba por não ter seu devido reconhecimento. Dentro de tal área são sempre explicadas as variáveis que podem influenciar no comportamento, essas análises podem identificar os principais objetivos ali presentes e como a metodologia aplicada para alcançá-los vem provocando efeitos, podendo então ser descritos pontos onde pode haver melhoras. Pesquisas de satisfação e análise individual dos funcionários acabam por revelar muito sobre o comportamento geral presentes ali, percebendo-se o resultado destes diversos estímulos (GONZALEZ, 2012).

O enfoque comportamental foi percebido a partir de experiências feitas em uma fábrica de equipamentos telefônicos localizado em Hawthorne, em Chicago - EUA, entre os anos de 1927 a 1933 juntamente com o experimento feito pelos pesquisadores da Universidade de Harvard na indústria West Electric. Nesse experimento foi comprovado que a humanização no trabalho gerenciando o comportamento humano era mais eficaz para gerar bons resultados na produtividade. Foram feitos métodos manipulativos com um grupo de profissionais, e perceberam que este ato de manipulação nada influenciou no comportamento das pessoas. Mas que, o tratamento da empresa frente aos funcionários e a relação com eles, com o grupo certificava uma motivação da parte dos funcionários na realização das tarefas exercidas e no posicionamento destes, além da verificação de como a comunicação entre os supervisores e os demais funcionários era mais efetivo para um diálogo funcional (MAYO, 2003; CORRÊA, DANDARO, MORAES, 2013).

Sempre foi evidente que a administração não iria muito longe se as pessoas não fossem consideradas em sua totalidade, e não apenas como 'peças humanas' como parte importante do processo de administrar organizações (MAXIMIANO, 2004).

4.1 TENDÊNCIA MENTALISTA

Através de uma visão mentalista é perceptível identificar a classificação dada pela cultura, que são compostas de crenças, valores, expectativas, entre outros acervos que veem a influenciar nas práticas de uma organização, e baseadas nas teorias idealistas, marcada pelos sistemas cognitivos, simbólicos e estruturais, onde

ambos clarificam a dinâmica cultural nas organizações (GUIMARÃES, DODEBEI, 2012).

Os sentimentos, os valores e comportamentos são determinados pela linguagem, pela percepção e pelos processos do pensamento compartilhado pelo grupo que coexistem em tal organização, e esta cultura está vinculada a esses princípios. Desta maneira, percebe-se como o estudo mentalista busca a descrição do conteúdo da cultura e como ela estabelece ligação entre as mudanças dos princípios e das práticas culturais. A mudança de um lado (influências ambientais), depende da mudança do outro lado (percepções cognitivas) para chegar a finalidade (práticas esperadas) (SILVIA, TODOROV, SILVA, 2012).

Reconhece-se à luz do estudo acima, que uma prática cultural não pode ser mudada de maneira arbitrária, com anúncios de mudanças ou com novos programas planejados, mas pode haver uma ressignificação através de uma ampliação e alterações dos conceitos mentais dos membros.

4.2 TENDÊNCIA COMPORTAMENTAL

A tendência comportamental na cultura organizacional vem a ser reconhecida nas implicações que são significativas para a sobrevivência, na maneira que os membros organizacionais usam e nas ligações que são vistas entre os resultados e as práticas. Os resultados reportar-se ao nível conquistado através das ações percorrida do ambiente externo, enquanto as práticas referem-se ao comportamento que os membros da organização expressam. E as ligações é o que diz a respeito dos métodos gerenciais que a partir das escolhas e o desempenho ideal assegura uma prática melhores realizadas a fim de chegar ao resultado esperado (SILVIA, TODOROV, SILVA, 2012).

As contingências operantes mantêm o comportamento conduzido, podendo controlar o que fazer e como fazer, mas não termina assim, há também as contingências entrelaçadas, que são compostas pelas práticas culturais permitindo que este comportamento seja ordenado e coordenado por mais de um membro, podendo ser ponderado por todo um grupo, controlando as consequências adquiridas por um processo seletivo ontogenético (HORTA, 2006; SILVIA, TODOROV, SILVA, 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas realizadas para elaboração deste trabalho, compreende-se a observação do comportamento humano nas organizações, como o indivíduo age e reage em suas interações com o seu ambiente de trabalho e as respostas aos estímulos que dele dá e recebe.

A cultura organizacional deve contextualizar incentivando os funcionários, através de lideranças, colocando-os em um patamar onde se sintam parte da organização, ondem se sintam trabalhando em conjunto e não apenas fazendo o trabalho para os maiores, mas colaborando para ambos e assim, tanto a empresa quanto os funcionários vêm a ser beneficiados atingindo suas metas. Por conta da cultura, alguns funcionários mostram-se resistente em seu ambiente de trabalho, por esperar que seja sempre tratado de maneira minimizada, e por isto, é necessário haver planejamento, treinamento e mudanças que o fazem a perceber que isto pode ser transformado e que seu trabalho pode ser reconhecido.

Entretanto, estando assim o funcionário em um ambiente que provoca mudanças no seu comportamento (estímulo), os funcionários esperam mais que um salário no fim do mês, eles querem respeito, um salário digno da sua função e carga horária, serem ouvidos e estarem bem adaptados no seu ambiente de trabalho, já que a vida pessoal, influência muitas vezes no trabalho, tanto quanto a convivência com os colegas, e o fato de o indivíduo precisar trabalhar para sua sobrevivência. É justo poderem ter oportunidades de crescimento profissional sendo incentivado por seus líderes e descobrir o que realmente lhe motiva focando, assim, no seu propósito pessoal e profissional criando uma troca de valores, conhecimentos e utilidade.

6. REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. Cultura e empresas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRUM, M. A influência do comportamento humano dentro das organizações. Rev. Pós-graduação: desafios contemporâneos. Cachoeirinha - RS, 2015.

CORRÊA, M. L.; DANDARO, F.; MORAES, F. F. Gestão da cultura e do comportamento organizacional para o desenvolvimento regional. Rev. Eletrônica 'Diálogos Acadêmicos', 2013.

FLEURY, M. T. L. *Cultura organizacional: os modismos, as pesquisas e as intervenções; uma discussão metodológica*, 1987.

FRANCESCHINI, A. Psicologia Organizacional e a Análise do Comportamento. Trans Form. Psicol., São Paulo, 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2009000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10, setembro, 2017.

GONZALEZ, A. C. B. Análise da formação e da cultura organizacional em sindicatos e suas particularidades. UTFPR-Campus Curitiba, 2012.

GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade. Sociedade Bras. De Org. do Conhecimento e Fundação de Des. Da Pesquisa. Marília, SP. 2012.

HALL, R. H. Organizações: estruturas e processos. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1978.

HORTA, R. G. A análise funcional do comportamento como estratégia de análise da cultura organizacional. 2006.

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MAYO, A. O Valor Humano na Empresa. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

PINK, D. D., A Surpreendente verdade sobre aquilo que nos motiva. Estrela Polar. Portugal: 2011.

PIRES, J. C. S.; MACÊDO, K. B. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. RAP Rio de Janeiro 40(1):81-105. 2006.

SILVA, A. C. C. S. ANTUNES, K. P. FERNANDES, D. S. A influência da cultura organizacional em uma empresa privada. Rev. Pesq. Adm. 2014.

SILVIA, A. V.; TODOROV, J. C.; SILVA, R. L. F. C. Cultura organizacional: a visão da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 2012.

SKINNER. *Ciência e Comportamento Humano* (11a edição) (J. C. Todorov, & R. Azzi, trads.). São Paulo: Martins Fontes. 1953.

AS TRANSFORMAÇÕES DA PUBERDADE: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DA ADOLESCÊNCIA

LIMA, Chriscia Maria dos Santos de ¹

SANTOS, José Wellington dos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF. E-mail: chriscia.lima@outlook.com

² Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF. E-mail: wellingtonpsique@yahoo.com

RESUMO

O interesse pelo estudo da adolescência vem aumentando, sobretudo por seu impacto no desenvolvimento do indivíduo, da família e da sociedade. Tratar adolescência simplesmente como um período de grandes mudanças não condiz com as atuais perspectivas teóricas da ciência do desenvolvimento. A adolescência é a fase mais perturbadora do ser humano, pois nosso corpo está em constante mudanças. O presente trabalho tem como objetivo analisar a adolescência a partir das transformações psicológicas ocorridas nessa fase, mostrar com base teórica bibliográfica o que é adolescência enquanto uma fase conturbadora do desenvolvimento humano e discutir as principais mudanças psíquicas ocorridas nessa fase.

Palavra-chave: Adolescência, desenvolvimento, fase.

ABSTRACT

The interest in the study of adolescence has been increasing, especially by its impact on the development of the individual, the

family and society. Treat adolescence as a period of great change is not consistent with the current theoretical perspectives of the science development. Adolescence is the stage most disturbing of the human being, because our body is in constant change. The present work aims to analyze the adolescence from the psychological transformations that occur at this stage, we show with theoretical basis bibliographic what is adolescence as a phase conturbadora of human development and discuss the main changes to the psychic that occurred in this phase.

Keyword: Adolescence, development, phase.

1. INTRODUÇÃO

A puberdade (do latim *puber* = adulto) é a fase do ciclo vital biológico que abrange um conjunto de mudanças corporais causadas por hormônios. É um processo de maturação lento e progressivo quando comparado com outras mudanças biológicas que ocorrem durante a vida e também com características mais dramáticas devido a sua magnitude. A adolescência (do latim *adolescere* = crescer), por sua vez, refere-se a um período do desenvolvimento com duração variável. Compreende complexos eventos psíquicos que direcionam a criança para transformação em um adulto jovem. (CEITLIN, SHIBA, et.al 2001).

A adolescência contemporânea pode ser compreendida como a “A síndrome da adolescência normal” que faz referência direta ao livro de Mauricio Knobel (1981). Em seu livro, como denuncia o próprio título, Knobel deixa clara sua opção de tratar a adolescência como uma síndrome, sendo um termo pertinente até o presente momento.

As primeiras tentativas de descrever a adolescência datam do início do século XV, embora esta fase tenha sido reconhecida como crucial ao desenvolvimento humano somente nos anos de 1890. (ARIÈS, 1986). Porém, foi particularmente no século XX que a adolescência se tornou um tema de crescente interesse na história da psicologia.

Sobre a adolescência, destacamos, à luz de Aberastury (1981), que esse é um período do desenvolvimento marcado por conflitos característicos, acompanhados de questões importantes a serem

solucionadas e superadas, como é o caso dos lutos vivenciados pelo adolescente, devido à perda do corpo infantil, que passa a tomar formas adultas durante a puberdade.

O adolescente contemporâneo é um ser conturbado que, sucessivamente, corre alegre à frente da vida e para de repente, frustrado, arrasado, sem esperanças, para prosseguir, arrebatado pelo fogo da ação. Tudo nele é contraste e contradição. Ele pode ser tanto indolente quanto agitado, eufórico e taciturno, rebelde e conformista, intransigente e esclarecido; num certo momento, entusiasta e, bruscamente, apático e deprimido. Às vezes, é muito individualista e exibe um orgulho desmedido, ou, ao contrário, não se ama, sente-se insignificante e desconfia de tudo. (NASIO, 2011).

Fávero (2007) apresenta a adolescência como o período da vida em que o indivíduo se depara com as relações conflituais trazidas pelo tempo, acompanhado da dimensão significativa e contraditória que é a formação da identidade.

A IDENTIDADE EM QUESTÃO

A adolescência é uma passagem obrigatória, a passagem delicada, atormentada, mas igualmente criativa, que vai do fim da infância ao início da vida adulta.

De acordo com Nasio (2011), a adolescência pode ser compreendida como a transição no desenvolvimento que envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais e assume formas variadas em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. O cérebro do adolescente ainda é uma obra em andamento. Mudanças dramáticas nas estruturas cerebrais envolvidas nas emoções, no julgamento, organização do comportamento e autocontrole ocorrem entre a puberdade e o início da vida adulta. (PAPALIA, 2012).

De acordo com Nasio (2011), o adolescente contemporâneo está vinculado à histeria:

“Assimilo a adolescência a uma histeria passageira de crescimento. Por que uma histeria e não uma fobia ou uma obsessão? O que a histeria e a adolescência têm em comum? O adolescente, assim como a histérica, tem uma concepção infantil do amor, do ódio e da relação afetiva em geral.

Provavelmente essa visão pueril dos sentimentos está também presente na fobia e na obsessão, mas sem ser preponderante. Cada neurose é caracterizada por uma problemática dominante. “ (NASIO, 2011).

Todavia, podemos buscar compreender a tempestade psíquica do adolescente utilizando um outro modelo conceitual, não mais o do conflito neurótico, mas como o luto da infância perdida. A adolescência é aqui não apenas uma neurose histérica ruidosa, mas um processo lento, doloroso, silencioso e profundo de desligamento do mundo infantil. O adolescente “perdido” obedece ao impulso de sua fantasia inconsciente de humilhação, com a única diferença que agora desempenha o papel ativo do adulto dominador, e não mais aquele, passivo, da vítima humilhada. (NASIO, 2011).

O adolescente é um ser que sofre uma crise de identidade, e vive buscando o tempo todo maneiras para se definir e buscar a construção do seu ego.

Freud (1914), ao escrever sobre a psicologia do escolar em texto que aborda sua própria juventude, diz que passou todo o período do ginásio esboçando em voz baixa a tarefa que iria se propor no futuro. No fim de seus estudos, ele pôde transpor essa tarefa para o papel, escrevendo em uma dissertação seu desejo de legar alguma contribuição ao saber humano.

Para Hugo Freda (1996), a tarefa a que Freud se refere é a de inscrição de um desejo no campo do Outro. Tarefa que Freda atribui a todo adolescente, pois desligar-se da influência dos pais é de certo modo buscar essa inscrição para além do lar. Para o autor, há uma grande distinção entre a identificação infantil ao adulto por exemplo, pela via de querer exercer a atividade profissional do Outro (ser bombeiro como o pai, policial como o tio, médica como a avó etc.) e a inscrição de um desejo próprio no campo do Outro, tarefa mais tipicamente adolescente do que infantil.

Houve uma época em que os adolescentes, ao desligarem-se das influências dos pais, encontravam fora do lar uma oferta de grupos de exceção com os quais buscavam se identificar. Punks, hippies, roqueiros, eram nomes que sustentavam um valor representativo mais ou menos sólido que os jovens se aderiam algumas vezes até pelo resto da vida. (OLIVEIRA e HANK, 2017). Hoje podemos perceber que os valores continuam sendo ofertados, porém com uma dispersão

tão grande e uma velocidade tão absurda que o jovem não parece mais se iludir muito com esses valores apresentados e buscam uma autonomia e a auto realização de suas vontades.

A ADOLESCÊNCIA - ENTRE MUDANÇAS E DEFINIÇÕES

Uma das questões primordiais a ser pensada quando falamos da adolescência é, segundo Aberastury (1981), o desejo e paradoxal temor de se inserir no mundo adulto. Isso implica para o adolescente a perda definitiva da condição de criança, juntamente com a presença de três lutos a serem elaborados lentamente, nesse período: o luto pelo corpo infantil, luto pela identidade/status de criança e perda dos pais da infância, afirma a autora.

Osório (op. cit. 2015), ao falar sobre as questões pertinentes à formação da identidade na adolescência, apresenta conceitos que vão além da conhecida rebeldia e busca por grupos de identificação. E faz referência à aquisição do sentimento de identidade, embasado pela:

“(...) universalidade da origem simbiótica da condição humana e na concepção de um processo de separação/individualização que começa logo após o nascimento e se estende por todo o desenvolvimento ulterior do indivíduo” (OSÓRIO, P. 16).

Ao analisarmos a obra de Contardo Calligaris (2008) sobre adolescência, percebemos que a adolescência é tratada como um conceito moderno criado e idealizado aos poucos por adultos (divulgada pela mídia e outros meios de controle do sistema econômico atual) que tem por base também em seus desejos secretos e profundos. A idealização da adolescência, inicialmente criada para tornar a moratória algo “aceitável” para os jovens, tomou um âmbito tão forte que agora influência também os adultos, pois estes aos poucos querem cada vez mais parecer com os jovens. Esta idealização faz com que os jovens sintam que tem uma obrigação de se sentirem felizes e se isso não acontecer os jovens podem se sentir incapazes e frustrados.

De modo diferente, gostaríamos de colocar que a adolescência, hoje em dia tão em voga, é fruto de uma situação social e histórica.

Trata-se de uma experiência peculiar à nossa sociedade ocidental moderna, na qual cada indivíduo é responsável pela sua trajetória de vida e pelo lugar que ocupará no *socius*. Portanto, concebemos aqui a adolescência como um trabalho psíquico imposto ao jovem na saída da infância em nossa cultura, imposição esta que decorre não tanto das transformações corporais e fisiológicas advindas da puberdade, mas de uma determinada condição social (COUTINHO, 2002; 2005).

Como afirma Becker (1997),

“Então, um belo dia, a lagarta inicia a construção do seu casulo. Este ser que vivia em contato íntimo com a natureza e a vida exterior, se fecha dentro de uma “casca”, dentro de si mesmo. E dá início à transformação que levará a um outro ser, mais livre, mais bonito (segundo algumas estéticas) e dotado de asas que lhe permitirão voar. Se a lagarta pensa e sente, também o seu pensamento e o seu sentimento se transformarão. Serão agora o pensar e o sentir de uma borboleta. Ela vai ter um outro corpo, outro astral, outro tipo de relação com o mundo. (BECKER, 1997:14)

A adolescência é um processo de “transformação”. É um período de transformações corporais, - a chamada puberdade, marcada pelo estirão (crescimento rápido), surgimento de pêlos pubianos, mudança na voz dos meninos, aumento dos seios nas meninas, ebulições hormonais levando à explosão da sexualidade, etc. - , transformações comportamentais, tais como uma suposta rebeldia, um certo isolamento, um apego exagerado ao grupo, adoção de novas formas de se vestir, falar e se relacionar, além de episódios de depressão, tristeza ou euforia. E transformações psíquicas. (LEPRE, 2016).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos levantar em consideração que compreender um adolescente nos dias atuais torna-se bastante complexa e desafiadora. Tem-se constatado que as mudanças aceleradas pelas quais vem passando a sociedade contemporânea afetam tanto os jovens quanto as pessoas que estão ao seu redor que, muitas vezes, não se sentem preparados para lidar com tais transformações.

Podemos concluir que as transformações corporais e psíquicas que marcam a adolescência fazem parte de um processo de definição

do que o sujeito é, culminando em uma nova personalidade, integrando novos elementos identitários com aqueles que foram adquiridos anteriormente.

O psicólogo que atua nessa perspectiva precisa estar aberto a pensar criticamente e se preocupar em identificar questões relativas à subjetividade dos jovens que estão passando por esse período de desenvolvimento e preparado para dar orientações aos pais casos estejam passando momentos difíceis com seus filhos. A Psicologia, por sua vez está envolvida em diferentes contextos e conteúdos presentes em nossa sociedade. Assim, refletimos sobre a importância de estarmos atentos não apenas ao sujeito que chega à clínica e ao seu conteúdo psíquico, mas a tudo que o envolve, enquanto membro de uma sociedade complexa e mutável como a nossa sociedade contemporânea.

4. REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981. Acesso em: 16. Set. 2017.

BECKER, D. **O que é adolescência**. 1997. Editora Brasiliense. Acesso em 17. Set de 2017.

CALLIGARIS C. **A adolescência**. São Paulo. 2008. Editora Publifolha Acesso em 15. Set. 2017.

CEITLIN, L. H. F. SHIBA, A. S. Et al (2001). O ciclo da vida humana: uma perspectiva Psicodinâmica. A Puberdade. Editora: Artimed. Acesso em: 16. Set. 2017.

COUTINHO, L. G. (2002). **Ilusão e errância: Adolescência e laço social contemporâneo na interface entre a psicanálise e as ciências sociais**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000200009> Acesso em: 16.set .2017

COUTINHO, L. G. (2005). **A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social? Pulsional Revista de Psicanálise**,

(18), 16-23. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000200009> Acesso em: 16.set .2017.

FÁVERO, O. (Org. ... [et al]). *Juventude e contemporaneidade*. Brasília, DF: UNESCO, Ministério da Educação, 2007.

FREDA, H. **O Adolescente Freudiano**. In: RIBEIRO, H. C.; POLO, V. (orgs.). *Adolescência: o despertar*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v20n2/1809-4414-agora-20-02-00295.pdf>> Acesso em: 14. Set. 2017.

FREUD, S. **Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar (1914)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Ed. standard brasileira das obras completas, 13). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v20n2/1809-4414-agora-20-02-00295.pdf>. >Acesso em: 14. Set. 2017.

LEPRE. R. M. (2016). **Adolescência e construção da identidade**. São Paulo State University. 2016. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Rita_Lepre/publication/237343201_ADOLESCENCIA_E_CONSTRUCAO_DA_IDENTIDADE/links/573c9f6c08aea45ee84197bc.pdf> Acesso em: 15. Set de 2017.

NASIO, J.D. 1942- N211c **Como agir com um adolescente difícil?: um livro para pais e profissionais** / J.-D. Nasio; tradução André Telles. - Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA. H. M. e HANK, B. C. **Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise**. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982017000200295 Acesso em: 16. Set. 2017.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Adolescente hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. Disponível em:< <https://psicologado.com/abordagens/psicologia-analitica/adolescencia-e-vida-contemporanea-uma-relacao-entre-limite-e-identidade>> Acesso em: 15. Set. 2017.

PAPALIA, E. D.; OLDS, S. W. **Livro do Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000. Acesso em: 14 Set de 2017.

BURNOUT - ESGOTAMENTO NO TRABALHO E AS INFLUENCIAS NA VIDA DO TRABALHADOR

NARDELLI, Mariana Barbosa¹

ALMEIDA, Vinícius Gonçalves de¹

NETO, Rui Mesquita²

¹Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

E-mail: nardellimariana@gmail.com e
viniciuss_aalmeidaa.02@hotmail.com

²Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

E-mail: neto334@gmail.com

RESUMO

Mudanças em relação à preocupação com a saúde do trabalhador, na qual as organizações anteriormente consideravam somente os aspectos físicos, mas na contemporaneidade se importam também com os aspectos psicológicos. Tanto fatores externos, que seria o ambiente em que o indivíduo está inserido, quanto internos, que seria os traços de personalidade, pode ser causa da manifestação da síndrome de Burnout no indivíduo, aqueles que tem contato com o público em geral, tem uma maior chance de desencadeamento deste problema, e a função que exerce, o ambiente de trabalho, também deve ser levada em consideração.

Palavras Chave: Síndrome de Burnout, ambiente, função, psicológico.

ABSTRACT

Changing in relation to the concerning about the worker's health in with that organizations in past considered only the physical aspects has been done. Nowadays they concern themselves also to the psychological aspects, as external factors, that will be the environment whose the person is inside, as the internal factors that will be the personality 's characteristics and that factors can be the causes of the Bornout syndrome in the person. Those people that have contact with the audience in general, develop a major chance of initiating of that problem and the function that exercises in the workplace also must be considered.

Keywords: Burnout syndrome, environment, function and psychologic.

1. INTRODUÇÃO

O estresse na vida profissional tem como uma de suas consequências à síndrome de Burnout, que é um distúrbio psicológico. É resultado da exaustão emocional, despersonalização (tratar pacientes e pessoas em geral como se fossem objetos), e sentimentos de baixa realização pessoal, composta por sintomas físicos e psicológicos, relacionados ao ambiente de trabalho. Retrata um estado mental e físico de exaustão causado pela vida profissional do indivíduo, conhecido como um processo crônico de estresse. A síndrome de Burnout ainda não consta no Código Internacional de Doenças (CID-10) ou no Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-V)

CUBEIRO e GIGIO (2014) relata que a denominação atribuído a esta síndrome, "Burnout", foi descoberta pelo psicólogo alemão Herbert J. Freudenberger (1926-1999) em meados da década de 70. Erradicado em Nova Iorque - EUA ainda criança, após a primeira guerra mundial, o mesmo se formou pela Brooklyn College em 1951 e prosseguiu seus estudos na National Psychological Association for Psychoanalysis (NPAP). Ele trabalhava em clínicas gratuitas e comunitárias, ou mesmo tempo em que exercia a função de docente. Neste trabalho clínico identificou esta síndrome.

TRIGO (et al. 2007) Freudenberger criou a expressão *staff burnout*, um jardim inglês para descrever algo que deixou de funcionar, falta de energia, algo que chegou ao seu limite. Uma síndrome composta por exaustão, desilusão e isolamento em trabalhadores da saúde mental, desde a descoberta esta síndrome vem sendo discutida e analisada em diversas obras e por vários profissionais. Bournout foi detectado como um risco ocupacional para as profissões. Considerada um problema contemporâneo.

Uma das características mais marcantes desta síndrome é exaustão emocional:

“A exaustão emocional abrange sentimentos de desesperança, solidão, depressão, raiva, impaciência, irritabilidade, tensão, diminuição de empatia; sensação de baixa energia, fraqueza, preocupação; aumento da suscetibilidade para doenças, cefaleias, náuseas, tensão muscular, dor lombar ou cervical, distúrbios do sono”. (TRIGO et al. 2007, p. 224).

Dentro das organizações, independentemente da área de atuação da empresa, ou do profissional, esse tipo de doença causa um custo muito grande para o local de trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

RIBEIRO (et al, 2012), considera que muitas são as modificações em relação ao mundo do trabalho e o homem, modificações significativas, avanços tecnológicos, mudanças econômicas. Todas essas alterações que vem ocorrendo de forma gradativa, e o fato da adaptação ser motivo de sobrevivência, faz com o homem busque realizar várias tarefas ao mesmo tempo, tentando ser múltiplo, esta busca pela polivalência incessante faz com que o indivíduo adoça, surgindo assim cada vez mais doenças de cunho físicos ou psicológicos.

“Preocupados com o aumento do adoecimento dos trabalhadores, em setembro de 1990 cria-se a Lei Federal 8.080, que dispõe sobre as condições de saúde e funcionamento dos serviços, abordando a Saúde do trabalhador e suas competências, destacando as atividades que se destinam, por meio de ações de vigilância epidemiológica e sanitária, à promoção da saúde dos trabalhadores, bem como às medidas de recuperação e reabilitação dos indivíduos que estão expostos as cargas e agravos provenientes das condições do labor” (RIBEIRO et al, 2012, p. 495).

Para BORGES (et al, 2002) muitas modificações do mundo do trabalho, tecnologia e reformulações diárias, exigem mais qualidade ao executar uma tarefa, e mais qualificação por parte do trabalhador, novos cargos, novas demandas. Sendo assim o próprio trabalhador começa a analisar e a observar sua saúde, pois ele necessita de mais criatividade, refletir mais, maior envolvimento, neste contexto a saúde mental do trabalhador passa a ser também objetivo e cuidado da empresa. Em relação a valores conflitantes, não se pode apenas observar os valores do colaborador e da empresa, mas sim a prática organizacional, pois deve haver um coerência entre os valores atribuídos, na ideias organizacionais, a missão, os objetivos e políticas da empresa.

TITTONI e NARDIE (2008) em relação à saúde do trabalhador, em função do mundo contemporâneo, desde a década de 80, muito se tem discutido sobre este assunto, analisando várias vertentes, de suas relações, faz com que exista uma integração destes assuntos, para sua análise. O fato do adoecimento do trabalhador não pode ser vista somente como um caso isolado, mas sim, como uma descontinuidade na vida do trabalhador, pois isso implica na mudança de sua rotina e atrapalha seus planos futuros.

“A análise da Saúde e da Doença como dualidades possui uma historicidade associada ao “discurso médico” (Foucault, 1987). A concepção de doença, nele referenciada, possui três aspectos a serem ressaltados: a doença como ausência de saúde, a individualização na análise dos processos de adoecimento e a necessidade de classificação e diagnóstico das doenças que orientou o olhar médico para a doença e seu espaço de visibilização no doente e na sociedade. Tal fato possibilitou, como já referimos, a criação do espaço da clínica, no qual o saber médico (técnico, científico) exerce seu poder de *falar sobre* a morte e o adoecimento, legitimando-os” (TITTONI e NARDIE, 2008, p. 72).

TRIGO (et al. 2007) Os danos causados por esta doença dentro da organização tem como características; os gastos que a empresa possa vir a ter, além da rotatividade de funcionários acometidos, existe o enfraquecimento de alguns membros da equipe, não aceitando as ideias inovadoras, existindo uma estafa psicológica como física.

“... Eles investem menos tempo e energia no trabalho, fazendo somente o que é absolutamente necessário e faltam com mais frequência. Além de trabalharem menos, não trabalham tão bem. Trabalho de alta qualidade requer

tempo e esforço, compromisso e criatividade, mas o indivíduo desgastado já não está disposto a oferecer isso espontaneamente. A queda na qualidade e na quantidade de trabalho produzido é o resultado profissional do desgaste” (TRIGO, et al. 2007, p. 230).

A síndrome de burnout considera um alcance de influência nas quatro dimensões; que são elas: a organização, o indivíduo, o trabalho e a sociedade. Pois o indivíduo passa a apresentar problemas em todos as áreas de sua vida, problemas internos da organização, que se não for devidamente analisados, pode ser vista apenas como problemas de rotina, e o que na verdade são fatores de risco, e passa a ter reflexos e impactos, não apenas dentro como fora da organização.

Ainda no estudo realizado por TRIGO (et al. 2007) os danos causados para o indivíduo, além da gama de danos causado fisicamente, aparecimento de várias doenças, desencadeamento de doenças crônicas, existe também os danos psicológicos, como alteração na concentração, na memória, raciocínio lento, a pessoa não consegue relaxar, não possui mais iniciativa. Já o reflexo no trabalho seria a negligencia, imprudência, mau atendimento (visto que esta doença ocorre mais com pessoas que atendem ao público), causa de mais acidentes de trabalho, causado pela desatenção. Na dimensão social se reflete na relação familiar, afastamento dos mesmo. Todos esses pontos evidenciados por ocasionar gastos tanto para a empresa, quanto para o indivíduo.

BORGES (et al, 2002) afirma que esta síndrome é considerada multidimensional, composta por, exaustão emocional, que seria sentimentos de fadiga e não conseguir meios para resolver a situação, outra característica é a diminuição da realização pessoal, no qual o indivíduo não se acha mais competente e não se satisfaz com as realizações no trabalho, e por último a despersonalização que seria atitudes negativas, ceticismo e insensibilidade. Ela tem início gradual, com atitudes negativas, sendo observado em vários níveis.

“Gil-Monte e Peiró (1997) descrevem uma série de pesquisas desenvolvidas explorando a evolução da síndrome e defendem o modelo de Gil-Monte, Peiró e Valcárcel (citado por Gil-Monte & Peiró, 1997), no qual o processo se inicia com o desenvolvimento dos sentimentos de baixa realização pessoal e

esgotamento emocional em paralelo. Posteriormente, em resposta a ambos, como uma estratégia de afrontamento ou defensiva, instala-se a despersonalização” (BORGES, et al, 2002, p. 193).

BORGES (et al. 2002, p.193) explora a incidência da síndrome em muitas profissões, como: corretores de bolsa ou executivos, empregados de transportes públicos, comerciários/ vendedores, empregados de empresas de informática, técnicos projetores de softwares, controladores aéreos e desportistas com especial dedicação, constatando-se que a dimensão do esgotamento emocional pode ser generalizada, mas não as demais dimensões que compõem a síndrome. Tal constatação torna inadequado falar em síndrome de burnout em tais profissões e, portanto, fortalece a descrição da síndrome a partir de Maslach e Jackson (citados por Maslach, 1994) que insistem na associação com as responsabilidades inerentes às profissões de cuidados humanitários” (BORGES, et al, 2002, p. 193).

ALVES (2011) define que o ser humano tem buscado cada vez mais uma melhora na qualidade de vida, tanto no trabalho quanto fora dele, algo que possa lhe proporcionar um melhor bem estar no físico, psíquico e social. A qualidade de vida do indivíduo influencia em suas escolhas externas e internas, no estilo de vida, no equilíbrio encontrado. Esta busca também se aplica ao ambiente de trabalho, onde se passa maior parte do seu tempo. Portanto a qualidade de vida dentro das empresas tornou-se algo motivador. A gestão empresarial que preza por uma qualidade de vida, oferece ganhos tanto para empresa quanto para o colaborador, pois ela reduz o número de doenças ocupacionais, diminui o estresse e aumenta a produtividade. A implantação de programas de qualidade de vida é que precisa ser analisado verificar os ganhos, algo a fazer parte da política da organização em benefício ao funcionários como ganhos secundários para a empresa.

ALVES (2011, p. 67) apresenta no quadro abaixo ações ou programas de prevenção que as empresas podem adotar, podem-se notar meios do funcionário obter uma qualidade de vida no ambiente laboral e prevenir doenças, tais como, a síndrome de burnout.

Ações/Programas	Principais resultados observados
Exercícios físicos (Ex: Ginástica laboral)	Aumenta a disposição e satisfação dos trabalhadores, aumenta a tolerância ao estresse, redução do absenteísmo, melhora do relacionamento interpessoal, redução dos acidentes de trabalho, redução dos gastos médicos.
Treinamento e desenvolvimento dos trabalhadores	Aumento do capital intelectual, aperfeiçoamento das atividades, satisfação profissional, aumento da produtividade.
Ergonomia	Aumento do desempenho nas atividades, redução dos acidentes de trabalho.
Ginástica Laboral	Prevenção e reabilitação de doenças ocupacionais, prevenção de acidentes de trabalho, melhor integração entre os trabalhadores, diminuição do absenteísmo, aumento da produtividade.
Benefícios	Motivação, satisfação profissional, satisfação das necessidades pessoais, aumento da produtividade.
Avaliação de desempenho	Aumento do desempenho do trabalhador, aumento da produtividade, aumento da satisfação profissional.
Higiene e segurança do trabalho	Gera um ambiente mais saudável, prevenção de riscos à saúde, diminuição dos acidentes de trabalho, diminuição do absenteísmo e rotatividade, aumento da produtividade.
Estudo de cargos e salários	Mantém seus recursos humanos, aperfeiçoamento da administração dos recursos humanos, aumento da motivação e satisfação dos trabalhadores, aumento da produtividade.
Controle de álcool e drogas	Redução de riscos, melhora na segurança operacional e da saúde dos trabalhadores, melhora na autoestima, diminuição dos acidentes de trabalho e absenteísmo.
Preparação para aposentadoria	Motivação, satisfação profissional, aumento da autoestima, melhora na relação interpessoal, descobrimento de novas habilidades e competências, benefícios na vida social e familiar do trabalhador.
Orientações nutricionais	Diminuição da obesidade, mudança no comportamento de risco, aumento do desempenho e disposição, aumento da produtividade.
Terapias alternativas	Aumento da tolerância ao estresse, melhora no relacionamento interpessoal, aumento da produtividade.
Musicoterapia	Aumento da autoestima, aumento do desempenho profissional, melhora no relacionamento interpessoal, aumento da tolerância ao estresse, prevenção de doenças.
Antitabagismo	Aumento da autoestima, aumento do desempenho e disposição, prevenção de doenças.

Fonte: Quadro 1 – Ações e/ou programas de promoção da QVT e seus resultados. (Alves, 2011, p.67)

SANTOS (2014) completa que as empresas estão cada vez mais preocupadas em garantir que as pessoas estejam sentindo gosto pelas atividades que desempenham e deixam as suas casas pensando no dia agradável e participativo que terão no desempenho de suas atividades laborais. As empresas que implementam programas de qualidade de vida, contribuem diretamente para a valorização, motivação e sucesso mútuos.

Segundo Juan Canizares (2010) “Implementar ações de qualidade de vida não é tarefa fácil se considerarmos que as pessoas estão permanentemente expostas a fatores estressores que podem afetar a saúde. O estresse é um componente da vida moderna presente em qualquer ambiente, não escolhendo a quem atingir. Isto justifica plenamente a criação de programas de qualidade de vida para lidar

com os fatores de risco à saúde e para minimizar a exposição das pessoas a eles (apud SANTOS, 2014).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os resultados das pesquisas científicas, pode-se observar que muito se tem falado sobre a síndrome do burnout, mas existe muito a se pontuar sobre o assunto. Ao considerar as variáveis, dentre seus múltiplos fatores, pode se observar a relevância dos valores organizacionais, importância da organização em observar e mediar os conflitos do trabalhador.

“Nesses novos mercados, o trabalho geralmente era mais profissionalizado, burocratizado e isolado. A combinação desses fatores produziu trabalhadores com altas expectativas de satisfação e poucos recursos para lidar com frustrações, ou seja, a base propícia para desenvolver o Burnout. Segundo Cherniss (1980), outros fatores também contribuíram para o aumento do Burnout. Um deles foi a tendência individualista da sociedade moderna, que ocasionou o incremento da pressão nas profissões de prestação de serviços” (CARLOTTO e CÂMARA, 2008. p. 153).

O enquadramento a esta rotina criada juntamente com pressão social, familiar, se enquadrar a padrões estabelecidos pela sociedade, faz com que as pessoas adoçam, não somente no âmbito laboral, mas em todas as vértices do seu cotidiano. O que se pode observar é que a síndrome de Burnout, adoecimento do indivíduo na vertente organizacional, se arrasta e é prejudicial em todas as áreas de convivência do trabalhador.

A síndrome de Burnout quando detectada, não significa que a pessoa tenha algum tipo de problema anterior, mas que ela pode adoecer apenas no contato com situações ocorridas no ambiente de trabalho. (CARLOTTO e CÂMARA, 2008). Por fatores como esse se observa a real necessidade de incorporar políticas administrativas voltadas ao bem estar dos funcionários. Não apenas algumas regras, mas análise do comportamento organizacional, mudanças significativas que implique na prevenção de doenças, ao tornar com habito esse tipo de prevenção, os ganhos correm tanto para as empresas quanto para os funcionários, benefícios na rotina do colaborador, se estendendo a vida a sua pessoal, e a empresa

trabalhar com funcionários com maior satisfação, maior rentabilidade e consequentemente redução de custos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Everton Fernando. Programas e ações em qualidade de vida no trabalho. In: **INTERFACEHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade** 6 (2011), 1, pp. 60-78. URN: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-341359>

BORGES, Livia Oliveira; ARGOLO, João Carlos Tenório; PEREIRA, Ana Lígia de Souza; MACHADO, Emília Alice Pereira; SILVA, Waldylécio Souza da. **A Síndrome de Burnout e os Valores Organizacionais: Um Estudo Comparativo em Hospitais Universitários** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2002, 15(1), pp. 189-200

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. **Análise da produção científica sobre a Síndrome de Burnout no Brasil**. v. 39, n. 2, pp. 152-158, abr./jun. 2008

CUBERO, Daniel I.G., GIGLIO, Auro Del. **Entendendo a síndrome de Burnout na Cancerologia**. *Indexado LILACS LLXP: S0034-72642014018200001*. http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=5974

RIBEIRO, Renata Perfeito; MARTINS, Julia Trevisan; MARZIALE, Maria Helena Palucci; ROBAZZI, Maria Lucia Do Carmo Cruz. O adoecer pelo trabalho na enfermagem: uma revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [en linea] 2012, 46 (Abril-Sin mes) [Fecha de consulta: 9 de septiembre de 2017] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361033316031>> ISSN

SANTOS, J. A. **Qualidade de Vida no Trabalho**. X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, 2014. ISSN 1984-9354. Disponível em http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0371_3.pdf

TITTONI, J., and NARDI, HC. Saúde mental e trabalho: reflexões a partir de estudos com trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional. In JACQUES, MGC., et al. org. **Relações**

sociais e ética [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 70- 80. ISBN: 978-85-99662-89-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>

TRIGO, Telma Ramos; TENG, Chei Tung; HALLAK, Jaime Eduardo Cecílio. Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. In: **Revista de Psiquiatria Clínica**. 34 (5); 223-233, 2007.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPERIÊNCIAS ESCOLARES

BARBOSA DA SILVA, M.C.C¹

BARBOSA DA SILVA, A.C.²

¹ Professora Mestra e Doutoranda na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

² Professor Assistente Doutor na Faculdade de Ciências e Letras - UNESP- Assis

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa-ação em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no campo das políticas públicas de alimentação brasileira desenvolvida em uma escola pública. A pesquisa foi financiada pelo MDS/CNPq/Sesan e Núcleo de Ensino da Unesp de Assis. A EAN é uma estratégia para favorecer a consciência sobre a cultura alimentar e a saúde nutricional. Os resultados dessa pesquisa-ação mostram que a alimentação contemporânea segue os ditames definidas pela indústria alimentícia e aponta que a EAN pode prover a saúde nutricional da população a partir da reflexão sobre o comportamento alimentar e da valorização das tradições alimentares dentre outras ações.

Palavras-chave: Pesquisa-ação, psicologia, escola.

ABSTRACT

This is an action research in Food and Nutrition Education (EAN) in the field of Brazilian public policies developed in a public school.

The research was funded by MDS / CNPq / Sesan and Teaching Nucleus of Unesp de Assis. EAN is a strategy to promote awareness of food culture and nutritional health. The results of this action research show that contemporary food follows the dictates defined by the food industry and points out that EAN can provide the nutritional health of the population by reflecting on food behavior and appreciation of food traditions among other actions.

Key words: Research-action, psychology, school.

1. INTRODUÇÃO

Desde 1930 há no Brasil a tentativa de estabelecer, junto a população, metas públicas de governos voltadas para uma alimentação adequada que garanta os direitos à alimentação. Essas políticas são chamadas de Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição (PNAN) que existem há 87 anos e foram se transformando ao longo dos anos. As PNAN inicialmente eram voltadas para equacionar as dificuldades na distribuição de alimentos em um país com dimensões continentais, porém tornaram-se na última década em políticas que defende o respeito, a proteção, a promoção e o provimento dos direitos humanos à saúde e à alimentação junto à população brasileira. (BELIK, 2001).

Na edição de 2013, a PNAN reafirmou como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira.

Para que essas práticas fossem desenvolvidas, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi uma estratégia a ser defendida e postulada, principalmente, junto a estudantes de escolas públicas. A EAN incentiva a criação de ambientes institucionais promotores de alimentação adequada e saudável, que fazem parte da cultura alimentar brasileira, incidindo sobre a oferta de alimentos saudáveis nas escolas e nos ambientes domésticos. (ALVES; JAIME, 2014)

De certa forma, quem trabalha em EAN, além de associá-la a uma educação para a saúde, deve focar suas questões educativas de forma crítica e transformadora. Para Boog (1997) um trabalho viável e crítico na promoção da EAN valorizam e resgatam elementos da cultura alimentar.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Cultura alimentar brasileira

A cultura alimentar brasileira engloba a cultura original de populações nativas, assim como um vasto número de tradições, como a africana, portuguesa, espanhola, alemã, francesa, holandesa entre outras. Muitos alimentos típicos brasileiros são bem conhecidos, como por exemplo, açaí, guaraná, mangaba, mandioca e castanha do Pará. No entanto, existem muitos outros alimentos originais ou introduzidos há longas datas (aves, caprinos, arroz vermelho, amêndoas de cocos etc.) que eram apreciados e faziam parte das refeições familiares, mas que foram, aos poucos, esquecidos ou desvalorizados. Entre as principais razões do abandono gradual desses alimentos está o fato de as pessoas migrarem para as cidades grandes, viverem sob a égide de uma sociedade que valoriza a celeridade e dispõe de menos tempo para se dedicar a arte da cozinha, além do consumo excessivo de alimentos industrializados, disfuncionais e calóricos, os quais dão rápida saciedade e têm baixo custo.

Segundo Garcia (2003), a uniformização de certas práticas e do comportamento alimentar facilita as mudanças na alimentação que tem sido cada dia mais incorporado como parte do modo de vida operante. Pressionadas pelo poderio aquisitivo, pela publicidade e praticidade, as práticas alimentares se tornam permeáveis às mudanças, representadas pela incorporação de novos alimentos, formas de compra, preparo e consumo, sendo que atualmente há vasta gama de comidas que necessitam apenas serem descongeladas, as comidas do tipo *fast food*, e os ultraprocessados.

Este suposto caráter permeável da cultura resulta em uma capacidade de importar novas práticas e gostos, de gerar novas demandas, de assumir prontamente mudanças no modo de vida e de abandonar aqueles costumes e práticas que conformam uma identidade própria.

A alimentação da vida operante é baseada em alimentos ultraprocessados ou industrializados que aniquila qualquer possibilidade do sujeito vir a ter contato mais profundo com a história de sua cultura alimentar, impossibilitando-o em participar de um processo cultural que envolve aprendizagens e transformações

cognitivas e sociais (o simples ato de cozinhar envolve diversos saberes - escolhas, tempo de cozedura, combinações de alimentos, limpeza etc. - e encontros dialógicos - discussão sobre origem dos alimentos, receitas, troca de informações etc.). Sem esse tipo de vivência a criança fica à mercê das imposições da sociedade consumista.

Para Valente (2002), a retomada dos processos históricos e sociais que estão por trás da nutrição e o possível fortalecimento dos movimentos educativos populares na reivindicação de uma alimentação mais consciente e saudável, deixam as ações em EAN mais críticas em relação à fluidez incessante que domina a sociedade contemporânea e capacita o sujeito a planejar um estilo de vida a partir de uma alimentação mais saudável.

As propostas das ações em EAN que contam com os princípios de uma educação histórico-crítica possibilitam ao sujeito encontrar condições para descobrir-se e conquistar-se em sua própria história e ser capaz de sozinho controlar seus problemas, após o diálogo com os educadores.

Portanto, os objetivos gerais que nortearam a presente pesquisa foram: pensar nos elementos histórico-culturais que configuram a comida brasileira; refletir sobre a importância da alimentação saudável e nutricionalmente adequada; rever os padrões alimentares baseados no consumo excessivo de alimentos ultraprocessados.

2.2 Material e métodos

O trabalho foi estruturado metodologicamente de forma a construir espaços dialógicos de reflexão na escola no qual foram desenvolvidas as ações em EAN. Esses espaços aguçaram nos alunos indagações e reformulações a respeito dos processos que levam os sujeitos a consumirem sem crítica alimentos industrializados que além de atentarem contra a saúde os afastam da cultura alimentar de seu país. Nesses espaços a técnica das rodas de conversa foi utilizada. Nesses tipos de ações participativas foram priorizadas discussões em torno da temática alimentar e, no processo dialógico, os sujeitos apresentam suas elaborações a respeito da alimentação, mesmo contraditórias, sendo que cada pessoa instigou a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro.

Esse diálogo compartilhado permitiu que as histórias dos sujeitos em relação às práticas alimentares fossem resignificados. As intervenções grupais em psicologia foram utilizadas com o respaldo teórico da psicologia crítica histórico-cultural e a partir de dinâmicas de grupos e oficinas de culinárias.

As ações foram desenvolvidas durante 10 sessões no ano letivo de 2015 com três grupos abertos com cerca de dez a vinte alunos, cada com idade entre nove a treze anos de uma escola pública de Assis-SP. As oficinas foram divididas em rodas de conversas sobre as práticas alimentares contemporâneas; em rodas de conversas sobre a cultura alimentar tradicional brasileira; e em oficinas práticas reflexivas sobre o preparo de comidas brasileiras típicas.

2.3 Resultados e Discussões

As oficinas tiveram a intenção de estabelecer uma EAN que através do debate informasse e conscientizasse os sujeitos a respeito dos elementos históricos, nutritivos, ideológicos, econômicos que podem estar por trás das práticas alimentares que fazem parte da cultura brasileira.

2.3.1 Rodas de conversas - práticas alimentares contemporâneas

Nessa oficina o grupo estudou e debateu a composição de alguns alimentos industrializados com enfoque para a quantidade de açúcares, gorduras, sais e aditivos químicos que há nesses alimentos. Além, de investigar os possíveis malefícios que uma dieta com excesso desses alimentos causa ao organismo das pessoas.

Esses debates reforçaram o diálogo em torno dos ingredientes que estão mascarados em diversos alimentos industrializados. Assim a quantidade de açúcares, sal e gorduras são mascarados por nomenclaturas científicas de difícil compreensão pelos consumidores.

2.3.2 Rodas de conversas - cultura alimentar tradicional brasileira

Essas oficinas foram desenvolvidas a partir de temas alimentares brasileiros e discutidas em salas de aulas ou no pátio da escola.

Cada tema foi trabalhado em dois encontros. Os grupos eram convidados a debater sobre o tema que a equipe do projeto levou previamente. Para ilustrar essas rodas de conversas, abaixo se apresentam alguns debates resultantes:

2.3.3 Debate: o início da culinária brasileira

Desenvolveu-se um debate em relação a influência da culinária lusitana em nossa cultura, com destaque para a doçaria brasileira. As comidas típicas feitas em casa atualmente são produzidas pela indústria alimentícia. Aqui ocorre o que Poulain (2013) chamou de dessocialização da comida na era contemporânea. A comida industrializada não tem alma, história, nem constrói identidades. Essa comida não vem com regras implícitas e nem com códigos sociais. O doce feito na cozinha artesanal um significado simbólico que representa a cultura aprendida de um povo.

Para resgatar esse aspecto histórico do doce foi mostrado aos estudantes que este alimento só era feito em ocasiões especiais por causa do valor econômico do açúcar.(FREYRE, 2004). Em outros momentos o doce foi trabalhado enquanto papel social relevante. A rapadura foi uma solução prática que era de fácil transporte e que durava meses às mudanças atmosféricas. Esse doce foi a base alimentar de populações carentes que precisavam repor sua calorias. A rapadura ainda hoje é consumida como alimento base em diversas regiões periféricas do país, onde a industrialização ainda não controlou totalmente as práticas alimentares.

Em suma as discussões surgidas nas oficinas caminharam no sentido de pontuar a importância de não deixar as receitas antigas e suas histórias de origem desaparecer. São as receitas dos nossos antepassados que servem como resistência, na contramão da indústria alimentícia, que criam identidades e nos dão sentidos enquanto povo.

2.3.4 Debate: Diversidade alimentar brasileira

Aqui os debates caminharam no sentido de mostrar que o Brasil possui rica diversidade cultural no campo das práticas alimentares, entretanto, ao ceder aos apelos da universalização da produção do

mundo globalizado fica à mercê do poderio econômico de suas aglomerações empresariais e industriais. Sendo que essas últimas ditam o rumo de alimentação contemporânea.

O organismo humano necessita no mínimo de quarenta e quatro tipos diferentes de nutrientes para sobreviver. Somente uma alimentação com base diversificada faz o organismo funcionar de forma adequada. A alimentação diversificada perde espaço na sociedade contemporânea, onde os aglomerados industriais internacionais ditam e mudam os hábitos alimentares das pessoas ao oferecer alimentos à base de poucos ingredientes, tais como trigo, leite, milho, açúcar e soja.

2.3.5 Debate: comida que sustenta tem história e sabor

Em um dos debates aprofundou-se na reafirmação das culinárias tradicionais, provenientes dos encontros étnicos que ocorreram no Brasil, que ajudaram a fundar a identidade brasileira. Dessa forma, a cultura alimentar dos tropeiros, a cozinha mineira e baiana foi retratada como construções sociais de resistência e reafirmação de características culturais étnicas do povo brasileiro. A junção entre as práticas alimentares lusitanas (a produção de charque) e a indígenas (produção de farinha de mandioca) são evidentes na cultura dos tropeiros. A comida baiana retrata uma resistência do povo africano que conseguiu difundir sua cultura através da reconstrução de suas práticas alimentares. A culinária mineira conseguiu misturar os ingredientes regionais com aqueles que foram trazidos pelos povos africanos e lusitanos e criaram receitas que misturam culturas. Essas cozinhas quando estudadas potencializam a cultura brasileira.

2.3.6 Rodas de conversas e práticas reflexivas - o preparo de comidas brasileiras típicas

A oficina de culinária que também pode ser considerada uma roda de conversa, pois suscitou debates, teve a intenção de mostrar aos participantes que cozinhar é um ato que reafirma a cultura, é simples, prazeroso e representa a inteligência de um povo. Em todas as atividades feitas na oficina de culinária os participantes foram

convidados a cozinhar conjuntamente com os membros da equipe do projeto. Apesar da maioria não participar diretamente do preparo dos pratos, observaram atentamente todo o processo que envolve o preparo de uma comida.

Assim, utilizou-se a oficina de culinária no preparo de doces de frutas *in natura* para indicar que os mesmos podem ser feitos em casa e são muito menos prejudiciais do que os doces industrializados.

Cabe ressaltar, que não houve nas oficinas a tentativa de conduzir para uma alimentação disciplinar. Sempre foi informado aos participantes que mesmos os alimentos minimamente processados, como sucos naturais e os doces de compotas, perdem propriedades nutritivas e que podem ser muito calóricos. A vantagem em relação ao preparo dessas comidas é o fortalecimento da cultura alimentar com suas especificidades (comunhão na cozinha, valorização do saber familiar) e a utilização mínima de ingredientes artificiais e aditivos químicos durante sua feitura.

3. CONCLUSÃO

A presente proposta contribuiu para a efetivação de uma ação de Educação Alimentar e Nutricional que retomou e aprofundou aspectos históricos, culturais e sociais que permeiam a nutrição e alimentação do brasileiro. Além disso, o debate em torno dos hábitos alimentares adquiridos na contemporaneidade fomentou nos estudantes a busca por uma postura crítica frente à produção de alimentos ultraprocessados e as estratégias marqueteiras da indústria alimentícia.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, K. P. S; JAIME, P.C. A Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**. vol.19 n.11 Rio de Janeiro Nov. 2014

BARBOSA DA SILVA, A. C; BARBOSA DA SILVA, M. C.C. Ações educativas em políticas públicas de alimentação. **Revista Percurso Acadêmico**, v. 6, p. 1-21, 2016.

BARBOSA DA SILVA, A. C.; BARBOSA DA SILVA, M. C. C.; OLIVEIRA, V. E. R.; Educação alimentar e nutricional, cultura e subjetividades: a escola contribuindo para a formação de sujeitos críticos e criativos em torno da cultura alimentar. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, p. 247-257, 2015

BARBOSA DA SILVA, ANTONIO CARLOS; BARBOSA DA SILVA, M. C. C. (E_BOOK) Políticas públicas de alimentação: estratégias para uma educação alimentar e nutricional In: **Debates em educação alimentar e nutricional: contribuições psicológicas e educacionais**. Editora Poiesis, 2017, v.1, p. 2-2.

BARBOSA DA SILVA, A. C.; BARBOSA DA SILVA, M. C. C. Educação Alimentar e Nutricional: roda de conversas em torno da cultura alimentar brasileira In: **Núcleos de Ensino da Unesp: artigos 2015** [recurso eletrônico].1 ed. São Paulo: cultura acadêmica, 2016, v.4, p. 149-164.

BARBOSA DA SILVA, A. C.; Educação alimentar nutricional, cultura e subjetividades: a escola contribuindo para a formação de sujeitos críticos e criativos em torno da cultura alimentar In: **Cultura e práticas alimentares em questão: psicologia e educação**.1 ed. Editora Poiesis, 2016, v.1, p. 19-36.

BARBOSA DA SILVA, ANTONIO CARLOS; COSTA, L. N.; MARIANNO, R. Entre *fastfood* e o *slowfood*: um embate entre alimentação processada e a alimentação natural In: **Cultura e práticas alimentares em questão: psicologia e educação**. Editora Poiesis, 2016, v.1, p. 153-172.

BARBOSA DA SILVA, ANTONIO CARLOS; BARBOSA DA SILVA, M. C. C. Ações de Educação Alimentar e Nutricional na Escola Pública In: **Núcleos de Ensino da Unesp** [recurso eletrônico]: artigos 2014.1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, v.3, p. 6-18.

FREYRE, G. **Casagrande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista**

de Nutrição, Campinas, v. 16, n. 4, p. 483-492, 2003.

POULAIN JP. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: UFSC, 2013.

VALENTE, F. L. Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Editora Cortez; 2002.

ENTRE O BULLYING E NARCISISMO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Mariane Monici Simões¹

Victória Brito dos Santos²

Charlisson Mendes Gonçalves³

¹ Discente do 4º período do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF).

² Discente do 8º período do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF).

³ Psicólogo, Mestre em Psicologia pela PUC Minas. Professor e Coordenador do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF).

RESUMO

Este artigo visa, por meio de revisão de literatura, traçar possível ligação entre a prática do bullying e a pós-modernidade narcísica. Para isso buscará explicitar os processos mentais envolvidos nesses dois pontos, o que possibilita abordagens preventivas e o exercício da crítica social, dever ético da profissão.

Palavras Chave: Bullying, Narcisismo, Psicanálise.

ABSTRACT

This article aims, through a literature review, to draw a possible link between the practice of bullying and narcissistic postmodernity. In order to do this, it will seek to explain the mental processes

involved in these two points, which allows for preventive approaches and the exercise of social criticism, an ethical duty of the profession.

Keywords: Bullying, Narcissism, Psychoanalysis.

1 - INTRODUÇÃO

Durante a construção do conhecimento psicanalítico, Freud recorreu diversas vezes ao pensamento mítico a fim de captar algo dos comportamentos subjetivos que se preservam por incalculáveis gerações, sendo transmitidos como elementos culturais.

Ao abordar sobre o direcionamento libidinal, Freud depara-se com o reflexo de Narciso nas águas claras de um lago. A personagem grega, cujo nome é derivado de *narkhé* (torpor narcótico), já demonstra o enredo pré-definido: entorpecido pelo reflexo de sua bela imagem, deixa-se afogar naquela superfície. O jogo de enganos de Narciso é resumido pelo poeta Ovídeo (43 a.C.-18 d.C.) ao dizer “ Ele ama uma esperança sem substância e crê que é substância o que é apenas sombra.” (AZEVEDO, 2004. p.33).

A concepção do conceito de narcisismo trouxe uma mudança radical na compreensão do ego, reivindicando sua participação no desenvolvimento psicosssexual do sujeito, assim como no mecanismo de perversões e neuroses.

Este trabalho pretende fazer uma ponte entre a psicanálise e a sociedade, levando este conjunto de conhecimentos para além das paredes dos consultórios e universidades, através da reflexão sobre as relações significativas entre o mundo externo, o mundo interno e os vínculos de afeto.

Não se tem a intenção de esgotar a discussão acerca desse assunto extenso e, tão menos, propor resoluções definitivas para a problemática comportamental. Buscamos aqui investigar as relações entre a pós-modernidade narcísica e a prática do *bullying*.

Segundo o IBGE (2015), o número de jovens que relataram sofrer *bullying* no ambiente escolar aumentou de 35,3% em 2012 para 46,6% no ano de 2015, sendo já considerado um problema de saúde pública.

De acordo com Fante (2005), o *bullying* se caracteriza pelo atemorizamento, ofensas, assédios, marginalização da vítima e discriminações diversas realizadas de forma repetitiva, demonstrando

disparidade de poder mas, principalmente, sem apresentar “motivo aparente”. E justamente na ausência destes motivos aparentes surge a problemática que traz possibilidades às investigações dos processos mentais inconscientes envolvidos nessa forma de violência.

A metodologia usada fundamenta-se no levantamento de informações bibliográficas acerca da relação entre o sujeito e o ambiente social-escolar, sendo a base da construção deste artigo o método psicanalítico, sustentado principalmente no texto “Introdução ao Narcisismo” datado de 1914, da autoria de Sigmund Freud.

Artigos, livros, pesquisas quantitativas e reportagens serão correlacionados com o intuito de estabelecer conexões entre o narcisismo e a prática do *bullying*, situando-as tanto no estudo das estruturas da formação da personalidade quanto na interação destes sujeitos com a sociedade e a cultura vigente.

2 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O *BULLYING*

Embora no inglês, o termo *bullying* é uma realidade anunciada em diversas línguas, se mostrando em jogos aparentemente inofensivos (FANTE, 2015).

Fenômeno frequente em qualquer nação em que a vida escolar seja parte do cotidiano do jovem, aproximadamente metade das crianças e adolescentes já sofreram *bullying* devido a aparência física, gênero, orientação sexual, etnia ou país de origem, segundo mostra pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em 2016. De acordo com a ONU, o percentual de ocorrência no Brasil é de 43%, taxa semelhante a países desta região geográfica do globo, como Argentina e Colômbia. Em nações desenvolvidas, a taxa também oscila entre 40% a 50%, apresentando índices de 35,7% na Alemanha, 39,8% na Espanha e 40,4% na Noruega.

Expressão que se remete à palavra *bully*, traduzida como valentão ou briguento, foi inicialmente utilizada em pesquisas norueguesas da década de 70, realizadas por Dan Olwe, o qual utilizou também o termo “abuso entre pares” a fim de fazer referência ao mesmo comportamento (CECCARELLI & PATRÍCIO, 2012).

O *bullying* é tido como um agrupamento de condutas agressivas, recorrentes e propositais adotadas por um aluno ou mais contra

determinada vítima, provocando nesta intenso sofrimento psíquico, além de gerar danos físicos, morais e materiais. Atua-se através de hostilidades e ridicularizações, insultando, intimidando, utilizando de apelidos cruéis, gozações e acusações injustas, afim de se promover a exclusão do outro (FANTE, 2005).

É uma prática de violência bem delimitada pelo fato de possuir especificidades graves, como o trauma psíquico tanto à sua vítima quanto aos demais envolvidos em sua prática, sendo também reconhecido em outros contextos, como trabalho, vida familiar, nos condomínio e onde mais quer que exista relações interpessoais (FANTE, 2005).

A pós-modernidade, fortemente caracterizada pelo individualismo, pela fragilidade dos laços sociais e pela mercantilização da educação; fez com que a escola perdesse a função social de formação de cidadãos, favorecendo práticas exclusivas e de não reconhecimento do outro. O cenário de concorrência gerido pelas leis do mercado colaborou para que a conduta discriminatória florescesse no berço da sociedade (CECCARELLI & PATRÍCIO, 2012).

O ato passa a ser um problema de saúde pública, visto que há consequências posteriores tanto às vítimas quanto aos agressores, sendo que as primeiras tornam-se deprimidas e apresentam baixa estima, podendo envolver casos de assassinato e/ou suicídio; enquanto os segundos aumentam o risco de desenvolverem problemas comportamentais, como criminalidade, abuso de aditivos e violência na esfera familiar (CROCHIK, 2012).

3 - UMA SÍNTESE SOBRE NARCISISMO E MECANISMO DE PROJEÇÃO

Ancorado no texto “Sobre o Narcisismo - Uma Introdução”, Freud (1914) considera inicialmente o narcisismo como a atitude de tratar o próprio corpo tal qual é tratado o corpo de um objeto sexual.

Freud (1914) em suas análises clínicas, constata que o narcisismo se encontra constantemente no desenvolvimento sexual humano, sendo um “complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação” (p.15). Este seria o narcisismo primário, estágio necessário à manutenção da vida, sendo um contraponto ao narcisismo secundário, o qual assume formas de perversidade em sua manifestação.

A megalomania, por exemplo, demonstra-se como o afastamento da libido do mundo externo e o direcionamento desta ao ego, porém não se mostra como uma criação nova, mas sim como a potencialização de uma condição primária do ser (FREUD, 1914).

Para Freud (1914), ainda, há de se observar uma relação de contrários entre a libido objetual e a libido do ego: estas são inversamente proporcionais. O indivíduo passa a ver-se em uma existência dividida entre satisfazer o seu desejo ou conformar-se em servir culturalmente em sociedade.

No início da vida, as crianças derivam seus objetos sexuais das primeiras satisfações auto-eróticas, ligadas estas à autopreservação. Os primeiros objetos sexuais seriam os responsáveis pela função de cuidado, conseqüentemente criando sujeitos com aptidão “de ligação” com o outro; porém se o desenvolvimento libidinal incluiu experiências traumáticas, adotam a si mesmos como objetos amorosos dando origem ao processo de introjeção da libido (FREUD, 1914).

Com o processo de castração, Freud (1914) afirma que, na infância e a observação de adultos tidos como normais, o indivíduo se vê perante a repressão provida do ego, sendo esta motivada pelos valores éticos e ideias culturais. É formado um ego ideal, e tal qual o ego infantil, é provido da perfeição de todos os valores. Segundo o autor, esse ego ideal passa a ser o objeto de amor que outrora foi desfrutado pelo ego real, gerando a expectativa de reviver a satisfação que anteriormente vivenciou.

Não estando este indivíduo preparado para negar a concepção de perfeição narcisista infantil, perturba-se com o próprio senso crítico e com a censura advinda do mundo externo. Com a construção deste ideal, o ego põe-se a cargo de maiores exigências, tendo como saídas tanto a sublimação quanto a repressão do desejo (FREUD, 1914).

De acordo com Laplanche e Pontalis (1986), para a preservação do ideal do ego perante o desprazer surgido da exigências das outras instâncias psíquicas (ID e superego), o indivíduo percebe o meio ambiente e responde a este de acordo com suas expectativas, desejos, inclinações e recursos; assimila pessoas reagindo a estas de forma idêntica; assimila-se a outras pessoas ou mesmo objetos, animais e plantas; e atribui a terceiros suas próprias tendências e

desejos os quais se mantém ignorante, exilando para o outro esse conteúdo recalcado como uma legítima estratégia de satisfação.

Com a finalidade de explicar os fenômenos acima citados, a psicanálise definiu o conceito de projeção, ação a qual o sujeito repele de si e situa no mundo externo aquilo que lhe está internalizado contudo é recusado pelo seu âmago angustiante (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986).

4 - BULLYING E NARCISISMO: TECENDO A TEIA

Paralelamente à crescente conscientização trazida pelos movimentos de inclusão social e tolerância às diferenças, cresce também a relação destrutiva que estende tentáculos em ambientes físicos e virtuais.

Para Kehl (2013), existe uma “obrigatoriedade do gozo” ao homem contemporâneo, criando uma ética perversa onde a sociedade divide-se entre aqueles que conquistaram o direito a este e os demais, que passam a sofrer o abuso destes primeiros. É uma alusão ao “Princípio do Prazer”, onde os jovens buscam a satisfação imediata do desejo, estando este despojado de valores de alteridade numa relação de egoísmo patente.

O sujeito pós-moderno, situado na Cultura Narcísica, vive num estado psíquico descrito por Freud como orientado pelo “Princípio do Prazer”. Este sujeito não possui história ou dívidas com o passado, não há medições de tempo e esforços entre o ato de desejar e concretizar esse desejo, e seu único compromisso é com o próprio gozo, fantasia afirmada e alimentada pela mídia incessantemente (KEHL, 2013). Esse é um movimento narcísico.

Sendo o *bullying* geralmente uma atividade cometida por um grupo, buscando fazer uma análise a partir de Freud (1921), esta agremiação age impulsivamente, movidos pelo inconsciente e possui características como baixa tolerância a frustração, certeza da impunidade e crença na sua onipotência. Os indivíduos quando se reúnem nestes agrupamentos perdem suas inibições, libertando tendências destrutivas que estavam enclausuradas pela censura.

Embora possa-se compreender a agressividade e a violência como inerentes à natureza humana, esta também é filha legítima da

sociedade atual que não proporciona aos jovens modelos de identificação eficazes. A supressão de valores, papéis e funções sociais torna-se natural e aponta como qualidade cultural, contudo resulta num cenário confuso para as crianças e adolescentes os quais buscam na violência uma possibilidade, conforme defende Levisky (2000, apud QUEIROZ & TERZIS, 2012).

Deslocando a análise do grupo para o indivíduo, para Pinho (2011) surge no sujeito um juízo de atribuição que delimita o “para fora” e o “para dentro” de seu psiquismo a partir de um eu-prazer estabelecido pelo seu ego ideal, criando uma dualidade onde conteúdos agradáveis são introjetados, considerados do “eu”, e aquilo que é tido como ruim é exilado deste ambiente utópico.

Ainda segundo Pinho (2011), o valor de supremacia dada ao indivíduo, onde este é maior que a comunidade que o abriga, atribui à cultura pós-moderna uma identidade narcísica. Para que esse sujeito dê consistência à própria ilusão de valor, recorre à construção da imagem negativa de si, a qual passa a ser depositária dos traços discrepantes de seu ideal. Nesta lógica, a violência sistematizada contra o outro, o *bullying*, passa a ser estratégia de construção deste espelho invertido, onde o outro é receptor de tudo aquilo que ameace a unidade narcísica do sujeito e a sua coesão.

Com base nessa dinâmica do “Princípio do Prazer” sugerido por Freud, o *bullying* organiza-se numa ótica similar: o outro passa a ser recipiente do que é desprazeroso ao sujeito e não reconhecido como componente da própria psique, o que torna possível manter-se distante da castração, conservando a coesão e os investimentos narcísicos.

O outro que recebe o conteúdo exilado passa a ser o veículo daquilo que o indivíduo repudia e busca eliminar. Neste contexto, surge a agressão e a violência, numa tentativa de manutenção narcísica do ego. Esta estrutura analítica explica o movimento persecutório do agente em relação a vítima, sendo que o primeiro realiza uma permanente oposição aos próprios conteúdos que não são percebidos como pertencentes a si próprio (PINHO, 2011).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o *bullying* não seja um ato de violência exclusivo à atualidade, a discussão de suas motivações e dinâmicas adentram

dos veículos midiáticos aos ambientes acadêmicos, procurando a sensibilização da sociedade perante a prática que já assume a proporção de um problema de saúde pública.

Deslocado da concepção de apenas uma brincadeira infantil, seus métodos repetitivos e cruéis trazem consequências futuras a todas as partes envolvidas no ato, o qual cresce concomitantemente às campanhas de tolerância e inclusão.

A falta de motivos aparentes que justifiquem a prática convoca a psicologia a assumir o compromisso de compreensão do fenômeno, afim que seja trazida a discussão à luz da razão, possibilitando abordagens preventivas mais eficazes e o exercício da crítica social, dever ético da profissão.

Embora não possamos afirmar que vivenciamos uma epidemia do *bullying*, é notável o aumento dos casos à medida que se acentua a condição narcisista na sociedade. Esse paralelo é merecedor de nota e estudo, podendo a priori correlacionar o mecanismo projetivo ao comportamento de perseguição e aniquilação do outro.

Uma vez que o *eu* possui a finalidade de torna-se oásis de gozo numa sociedade regida pelo princípio do prazer, a frustração passa a ser estranha ao reflexo de Narciso, iniciando uma profunda rejeição inconsciente a tudo que distorça a imagem deste ego ideal.

Orientando-se pelo desfrute inconsequente e utilizando-se de inúmeras válvulas de escape, a sociedade pós-moderna contraditoriamente depara-se com o aumento alarmante dos transtornos originados na angústia da existência humana. Freud (1914) salienta a necessidade do narcisismo como mecanismo de manutenção da vida, porém, como um último artifício nos alerta que é necessário amar para não adoecer, pois certamente estaremos sentenciados ao desequilíbrio se, intolerantes à frustração, abdicarmos de amar.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CROCHIK, José Leon. Fatores Psicológicos e Sociais Associados ao Bullying. *Psicologia Política* Vol. 12. n 24 pp 211-229. Maio - Agosto. 2012.

FANTE, C. Fenômeno Bullying: Como Prevenir a Violência nas Escolas

e Educar Para a Paz. Campinas: Versus editora, 2015.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. Reportagem de 13/01/2017. Pesquisa da ONU mostra que metade das crianças e jovens do mundo já sofreu bullying. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pesquisa-da-onu-mostra-que-metade-das-criancas-e-jovens-do-mundo-ja-sofreu-bullying/>. Acesso em 11/09/2017.

CECCARELLI, Paulo Roberto; PATRÍCIO, Cláudio Júnio. Bullying e Pós-Modernidade: Uma Relação Intrínseca (?) - *Polêm!ca*, v. 12, n.3, julho/agosto/setembro de 2013 - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FREUD, Sigmund (1914/1916). Sobre o Narcisismo: Uma introdução. In: *Obras completas volume 12. Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos*. São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. Vocabulário de Psicanálise, tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 9 ed. 1986.

KEHL, Maria Rita. Você Decide e Freud Explica. In: CHALHUB, S. (org.) *Psicanálise e o Contemporâneo*. São Paulo: Hacker Editores, Cespuc, 1996.

FREUD, Sigmund (1920). A Psicologia do Grupo e a Análise do Ego. In: Freud, S. *Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupos e Outros Trabalhos*.

QUEIROZ, Renata Fernandez Pimenta; TÉRZIS, Antonios. O Bullying como Fenômeno Psíquico Produzido no Grupo. Anais do XVII Encontro de Iniciação Científica. INSS 1982-0178 e Anais do II Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação ISS 2237-0420 (2016) PUC Campinas.

PINHO, Gerson Smiech. “O Sujeito do Bullying”. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.): *Autoridade e Violência*. Porto Alegre, APPOA, 2011. 288p

VICENTINI, Ana Azevedo de. *Mito e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

JORNAL HOJE (G1). Reportagem de 26 de agosto de 2016 - Casos de

bullying nas escolas cresce no Brasil, diz pesquisa do IBGE. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/08/casos-de-bullying-nas-escolas-cresce-no-brasil-diz-pesquisa-do-ibge.html>. Acesso em 11/09/2017.

ESTIMULAÇÃO PSICOMOTORA: IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO, AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DESENVOLVIMENTO MOTOR ATÍPICO

FONSECA, Bárbara Cristina Rodrigues¹

SANTOS, Cibeli Francisco Brandão dos ²

BARACAT, Juliana³

¹ Pedagoga e Psicóloga Clínica. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem.

² Psicóloga Clínica.

³ Psicóloga Clínica. Docente na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF.

RESUMO

Desde o nascimento espera-se que as crianças tornem-se cada vez mais independentes. Nesse processo evolutivo, algumas delas, podem apresentar falhas e ou atrasos em seu desenvolvimento psicomotor que, por sua vez, poderão comprometer suas aprendizagens e experiências futuras. Esta pesquisa, de revisão bibliográfica, objetivou investigar a importância da prevenção, avaliação e estimulação psicomotora em casos de crianças com desenvolvimento motor atípico, ou que se apresentam com riscos de atrasos. Os autores consultados corroboraram quanto à importância da percepção e avaliação precoce visando à elaboração de um plano de intervenção e estimulação psicomotora.

Palavras-chave: Crianças. Desenvolvimento. Estimulação. Intervenção. Psicomotor.

ABSTRACT

From birth it is expected that children will become more and more independent. In this evolutionary process, some of them may present failures or delays in their psychomotor development, which, in turn, may compromise their learning and future experiences. This literature review aimed to investigate the importance of prevention, evaluation and psychomotor stimulation in cases of children with atypical motor development or who present themselves with risks of delays. The authors consulted corroborated the importance of the perception and early evaluation aiming at the elaboration of a psychomotor intervention and stimulation plan.

Keywords: Children. Development. Stimulation. Intervention. Psychomotor.

1. INTRODUÇÃO

A Psicomotricidade contribui para o conhecimento e o domínio do corpo da criança, pois está presente em todas as atividades que desenvolvem a motricidade desta. Pode ser definida como a ciência que estuda o homem através de seu corpo em movimentos, suas relações internas e externas. Seu estudo está ligado a três premissas principais: o movimento, o intelecto e o afeto (ABP, 2012).

A psicomotricidade tem fortes relações com o processo de aprendizagem (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p.129) uma vez que, durante este, são utilizados, com frequência, elementos básicos tais como: esquema corporal, estruturação espacial, lateralidade, orientação temporal e pré-escrita. Estes são fundamentais para que a criança associe noções de tempo e espaço, conceitos, ideias, enfim adquira conhecimentos. Um problema em um destes elementos poderá prejudicar a aprendizagem nos mais variados contextos. (ROSSI, 2012).

Nesse sentido, segundo Gallahue (2005, p. 54) “diversos fatores podem colocar em risco o curso normal do desenvolvimento de uma criança. Quanto maior o número deles, maior a possibilidade do comprometimento do desenvolvimento”. Os fatores de risco são definidos por este autor como “uma série de condições biológicas

ou ambientais que aumentam a probabilidade de déficits no desenvolvimento neuropsicomotor da criança” (p. 54). Dentre as principais causas de atraso motor encontram-se: baixo peso ao nascer, distúrbios cardiovasculares, respiratórios e neurológicos, infecções neonatais, desnutrição, baixas condições sócio-econômicas, nível educacional precário dos pais e prematuridade. O desenvolvimento motor atípico não se vincula, obrigatoriamente, à presença de alterações neurológicas ou estruturais, pois, mesmo crianças que não apresentam graves sequelas podem apresentar comprometimento em algumas áreas de seu desenvolvimento neuropsicomotor. (GALLAHUE, 2005, p. 55).

É necessário salientar a importância da estimulação psicomotora desde o nascimento em casos de crianças com desenvolvimento motor atípico, ou que se apresentam com risco de atrasos, já que os problemas de coordenação e controle do movimento poderão se prolongar até a fase adulta. Além do mais, atrasos motores frequentemente associam-se a prejuízos secundários de ordem psicológica e social, como hiperatividade, baixa auto-estima, isolamento, entre outros, que dificultam a socialização de crianças e o seu desempenho escolar. (GALLAHUE, 2005, p. 55).

O termo estimulação precoce na língua portuguesa pode levar à interpretação errônea de estimular antes do tempo, não traduzindo o significado de *early simulation* ou *estimulación temprana*, cuja ideia é a estimulação adequada à criança desde os primeiros dias de vida, a fim de garantir seu desenvolvimento integral no futuro. O termo “estimulação essencial” é utilizado por alguns autores como sendo uma postura de relacionamento do adulto com a criança que consiste em “adequar” (ênfase dada pela autora deste estudo por tratar-se de uso pejorativo) e utilizar estímulos com seu meio ambiente, visando o desenvolvimento de suas potencialidades. Em contrapartida, outros autores definem o termo “estimulação precoce” por ser como “um conjunto de técnicas e procedimentos de natureza psicopedagógica de caráter preventivo, que visa o incremento do processo de aprendizagem de crianças em etapas cruciais (períodos críticos) do desenvolvimento”. (BRETAS, 2006, p. 128).

A partir das considerações acima, nesta pesquisa de revisão de literatura, foi suprimido o termo “precoce” e utilizado o termo

estimulação psicomotora que, conforme Bretas (2006) apresenta o significado mais amplo e adequado de promover o desenvolvimento integral das potencialidades de cada criança. A estimulação de forma mais natural ou sistematizada enriquecerá a qualidade funcional dos esquemas adquiridos pela criança.

A vantagem da estimulação planejada está no aspecto funcional, ou seja, na qualidade das funções adquiridas. Esta, desde os primeiros anos de vida desempenha um papel muito importante no desenvolvimento e pode condicionar o ritmo do crescimento das capacidades mentais na infância. Há evidências de que o enriquecimento do ambiente, com a estimulação adequada e variada, acelera o desenvolvimento infantil. No entanto, pode causar muitos danos quando excessiva ou inapropriada. (BRETAS, 2006).

Nesta perspectiva, construíram-se questões problematizadoras que nortearam este trabalho investigativo: Qual a contribuição da Psicomotricidade no desenvolvimento global do indivíduo? Quais os principais fatores que colocam em risco o curso normal do desenvolvimento de uma criança? Quais prejuízos são observados em crianças (e adultos) com desenvolvimento motor atípico ou que se apresentam com risco de atrasos? Qual a importância de se investigar, desde o nascimento, sinais e alterações no desenvolvimento psicomotor infantil? Como é compreendida e definida a estimulação psicomotora? Quais as metas e estratégias de uma estimulação psicomotora eficaz?

Considerando a relevância acadêmica e social de discussões acerca deste assunto, este estudo objetiva investigar a importância da prevenção, avaliação e estimulação psicomotora em casos de crianças com desenvolvimento motor atípico, ou que se apresentam com risco de atrasos.

Para o desenvolvimento deste e alcance dos objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa de revisão bibliográfica de natureza qualitativa, realizada a partir da análise pormenorizada de materiais já publicados na literatura e artigos científicos divulgados por meio eletrônico. A fundamentação teórica deste baseou-se nas ideias e concepções de autores como: Bretas (2006), Gallahue (2005), Oliveira e Souza (2013), Rossi (2012), Tabaquim et al. (2013), entre outros.

2. PREVENÇÃO, AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOMOTORA EM CRIANÇAS COM DESENVOLVIMENTO MOTOR ATÍPICO

A criança, gradativamente, se torna um ser cada vez mais independente e, à medida que isso ocorre, alterações comportamentais poderão ser observadas. Nesse processo evolutivo, vários fatores estão inter-relacionados e envolvem o desenvolvimento constitucional (integridade e maturação do sistema nervoso, constituição física, capacidade intelectual, etc.), psicomotor, intelectual, afetivo-social e as experiências transmitidas pelos agentes sociais (família, escola, sociedade). Falha em qualquer um desses fatores pode resultar em atrasos, disfunções ou transtornos neuropsiquiátricos diversos e, como consequência, comprometimento no desenvolvimento. (CARVALHO et al., 2015).

Algumas dessas falhas apresentam sinais que podem ser percebidos por pessoas que trabalham ou dispensam cuidados no dia-a-dia às crianças. Esses sinais demonstram haver alterações nesse desenvolvimento e, quanto mais cedo, percebidos, avaliados e estimulados, mais avanços serão observados, posteriormente, na criança.

A percepção precoce é importante no auxílio, desde cedo, da elaboração de atividades e estímulos que permitam melhor evolução da criança antes que seus padrões estejam estabelecidos, evitando a instalação de hábitos ou atitudes prejudiciais à criança. (BRETAS, 2006, p. 119).

É importante deixar claro que, segundo Bretas (2006, p.119) um sinal apenas não caracteriza o atraso no desenvolvimento infantil, mas sim um conjunto destes, dentre os quais pode-se citar: alteração do tônus muscular normal (espasticidade, hipertonia, hipotonia, atetose e ataxia); falta de reações ao ambiente (sons, deslocamento do seu corpo) , por exemplo, não apresentar o reflexo Moro até os quatro meses de idade; apatia, olhar fixo em um ponto, pouco ou nenhum movimento reflexo antes do terceiro mês (hiporeflexia) e pouco ou nenhum movimento voluntário após o terceiro mês; assimetria de braços e pernas após o quarto mês, ainda com reflexo tônico cervical assimétrico (RTCA).

Além dos sinais acima citados que podem caracterizar, quando bem avaliados, um atraso no desenvolvimento infantil, verifica-se

ainda: a criança dorme muito pouco ou pouco, tem sono agitado ou irregular; alterações do tônus muscular global, afetando os órgãos fonoarticulatórios, tornando difícil o seu funcionamento, podendo ocorrer dificuldades para sugar, engolir, mastigar, além de engasgos, reflexos e outros; não controla a cabeça após o terceiro mês; língua protusa, por macroglossia e hipotonia perioral (Síndrome de Down e hipotireoidismo congênito); padrões alterados dos membros inferiores e superiores; ausência do reflexo pupilar e de fixação; ausência do reflexo de sucção; ausência do reflexo de preensão palmar até o terceiro mês, ou persistência após a época; desvios dos eixos oculares; perda da “lalação” (balbucios) em torno dos seis meses; dificuldades no vestir; no banho, alimentação, etc; o) e déficit na capacidade de adaptação ou deficiência que a criança possui para atender padrões de independência e responsabilidade social, esperado para a sua idade cronológica. (BRETAS, 2006, p.120)

Retomando a importância da prevenção, detecção e atendimento precoce com crianças com desenvolvimento atípico ou atrasos evolutivos, abordam-se a seguir os principais aspectos teóricos acerca do planejamento de estimulação psicomotora a ser realizado.

O trabalho com crianças que apresentam desenvolvimento atípico ou atraso de desenvolvimento psicomotor, de acordo com Bretas (2006), não se resume apenas à estimulação psicomotora, mas, ainda, à prevenção de deficiências nos aspectos relacionais e evolutivos. Esse trabalho pode se caracterizar em duas etapas: identificação precoce dos desvios do desenvolvimento e intervenção precoce.

Bretas (2006, p. 121) destaca que a finalidade da identificação precoce, no que diz respeito ao contexto do desenvolvimento psicomotor:

consiste na investigação do processo evolutivo da criança, no desempenho motivacional, na detecção de atrasos evolutivos e na implementação de programas de estimulação para crianças com distúrbios em seu desenvolvimento, em riso ou somente com a intenção de enriquecimento do ambiente estimulador.

Outro caráter importante na identificação precoce está no fato de que o conhecimento prévio de um determinado sinal evolutivo em atraso pode representar a prevenção para um futuro distúrbio na aprendizagem da criança. Como, por exemplo, uma dificuldade

na coordenação visomotora pode comprometer a qualidade funcional das futuras atividades do cotidiano; a criança que não rola, rasteja, engatinha ou anda normalmente, não estimula as reações esperadas de desenvolvimento e equilíbrio para sua idade. (BRETAS, 2006).

Para melhor avaliação dos indicadores básicos das etapas do desenvolvimento psicomotor e possíveis distúrbios evolutivos, Bretas (2006, p. 121), sugere a adoção de instrumentos psicométricos validados atualmente pelo Conselho Federal de Psicologia como a Escala de Desenvolvimento de Gesell e o Teste de Triagem do Desenvolvimento de Denver II. A Escala de Desenvolvimento Comportamental proposta por Gesell e Amatruda vem sendo utilizada amplamente no Brasil para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento global de crianças de risco com disfunção neurossensorial auditiva, possibilitando identificar desempenhos eficientes de áreas funcionais preservadas e compensatórias, minimizando a ocorrência de possíveis falhas diagnósticas. (TABAQUIM et al, 2013). A padronização do Teste de Triagem do Desenvolvimento de Denver II na população brasileira foi realizada em um estudo em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) em que os autores avaliaram 3.389 crianças menores de cinco anos, permitindo, assim, o ajuste do teste de desenvolvimento de Denver II ao contexto cultural brasileiro. (BRITO et. al, 2011). O Teste de Triagem do Desenvolvimento de Denver II é um instrumento de avaliação da condição atual do desenvolvimento maturacional da criança (entre zero e seis anos de idade). Deve ser utilizado por profissionais, como psicólogos e, devido à praticidade na aplicação pode abranger os mais variados tipos de serviços de atendimento à criança, como: clínicas, consultórios, unidades básicas de saúde, pré-escolas, creches, serviços especializados em distúrbios do desenvolvimento infantil e outros. Os dados obtidos com a sua aplicação são muito úteis para determinar se a criança está progredindo como o esperado para sua idade cronológica e maturacional, assim como para o planejamento de estratégias de atuação com a criança e na orientação dos pais, para a participação destes na intervenção com a mesma e esclarecimentos sobre seu futuro desenvolvimento. Tais resultados possibilitam ainda, quando necessário, a avaliação de exames mais aprofundados, com consequente encaminhamento a profissionais especializados como neuropediatra, psicólogo, fisioterapeuta, psicomotricista, psicopedagogo e outros. (BRETAS, 2006, p. 122; HENNEMANN, 2012).

A partir da avaliação precoce, deve-se passar para a fase de estimulação da criança, através de ações com a família, visando maximizar o potencial dos pais, de modo que eles passem a interagir de maneira mais efetiva com a criança, contribuindo com a prevenção dos distúrbios do desenvolvimento. Deve-se ainda estender estas ações e orientações a todos os profissionais que trabalham com a mesma em creches, pré-escolas e outros locais (MORAES; MALUF, 2015).

A estimulação da criança, entendida aqui como intervenção por meio de ações, deve se desenvolver sob uma atmosfera afetiva, de acolhimento, calor humano e contenção (holding), proporcionando, assim, confiança e segurança na criança, afastando a ansiedade. (BRETAS, 2006). Para garantir um desenvolvimento equilibrado e a garantia do alcance das finalidades propostas no planejamento de estimulação, primeiramente devem ser observadas e realizadas algumas metas. Elas compreendem um conjunto de atividades, o desenvolvimento de atitudes e práticas adequadas das pessoas que têm um contato regular com a criança (BRETAS, 2006). As principais metas são (p. 130-131): a) desenvolver as capacidades sensório-perceptivas da criança como primeiro passo ao desenvolvimento das outras áreas do comportamento desta, facilitando a exploração do ambiente e reação adequada aos estímulos que se lhe apresentam; b) proporcionar a execução e controle apropriados dos movimentos, com a utilização de posturas adequadas, equilíbrio e locomoção independentes, bem como coordenação das partes essenciais do corpo, para satisfazer as necessidades básicas da criança; c) incentivar a aquisição de experiências e informações básicas para integração no ambiente sociocultural; possibilitar o desenvolvimento do potencial das capacidades mentais, através do conhecimento do ambiente por parte da criança, oferecendo-lhe condições para fixar estímulos, estabelecer relações significativas de causa-efeito, compreender os fenômenos essenciais de seu meio e resolver problemas cotidianos que lhe são apresentados; proporcionar meios para a aquisição de hábitos básicos de independência no cuidado de si mesma utilizando seus próprios recursos e aqueles que o meio coloca ao seu alcance; desenvolver na criança habilidades para comunicar-se com os demais, através da expressão oral e gestual, a fim de estabelecer a necessária interação com as pessoas de seu convívio e; e) motivar, orientar e treinar pais e demais profissionais,

como agentes de estimulação desenvolvidas com a criança nos diferentes contextos.

Para que tais metas possam ser alcançadas, Bretas (2006, p. 131) defende que faz-se necessária a adoção de estratégias, que se destinam a facilitar a execução das atividades de estimulação, visando garantir o desenvolvimento das potencialidades infantis. Para tanto, deve-se garantir que: representem jogos e brincadeiras com incentivos e explicações verbais, que possibilitem a motivação e participação da criança; apresentem elementos de diferenciação que possam manter a atenção da criança durante a atividade proposta; permitam alternar o conhecido com o novo, possibilitando a transferência de experiências e reforçando as habilidades já adquiridas; possibilitem a estimulação das áreas carentes do comportamento e permitam a modificação do comportamento desejado; estejam inter-relacionados com os progressos alcançados pela criança, possibilitando formas mais avançadas de estimulação e; eliminem os fatores inibidores que possam bloquear ou dificultar a estimulação.

Para Bretas (2006) é fundamental que um plano de estimulação psicomotora, ao selecionar locais, materiais e atividades considere algumas áreas com maior relevância, que são *sensorio-perceptiva, motora, cognitiva, de comunicação*, além daquelas que se referem à *aquisição de hábitos e de informações básicas do cotidiano*. Para a realização do planejamento deve-se pensar nas áreas mais significativas do desenvolvimento da criança, enfatizando os aspectos mais fragilizados observados nas avaliações dos comportamentos apresentados pelas crianças.

Os locais destinados às sessões de estimulação devem ser razoavelmente amplos, abertos e seguros. O equipamento e material deve ter diversidade de tamanhos, cores e espessuras; devem ser ainda, atraentes, estimuladores, de fácil manipulação, não perigosos, laváveis e resistentes. Em espaços organizados para a estimulação psicomotora recomenda-se equipamentos essenciais como móveis e escorregadores providos de corrimãos apropriados, cadeiras de balanço, tanques e areia, colchonetes, barras, bolas de diferentes tamanhos, pias para brincar com água, cilindros, pranchas inclinadas, túneis e caixões para arrastar-se, engatinhar, trepar e outros objetos e brinquedos adequados à idade de cada criança. (BRETAS, 2006, p.

132). No mesmo sentido, o autor Bretas (2006) discute ainda que as atividades programadas para estimular as crianças devam ser organizadas e apresentadas em ordem crescente de dificuldade. A apresentação das atividades tem como propósito tornar mais flexível e diferenciado o conteúdo programático. As atividades planejadas devem ser simples, diferenciadas e interessantes à criança, para que possam ser repetidas em casa pelos familiares e adaptadas às variações de humor da mesma, momentos de alerta, sonolência, agitação e outras situações.

3. CONCLUSÃO

Levando em conta o objetivo do estudo, foi possível perceber, através dos resultados encontrados, a importância da identificação precoce quando de um determinado sinal de desenvolvimento psicomotor atípico ou atraso evolutivo uma vez que pode vir a representar a prevenção e a estimulação psicomotora adequada e eficaz para distúrbios de desenvolvimento em crianças.

Sugere-se a realização de novas pesquisas sobre este assunto no intuito de um maior enriquecimento na literatura e futuras discussões que possam contribuir para que profissionais, das mais diferentes áreas e contextos que se relacionam com crianças tenham um olhar atento e humanizado para com estas.

4. REFERÊNCIAS

ABP- Associação Brasileira de Psicomotricidade. Disponível em: <http://psicomotricidade.com.br/sobre/o-que-e-psicomotricidade/>. Acesso em 29 de set de 2017.

BRETAS, José Roberto da Silva. *Cuidados com o desenvolvimento psicomotor e emocional da criança: do nascimento a três anos de idade*. São Paulo: Látria, 2006.

BRITO, Cileide Mascarenhas Lopes; VIEIRA, Graciete Oliveira; COSTA, Maria da Conceição Oliveira; OLIVEIRA, Nelson Fernandes de. *Desenvolvimento neuropsicomotor: o teste de Denver na triagem dos atrasos cognitivos e neuromotores de pré-escolares*. Cad. Saúde

Pública, Rio de Janeiro, 27(7):1403-1414, jul, 2011.

CARVALHO, Mariana Coelho; CIASCA, Sylvia Maria; RODRIGUES, Sônia das Dores. Há relação entre desenvolvimento psicomotor e dificuldade de aprendizagem?: Estudo comparativo de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dificuldade escolar e transtorno de aprendizagem. *Rev. psicopedag.*, São Paulo, v. 32, n. 99, p. 293-301, 2015.

GALLAHUE, David L; OZMUN John C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

HENNEMANN, Ana L. *Neuropsicopedagogia Clínica: Relatório de Estágio*. Novo Hamburgo: CENSUPEG, 2012.

MORAES, Sonia; MALUF, Maria Fernanda de Matos. Psicomotricidade no contexto da Neuroaprendizagem: contribuições à ação Psicopedagógica. *Rev. Psicopedagogia*, 2015; 32(97), p. 84-92.

OLIVEIRA, Andreza, F, S; SOUZA, Jose, M. A importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem infantil. *Revista Fiar: Revista Núcleo de Pesquisa e Extensão Ariquemes*, v.2, n.1, p.125-146, 2013.

ROSSI, Francieli Santos. Considerações sobre a Psicomotricidade na Educação Infantil. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas - MG - Brasil - Nº 01 - Ano I - 05/2012*.

TABAQUIM, Maria de Lourdes M. et al. Avaliação do desenvolvimento cognitivo e afetivo-social de crianças com perda auditiva. *Rev. CEFAC*, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 1475-1481, Dec. 2013.

ESTUDO SOBRE A NÃO BINARIEDADE DE GÊNERO

BARBOZA, Juliana Marques¹

BARROS, Vitória Zocca Nunes de²

FUZER, José Luís³

BARACAT, Juliana⁴

¹ Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: marquesb.ju@hotmail.com

² Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: vi.zocca@hotmail.com

³ Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: fuzerjluis@outlook.com

⁴ Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: jbbaracat@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo busca elucidar as diferentes identidades de gêneros, que são deturbadadas e não reconhecidas pela sociedade e que fogem da lógica opositora da binaridade masculino e feminino de ser humano. A não binaridade é introduzida a partir do momento em que o indivíduo não se encaixa nos papéis masculinos e femininos impostos pela sociedade na qual esse está inserido. O não binarismo vai além da identidade de gênero masculino e feminino de ser, sendo um campo vasto e indefinido de se apresentar em detrimento das variações e gêneros. O artigo tratou de uma revisão bibliográfica com a literatura pertinente ao tema.

Palavra-chave: Binarismo, identidades de gênero, sociedade.

ABSTRACT

This article seeks to elucidate and the different genre identities, in which are deturpated, and not recognized by society and that these escapes from the masculine and feminine binarities. The non-binarity is introduced since the moment that the subject doesn't fit the masculine and feminine roles imposed by the society in which the individual is inserted. The non-binarism goes further than genre identity of being feminine and masculine, it's a vast and undefined field of showing up in prejudice of these variations and genres. The article brings a bibliographical review based on the selected literature about the subject.

Keywords: Binarism, Genre identity, Society.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo elucidar o gênero não binário e classificar alguns dos mais importantes aspectos da identidade de gênero. Através da ciência social e da antropologia, por volta de 1970, surgiu o estudo sobre os gêneros. Tal estudo surgiu através da relação homem e mulher em diversas culturas. Em tal época a sociedade era vista como marxista e com do movimento feminismo a compreensão de sexo e gênero se tornou mais ampla e partindo dessa amplitude o conceito de homem e mulher variasse de acordo com o contexto cultura que o indivíduo está inserido. Podemos dizer que sexo é mais uma questão cultural, assim como gênero. Hoje ainda se vive a chamada “performatividade social”, onde o indivíduo tem seu destino definido por seu sexo biológico, que pode ser considerado a primeira manifestação de identidade do ser. Nesse momento, gênero e orientação sexual são determinadas pelo meio social, posteriormente, qualquer decisão ou desejo que fuja desse padrão estabelecido socialmente é considerado anormal ou patológico (LOURO, 2001).

O não binarismo vai além da compreensão de identidade de gênero. O sujeito como homem ou mulher não tem correlação alguma com seu órgão reprodutor, ou seja, seu sexo biológico. Essa variedade gênero é um campo vasto e indefinido, não se limita a variedade do

sujeito homem ou mulher, afinal se diz a forma como cada indivíduo se percebe e se vê no amargo da sua intimidade e individualidade (LOURO, 2001).

Além de apresentar os tipos de identidade de gênero categorizadas atualmente, traremos dois casos clínicos retirados da literatura especializada para exemplificar como tais novas categorias se articulam ao processo de subjetivação do ser.

2. DESENVOLVIMENTO

Atualmente se reconhece como popular apenas o gênero binário, delimitado apenas como homem e mulher. Porém, o termo não binário foi originalmente construído a partir da desconstrução da binaridade de gênero.

As barreiras de identidade de gênero são rompidas pelas pessoas, e tal atitude não invalida a sua compreensão. Gênero é uma questão de auto percepção, não se prendendo a fatores biológicos. Sexo biológico relaciona-se ao corpo designado ao nascer com base na genitália. A junção de comportamento social e a aparência resultam na expressão de gênero, geralmente encarada como feminino e masculino (REIS; PINHO, 2016).

Com base na experiência subjetiva e pessoal do indivíduo identifica-se o gênero, toda sociedade tem expectativas de categorias de gênero, que podem ou não ser associadas com características físicas que podem servir de base para a identidade de gênero. Em essência gênero não depende do sexo biológico ou da aparência (REIS, 2017).

O gênero não binário é a identidade que não enquadra homem e mulher. A variedade inclui formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, ageneridade e fluidez de gênero (REIS, 2017).

A não binaridade possui uma amplitude de gêneros como:

- Agênero: caracterizado pela ausência de gênero ou pela não coincidência com o conceito de gênero.
- Gênero queer: indivíduo que não é 100% homem e nem 100% mulher.
- Gênero Fluido: alguém cujo gênero muda de tempos em tempos.

- Demigênero: indivíduo que se identifica parcialmente com certo gênero, masculino e feminino.
- Pangênero: indivíduo que possui muitos gêneros.
- Demigênero Fluido: indivíduo que possui uma parte do gênero estática e outra fluida.

Esses são algum gênero da classificação não binária (REIS, 2017).

3. RELATO DE CASO

Os casos relatados a seguir usam de nomes fictícios para não exposição, identificação e constrangimento que podem violar a liberdade social e sexual dos seus colaboradores. Como dito anteriormente, foram retirados da literatura especializada e ser de exemplo ilustrativo.

Nome fictício: Leonora

Idade: 30 anos

Relato de Caso:

Aos 15 anos percebe-se diferente em relação a mentalidade e corpo. Em âmbito escolar via-se enquadrada no gênero masculino, porem mesmo assim não queria abandonar a identidade que fora designada ao nascer, mulher biológica. Sua expressão de gênero era feminina, sentimentalmente masculina.

Sentia-se homem por dentro, sabia que era um homem porem não queria se desfazer da sua identidade corpórea feminina. Vivendo uma dualidade de gênero ate seus 21 anos de idade transitando entre a vida sexual, social.

O convivo com pessoas transexuais fez com que ela ficasse em dúvida sobre seu corpo achando ser um individuo transexual. Chegou a conversar com seus pais e com a família para iniciar a transição de gênero. Na primeira harmonização Leonora tentou o suicídio, desorientada e angustiada vendo o seu corpo de transformar em masculino foi então que conheceu outras pessoas designadas não binarias, reconhecendo-se então como uma pessoa bigênero carregando com sigo a identificação masculina e feminina ao mesmo tempo, sem ruptura de ambos em nível mental. Ou seja, Leonora e uma pessoa bigênero, designada mulher ao nascer, mas sente-se parte

dos dois universos, com ênfase na personalidade masculina, sente-se como homem, mas não tem necessidade de intervenção de transição corporal. Sendo Bigênero as duas identidades masculinas e femininas vivem em equilíbrio, e Leonora mesmo sabendo que mentalmente e um homem, vive em perfeita harmonia com seu corpo masculino (SABAT, 2001).

Caso 2

Nome fictício: Theo

Idade: 20 anos

Relato de caso:

No início de sua adolescência Theo sentia-se desconfortável com sua expressão gênero, não gostava muito da forma como se apresentava para a sociedade, vestimentas masculinas demais, acessórios masculinos demais, diante a esse desconforto o mesmo pensou ser apenas uma fase já que seu corpo estava em constante mudanças físicas (LATTANZIO; RIBEIRO, 2012).

Enquadrado no gênero masculino, isso começou a incomodar, pensou em conversar com alguns amigos porém sentiu medo. Aos poucos esse incomodo não era mais apenas por ser menino, mas também por seu corpo ser masculino demais. Resolveu usar a internet com aliada.

Em grupos de rede social, Theo encontrou sobre transgêneros e se identificou com os depoimentos de tais indivíduo. Procurou mais informações sobre o que era ser transgênero (PEREIRA, 2008). Quando completou 18 anos resolveu contar para seus pais que iria fazer a hormonização. Com medo da reação de seus pais resolveu fazer as cegas a hormoterapia. Theo vendo seu corpo torna-se mais feminino entrou em desespero, desaprovando tal mudança. O desespero virou ansiedade que virou tentativa de suicídio. Angustiado em ver seu corpo mais feminino concluiu que não era aquilo que queria, gostava de seu corpo, gostava do que vestia, mas se sentia incomodado quando não queria se apresentar como indivíduo masculino. Conheceu outras pessoas que tinham esses mesmos conflitos, e por meio delas conheceu o gênero não binário. Sabendo sobre como era ser um não binário Theo se identificou e carrega consigo a identidade masculina e feminina, mantendo o equilíbrio entre as duas (LATTANZIO; RIBEIRO, 2012).

O caso elucida o indivíduo masculino que se sente desconfortável com sua expressão de gênero e com o seu gênero designado ao nascer. Porém ao tentar mudar o físico para o gênero oposto e vendo que o resultado não lhe traz resposta para tal desconforto, se faz o equilíbrio entre masculino e feminino. O seu corpo masculino não lhe traz desagrado, e o mesmo consegue viver em harmonia quando o seu lado feminino toma conta de seu corpo. A fluidez de gênero não precisa de um fator externo para acontecer. Ela simplesmente acontece.

4. CONCLUSÃO

O presente artigo busca elucidar o gênero não binário através de artigos e relato de casos. O tema pouco explorado mostra que tal gênero ainda é pouco falado, visto e estudado. Esperamos contribuir para a área de pesquisa sobre o tema, de forma a lançar algumas breves reflexões sobre o assunto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Recalque originário, gênero e sofrimento psíquico. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 3, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer-uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001.

PEREIRA, Ilídio. O discurso midiático e a produção de identidade social. IN: **/// Seminário Internacional Organizações e sociedade**. PUCRS, 2008.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: Identidades, expressões e Educação. **Reflexão e Ação** 24.1 (2016): 7-25.

REIS, Neilton dos. Invenções Dos Corpos Nas Experiências Da Não-Binaridade De Gênero. **Letras Escreve**, v. 7, n. 1, p. 165-184, 2017.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**. Santa Catarina. n. 09. 2001.

ÉTICA DO CUIDADO: UMA ÉTICA DO DESEJO? PROFISSIONAIS DA SAÚDE ENTRE A PRÁXIS E O SABER

BARACAT, Juliana¹

¹ Professora Doutora, docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral/ FAEF. Contato: jbbaracat@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo discute o paradoxo entre formação profissional de trabalhadores da saúde e os impasses encontrados na profissão que se contrapõe aos valores e ideais preconizados na formação. Para tanto, utilizou-se o conto de Pirandello como recorte das reflexões, baseadas numa breve revisão de literatura, voltada para o conflito estudado. Como resultado, identificou-se um hiato entre o saber e o fazer em saúde, que coloca em xeque o envolvimento dos profissionais, como também a postura ética possível dentro de tais serviços. Ao final, considera-se que o conflito estudado pode ser combatido pelo fortalecimento da ética dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Cuidado; ética; formação, serviço de saúde.

ABSTRACT

This article discusses the paradox between the professional formation of health workers and the impasses found in the professional care which is opposed to the values and ideals

recommended in the formation. For that, is used a tale by Pirandello as clipping for the reflexions, based in a brief literary review, which points out the studied conflit. As result, it was identified a gap between knowledge and the health care, which puts the professional's involvement in check, also as a possible ethical posture inside these services. In the end, it was considered that the conflit studied can be combated through the fortification of the professional's ethics in health care,

Key-words: Care, ethics, formation, health service.

1- INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a noção de ética no trabalho em saúde em confrontação com a demanda de serviços encontrados na área, cuja lógica, muitas vezes, se contrapõe aos ideais e valores transmitidos ao longo da formação da profissão. Com base numa revisão de literatura e análise de um conto literário, primeiramente irá ser relatado o conto de Pirandello (2000) que inspirou essa reflexão e na sequência serão lançadas algumas considerações sobre o conflito entre saber idealizado e fazer concreto.

Atualmente, o sentido da palavra trabalho tem apresentado um aspecto polissêmico, os quais podem, frequentemente, comportar conotações opostas. Por um lado, o trabalho configura-se, para muitos, um ideal que oferece sentido a suas vidas, acarreta seu caráter originário de uma transformação, de si e do outro. Por outro, o desequilíbrio econômico e a má distribuição das rendas, situação que aflige não só os países em desenvolvimento, pode minimizar os vários sentidos do trabalho e relegá-lo simplesmente ao plano concreto da sobrevivência. Ou mais, o trabalho ainda pode ser encarado como mero atributo da vaidade quando minimizado pelos discriminadores de status, tais como o poder e o saber (COSTA, 2011).

No caso dos profissionais envolvidos com os cuidados com a saúde estes aspectos podem variar conforme os diversos sentidos os quais sua prática se articula com as narrativas e imagens que o imaginário social tece sobre este (SCLIAR, 2007). Assim, o médico ainda é visto como o detentor supremo dos saberes que regulam a vida e a morte; o enfermeiro como assistente do médico, seu mero auxiliar; e os

psicólogos, por vezes, como ferramentas obscuras, convocados mediante o encontro da equipe com demandas alheias aos saberes concretos conformados no corpo. São aqueles que se veem intimados a dar uma resposta onde a medicina esbarra num limite (COELHO; ALMEIDA, FILHO, 2002). Vide os frequentes encaminhamentos dos pacientes chamados psicossomáticos aos cuidados da psicologia (FRANCO; MERHY, 2012).

Diante desta teia de valores e expectativas que norteiam os trabalhadores da saúde, um aspecto pode ser pincelado: como estes estão sendo formados e com quais propósitos? Qual dentre os vários sentidos da prática de um médico, enfermeiro ou psicólogo parasita com mais força o desejo dos jovens aprendizes? Status financeiro, o caráter de poder vinculada a aquisição do saber, o desejo de transformar; todos esses podem ser alinhavados ou concorrentes entre si, distanciar ou aproximar o profissional da saúde do sentido ético implícito ao cuidado (CAMPOS, 2000; FOUCAULT, 2004). No trabalho em docência num curso de graduação em Psicologia, observa-se cotidianamente os impasses que afligem os estudantes acerca dos sentidos da profissão. As dificuldades a serem encaradas em seus futuros, como os baixos salários e as poucas possibilidades de inserção no mercado vão de encontro às constantes exigências que a formação na área implica. Ainda, o conflito entre o desejo de cuidar e transformar os atores sociais e a necessidade de sobrevivência do futuro psicólogo o coloca, por vezes, numa dicotomia entre a prática, muitas vezes burocrática e vazia que terão que encarar, e o desejo originário de transformar o outro.

2- PARADOXOS CONTEMPORÂNEOS: O FAZER TRADICIONAL VERSUS O FAZER CIENTÍFICO EM DONA MIMMA

Para discutir esta teia de valores e desejos difusos, escolheu-se o conto de Luigi Pirandello, *Dona Mimma* (2000), como norteador da reflexão acerca da polissemia do trabalho nas práticas de saúde. O conto, escrito em 1919, aborda justamente os impasses entre a aquisição de um saber dito científico e uma prática engendrada nos hábitos e costumes tradicionais numa pequena comunidade no sul da Itália. Desta forma, conhecemos Dona Mimma, a única parteira local, estimada e respeitada por todos, os quais ela “comprara em

Palermo, com o dinheiro do papai e trouxera numa liteira de marfim” (p. 26). Esta fábula é a forma pela qual Dona Mimma apresenta às crianças o mistério do nascimento e, como veremos, mostra-se como parte de sua identidade profissional, constituída pelo saber tradicional passado de geração para geração.

Outros elementos físicos e narrativos imprimem em Dona Mimma um aspecto alegórico, tal como uma lenda local: o xale negro que lhe cobre o pequenino corpo, o lenço azul amarrado na cabeça, e as mãozinhas, sempre protegidas por luvas, as quais, imprimem “um aspecto de limpeza na pequena velhinha” (PIRANDELLO, 2000, p. 27). Tal aspecto conjugado com a imagem de ‘vovó’ coletiva encanta a todos na vila, das crianças aos idosos, e faz Dona Mimma regozijar-se de alegria e satisfação com seu trabalho.

Até que um dia chega à cidade uma jovem enfermeira vinda do continente, uma “sirigaita de 20 anos, com formação na Universidade” (PIRANDELLO, 2000, p. 29). A cidade, assim como Dona Mimma, estranha o aspecto da moça, tão lépida e versátil, na sua calça, sinal de modernidade feminina na época, e chapéu na cabeça. A moça não consegue trabalho em lugar algum, já que todos estimam somente Dona Mimma. Como saída, diante da falta de trabalho, a “piemontesa” (p. 29) denuncia Dona Mimma pela falta de instrução formal. Seus 35 anos de prática nada vale mais. Assim, impedida de trabalhar, Dona Mimma parte para o continente para obter sua instrução.

A chegada à cidade de Palermo já denota o choque cultural entre um ambiente arcaico, como que suspenso pelo tempo, e outro cosmopolita, marcado pelas transformações da modernidade. Dona Mimma se assusta com os barulhos, as multidões, os carros, a rapidez dos movimentos. Na Universidade as coisas não são muito diferentes. As colegas, jovencinhas como a “piemontesa”, zombam dela, de seu xale negro, de seu espanto diante de todos aqueles instrumentos e termos técnicos, que mais se assemelham a palavrões. Dona Mimma chora (PIRANDELLO, 2000).

Consolada e motivada pelo professor, Dona Mimma se esforça em aprender aquilo que já sabia. Porém, seu saber antes tão manejado e espontâneo, como se fizesse parte dela própria, agora se perde naqueles “palavrões”, naquelas regras e assepsias. Dona Mimma, então, aprende desaprendendo, e neste desaprender adquire o saber. Mas o que é o saber? Segundo o professor:

O conhecimento, para ser útil, precisa transformar-se de implícito em explícito, ou seja, precisa vir para fora, de modo que possamos ver claro parte por parte e em cada parte distinguir, definir, quase tocar com as mãos, mas com mãos que enxergam, ora! De outro modo, o conhecimento nunca se tornará saber. Questão de nomes? De terminologia? Não, o nome é o conceito, em nós, de cada coisa fora de nós. Sem o nome não temos o conceito, e a coisa fica em nós como cega, indefinida, indistinta (PIRANDELLO, 2000, p. 40).

Ironicamente, o saber em Dona Mimma opera um processo oposto. Antes ‘cega’ em seu saber bruto, leigo, agia verdadeiramente de acordo com seu desejo. Diplomada, Dona Mimma retorna ao vilarejo e o que encontra? Encontra a “piemontesa”, agora paramentada como ela anteriormente: xale negro nos ombros, lenço azul na cabeça e luvinhas nas mãos, correndo lépida de um lado para outro, atendendo toda a cidade. E não só, a “sirigaita” também lhe rouba a fábula: agora é ela que “traz as crianças de Palermo, com o dinheiro do “papá”. Os traz a noite, quando não há barulho, numa liteira branca de marfim” (PIRANDELLO, 2000, p. 42). Já Dona Mimma chega despojada de seu aspecto anterior. Usa roupas mais práticas, troca o lenço na cabeça por um chapéu, aquele mesmo tipo com o qual a jovem enfermeira aportara na vila.

Com os papéis assim trocados, o leitor sente na pele o choque de Dona Mimma. Afinal, não era ela tão amada e apreciada? Tão requisitada e confiada pelo povo da cidade? Agora estes se derretiam pela jovem usurpadora, com seu sotaque do continente, com o qual “o povo se sentia falando também italiano” (PIRANDELLO, 2000, p. 43). Já Dona Mimma perde sua credibilidade. Primeiro pelas roupas, que o povo olha de soslaio. As crianças já não a reconhecem mais, após dois anos fora, e fazem cara feia para ela. Dona Mimma chora.

Seu diploma pouco efeito causa na população local, não era isso que queriam. A exigência do diploma veio de outros, do Sistema, aquele que não vê cara nem coração. O que apreciavam era a fábula, o contato humano e próximo, o aspecto de ‘vovó’ coletiva. Mas isso tudo lhe fora roubado pela “piemontesa”. E pior, ela agora tem o que Dona Mimma tinha, mas perdeu, agregado ao saber científico que facilmente adquirira na Universidade. Já Dona Mimma, quando ainda requisitada para um parto, se confunde com os procedimentos. Segue as regras assépticas tão à risca que quase morrem a mãe e o bebê.

O final do conto é uma mescla de ironia com desolação. Após um procedimento quase fatal, em que a “piemontesa” teve que ser chamada às pressas para salvar mãe e filho, Dona Mimma cai no esquecimento. Dela só lembram para zombar. E pior, agora deu de beber vinho e pode ser encontrada na praça central da vila, xingando a “piemontesa” por palavrões, assim como o médico, aquele “charlatão”. Enquanto isso, a “sirigaita” passa lépida, com o xale negro nos ombros e o lenço azul na cabeça, de casa em casa fazendo os partos. No meio da correria, pode-se observar, de soslaio, um sorriso malicioso nos lábios (PIRANDELLO, 2000).

3- TRABALHO E ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE- OS IMPASSES DAS PRÁTICAS EM SAÚDE

Para Aganbem (2009), o contemporâneo é aquele que antevê o futuro ofuscado pelas luzes do presente, combinando os elementos arcaicos com a vanguarda pôr vir. Pode-se reconhecer na narrativa de Pirandello (2000) as características do pensador contemporâneo, já que exprimi em seus livros problemáticas concretas de nossa atualidade. Assim, o conto Dona Mimma nos apresenta questões práticas no que concerne a formação dos profissionais da saúde: a dicotomia entre o saber ilustrado da academia e a prática que emerge de posturas e vivências pessoais. Afinal, como equilibrá-los?

Uma crítica corrente feita ao academicismo erudito alega que esse se interessa mais na discussão de ideias e conceitos que, por vezes, estão distantes da prática em si (ROZEMBERG; MINAYO, 2001). Na academia lê-se Foucault, Deleuze, Guattari, Lacan, autores que criticaram aspectos variados das relações de poder e dos mecanismos do sistema. Os ideais se inflamam, o desejo de transformar se aflora. Mas, em nossas práticas este desejo esbarra nos próprios mecanismos apontados pelo saber: a burocracia, a necessidade de alcançar metas, os encaminhamentos, as leis a serem seguidas; no geral este conjunto de protocolos exclui o sujeito que se coloca a nossa frente. O discurso é um, a prática é outra. Este é um primeiro problema a ser delineado.

Outro emerge justamente no fascínio e sedução que o saber comporta. As ideias e conceitos também se configuram como luzes fortes que podem cegar a prática. Neste sentido, Guattari (2001) observa como o saber, tomado como verdade absoluta e soberana,

pode incorrer num processo de engessamento da prática. Toma como exemplo a Psicanálise e seus praticantes. Tratada como dogma, tal disciplina torna-se um objeto em si mesma. Subjetividades são classificadas de acordo com axiomas filosóficos. Assim, a mulher é minimizada como a histérica em sua eterna busca pelo objeto fálico. O homossexual é via de regra um perverso, sendo assim torna-se automaticamente um doente, não importando como ele realmente é, como se relaciona consigo e com os outros. Tal engessamento do saber transparece num engessamento da prática. No conto de Pirandello (2000), este processo de enrijecimento leva Dona Mimma ao declínio de seu ser, ao ocaso de seu desejo.

Retomando Guattari (2001) podemos pensar que uma ética do cuidado vá ao encontro do que ele denomina ecosofia, a articulação entre três registros relacionais: o meio-ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. Esta última vê-se minada cotidianamente pelos avatares pós-modernos bombardeados no imaginário social, que transmitem mensagens que mobilizam o aspecto negativo do narcisismo que parasita todos nós. Neste caleidoscópio de emblemas egóicos, a subjetividade encontra-se perdida e isolada dos dois aspectos apontados pelo autor, os quais, acreditamos, só acarretam um sentido quando articulados entre si.

4- CONCLUSÃO

A partir da breve análise do conto estudado, podemos perceber que o fazer em saúde está atrelado à dimensão do cuidado humanizado, tal como preconizado pelo Sistema Único de Saúde. Infelizmente, nem sempre esse cuidado ocorre como idealizado, pois esbarra em dimensões da vida concreta que extrapolam o desejo inicial de cuidar e acalantar o outro (o usuário do serviço) (BRASIL, 2010). As duplas mensagens que impregnam esses espaços assim como a falta de recursos básicos, tanto materiais como capacitadores dos trabalhadores em saúde, além dos impasses da vida cotidiana, fazem que muito se perca dos motivadores iniciais que levam os sujeitos a buscar tais profissões.

Desta forma, o incômodo gerado pela prática na docência, na formação de profissionais da saúde toma corpo quando nos vemos participando de um sistema que preconiza a quantidade em oposição

à qualidade, a técnica isolada da teoria que a concebeu, a necessidade imediata e inegável do emprego em contraponto ao compromisso que tal tarefa deveria agitar, no caso, no jovem psicólogo.

Na prática docente, vivenciamos cotidianamente os conflitos que permeiam a transmissão do saber e o processo de afetar os discentes com o desejo da prática, a qual nem sempre será realizada conforme os ensinamentos passados, pois esbarra nas demandas sociais plasmadas pelos vários espaços de labor encontrados no país. Assim, nota-se um hiato entre a formação, muitas vezes idealizada, e os espaços concretos de trabalho, que muitas vezes demandam práticas que se chocam com o necessário cuidar, implicado na construção ética. O desafio está justamente nesse hiato, entre o saber e o mundo da experiência concreta, que incide sobre o jovem aprendiz de psicólogo que poderá se tornar um profissional que acolhe as dores de seus pacientes, sejam estes encontrados num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), num presídio, ou numa sala particular de atendimento. Que pensemos que a verdadeira mudança só é autêntica quando vem de dentro, seja de nós, em nossa peculiaridade subjetiva, seja dentro de um sistema. Para isso, nossa dona Mimma interior precisa equilibrar o conceito aprendido na academia, sem deixar de lado sua fábula, a qual diz que: “traz a criança à noite, numa liteira de marfim”. Sem isto, somos apenas mais uma “sirigaita” espertalhona, atuando uma performance usurpada, com um sorriso malicioso nos lábios, quando ninguém está olhando.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. (V. N. Honesko, Trad.) Chapeco: Argos, 2009.

CAMPOS, G. W. Saúde Pública e Saúde Coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, pp. 219-230, 2000.

COELHO, M. T., & ALMEIDA FILHO, N. Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. *História, Ciências, Saúde*. Manginhos, Rio de Janeiro, pp. 315-333. 2002.

COSTA, R. d. Uma vida (nua) é como Piscina (sem água)? *Revista*

Galáxia, pp. 171-183, 2011.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. Em M. FOUCAULT, *Ditos & Escritos V- Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANCO, T. B., & MERHY, E. E. Cartografias do Trabalho e Cuidado em Saúde. *Tempus- Actas de Saúde Coletiva*, pp. 151-163, 2012.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. (M. C. Bittencourt, Trad.) Campinas: Papirus, 2001.

PIRANDELLO, L. Dona Mimma. Em L. PIRANDELLO, *Novelas para um ano* (B. B. Carvalho, Trad., pp. 25-52). São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2000.

ROZEMBERG, B., & MINAYO, M. d. A experiência complexa e os olhares reducionistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6, pp. 115-123, 2001.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro.*, pp. 29-41, 2007.

EXPERIMENTO-PILOTO: MÁSCARA DE MEDO

BERVIQUE, Janete de Aguirre
CARDOSO, Dayse Priscila
ESQUINELATO, Emanuela
FLORENTINO, Camila Ferreira
GUIMARÃES, Marília Aparecida
SANTOS, Leila Gomes

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos na aplicação do experimento-piloto, método que faz parte da abordagem de Gestalt-terapia. O experimento piloto Máscara de Medo foi realizado com um grupo experimental de 08 voluntários. Convidamos para irem até a CEPPA, pedimos para os voluntários sentarem-se onde quisessem, de forma confortável. Aplicamos uma técnica de respiração. Durante o experimento, observamos como estes se comportavam, e fizemos anotações dos comportamentos e resultados obtidos.

Palavras-chave: aqui-e-agora, experimento-piloto, Gestalt-terapia.

ABSTRACT

This article aims to present the results obtained in the application of the pilot experiment, a method that is part of the Gestalt-therapy approach. The Mask of Fear pilot experiment was conducted with an

experimental group of 8 volunteers. We invite you to go to CEPPA, we ask the volunteers to sit comfortably wherever they want. We apply a breathing technique. During the experiment, we observed how they behaved, and made notes on the behaviors and results obtained.

Keywords: and here-and-now. pilot experiment, gestalt-therapy

INTRODUÇÃO

A Gestalt-terapia foi criada por Frederick Perls na década de 1950. Fritz contribuiu de se criar uma teoria organicista centrada no aqui-e-agora, ou seja, um organismo como um todo, que englobasse o sujeito em sua totalidade como: emoções, sentimentos, fantasias, sonhos, tudo que se vivencia e se constitui em suas experiências.

Segundo Perls, o homem é um organismo unificado e não pode ser admitido a divisão entre mente e corpo, que os pensamentos e ações são feitos da mesma matéria, ou seja, das mesmas ações.

Na Gestalt-terapia é a relação que se estabelece entre o terapeuta e o parceiro terapêutico para criar um vínculo. A ideia é construir uma relação genuína através do diálogo de pessoa para pessoa, que aos poucos o sujeito começa ampliando sua percepção e assim dando e atribuindo seus próprios significados de experiências existenciais.

Sua proposta é que o sujeito se aceite como ele é, tendo uma maior ampliação da sua própria conscientização e aumentando sua autoaceitação, autoconfiança, e aprendendo a confiar em seus próprios valores.

APLICAÇÃO DO EXPERIMENTO-PILOTO

O experimento foi aplicado por um grupo de cinco alunas do 8º termo do Curso de Psicologia da FAEF. O grupo experimental foi constituído de 6 sujeitos do sexo masculino e 2 sujeitos do sexo feminino, na faixa etária de 19 a 43 anos, todos alunos do 2º ano da turma de Agronomia da FAEF. Este experimento foi realizado na sala de grupo 2 da CEPPA, no dia 26/09/2015, às 10:00 da manhã.

Os materiais utilizados para relaxamento foram cadeiras e o chão. Inicialmente, aplicamos uma técnica de relaxamento para que estes, que estavam muito agitados, pudessem ficar mais calmos e tranquilos. Conduzimos os sujeitos do experimento a entrar em contato com a sua respiração.

Após o relaxamento a experimentadora inicia uma viagem de fantasia, utilizando a bibliografia de BERVIQUE (2007, p.89).

D: Sente-se na cadeira...

M: Posso me sentar no chão mesmo?

D: Sim.

M. (senta-se no chão, com as costas voltadas para os pés da cadeira, com as pernas esticadas para a frente).

D: Feche os olhos e ajeite-se numa posição bem confortável...

(Todos se ajeitam e fecham os olhos).

D: Por algum tempo, fique em contato com a música, só com a música, sem nada pensar...

D: Se algum pensamento vier, não fique brigando com ele; deixe que ele venha e se vá, por si só...

D: Agora, respire profunda e pausadamente algumas vezes, e mantenha os olhos fechados...

D: Imagine que você está visitando uma exposição folclórica...

D: Caminhe um pouco por esse espaço e observe como ele é...

D: Como você se sente estando aí?...

D: O que você vê?...

D: Como são as pessoas que aí estão?...

D: Que tipos de objetos estão expostos?...

D: Algum, em especial, chama a sua atenção?...

D: Veja ali, à sua direita, alguns metros adiante, há um mostruário de máscaras. Dirija-se para lá...

D: Agora, observe essas máscaras...

D: Fazendo isso, você percebe que uma atrai a sua atenção...

D: Fique diante dela e observe-a...

D: Perceba todos os detalhes...

D: Como é essa máscara?...

D: Do que ela é feita?...

D: Para que serve?...

D: Que sentimentos ou emoções a expressão fisionômica dessa máscara está representando?...

D: O que você sente vendo essa máscara?...

D: Como se sente em relação a ela?...

D: Por conta própria e durante mais algum tempo, experencie o contato com essa máscara...

D: Agora comece a se afastar daí, saindo desse espaço da exposição...

D: Comece a se movimentar...

D: Espreguice-se...

D: Abra os olhos, voltando à sua existência aqui nesta sala...

D: Agora, eu quero que você relate sua experiência no presente, como se estivesse acontecendo agora. Dê ênfase ao pronome “eu”.

Durante o experimento uma das experimentadoras conduziu a viagem de fantasia e as outras quatro integrantes do grupo observaram e anotaram as respostas dadas por cada um dos participantes.

RESULTADOS OBTIDOS

No início do experimento todos estavam agitados e conversando muito uns com os outros. Utilizamos uma técnica, em que todos puderam entrar em contato com a própria respiração, e conseguiram ficarem calmos e em silêncio.

Durante o experimento duas pessoas permaneceram de braços cruzados sobre o peito, o restante ficaram com os braços apoiados sobre as pernas. Um sujeito chamou-nos a atenção por respirar profundamente por duas vezes.

Após o experimento relataram muita ansiedade, tristeza e medo, apenas uma pessoa do sexo feminino relatou estar bem tranquila, e atribui tal fato ao momento de felicidade que está vivendo.

Cada pessoa que relatou sua experiência disse encontrar relação do que vivenciou no experimento com acontecimentos da vida. A

maioria imaginou-se em matas e florestas, lugares escuros, que geraram medos e angústias. Os pontos que mais chamaram a atenção foram: medo, tristeza, resistência e ansiedade.

Sujeito 1: Eu estou voando por cima de um vilarejo, e em abaixo tem pessoas vestidas de amarelo e vermelho, como se fosse carnaval. No meio das pessoas tem um homem com uma máscara de ferro brilhante. Eu sinto que tenho que liderar, como se fosse ser o líder de uma guerra.

Sujeito 2: Eu visualizo máscaras de cachorro Pitt Bull e Rotweiller.

Na exploração desse conteúdo os demais membros disseram que esse sujeito é “explosivo”.

Sujeito 3: Eu estou tendo uma visão tranquila, com máscaras coloridas. Acho que esse fato é porque estou em uma fase da vida bem tranquila e feliz.

Sujeito 4: : Eu estou em uma mata escura com uma máscara preta e branca, como a máscara do pânico, acho que tem relação com o acidente que sofri.

Sujeito 5: Eu visualizo algumas máscaras vermelhas e brancas, pessoas com arcos e flechas querendo me atingir, vejo muitas pessoas chorando. Estou me espreguiçando e não consigo ver mais nada, nem ninguém.

Sujeito 6: Eu não consegui nem pensar e nem imaginar nada.

(Mas permaneceu o tempo todo em silêncio e de olhos fechados).

Sujeito 7: Eu vejo uma exposição de máscaras, todas iguais, douradas e brilhantes como de carnaval. Agora não estou conseguindo ver mais nada.

Sujeito 8: Eu também não consegui fazer pensar nem imaginar nada.

(Também permaneceu em silêncio e de olhos fechados).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da Gestalt-terapia, por meio de suas técnicas e métodos trabalhados, realizamos o experimento-piloto “A Máscara de Medo”, em que o objetivo é fazer com que o indivíduo entre em contato com as suas emoções e sentimentos no aqui-e-agora. Dentro deste

contexto, o experimento aplicado atingiu o objetivo parcialmente, pois dois participantes não conseguiram realizar a viagem de fantasia. Porém, o restante do grupo estava centrado no que estava sendo proposto e falou de suas experiências e vivências com uma clareza de visão que acrescentou muito o nosso conhecimento como estudantes de psicologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERVIQUE, J. de A. A bênção, Fritz...: Gestalt-terapia, eu e você. 2. ed. Bauru: EDUCON, 2007.
- <https://psicologado.com/abordagens/humanismo/a-gestalt-terapia-e-frederick-perls>
- <https://www.nucleogestalt.com.br/artigo.asp?id=1>

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE PAIS E FILHOS

LIMA, Chriscia Maria dos Santos de ¹

SOSSOLOTE, Patrícia Camilo ²

SANTOS, Victória Brito dos ³

DOTA, Fernanda Piovesan ⁴

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF. E-mail: Chriscia.lima@outlook.com

² Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF. E-mail: pattysossolote@hotmail.com

³ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF. E-mail: victoriabrito79@gmail.com

⁴ Docente do curso de Psicologia Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e aprendizagem, Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF. E-mail: fer.dota@hotmail.com

RESUMO

Este artigo, com bases bibliográficas, pretende analisar a importância do diálogo aberto entre pais e filhos, especificamente, sobre sexo e gravidez e, identificar possíveis maneiras dos pais abordarem este assunto com seus filhos na fase da adolescência. Este estudo focaliza na importância de mães e pais terem um diálogo com seus filhos adolescentes na questão de sexualidade como uma forma de evitar os fatores de riscos e de casos de gravidez indesejada. Para os pais, é difícil lidar com a sexualidade de seus filhos quando eles próprios ainda são cercados de tabus e indefinições.

Palavra-chave: Adolescência, diálogo, gravidez.

ABSTRACT

This article, with bases bibliographic intends to analyze the importance of open dialogue between parents and children, specifically, about sex and pregnancy, and to identify possible ways of parents to approach this subject with your children at the stage of adolescence. This study focuses on the importance of mothers and fathers have a dialogue with their teenage children on the issue of sexuality as a way of avoiding the risk factors and cases of unwanted pregnancy. For parents, it is difficult to deal with the sexuality of their children when they themselves still are surrounded by taboos and uncertainties.

Keyword: Adolescence, dialogue. pregnancy.

1. INTRODUÇÃO

A importância deste artigo consiste em atribuir um significado ao diálogo estabelecido entre pais e filhos sobre assuntos que envolvem a atividade sexual dos adolescentes, de tal forma que possibilitam o desenvolvimento emocional e conhecimento das maneiras seguras de se aproveitar a experiência do sexo. No que se refere aos factores psicológicos, a investigação tem vindo a mostrar a importância de certas características - tais como a imaturidade cognitiva, as atitudes negativas em relação ao sexo e as dificuldades ao nível da personalidade - que não favorecem, nem o planeamento do relacionamento sexual, nem o uso de métodos contraceptivos e, por conseguinte, colocam a adolescente em maior risco de engravidar. O uso menos frequentemente de métodos contraceptivos é, com efeito, um dos aspectos mais referidos quando se comparam adolescentes grávidas e adolescentes não grávidas (HOLDEN et al., 1993).

Segundo Osório (1992, apud Cano et. al. 2000, p. 18), “a adolescência é uma etapa da vida na qual a personalidade está em fase final de estruturação e a sexualidade se insere nesse processo, sobretudo como um elemento estruturador da identidade do

adolescente”. Trata-se de um período de vida que merece atenção, pois esta transição entre a infância e a idade adulta pode resultar ou não em problemas futuros para o desenvolvimento de um determinado indivíduo; isso depende muito das relações estabelecidas nesse complexo processo.

A adolescência ocorre entre os 10 e 19 anos. Durante este período, as transformações pelas quais perpassam o indivíduo são muitas, uma vez que buscam uma nova identidade. Como consequências das mudanças relacionadas à atividade sexual têm-se o aumento dos índices de gravidez na adolescência. Existem vários fatores que contribuem para que mulheres tão jovens engravidem, tais como a menarca (menstruação) precoce e a deficiência na educação sexual, que seria a falta de diálogo das meninas com os familiares, bem como, orientação sexual desenvolvida na escola (BUENO, 2006).

Para o desenvolvimento deste artigo optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa bibliográfica, que consiste em descrever os motivos que levam os pais a não falarem do tema “sexo” com seus filhos e as decorrências da ausência desse diálogo.

A gravidez na adolescência é um tema que chama a atenção de pais, profissionais de diferentes áreas, como médicos, psicólogos e professores, e, principalmente, de pesquisadores, já que existem diversos métodos contraceptivos disponíveis e de fácil acesso, tais como, camisinha, anticoncepcionais, tabelinha, pílula do dia seguinte entre outros, porém não sendo utilizados.

Tendo em vista as discussões frequentes sobre a gravidez na adolescência, faz-se necessário um estudo para melhor compreendê-la, o que é proposto neste trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

A adolescência traz consigo o desenvolvimento das suas características sexuais e as diversas transformações físicas e psicológicas. As transformações físicas acontecem devido ao elevado aumento das produções de hormônio neste período (SANTOS, 2006).

Ocorre na adolescência uma alteração qualitativa na atividade cognitiva. Essa alteração foi descrita por Piaget que a qualificou de capacidade de raciocinar sobre o raciocínio. É o que ele denomina

representação de segunda ordem. A maneira com que a inteligência se desenvolve nessa época afeta todos os aspectos da vida, pois o adolescente utiliza as novas capacidades para pensar a respeito de si mesmo e do mundo exterior (MANNING, 1977).

À medida que vai se apercebendo das pessoas que a cercam (Piaget explicaria isto como sendo um movimento para fora do egocentrismo da primeira infância) e transferindo sua atenção do brinquedo puro para as atividades adultas, a criança começa a encarar-se a si mesma sob uma nova luz. Em primeiro lugar, ela interioriza muito mais. As demonstrações externas de medos comuns na primeira infância cedem agora lugar para a angústia, manifestada através de diversos mecanismos de defesa. A criança está, também, intensamente consciente de seus pares e tende a avaliar suas habilidades pelas deles (MANNING, 1977).

Ao escolher os companheiros cujos interesses combinem com os seus, e ao imitar as características dos mesmos que são por ela identificadas como socialmente prestigiosas, a criança está iniciando um complicado processo de auto avaliação. Além de lhe fornecer uma medida de seu atual desempenho dentro de sua sociedade, esse processo influirá sobre seu sucesso ou malogro futuros (MANNING, 1977).

O aumento nas taxas de gravidez na adolescência pode ser explicado por diferentes causas, podendo variar. Dentre os fatores de risco para analisar esta questão, destacam-se os aspectos socioeconômicos. Apesar do fenômeno atingir e estar crescente em todas as classes sociais, ainda há uma forte relação entre pobreza, baixa escolaridade e a baixa idade para gravidez. Além disso, fatores como a diminuição global para a idade média para menarca e da primeira relação sexual compõem um cenário de risco que colabora para o aumento desses riscos, ou seja gravidez na adolescência e gravidez não desejada (PEREIRA, 2013).

Segundo Nóbrega (1995), “a gravidez na adolescência é mais frequente em camadas desfavorecidas economicamente, fruto da carência da mulher desta classe em ser reconhecida e valorizada por seu grupo social”. Geralmente, estas jovens não desejam se casar, ou seja, não desejam reconhecer suas uniões perante a sociedade em que vivem. Normalmente possuem pouca disponibilidade de tempo e baixa escolaridade, o que as tornam

mais vulneráveis para alcançarem sucesso em busca de trabalhos formais não domésticos. A maioria das adolescentes que engravidam não tem escolaridade completa, dificultando o sucesso para o emprego. Essa problemática pode ocorrer, por sua vez, devido à falta de informações, contatos, meio afetivo da família e profissionais ou até mesmo por falta de interesse dessas jovens.

A utilização de métodos contraceptivos entre adolescentes, de modo geral, são baixas (HALBE, 2000). A compreensão dos fatores de riscos sobre a não-utilização dos anticoncepcionais e dos diversos contraceptivos na adolescência é essencial, trata-se de um meio de prevenção tanto de uma gravidez indesejada como de doenças sexualmente transmissíveis.

A gravidez vivenciada pelos adolescentes e jovens precisa ser compreendida por meio da interação de quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. O processo é responsável pelo desenvolvimento e envolve os processos proximais, caracterizados pela interação mais complexa de um ser humano ativo, em evolução, com as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

No âmbito familiar, a gravidez na adolescência parece indicar dificuldades nas relações entre pais e filhas e nas condições contextuais para o desenvolvimento psicológico da filha. No âmbito individual, a jovem gestante se questiona *"por que isso aconteceu justamente comigo?"* e *"que será agora de minha vida?"*. Em outras palavras, a gravidez na adolescência traz sérios problemas para programas de saúde pública, para projetos educacionais, para a vida familiar, e para o desenvolvimento pessoal, social e profissional da jovem gestante como vem sendo reconhecido pela literatura (STEINBERG, 1996). O problema exige da saúde pública programas de orientação, preparação e acompanhamento durante a gravidez e o parto, e também cuidados pediátricos e psicológicos. Da família, requer uma redefinição de crenças, atitudes e valores, e novos arranjos de espaço físico (mais uma cama), de tempo (cuidados com a criança) e de finanças (aumento das despesas). Da jovem implica em dificuldades com a escola ou com atividades profissionais. Sendo a gravidez desejada ou não, os planos pessoais serão revistos e as jovens terão que se defrontar com as dificuldades inerentes à nova realidade. (DIAS; GOMES, 2000).

De acordo Nery et.al (2015), a família é o espaço seguro e de proteção de seus membros, responsável pela perpetuação de valores éticos e morais que vão guiar o adolescente por toda a vida. Cabe a ela discutir, orientar e sanar, se possível, as principais dúvidas, buscando identificar e focar nos tabus e medos presentes nessa fase. No entanto, o que se vê é uma dificuldade de expressão por partes dos pais, representada nas falas pela dificuldade em manter o diálogo sobre esse tema em casa.

Percebe-se que a grande resistência dos pais para iniciar a conversação com os filhos se dá pela falta de preparação, ou por vergonha para abordagem do tema, ou por ambos. Além disso, alguns pais temem que a introdução precoce do tema possa significar um aval para que os mesmos iniciem sua vida sexual antecipadamente. Uma alternativa para isso é iniciar esta conversa desde a infância, assim que surgirem as primeiras dúvidas, pois isso permite uma adaptação e a maturação do diálogo, conforme a faixa etária dos filhos. (NERY, et al, 2015).

“Alguns estudos indicam a ocorrência de uma associação entre as características físicas pubertárias e um distanciamento progressivo entre os pais e seus filhos, podendo ser intensificados alguns conflitos, especialmente com a figura materna” (STEINBERG, 1996). Se o primeiro outro do diálogo é o pai, a mãe ou ambos, temos então algumas dificuldades a serem superadas. A experiência da sexualidade é um dos tópicos mais importantes e problemáticos do diálogo entre o adolescente e seus pais.

Os pais, por não trocarem essas informações sobre sexo com seus filhos, acabam sofrendo certo constrangimento quando a “filha” aparece grávida em casa, com isso vem o arrependimento de não os alertar sobre o assunto dificultando assim, o papel de educador. As famílias não conseguem transmitir a orientação sexual adequada para os filhos.

No entanto, torna-se necessário enfrentar as barreiras, as discussões com os pais devem ser constantes, as ordens, desafiadas, e as imposições, questionadas. Em meio a isso, o jovem idealiza seu futuro, sua profissão e suas relações, e passa a buscar opiniões relevantes para o enfrentamento dessa nova etapa.

De acordo com Nery et.al (2015), os pais sentem - se impotentes e delegam essa função a terceiros, como a escola, os profissionais

da saúde e a sociedade. A escola se configura em um espaço de desenvolvimento de tecnologias e habilidades, sendo de fundamental importância no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Ainda assim, esta se mostra ineficiente em cumprir esse papel, tal qual os pais.

As falas demonstram o discurso fortemente preventivo dos pais, englobando principalmente a gravidez e as doenças sexuais. Essa preocupação se dá pelo crescente número de adolescentes grávidas anualmente, somada ao grande número de abortos e de doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids, entre adolescentes. Dessa forma, os pais deixam de abordar o corpo, o erótico e os sentimentos e fecham-se em uma visão controladora e autoritária, que, se desobedecida pode ter consequências permanentes para os jovens. (NERY et al, 2014)

De acordo com um estudo realizado por Dias e Gomes (2000) é possível verificar os relatos de uma jovem que tem uma boa relação de diálogos com os pais e o desejo de ser aceita e compreendida por eles:

“Com os dois, sempre foi aberto assim. Eles nunca esconderam nada nem de mim, nem dos meus irmãos, tudo sempre aberto.(...) Sobre tudo, sobre quando tinha dúvidas. Sexo, tudo a gente conversava. Até a mãe perguntava: ‘Ah os namorados?’ ... quando eu comecei a transar eu tava morando com o meu pai. E sempre com homem a gente fica mais constrangida, até o meu pai ficou meio chateado porque... ele: ‘Poxa, se tu tava morando comigo tu tinha que ter contado primeiro pra mim que tu tava grávida, não pra tua mãe’. Isso aí ele ficou super magoado conosco. Daí eu: ‘Ah, pai, tu tem que ver que mesmo a gente morando contigo, a gente se sente melhor conversando com uma mulher’. Mas ele ainda não entende, até hoje ele tem mágoa disso. Ele ainda, não entra na cabeça dele que é sempre melhor pra uma guria conversar com uma mulher do que se abrir com o pai, mas eu acho que tá legal” (DIAS; GOMES, 2000, p.1)

O caso revela o desejo de um pai em estar próximo e aberto para a filha, disposto a participar reivindicando sua condição de proximidade física como justificativa de prioridade na conversa com a filha. No entanto, a proximidade de identidade foi a regra utilizada pela jovem ao escolher a mãe como confidente de sua gravidez.

A ausência de conversas estava associada a sentimentos como vergonha de revelar sua intimidade, medo de não ser compreendida ou de interferências em suas vidas. As conversas com as mães foram caracterizadas como unilaterais ou bilaterais (DIAS; GOMES, 2000).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos encontrados mostraram que o índice de gravidez em adolescentes economicamente desfavorecidas é mais elevado se comparado com as demais camadas da população. Existe uma dificuldade de os pais dialogarem sobre o assunto com seus filhos nessa fase. Entende-se que manter uma comunicação harmoniosa e eficaz com o filho adolescente pode ser uma das tarefas de maior responsabilidade que os pais podem enfrentar. As falas demonstram o discurso fortemente preventivo dos pais, englobando principalmente a gravidez e as doenças sexuais. Essa preocupação se dá pelo crescente número de adolescentes grávidas anualmente, somada ao grande número de abortos e de doenças sexualmente transmissíveis. Os pais ainda são os principais educadores que podem tratar à questão sexualidade e, dessa forma, devem estar preparados para assumir esse papel.

4. REFERÊNCIAS

CANO, M.A.T.; FERRIANI M. G. C. **Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico**. *Revista latino-am. enfermagem* - Ribeirão Preto - v. 8 - n. 2 - p. 18-24 - abril 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n2/12413.pdf>> Acesso em: 15. Ago. 2016.

CERQUEIRA, Elder S. et.al, **Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção**. *Psicol. estud.* Maringá, v. 15, n. 1, p. 72-85, mar. 2010 . Available from. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 19. Ago. 2016.

DIAS, A. C. G., GOMES, W. B. **Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - *Estudos de Psicologia*, 1999, 4 (1), 79-106. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n1/a06v04n1.pdf>/lsearch=%22a%20fam%C3%ADlia%20da%20adolescente%20grávida%22 > Acesso em: 16. Ago. 2017.

DIAS, A. GOMES, W. **Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes**. Porto

Alegre-RS, 2000. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-7972200000100013>>. Acesso em: 29, de Ago, 2017.

FIGUEIREDO, B. **Maternidade na adolescência: Do risco à prevenção.** *Revista Portuguesa de Psicossomática*, vol. 3, num 2, jul/dez, 2001, PP. 221-238. Porto - Portugal. Disponível em: > <http://www.redalyc.org/pdf/287/28730211.pdf><. Acesso em: 29, Ago, 2017.

MANNING, S. A. **O desenvolvimento da criança e do adolescente.** São Paulo. Editora Culturix, 1977. 208 pgs.

MOREIRA, T. M. M., VIANA, D. S., QUEIROZ, et.al . **Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez.** *Revista Escola Enfermagem; USP* (2007). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a14.pdf>> Acesso em 20. Mar 2017.

NERY, I. FEITOSA, J. et.al. **Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes.** Teresina-PI, 2015. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: ><http://www.scielo.br/pdf/ape/v28n3/1982-0194-ape-28-03-0287.pdf><. Acesso em: 29 de Ago, 2017.

PEREIRA. S. C. **Situação da gravidez na adolescência e estratégias para enfrentamento na equipe de saúde é vida.** Palmópolis/MG. 2013. Universidade Federal de Minas Gerais. Esp. Em atenção básica em saúde da família. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/Situa%C3%A7ao_gravidez_adolescencia_estrategias.pdf> Acesso em 12. Mai. 2017.

SANTAELLA, L. (1996). **Produção de linguagem e ideologia.** São Paulo: Cortez. Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000100013> Acesso em: 12. Mai. 2017.

STEINBERG, L. MORRIS A. S. **Adolescent development.** *Annu. Rev. Psychol.* 2001. 52:83-110. Disponível em: <http://www.colorado.edu/ibs/jessor/psych7536-805/readings/steinberg_morris-2001_83-110.pdf>. Acesso em 20. Ago. 2017.

VAZ, M. **Gravidez na adolescência.** - UNESA- UNIVERSIDADE ESTÁCIO

DE SÁ- 2007. Disponível em: <http://amigonerd.net/sociais-aplicadas/servico-social/historico-da-gravidez-na-adolescencia>> Acesso em: 12. Jan, 2017.

INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

ALMEIDA, Camila Lacerda de¹

FELISBERTO, Andressa Giacomini²

ZEFERINO, Danielle de Souza³

RODRIGUES, Juliana F. Alvares⁴

¹ Graduandos do Curso Superior de Psicologia na instituição Sociedade cultural e educacional de garça s/s ltda - faculdade de ensino superior e formação integral - FAEF

² Graduandos do Curso Superior de Psicologia na instituição Sociedade cultural e educacional de garça s/s ltda - faculdade de ensino superior e formação integral - FAEF

³ Graduandos do Curso Superior de Psicologia na instituição Sociedade cultural e educacional de garça s/s ltda - faculdade de ensino superior e formação integral - FAEF

⁴ Docente do Curso de Psicologia - FAEF - Garça - SP - Brasil. E-mail: jullinandes@gmail.com

RESUMO

A conquista do direito de trabalhar foi um marco na vida da mulher, essa conquista representou o início de uma nova geração de mulheres que se empenharam para alcançar a independência financeira, assim como obter um amparo legal para exercer seu trabalho. A ocupação profissional proporciona autonomia à mulher, bem como realização pessoal e melhoria na autoestima. As mulheres obtiveram benefícios através de seu trabalho, mas também enfrentou e ainda enfrenta obstáculos para executá-lo. O presente trabalho

tem como objetivo fazer uma investigação a respeito da inserção da mulher no mercado de trabalho

Palavras-chave: Direitos, mercado de trabalho e mulher.

ABSTRACT

The achievement of the right to work for a milestone in the life of women, this achievement represents a novelty of a new generation of women who have strived to achieve financial independence, as well as obtain legal support to carry out their work. Professional occupation provides women with autonomy, as well as personal and native self-esteem. As women have gotten benefit through their work, but also faced and still faces obstacles to run it. The present study aims to do research on the application of women in the labor market

Keywords: Rights, labor market and women.

1. INTRODUÇÃO

A trajetória traçada pelas mulheres para conquistar um espaço no mercado de trabalho foi marcado por muita luta e resistência. Os direitos que são garantidos as mulheres atualmente é fruto da mobilização de várias mulheres em prol da igualdade entre os gêneros.

Ao longo dos séculos foi construída uma ideia acerca do que viria a ser o papel do homem e o papel da mulher na sociedade. Esses papéis foram definidos inicialmente por critérios como características físicas e habilidades. As tarefas que exigiam força bruta eram designadas para os homens e as tarefas “leves” eram destinadas as mulheres.

No cenário atual, é notória a participação social da mulher, funções antes exclusivamente reservadas aos homens são exercidas pelas mesmas. Para ocupar tal espaço e exercer essas funções que lhe eram negadas, as mulheres passaram por um processo de empoderamento e luta pela própria independência. Ainda que muitos direitos tenham sido conquistados, a sociedade permanece com uma mentalidade machista e as mulheres ainda enfrentam um cenário de desigualdade.

O presente artigo aborda a inserção da mulher no mercado de trabalho, o processo enfrentado pelas mesmas para adquirirem esse direito, assim como os desafios e as dificuldades que ainda existem para atuação profissional da mulher.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Até o séc. XX as mulheres eram encarregadas de realizar tarefas exclusivamente do lar, fazendo assim as atividades domésticas e cuidando dos filhos. O homem por sua vez tinha o papel de provedor da casa, sendo responsável pela alimentação e segurança da casa. A mulher do início deste século era submissa aos seus companheiros, não tinham liberdade de expressão e nem direitos, pois viviam em uma sociedade machista e preconceituosa.

Segundo Margareth Rago (1997), *apud* MARIA ANGELA CARBONI sobre escrituras de Augusto Comte os membros do Apostolado Positivista do Brasil defendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro, um objeto sujo, infame essencialmente masculino. Não havia necessidade de a mulher sair de casa para trabalhar, isto era contra sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu espaço natural, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público. Isto era função do homem, da natureza masculina.

Esse contexto onde as mulheres trabalhavam somente como domésticas e exercendo seu papel de mãe e esposa começa a mudar no início do século XX.

Na teoria de Araújo (2004 *apud* Glademir Elisiane Bialas Jagnow 1 Vonia Engel2) a mulher teve um espaço no mercado de trabalho no início da I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente) devido aos homens terem ido para os campos de batalha as mulheres passaram a tomar frente, ou seja, trabalhar nas posições em que os homens exerciam o mercado de trabalho anteriormente. Após o término das guerras, como vários homens haviam perdido a vida nas batalhas em favor de defender seus países. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de conciliar os afazeres da casa, os cuidados dos filhos para levar adiante

os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos, ate mesmo para a sua própria sobrevivência, pois não havia mais um homem para sustentar seu lar.

Devido às crises econômicas pós-guerra e da ausência de um homem para chefiar o lar, as mulheres começaram então a trabalhar para sustentar a família. Eram mulheres de baixa renda ou/e viúvas, os trabalhos das mesmas eram relacionadas as funções que elas desempenhavam como domésticas, sendo assim, produziam artesanato e doces para arrecadar uma renda.

Desse modo as mulheres começaram a produzir seus próprios negócios e entrar no mercado de trabalho, porém essas práticas eram mal vistas pela sociedade. A população da época, carregada de preconceito viam esse trabalho como indigno e desonrante.

O preconceito e o machismo da época foi um empecilho para o trabalho feminino, no entanto não foi o bastante para impedir o ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

Com a necessidade de trabalhar fora para sustentar a casa, houve uma crescente onda mulheres que deixavam seus lares para trabalhar fora. A inserção da mulher no mercado se intensificou ainda mais nas décadas de 60 e 70 devido a movimentos políticos e sociais que promoveram mudanças culturais.

Vários fatores influenciaram a entrada da mulher para o mercado de trabalho. As dificuldades financeiras e a necessidade de sustentar a casa pressionou as mulheres a trabalharem fora para sobreviver. O sistema capitalista também contribuiu, pois oferecia empregos em troca de mão de obra barata.

Para Margareth Rago (1997 *apud* MARIA ANGELA CARBONI). No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista ocorreram grandes mudanças nas indústrias, na produção e na execução do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento no segmento maquinário, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas.

A mulher ao ingressar nas indústrias adquiriu um trabalho mais formal, porém isso não foi sinônimo de melhorias na sua qualidade de vida. Nas indústrias, para as mulheres a jornada de trabalho era extensa, as condições de trabalho precárias e o salário inferior aos dos homens. Havia uma grande desigualdade entre os gêneros, o

trabalho feminino era desvalorizado e as mulheres ficavam expostas a insultos, assédio e todo tipo humilhação.

Ainda que as condições de trabalhos fossem indignas, as mulheres persistiram no propósito de trabalhar e ter independência financeira. Por volta das décadas de 60 e 70 a entrada da mulher no mercado de trabalho se intensificou devido a movimentos políticos e sociais que acarretaram mudanças culturais.

Com o desenvolvimento e necessidade de qualificação de mão-de-obra as mulheres ingressaram também nas escolas. A educação e o conhecimento auxiliaram as mulheres no processo de empoeiramento e luta pela própria liberdade.

Com a demanda no mercado de trabalho, as melhores passaram a procurar qualificação profissional, prolongando assim os anos dedicados ao estudo. A mulher começa então a ter acesso ao ensino superior e a exercer funções antes ocupadas somente por homens.

Segundo Bruschini e Lombardi (1999 *apud* PEREIRA, SANTOS e BORGES). “Ao romper os padrões sociais que imputavam à mulher o casamento e a maternidade como alternativa primeira para a trajetória de vida, as jovens dos anos 70, passaram a colocar entre suas prioridades o estudo e a carreira profissional”.

A Constituição de 1932 estabelece que não deve distinção entre os sexos no que se refere a remuneração, no entanto as mulheres ainda sofrem preconceito e injustiças em seus trabalhos. Mesmo tendo qualificação e nível de instrução igual aos dos homens, a remuneração da mulher continua sendo inferior, tal situação reflete a desigualdade no trabalho persistente até os dias atuais.

Para Ambramo (2001 *apud* PEREIRA, SANTOS e BORGES). A maior participação das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição de desigualdades profissionais entre homens e mulheres. Estas ocupam alguns setores e profissões, uma segmentação que torna mais forte as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Ikeda (2000 *apud* PEREIRA, SANTOS E BORGES)em pesquisa sobre diferenças de remuneração no mercado de trabalho formal salienta que mesmo com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro as desigualdades em relação ao trabalho formal a segmentação por gênero existe, pois em todos os setores analisados

a remuneração feminina é claramente menor que a masculina.

A conquista do direito de trabalhar fora, tem influenciado a vida da mulher. A rotina já não é a mesma, dividir o tempo entre trabalho, família e casa passa ser exaustivo para muitas mulheres, já que as mesmas realizam dupla jornada com atividades do trabalho e as atividades domésticas.

Diniz (1999 *apud* SIMOES e RASHISMOTO) destaca que trabalhar fora de casa pode contribuir para aumentar a autoestima e o senso de confiança da mulher, contribuindo de forma satisfatória para um desempenho das funções familiares. Por outro lado, as tradições políticas, sociais e culturais têm dificultado à mulher conciliar os encargos sociais e familiares.

A falta de tempo para a família e as dificuldades em acompanhar o crescimento dos filhos são vistas pela mulher como perdas.

Desse modo as mulheres ainda possui desvantagem em vários aspectos de suas vidas. No trabalho sua remuneração é menor que a do homem, como também pode enfrentar situações assédio e discriminação. Em casa as mulheres que chefiam a família se depara com todas as atividades domésticas e a criação dos filhos que precisa ser feito por ela, e mesmo as mulheres que possuem companheiro (a) executam tais atividades sozinhas em vista de que os (a) mesmos (a) nem sempre contribuem com a realização destas atividades.

Uma mudança cultural tem ocorrido acerca do papel da mulher, sua relação com o trabalho e com a família, mesmo que seja um processo lento a sociedade vêm aderindo a concepção de que as atividades domésticas não são exclusivamente feitas para as mulheres e cuidar dos filhos é um dever da mãe, desse modo muitos homens tem realizado essas atividades juntamente com suas companheiras e aceitado de que isso faz parte de seu ofício de pai e companheiro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos as mulheres passaram por uma transição de papéis. As funções antes restringidas ao âmbito doméstico deu lugar ao trabalho fora de casa. A mulher ocupa cargos em vários segmentos, como empresarial, acadêmico, hospitalar, também têm alcançado postos que eram exclusivamente ocupados por homens e pouco a

pouco tem chegado a cargos de chefia. Nas escolas e universidades as mulheres também conquistaram espaço, cada vez mais tem a participação feminina nos cursos superiores, o que contribui para o aperfeiçoamento e qualificação profissional.

Mesmo com toda qualificação as mulheres enfrentam dificuldades e desigualdade no trabalho, sendo a remuneração é um dos principais problemas nos dias atuais.

A conciliação de trabalho, família e estudos tem sido um desafio para as mulheres e isso tem afetado a rotina das mesmas pois as três áreas demandam tempo e dedicação.

A mulher contemporânea desfruta de muitas possibilidades, o casamento deixou de ser á muito a única opção de vida. Características como independência, atitude e competência podem ser atribuídas às mulheres do século XXI.

E mesmo com os todos os desafios e dificuldades que um trabalho possa conter, é através dele que a mulher ainda luta por seu lugar dentro da sociedade. O trabalho não representa somente ter uma renda, mas contribui para independência financeira da mulher, assim como eleva sua autoestima e autovalorização.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luis César G. de. As Mulheres no Controle do Mundo- elas têm influência em todas as esferas, da política à comunicação. Forbes Brasil, São Paulo, set. 2004.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975-1982). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005.

PEREIRA, Rosângela et AL. A mulher no mercado de trabalho.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: HISTÓRIA das mulheres no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1997

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, Mercado de Trabalho e as Configurações Familiares do século XX. Revista Vozes do Vale: Publicações Acadêmicas . 2012- UFVJM

MOTIVAÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE ABRAHAM MASLOW

BERVIQUE, Janete de Aguirre
ESQUINELATO, Emanuela
SOUZA, Rogério Borges

RESUMO

O artigo oferece ao público profissional de várias ciências ligadas ao comportamento humano e estudantes de psicologia, um texto sucinto e didático como porta de entrada para os interessados no aprofundamento da presente pesquisa introduz sucintamente o assunto expõe o objetivo e a metodologia empregada. Examina o termo “motivação” de forma geral, descreve a visão integral do homem e procedem as conceituações específicas necessárias a compreensão da motivação na teoria de Maslow.

Palavras-chave: auto-realização ,desenvolvimento, motivação.

ABSTRACT

This article provides the professional public in various sciences related to human behavior and psychology students, a brief and didactic text as a gateway for those interested in deepening this study briefly introduces the subject exposes the objective and the methodology used. Examines the term “motivation” in general, describes the integral vision of man and proceeds specific concepts are necessary to understand the motivation on Maslow’s theory

Keywords: - realization, development, self ,motivation

1. INTRODUÇÃO

Abraham Maslow foi uma das principais figuras do Humanismo, rejeitando a abordagem psicanalítica e behaviorista, que segundo ele ignoram os aspectos positivos da vida, como a criatividade e o amor.

O autor descreve sua teoria como uma força motivadora, “chamado de auto realização”, (Kurt Goldstein); que se concentra no potencial do crescimento humano e nas características dos indivíduos saudáveis.

No início na década de 1950, Maslow considerava a psicanálise como a melhor abordagem psicoterapêutica disponível no momento, mas aos poucos foi desencadeando com as influências freudianas.

Para Maslow a psicologia deve fundamentar-se em preocupar-se com o aperfeiçoamento da vida humana, significando uma preocupação com a humanidade, por isso com todo esse seu discurso, no final na década de 1960 rejeitou o determinismo pessimista de Freud.

Abraham H. Maslow, criador da Terceira Força em Psicologia, denominada de Psicologia Humanista Existencial traz uma riqueza conceitual com a finalidade de equilibrar as conquistas alcançadas através da Psicanálise e da Comportamental, propondo uma dimensão total do ser humano que vive, existe, sofre, ama, cria, envelhece e morre. (MOSQUERA, 1980).

Em sua teoria existe uma descrição das necessidades humanas básicas, em que ele havia organizado em uma estrutura hierárquica estabelecendo em que as necessidades mais básicas devem ser satisfeitas antes das necessidades mais elevadas tornarem-se mais importantes, até em questão da nossa sobrevivência devemos elevar essa hierarquia.

Para Maslow (s.d.), todos os indivíduos têm necessidades básicas em que a intensidade varia de um para outro e independem das diferentes culturas, sendo as seguintes: fisiológicas, segurança, de amor, auto- estima, auto realização.

DESENVOLVIMENTO

1.1 MOTIVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL

Maslow concebe a motivação como algo constante, infinito e complexo que há em todos os seres humanos. À medida que satisfaz um desejo, vem outro ocupar seu lugar. O ser humano está sempre a desejar algo, para Maslow desejar significa ter outros desejos satisfeitos, levando-o a segunda formulação. Os desejos possuem uma ordem de predominância, desta forma o teórico propõe grupos de desejos e impulsos e cria categorias fundamentais classificando de modo abstrato os objetivos humanos. (FLEURY, 2002)

Maslow (s.d.) descreveu a motivação em termos de uma hierarquia, que nomeou Hierarquia das Necessidades, com diferentes tipos. Deste as mais básicas que são aquelas ligadas à sobrevivência, as necessidades fisiológicas de alimento, de ar, de sono etc., sendo satisfeitas essas necessidades outrasserão experimentadas. O segundo nível de necessidade é da segurança relacionada tanto a segurança física (imunidade ao perigo) quanto a psicológica (estabilidade, ordem), sendo satisfeitas essas necessidades começa a concentração nas necessidades relacionadas ao amor e a filiação, para que essa seja satisfeita requer do sujeito insight para o reconhecimento de que nem todos os relacionamentos são gratificantes. Supondo-se que as necessidades de amor e filiação foram satisfeitas, o próximo seria experimentar ade estima, sentimento de respeito próprio se sentido competente no que faz.

Para Maslow (s.d.) auto-realização em um motivo de crescimento, no uso máximo de suas próprias competências, sendo um processo, não um objetivo. Expressa por meio das experiências da vida, do enfrentamento dos desafios e da interação com o mundo em seus diversos aspectos.

O aspecto fundamental desta teoria baseia-se na suposição de que cada tipo de necessidade deve ser satisfeita suficientemente anteriormente àquelas colocadas nos níveis mais altos na escala proposta. À medida que as necessidades do nível hierárquico inferior vão sendo satisfeitas, surgem como preponderantes as de categoria imediatamente superior, as quais passam, então, a motivar mais intensamente o comportamento. Este modelo é bastante flexível

nesse aspecto, uma vez que o próprio Maslow reconhece a existência de variações individuais, especialmente no que diz respeito à intensidade das necessidades e ao momento em que se manifestam como prevaletentes. Neste sentido, o autor admite que, especialmente as de nível mais elevado na escala (necessidades psicológicas), possam também aparecer sem que as de categorias inferiores tenham sido plenamente satisfeitas. (PUENTE, 1982)

É importante esclarecer que após várias revisões, a escala de sete níveis proposta por Maslow (1954) sofreu modificações quanto ao número de categorias, constituindo-se finalmente de cinco, cujas definições são descritas a seguir para a melhor compreensão das ideias deste autor.

1ª. Necessidades fisiológicas: respondem à finalidade de manter a homeostase do organismo, sendo sua satisfação indispensável à sobrevivência do indivíduo e da espécie. São caracterizadas através da fome, sede, sono, sexo e oxigênio. Elas se inter-relacionam e são necessidades prementes, isto é, uma pessoa que não tem alimento, segurança, amor e estima, desejará, provavelmente, alimento acima de tudo.

2ª. Necessidades de segurança: Compreendem o desejo de proteger-se contra o perigo, a ameaça e a privação (doenças, acidentes, catástrofes, instabilidade econômica etc.), tanto em relação ao próprio indivíduo como de sua família.

3ª. Necessidades sociais: Referem-se ao desejo de pertencer, de formar parte, de participar, de ser aceito pelos outros, de dar e receber afeto e amizade. Maslow (s.d.) usa a definição de Rogers: “Amor significa ser plenamente compreendido e profundamente aceito por alguém”. Não o colocando como sinônimo de sexo.

4ª. Necessidades de estima: a necessidade de estima, para Maslow (s.d) se divide em duas categorias sendo a *autoestima* e o *respeito* por parte de outros. A satisfação da necessidade de autoestima conduz a sentimentos de autoconfiança, valor, força, capacidade e utilidade e, sua frustração traz sentimentos de inferioridade, fraqueza e desamparo. O respeito por parte do outro inclui prestígio, reconhecimento, aceitação, deferência, reputação, status e apreço. Um indivíduo com suficiente autoestima é seguro, capaz e produtivo.

5ª. Necessidades de auto-realização: Incluem o desejo de

crescimento psicológico, de aprimoramento das capacidades pessoais e de excelência nas realizações, constituindo, assim, um desafio permanente na vida do indivíduo. É caracterizado pelo desejo da pessoa tornar-se sempre mais do que é e de vir a ser tudo o que pode ser; a necessidade de saber e compreender e a necessidade do estético. (MASLOW, s.d.)

De acordo com Mosquera (1980), a falta de amor impede o crescimento do homem e a relação real de amor entre duas pessoas inclui a mútua confiança.

Balcão e Cordeiro (1971), afirmam que para Maslow a frustração das necessidades de amor causa falta de adaptação e psicopatologias graves.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação é um fator intrínseco e acontece apenas nos níveis mais elevados da hierarquia de Maslow - estima e auto-realização. É preciso, entretanto, primeiro prevenir a insatisfação para depois gerar a motivação, atender primeiramente as necessidades básicas, entretanto buscar da auto-realização passa pela construção da vida em torno de um ideal, de um sentido.

O homem sente-se realizado quando encontra sentido naquilo que faz.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BALCÃO, Y. F. e CORDEIRO, L. L. **O comportamento humano**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1971.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MASLOW, Abraham H. **Introdução à psicologia do ser**. Rio de Janeiro, Eldorado, s.d.

MOSQUERA, Juan J. M. **A psicologia de Maslow**. Porto Alegre, manuscrito inédito, 1980.

O PAPEL DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR

SILVA, Guilherme A. La Serra da ¹

FIGUEIREDO, Marlon Ferreira ¹

SANTOS, Victoria Brito dos ¹

MESQUITA NETO, Rui ²

¹ Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

² Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

E-mail: neto334@gmail.com

RESUMO

A segurança no trabalho tem sido uma premissa que todas as empresas devem adotar, não importando o porte que tenham ou tipo de produto que ofereçam para o mercado. Desta maneira, a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) possui um papel muito importante na orientação desse tipo de prática, quer seja no mapeamento do local de trabalho, direcionamento das normas de segurança como também, na fiscalização do cumprimento das leis de segurança que devem ser implantadas. Esse trabalho tem o objetivo de fazer uma pesquisa e revisão bibliográfica sobre a segurança no trabalho e o papel da CIPA nesse processo e para isso será feita uma pesquisa em sites e portais da Internet contendo artigos científicos, revistas eletrônicas que versam sobre o tema

criando uma rede ideias e reflexão sobre o tema sugerido.

Palavras-chave: Segurança do trabalho, CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), empresa e colaborador.

ABSTRACT

Safety at work has been a premise that all companies must adopt, regardless of the size they have or the type of product they offer to the market. In this way, the CIPA (Internal Commission for the Prevention of Accidents) has a very important role in guiding this type of practice, be it in the mapping of the workplace, directing safety norms, as well as in the enforcement of safety laws which should be implemented. This work has the objective of doing a bibliographical research and revision on the safety in the work and the role of the CIPA in this process and for this will be done a search in Internet sites and portals containing scientific articles, electronic magazines that deal with the theme creating a network ideas and reflection on the theme suggested.

Keywords: Workplace Safety, CIPA (The Internal Commission of Accidents), company and worker.

INTRODUÇÃO

As empresas têm como objetivo apresentar ao consumidor um produto de qualidade, com excelência e para isso é necessário criar um ambiente saudável no qual o colaborador possa desenvolver esse produto.

A qualidade do produto passa por um ambiente saudável que não ofereça riscos para o colaborador e gestor e que possua sempre orientação no sentido de segurança e no uso de equipamentos adequados a cada local. A qualidade do ambiente tende a estar ligada diretamente com a segurança que ele oferece, isso vai desde a posição de uma tela de computador e uma cadeira que o colaborador senta-se até o uso de capacete e luvas necessários a um ambiente de trabalho insalubre.

Diante dessa situação, o colaborador torna-se a peça mais importante dentro do processo produtivo e por isso deve-se priorizar

a sua segurança e bem estar dentro do ambiente de trabalho contando com as regras e equipamentos que são regulados e qualificados pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

Ao analisarmos minuciosamente as definições de segurança do trabalho que serão apresentadas, teremos comuns, que evidenciam os tópicos que privilegiam qualidade das atividades laborais nas quais se pode destacar: a) objetiva o bem estar dos trabalhadores e a qualidade de vida no ambiente laboral; b) adaptação de trabalho (tarefas e ferramentas) ao trabalhador; c) transformação e adequação dos ambientes de trabalho a fim de evitar acidentes e prevenir doenças; d) abordagem interdisciplinar aplicada na busca de conhecimentos relativos ao homem e seu ambiente laboral. (AZEVEDO, SOUZA 2017)

Esse artigo tem como objetivo uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto e pretende discorrer sobre a segurança no trabalho e o papel da CIPA dentro deste processo para isso será feita uma revisão bibliográfica acurada através de sites e portais que apresentam artigos científicos e além desse material obtido através da Internet, será feita uma pesquisa em revistas científicas e livros. O material obtido servirá como um embasamento para as considerações sobre o tema proposto neste artigo e como base para o aprofundamento dentro do mesmo.

DESENVOLVIMENTO

História da Segurança do Trabalho

As empresas têm como enfoque a produção com excelência e para isso ocorra é necessário prover um ambiente saudável e livre de acidentes, tendo em vista que a empresa moderna criou uma relação como o colaborador com vistas a uma qualidade de vida global voltada para um ser humano integral.

Para Peixoto (2011) dentro desse mundo moderno e competitivo, as relações entre empresas e colaboradores deixaram de ser consideradas relações baseadas apenas na força do trabalho e enfocam algo mais amplo, humanizado redundando uma gestão total com mente corpo e psique. Isto não só envolve compromissos financeiros, mas qualidade de vida e de trabalho, passando, também,

pela promoção da qualidade global que abrange ações sistemáticas na preservação do homem, do ambiente, da comunidade e da empresa.

Desta maneira, a segurança do trabalho vem consolidar a maneira de enxergar o colaborador em sua totalidade trazendo a tona, não apenas a força do trabalho, mas o ser humano por detrás dela.

A Segurança do Trabalho é definida por normas e leis. No Brasil a Legislação de Segurança do Trabalho baseia-se na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nas Normas Regulamentadoras e em outras leis complementares como portarias, decretos e convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização Mundial da Saúde (OMS). (PEIXOTO 2011)

A segurança do trabalho no Brasil pode ser considerada recente, pois se tornou efetiva após a Primeira Grande Guerra.

No Brasil, as primeiras leis voltadas para a temática da saúde e segurança do trabalhador, são relativamente novas, surgindo apenas ao fim da Primeira Guerra Mundial. Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis de 2007), cerca de 2,2 milhões de pessoas morrem por ano no mundo em decorrência de acidentes e ou doenças laborais. O Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS traz em seu último levantamento dados alarmantes com relação ao Brasil; aponta que foram registrados, só no ano de 2009, cerca de 723.452m acidentes e doenças de trabalho. Entretanto, não há estatísticas focadas nas cooperativas, e nem mesmo as instituições de apoio entrevistadas possuem tais dados (AZEVEDO e SOUZA, 2017).

Esse tipo de prática, ou seja, o trabalho dentro das normas de segurança é muito importante para os colaboradores e gestores de uma empresa e pode ser considerado um conjunto de medidas, regras e leis internas que visam proteger a saúde do trabalhador nos níveis físico, mental e social. Segundo Peixoto (2011) a Segurança do Trabalho pode ser entendida como o conjunto de medidas adotadas, visando minimizar os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho das pessoas envolvidas.

A Organização Internacional do Trabalho, a OIT, diz que por ano acontecem 270 milhões de acidentes de trabalho no mundo, com quase 1% de óbitos, número superado por muitas guerras, o Brasil

ocupa a sexta posição nos termos de acidentes de trabalho com óbito. (IPS, 2001 *apud* MACHADO e SOUZA 2013)

De acordo com Peixoto (2011) acidente do trabalho por ser definido como aquele que ocorre pelo exercício do trabalho dentro do serviço, da empresa, causando lesão corporal, perturbação funcional, doença que cause a morte, perda ou redução permanente ou temporária de condições para o trabalho.

Pode-se então afirmar que a Segurança do trabalho deverá buscar algumas medidas para que a organização em conjunto com as ciências aplicadas ao processo de transformação e tecnologia desenvolvam ações preventivas para o trabalhador ambientado no processo que está sujeito a incidentes durante a execução de suas atividades laborais. Ficando desta forma, sob a empresa se adequar de acordo com as normativas, para oferecer melhores condições do trabalhador (MACHADO E SOUZA 2013).

A ergonomia e a segurança do trabalho podem ser consideradas um conjunto de medidas que se dedicam integralmente ao bem estar do colaborador através da preparação de um ambiente de trabalho saudável e com a prevenção de acidentes sendo a segurança no trabalho uma pratica essência dentro das empresas de nossos dias. A ergonomia pode ser considerada como precursora da segurança do trabalho e pode ainda envolver tanto a qualidade de vida do colaborador dentro da empresa quanto a preocupação com o próprio ambiente em si a ergonomia abre espaço para a segurança no trabalho sendo ela um estudo científico da relação entre homem e seu ambiente de trabalho. Nesse sentido, o termo ambiente não se refere apenas ao contorno ambiental no qual o homem trabalha e sua relação com os outros colaboradores, mas, refere-se também às suas ferramentas, seus métodos de trabalho e organização deste, considerando-se este homem tanto como indivíduo como participante de um grupo de trabalho quanto responsável por sua própria qualidade de vida . (FERREIRA, 2008, p. 91)

Para Azevedo e Souza (2017):

Ao se analisar minuciosamente as definições apresentadas, poderemos perceber características comuns, que evidenciam a ergonomia como ferramenta preponderante da qualidade das atividades laborais. Dentre elas destacamos: a) objetiva o bem estar dos trabalhadores e a qualidade de vida no ambiente laboral; b) adaptação de trabalho (tarefas e ferramentas) ao

trabalhador; c) transformação e adequação dos ambientes de trabalho a fim de evitar acidentes e prevenir doenças; d) abordagem interdisciplinar aplicada na busca de conhecimentos relativos ao homem e seu ambiente laboral (AZEVEDO e SOUZA 2017).

Machado e Souza (2013) enfatizam que há crescente cobrança da legislação e que a Segurança do Trabalho seja definida por normas, leis, portarias, decretos, acordos de convenções internacionais da Organização Internacional do trabalho (OIT). Para os autores o cumprimento das normatizações da medicina do trabalho deve ter a função primária de diminuir o número os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e acima de tudo, trazer proteção, integridade e capacidade física e mental do trabalhador.

A área de Saúde e Segurança Ocupacional, nas empresas modernas, está sendo considerada estratégica na ação de crescimento e desenvolvimento. Está totalmente integrada aos processos e métodos de trabalho, na busca da competitividade, qualidade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, por atuar, não apenas, na adequação de métodos e processos, mas na criação de uma cultura prevencionista (PEIXOTO, 2011).

A seguir Peixoto (2011) aponta alguns tipos de acidentes que podem ocorrer dentro de uma empresa e que podem ser previstos e evitados através de um mapeamento feito pela CIPA

a) O Acidente tipo ou típico é consagrado no meio jurídico como definição do infortúnio do trabalho originado por causa violenta, ou seja, é o acidente comum, súbito e imprevisto. Exemplos: batidas, quedas, choques, cortes, queimaduras, etc.

b) Doença do trabalho é a alteração orgânica que, de modo geral, se desenvolve em consequência da atividade exercida pelo trabalhador o qual esteja exposto a agentes ambientais tais como, ruído, calor, gases, vapores, micro-organismos. Exemplos: pneumoconioses, surdez ocupacional.

c) Acidente de trajeto é o acidente sofrido pelo empregado no percurso da residência para o local de trabalho ou vice-versa, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do empregado, em horários e trajetos compatíveis.

d) Incidente é quando ocorre um acidente sem danos pessoais, diz-se incidente. Para os profissionais prevencionistas é tão ou mais

importante que o acidente com danos, pois indica uma condição de futuro acidente devendo, portanto, ser analisado, investigado e sugeridas medidas para evitar sua repetição

e) Acidente sem perda de tempo ou afastamento É aquele em que o acidentado, recebendo tratamento de primeiros socorros, pode exercer sua função normal no mesmo dia, dentro do horário normal de trabalho, ou no dia imediatamente seguinte ao do acidente, no horário regulamentado.

f) Acidente com perda de tempo ou com afastamento É aquele que provoca a incapacidade temporária, permanente, ou morte do acidentado.

g) Incapacidade temporária É a perda total da capacidade de trabalho por um período limitado de tempo, nunca superior a um ano. É aquele em que o acidentado, depois de algum tempo afastado do serviço, devido ao acidente, volta executando suas funções normalmente.

h) Incapacidade parcial e permanente É a diminuição, por toda a vida, da capacidade para o trabalho. Exemplos: perda de dedo, braço.

j) Incapacidade total e Permanente É a invalidez para o trabalho

Entende-se que a melhoria do ambiente de trabalho pode proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, além de evitar acidentes decorridos do ambiente. É sabido que a maioria dos trabalhadores já possui má moradia, muitas vezes chegam a passar horas num transporte coletivo, alimentam-se também precariamente, eles próprios realizam mais uma jornada em casa fazendo os trabalhos domésticos. Sendo assim, o mínimo que a empresa pode fazer é eximi-los de ter que passar por precariedades no seu ambiente de trabalho, ou colocar suas vidas em perigo. (MIRANDA E BROGNOLI, 2017)

O Papel da CIPA dentro da Empresa

Para que a prevenção dos acidentes aconteça é necessária à presença de um órgão regulador que possa fazer não apenas, a fiscalização do ambiente trabalho bem como, o mapeamento dos prováveis acidentes, locais insalubres e aplicação das leis e

conscientização sobre o uso dos equipamentos de segurança e manutenção. No Brasil esse órgão é a CIPA:

CIPA significa Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Foi criada na década de 40, pelo governo federal, objetivando reduzir o grande número de acidentes de trabalho nas indústrias. É um grupo de pessoas, constituído por representantes dos empregados e do empregador especialmente treinados para colaborar na prevenção de acidentes. A participação efetiva dos trabalhadores nessa comissão é um dos pilares de sustentação de qualquer programa voltado à prevenção de acidentes (PEIXOTO 2011).

Segundo Peixoto (2011) a CIPA é normatizada pela Norma Regulamentadora - NR 5 e sua composição é baseada no número de funcionários e na classe da empresa e a CIPA deve ser constituída por processo eleitoral. Uma vez organizada ela deve ser registrada no órgão regional do Ministério do Trabalho, em até 10 dias após a eleição. (PEIXOTO, 2011)

Para Peixoto (2011) entre as atribuições da CIPA estão:

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA: Estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas organizarem e manterem em funcionamento, por estabelecimento, uma comissão constituída exclusivamente por empregados com o objetivo de prevenir infortúnios laborais, através da apresentação de sugestões e recomendações ao empregador, para que melhore as condições de trabalho, eliminando as possíveis causas de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais. NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI: Estabelece e define os tipos de EPI a que as empresas estão obrigadas a fornecer aos seus empregados, sempre que as condições de trabalho exigirem, a fim de resguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores (PEIXOTO, 2011).

Ainda, segundo autor, estão dentro das atribuições da CIPA:

Discutir os acidentes ocorridos. Sugerir medidas de prevenção de acidentes, julgadas necessárias, por iniciativa própria ou sugestões de outros empregados, encaminhando-as ao Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e ao empregador. Promover a divulgação e zelar pela observância das normas de Segurança e Medicina do Trabalho ou de regulamentos e instrumentos de serviço, emitidos pelo empregador. Despertar o interesse dos empregados pela prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais e estimulá-los permanentemente a adotar comportamento preventivo durante o trabalho. Promover anualmente em conjunto com o SESMT, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT). Participar da Campanha Permanente de Prevenção de Acidentes promovida

pela empresa. Registrar em livro próprio as atas das reuniões da CIPA e enviar cópias mensais, ao SESMT e ao empregador. Investigar ou participar, com o SESMT, da investigação de causas, circunstâncias e consequências dos acidentes e das doenças ocupacionais, acompanhando a execução das medidas corretivas. Realizar, quando houver denúncia de risco ou por iniciativa própria e mediante prévio aviso ao empregador e ao SESMT, inspeção nas dependências da empresa, dando conhecimento dos riscos encontrados a estes e ao responsável pelo setor. Sugerir a realização de cursos, treinamentos e campanhas que se julgarem necessários para melhorar o desempenho dos empregados quanto à Segurança e Medicina do Trabalho Preencher os Anexos I e II (Ficha de Informações da Empresa e Ficha de Análise de Acidente) e mantê-los arquivados, de maneira a permitir acesso a qualquer momento, sendo de livre escolha o método de arquivamento. Enviar trimestralmente cópia do Anexo I ao empregador. Convocar pessoas, no âmbito da empresa, quando necessário, para tomada de informações, depoimentos e dados ilustrativos e/ou esclarecedores, por ocasião da investigação dos acidentes do trabalho, e/ou outras situações (PEIXOTO, 2011).

A CIPA age dentro da empresa fazendo um mapeamento dos locais e seu nível de insalubridade e faz a inspeção dos riscos oferecidos dentro do local de trabalho desde até a higiene e bem estar do colaborador e gestor. O autor então indica que diante das informações coletadas através de uma inspeção rigorosa é feita uma mapa de risco:

Mapa de riscos é uma representação gráfica dos pontos de riscos encontrados em cada setor. É uma maneira fácil e rápida de representar os riscos de acidentes do trabalho. É utilizado para indicar todos os pontos de riscos que a CIPA encontrar e, tornar possível sua visualização no ambiente por todos os trabalhadores do local, pelo Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho, pela administração da empresa e até mesmo por visitantes (...) Após discutido e aprovado pela CIPA, o mapa de riscos completo ou setorial deverá ser afixado em cada local analisado, de forma claramente visível e de fácil acesso para os trabalhadores (PEIXOTO, 2011).

A seguir o ZOCCHIO (2017 p.55) aponta para como deve ser feito o mapa e a inspeção dentro dos padrões da CIPA:

Observação: Saber observar o que se pretende ver. Observar o lado humano e material. Analisar dados já conhecidos e a experiência do dia-a-dia. Procurar a colaboração das pessoas envolvidas na atividade. Esclarecer aos envolvidos os motivos da observação.

Informação: Comunicar qualquer irregularidade aos responsáveis. Mostrar as irregularidades e discutir a melhor medida a adotar, e a melhor atitude a ser tomada.

Registro: Registrar os itens observados em formulários especiais (relatório de inspeção); Devem constar o que foi observado, o local de observação e as recomendações.

Encaminhamento: Os registros das inspeções são importantes para fins estatísticos e para possibilitar o encaminhamento, quer seja de um pedido de reparo ou de uma solicitação de compra. O registro de inspeção desencadeia o processo de atendimento das solicitações.

Acompanhamento: Após o registro feito e encaminhado, deve-se acompanhar o processo até a execução final.

ZOCCHIO (2017) observa que existem vários tipos de inspeção com são descritas a seguir;

Inspeções gerais: são feitas em todos os setores da empresa e abrangem todos os aspectos de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. Útil para início de mandato dos cipeiros. Inspeções parciais: limitam-se a determinadas áreas, setores ou atividades, onde já se sabe que existem problemas. Inspeções de rotina: feitas pela CIPA e pelos setores de segurança e manutenção a partir de prioridades estabelecidas, visando à melhor organização do trabalho. Também são assim classificadas, as inspeções feitas pelos próprios trabalhadores em suas máquinas e ferramentas. Inspeções periódicas: são feitas normalmente pelos setores de manutenção e engenharia e se destinam a levantar os riscos existentes em ferramentas, máquinas, equipamentos e instalações elétricas. Inspeções eventuais: não têm data ou período determinados; podem ser feitas por vários técnicos e visam solucionar problemas considerados urgentes. Inspeções oficiais: são aquelas realizadas por agentes de órgãos oficiais e das empresas de seguro. Inspeções especiais: são realizadas por técnicos especializados com aparelhos de teste e medição. Por exemplo, as medições de ruído ambiental, de temperatura, etc (PEIXOTO, 2011).

Peixoto (2011 p 56) afirma como deve ser elaborado um mapa de risco de acordo com as indicações da CIPA para que haja segurança no local de trabalho tanto para o colaborador quanto para o visitante.

Conhecer o processo de trabalho no local analisado: Os instrumentos e materiais de trabalho. As atividades exercidas. O ambiente. Identificar os riscos existentes no local analisado. Identificar as medidas preventivas existentes e sua eficácia: Medidas de proteção coletiva. Medidas de organização do trabalho. Medidas de proteção individual. Medidas de higiene e conforto: banheiro, lavatórios, vestiários, armários, bebedouro, refeitório, área de lazer. Identificar os indicadores de saúde: Queixas mais frequentes e

comuns entre os trabalhadores expostos aos mesmos riscos. Acidentes de trabalho ocorridos. Doenças profissionais diagnosticadas. Conhecer os levantamentos ambientais já realizados no local. Elaborar o mapa de riscos, sobre o “layout” da empresa, indicando através de círculo: O grupo a que pertence o risco, de acordo com a cor padronizada. O número de trabalhadores expostos ao risco, que deve ser anotado dentro do círculo. A especificação do agente (por exemplo: químico-sílica, hexano, ácido clorídrico, ou ergonômico-repetitividade, ritmo excessivo) que deve ser anotada também dentro do círculo. A intensidade do risco, de acordo com a percepção dos trabalhadores, que deve ser representada por tamanhos proporcionalmente diferentes dos círculos (PEIXOTO, 2011).

Por fim Miranda e Brognoli (2017) apontam que se pode entender que a melhoria do ambiente de trabalho proporciona a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, além de evitar os processos que levam acidentes no local de trabalho. Sabe-se que em sua maioria os colaboradores e gestores já possuem condições de vida insalubre, muitas vezes chegam a passar horas num transporte coletivo, alimentam-se também desregradamente, realizando dupla ou tripla jornada. Desta maneira, a empresa deve fazer o possível para criar um ambiente saudável e seguro sem que ele tenha que passar por problemas no seu ambiente de trabalho, ou colocar sua vida em risco. (MIRANDA E BROGNOLI, 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas, fábricas e companhias vêm passando por um processo pelo qual a valorização da mão-de-obra tem sido o mote principal dentro delas. O material humano vem sendo cada vez mais valorizado por conta do papel que desempenha dentro da produção de produtos de qualidade e é crucial para o bom desempenho desse material humano, ou seja, colaboradores e gestores, proporcionadores de um ambiente saudável e seguro.

Assim, foi necessária a criação de órgãos que regulassem leis e que fizessem com que essas leis fossem cumpridas, órgãos esses que visassem à proteção do bem maior que a empresa possui; seu material humano.

Esse órgão que ajuda a empresa tornar o ambiente da empresa saudável e seguro e que regula a criação de leis de proteção ao trabalho, bem como o uso de equipamentos de segurança é a CIPA

(Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Este órgão que atua dentro das empresas para avaliar o ambiente de trabalho em seu todo em conjunto e, ainda o uso dos equipamentos de proteção individual para tanto, tem sido de vital importância para a segurança do colaborador e gestores e vem a acrescentar uma maior qualidade ao produto final que chega ao consumidor seja eles bens ou serviços. Sua atuação se estende desde a criação de um mapa dos locais de empresa, avaliação dos riscos, uso de equipamentos de segurança, criação de comissões de avaliação dentro da empresa composta pelos próprios colaboradores e gestores até a criação de momentos de lazer e recreação para todos.

Em suma, o Brasil está caminhando dentro da segurança do trabalho com a ajuda da CIPA e dos outros órgãos reguladores do ambiente de trabalho com o apoio do governo federal, porém, ainda há muito a se fazer para preservar a saúde e a vida dos colaboradores que é uma extensão da empresa senão braço mais importante dela.

REFERÊNCIAS

AYRES, O. D. **Manual de prevenção de acidentes do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

AZEVEDO, A B; SOUZA, S. **Os Dilemas da saúde e segurança nas cooperativas**. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/viewFile/18516/10419>. Acesso em 10 de agosto 2017.

FERREIRA, T. L. **Origem e historia da CIPA e da Segurança do Trabalho**. 2005

MIRANDA, A C; BROGNOLI, E. **Segurança e saúde do trabalhador: Aspectos gerais das possíveis causas dos acidentes de trabalho**. Disponível em <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-Clara-Abreu-de-Miranda.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

PEIXOTO, H N. **Segurança do Trabalho**. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_ctrl_proc_indust/tec_autom_ind/seg_trab/161012_seg_do_trab.pdf . Acesso em 10 de agosto de 2017.

SOUZA, F N E; MACHADO, O W. A segurança do trabalho nas empresas: estudo do seu papel e importância. V.04, nº1, p.102-116, JAN-JUN, 2013. Revista Eletrônica “**Diálogos Acadêmicos**”. ISSN: 0486-6266. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627111555.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2017.

ZOCCHIO, A. **Prática da prevenção de acidentes**. São Paulo: Atlas, 2002. P.55. Disponível em: <http://www.civilnet.com.br/Files/engseg/PPA.pdf>. Acesso em 1 de setembro de 2017.

O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?

GIMENEZ, Ariane ¹

FOGAÇA, Eloisa ¹

RIBEIRO, Sthefanny ¹

MATSUMOTO, Willian ¹

MESQUITA NETO, Rui ²

¹Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

E-mail:Ariane_roberta09@hotmail.com; psicofogaca@hotmail.com;
sthefanny.r@hotmail.com; matssumotowillian@hotmail.com

Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

E-mail: neto334@gmail.com ** Professor orientador

RESUMO

Economia solidária é uma prática muito importante para o crescimento da população, que visa ações comunitárias que ajudam os trabalhadores junto a grandes cooperativas. É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem exploração, sem levar vantagem, sem destruir o ambiente. Esse trabalho tem como objetivo, refletir sobre a economia solidária, com embasamento teórico, apresentando alguns campos de atuação dessa economia.

Palavras-chaves: Economia Solidária; Economia Social; Cooperativas.

ABSTRACT

Solidarity economy is a very important practice for population growth, which aims at community actions that help workers along with large cooperatives. It is a different way of producing, selling, buying and exchanging what it takes to live, without exploitation, without taking advantage, without destroying the environment. This work aims to reflect on the solidarity economy, with a theoretical basis, presenting some fields of activity of this economy.

Key words: Solidarity economics; social economy; Co-operatives.

INTRODUÇÃO

A economia solidária surgiu logo após o capitalismo industrial com o surgimento de máquinas que começou a ocupar cargos realizados por trabalhadores. A exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho naquela época veio a contribuir para que as práticas da Economia Solidária pudessem crescer em todo o país, onde alguns trabalhadores que estavam excluídos do mercado de trabalho se inseriram nessa prática. Esses fatores econômicos, políticos e sociais acabaram por contribuir para a criação de uma economia paralela, com uma dimensão menor e acoplada ao sistema hegemônico, com diretrizes de produção, trabalho e escoamento que visa o coletivo e as decisões.

A especificidade dos trabalhadores que se inserem na economia solidária é uma parcela de sociedade que vive em situação de miséria e pobreza extrema, esses são os principais anunciadores da denominada economia solidária, conhecida também como economia popular e economia social (SINGER, SILVA, SCHIOCHET, 2014).

Para Santos e Carneiro (2008) a economia solidária surge no Brasil após a grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias vieram a entrar em processo de falência. Nos anos 90 no movimento da economia solidária iniciou-se um debate teórico sobre o lugar que iria ocupar, as práticas e dimensões, os limites e as possibilidades e a comercialização começou a fazer parte dos espaços de troca, a questão mais simples é que a comercialização é necessária para legitimar a prática e reconhece-la, mais também no outro lado,

poderia gerar uma perda da autonomia dos movimentos e instituições frente ao mercado. Então surge o debate de qual seria o caminho da comercialização-autonomia desse movimento.

O cenário político e econômico de 90 juntaram-se para os “novos movimentos sociais” que já não perceberam mais a tomada de poder do Estado e sim a emancipação social, já que os movimentos tiveram a percepção que só a tomada de poder não daria conta diretamente à emancipação social, mas existem processos que são anteriores a essa questão, que são sistemáticas políticas e econômicas (SANTOS, 2006).

Apesar de ainda não ser visível para a sociedade como um todo, esse movimento político dentro o setor da economia que articula princípios que regem, com atividades tão diversas das empresas capitalistas. Os diversos empreendedores que acreditam e fazem acontecer à economia solidária criando um setor econômico que possa gerar renda cada vez mais aos trabalhadores.

DESENVOLVIMENTO

Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária, hoje no Brasil os que atuam no movimento economia solidária é a Cooperativas Industriais, os Empreendimentos Populares, os Movimentos Sociais, Sindicatos, Fóruns Municipais, Estaduais e Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Políticas Públicas de fomento à Economia Solidária, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Novas cooperativas foram criadas em todos os países, porém o movimento cooperativista não é recente, foi criado em meados do século XIX como Robert Owen e na Inglaterra com Charles Fourier e Saint-Simon na França, foram eles assim classificados como socialistas utópicos.

No início da década de 70, os empreendimentos econômicos denominados Economia Solidária são reinventados, em consequência do desemprego estrutural das economias capitalistas. Tais investigações se direcionou para uma vigorosa análise de diversos tipos de economia solidária assim foi possível verificar a aplicabilidade desses conceitos na realidade brasileira.

Na década de 1980, houve uma recrudescência das cooperativas

que reivindicam um funcionamento democrático porque repousam em uma mudança pelo direito de propriedade da empresa, assim como as outras organizações da economia social, elas garantem juridicamente uma igualdade formal entre associados, de acordo com o princípio de uma pessoa, um voto.

Jean Louis (1988) conhecido como observador das novas formas cooperativas na Europa criou os processos da exclusão de sociedades e conseqüentemente da crise do bem-estar da ascensão do neoliberalismo. Jean identificou em empreendimentos associativos de trabalhadores desempregados, as noções de iniciativa e solidariedade. A sociedade filantrópica para Jean é a intervenção dos mais aquinhoados, para aliviar os mais desprovidos, ou seja, é apenas uma forma de aqueles que possuem condições materiais oferecem ajuda aos excluídos, mantendo por esta forma, o processo de dominação.

A solidariedade democrática reivindica uma reciprocidade voluntária estabelecida entre cidadãos livres. Nestas, a auto-organização é a expressão das relações de igualdades. Ela também adotou a forma de movimento social, buscando mudar as condições de vida pela reivindicação política. A solidariedade democrática pode ser definida pela articulação de uma reciprocidade voluntária respeitando a igualdade, de um lado; e através de um reconhecimento jurídico que assegura direitos e elabora as regras de redistribuição pública, por outro lado (Laville 2006, p. 24).

Tudo isso implica que a economia solidaria atualmente propõe diferentes lógicas de interação, fundamentadas entre outras formas de economia, além disso incorpora e imbrica outros conceitos do comportamento econômico, como a reciprocidade e a domesticidade. A economia traz novas interações e posiciona-se como outras formas de fazer economia, indicando também os mecanismos de falência a sociedade atual como: o mercado, estado. Segundo Laville (2006) ela visa apresentar novas formas de regularização da sociedade, tanto econômicas ou política para corporação social.

Economia solidaria é uma forma diferente que foi criada para vender, comprar e trocar o que seria necessário para se manter. Onde ninguém é explorado, e ninguém leva vantagem, e ainda sem destruir o meio ambiente. Assim um coopera com o outro, e todos pensam no bem-estar próprio e coletivo.

A economia solidária é muito antiga, tem indícios desse movimento nos povos indígenas na era pré-colombiana. Segundo as cooperativas populares (PRONINC), a economia solidária é dividida em processo a cultura, política e economia. Culturalmente seria um jeito de estar no mundo e de consumir os produtos locais, onde são mais saudáveis da economia solidária, e não prejudica o meio ambiente, e não há benefícios em grandes empresas. Politicamente é um movimento social onde luta pela mudança da sociedade, e não é baseada em grandes empresas, mais no desenvolvimento das pessoas a partir de seus valores e solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e dos direitos humanos. Economicamente é uma atividade econômica que produz ofertas de serviços, comercialização financeiras ou consumo baseado na democracia e na cooperação, que usa chamar de autogestão.

Enquanto a economia solidária não representa um setor consolidado da economia, como o é, por exemplo, a Corporação Cooperativa de Mondragón, cada nova cooperativa de produção é uma aventura, cujo êxito não está assegurado. Ela passa quase sempre por um estágio inicial que pode ser chamado de tempos heróicos, quando a retirada dos associados se limita ao indispensável para assegurar a subsistência, as jornadas são de longa duração e todos fazem de tudo para a sobrevivência da cooperativa. É neste estágio que se forjam os laços de confiança mútua que tornam a solidariedade possível (SINGER, 2001, p. 106-107).

A economia solidária para PAUL (2001) vem crescendo nos últimos anos, com alternativas inovadoras, assim, gerando trabalho e renda para os indivíduos de modo onde à inclusão social seja digna, desenvolvidas por homens e mulheres, com respeito a igualdade de gênero, raça etnia e geração entre outros, é compartilhada, por que é de todos e para todos, ou seja, um poder público, esse modelo de gestão é possível.

No banco de Palmas no início da década de 1990 na localização de Palmeiras em fortaleza com 32 mil habitantes, era uma região muito pobre, não tinha saneamento, escola, eletricidade, segundo o autor Melo (2010) hoje os moradores daquela região produzem quase tudo lá tudo que consomem, assim baixou o índice de criminalidade e aumentou a renda. Para melhor atender, a população criou uma moeda chamada palma, onde só circula entre os comerciantes locais e gira a economia local, também foi criado o

banco social onde serviu de modelo para os outros 51 bancos sociais no Brasil.

Em pesquisa realizada, o produto interno bruto (PIB-2003) a economia solidária no mundo vem crescendo no México, Portugal, Espanha, Venezuela Bolívia e Equador, possuem leis de reconhecimento e apoio à economia solidária. No Brasil a economia solidária está se espalhando em todo território nacional mais em especial nos lugares onde as pessoas vivem em estado de vulnerabilidade.

A vida do pobre está muito sujeita ao acaso; ela é frágil porque os pobres carecem também dos seguros que dão aos não-pobres confiança em si e esperança no futuro. O pobre não tem patrimônio familiar para herdar, não tem seguro de vida, contra acidentes, fogo, roubo etc., sequer tem, muitas vezes, inscrição no seguro social obrigatório (que no Brasil constitui a fronteira entre o trabalho formal e o informal). O pobre não tem esperança no futuro, antes teme o amanhã, pois uma avaliação realista de suas possibilidades de melhorar não lhe permite otimismo (SINGER, 2001, p. 104).

Singer (2001) completa que por isso, a solidariedade entre os pobres substitui os seguros faltantes. As pessoas se ajudam mutuamente, porque se hoje tem condições de dar, é provável que amanhã vão precisar que alguém dê. A solidariedade entre os pobres não é calculista, nem sempre ela é motivada por avaliações realistas como a referida acima. Entre os pobres, a cultura da solidariedade se desenvolve 'naturalmente'.

Os empreendimentos são vinculados à agricultura familiar, artesanatos e coleta seletiva; catadores de materiais recicláveis compreendem cerca de 80% da economia solidaria no país. No estado de São Paulo possuem cerca de 645 municípios e cerca de 1000 empreendimentos da economia solidaria, de acordo com dados tirando no ano de 2007, Velloso (2007) afirma que são distribuídos em produção, comercialização, serviços, finanças e consumo em diversos municípios, hoje tem cerca de 9 regiões que atuam com o esquema da economia solidaria.

Para Singer (2001) a cooperativa de comercialização também serve a pequenos produtores urbanos: taxistas, processadores de dados, artesãos etc. O que caracteriza todas estas empresas é a escassez de capital (decorrência da pobreza) e a prática solidária. A

solidariedade substitui, em alguma medida, o capital faltante. Na cooperativa de produção - e isso vale para uma grande variedade de empresas autogestionárias que não são cooperativas - a 'acumulação primitiva' se viabiliza pelo autosacrifício dos associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (2010), afirma que quando falamos em economia, estamos nos referindo àquelas atividades de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços. O termo economia vem do grego, formado pelas palavras *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei). Daí o seu significado de regras para o cuidado com a casa, com o ambiente onde se vive. Cuidar significa atender as necessidades da casa, ou seja, das pessoas que compõem a casa. Apesar da origem do termo se remeter a uma dimensão da vida privada, a economia é uma atividade social, que se realiza na sociedade porque envolve relações que se estabelecem entre as pessoas de uma comunidade, de uma cidade, de um país, do mundo, o nosso planeta. Assim, podemos compreender a "casa" de forma mais ampla: o lugar onde vivemos, o ambiente onde estamos com outras pessoas, com as instituições e com os outros seres da natureza. Compreendendo, a economia, como o conjunto de atividades ou formas sociais de solução da relação entre as necessidades existentes (das pessoas e dos agrupamentos humanos ou sociedades) e os recursos disponíveis para satisfazê-las.

A economia solidária são as formas e práticas de ações que ajuda a sociedade no seu crescimento, e essas formas e práticas são feitas por todos, é um trabalho de empreendedores com trabalhadores, governo com população vulnerável e outras pessoas que querem ver sociedade avançar sem deixar lacunas no meio do caminho.

Para Singer (2002) o capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa. A propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas, a quantidade e a

qualidade do trabalho. Na realidade, na empresa solidária não há lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. Ela pode tomar empréstimos dos próprios sócios ou de terceiros e procura pagar os menores juros do mercado aos credores (internos ou externos).

Para isso é preciso que todos entendam que a economia solidária não beneficia nem os empresários e empreendedores que oferecem apoio para desenvolver isso e nem os demais que ajudam como podem, pois, a economia solidária, como o próprio nome diz é solidário, não haverá ganho individuais e sim, coletivos, pois todos estamos trabalhando para um mundo melhor. Temos que ser mais coletivos do que individuais.

Sugere-se para ampliação dos conhecimentos o site da Ecosol Base Brasília <http://www.ecosolbasebrasil.com.br/>), e os vídeos “Filme Economia Solidária” (https://www.youtube.com/watch?v=O0kyY_1hH4) e “O que é Economia Solidária” (<https://www.youtube.com/watch?v=TI0gpfjyscY>).

REFERÊNCIAS

ALONSO, Olivia. Comunidades dos Palmeiras. **Pioneiro, BANCO Palmeiras é exemplo em economia solidária** (1990).

_____. **Economia solidária, instituto de Psicologia**. Universidade USP, São Paulo, Edusp/Fapesp, 2006/2007.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece. In: **Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em http://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbess.pdf.

DOMINGUES, José Mauricio. Os movimentos sociais latino - americanos: características e potencialidades. **Revista Análise de conjuntura OPSA**. 02,20,35. 2007.

FARIA, Mauricio S. **Autogestão, cooperativas, economia solidária: Avatares do trabalho e do capital**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e ciências humanas. 2005.

GUALDONI, Fernando; REBOSSIO Alejandro. A América latina em dois

ritmos. **Jornal EL PAÍS (Economia): Os blocos econômicos Mercosul e aliança do Pacífico litam pela supremacia, 2004.**

IHU/UNISINOS; Cooperativas de catadores , exemplo de economia solidaria e preservação do meio ambiente .(2017) SÃO Leopoldo.

SANTOS, Boaventura. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo. Cortez Editora. 2008.

SANTOS, CARNEIRO, Aline Mendonça, Vanderson Gonsalves. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através 14 da diversidade. e-cadernos ces [online], 02 | 2008, posto online no dia 01 Dezembro 2008, consultado 15.02.2015.

SILVA, Sidélia L. P. Histórico da Economia Solidária no Brasil, Unicamp.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho A.; SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria, extraído de BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria. Organizadores: CAMPELO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA Patricia Vieira. et al (Orgs.) - Brasília: MDS, 2014. 848 p. : gráfs, mapas, tabs.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002

_____. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. estado.**, Brasília , v. 16, n. 1-2, p. 100-112, Dec. 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005&lng=en&nrm=iso>.

_____. **Introdução á economia solidária. São Paulo; Fundação PERSEU ABRAMO, 2002.**

_____. Economia solidária: um modo de produção distribuição; In : SINGER, PAUL; SOUZA, André Ricardo de. (Org) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo : Contexto, 200.p. 11-28.**

ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

SOUZA, Camila Magarotto¹

RIBEIRO, Natália Fabrício ¹

NETO, Rui Mesquita²

¹Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

E-mail: milamagarotto@outlook.com e nattyfabricio@hotmail.com

²Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

E-mail: neto334@gmail.com

RESUMO

O objetivo do nosso trabalho é apresentar e explicar a respeito de um tema bastante pertinente e pouco conhecido por nós, sobre a ONG - Organização não Governamental. Através deste artigo abordaremos sobre o que é uma ONG, como ela funciona, seus principais objetivos, como ela se mantém, suas principais características, exemplos de ONG's e outras questões relacionadas ao tema.

Palavras chave: ONG - Terceiro Setor - Organização não Governamental

ABSTRACT

The objective of our work is to present and explain a very pertinent and little known theme for us about the NGO - Non-

Governmental Organization. Through this article we will cover what is an NGO, how it works, its main objectives, how it is maintained, its main characteristics, examples of NGOs and other related issues.

Keywords: NGO - Third Sector - Non Governmental Organization

INTRODUÇÃO

Segundo DIAS (2003, p.15) o conceito de Organização Não Governamental - ONG teve seu início em 1940, pela Organização das Nações Unidas - ONU, para caracterizar as entidades, da sociedade que atuavam com projetos humanitários ou de interesse público. Sua expansão ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, na América Latina, onde se começou a perceber seu importante papel na luta contra os Estados, bem como sua importância na construção de políticas públicas e na implementação de mudanças

ONG é a sigla utilizada para definir Organização não Governamental, que consiste em uma organização sem fins lucrativos e sem subordinação estatal, que atua em prol de uma causa social, como a defesa do meio ambiente, a garantia dos direitos indígenas, a prevenção de doenças, a proteção dos direitos das crianças, entre outros temas, ou seja, as ONG's são associações que desenvolvem ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para melhorar determinados aspectos da sociedade.

Ao decorrer da exploração do tema explicaremos um pouco mais sobre uma ONG e através de uma maquete iremos representar como é a estrutura e o funcionamento da mesma.

DESENVOLVIMENTO

TACHIZAWA (2004) afirma que as ONGs são entidades do Terceiro Setor, ou seja, são da sociedade civil e de caráter privado, cuja função é desenvolver trabalhos sem fins lucrativos. Para melhor compreendermos: A sociedade civil divide-se em três setores: o primeiro é o governo, o segundo são as empresas privadas e o terceiro setor é formado por todas as associações e entidades sem fins lucrativos, com papel de grande importância na articulação da sociedade junto aos demais setores.

O Terceiro Setor diferencia-se dos demais setores da economia, pois é formado por pessoas e/ou entidades privadas que atuam com fins públicos. Este se encontra em ascensão na economia mundial e de acordo com a Gazeta Mercantil (TACHIZAWA, 2004, p. 21) “movimentam mais de US\$ 1 trilhão em investimentos no mundo, sendo cerca de US\$ 10 bilhões deles no Brasil, o equivalente a 1,5% do PIB”. Condizente a este autor, Almeida (apud BAHL, 2004) afirma que “O Terceiro Setor no Brasil tem movimentado US\$ 8 bilhões”.

SCHEID e MAFALDA (2010) completam que a partir destas afirmações percebe-se que o Terceiro Setor não é só beneficiário em termos de responsabilidade e sustentabilidade social, mas também como na vertente econômica, já que representa um valor significativo no Produto Interno Bruto brasileiro.

Para OLIVEIRA e HADDAD (2001) no Brasil, desde a conferência mundial da Organização das Nações Unidas ONU, no Rio, conhecida como Eco-92, a imprensa assimilou o termo organizações não governamentais ONGs e passou a empregá-lo como sinônimo de entidades sem fins lucrativos. Ocorre que na América Latina é frequente identificar como ONG uma classe especial de entidades que se dedica ao desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e defesa de direitos. Seja no México, Costa Rica ou Colômbia, seja no Brasil, onde existe a Associação Brasileira de ONGs, essas organizações têm gênese própria e não se confundem com entidades comunitárias e de autoajuda, com centros de pesquisa, fundações e entidades filantrópicas de corte tradicional. Por

ANDRADE (2011) com base no seu próprio nome podemos dizer que uma ONG - Organização não Governamental é aquela que não está vinculada a nenhum órgão do governo, a sua criação começa a partir do interesse de um determinado grupo com objetivos comuns que estão dispostos a formar uma entidade legalizada, sem fins lucrativos. A finalidade de uma ONG é a promoção à conscientização e participação ativa da população junto a ações para benefício da sociedade como um todo, contribuindo para transformações de interesse público.

Então podemos nos perguntar de que forma uma ONG se sustenta? Grande parte das ONGs é financiada por doações da própria população, fundos internacionais de investimento e também por empresas privadas, ou através da venda de produtos com

identidade da própria organização em bazares, campanhas de conscientização e eventos abertos ao público em geral.

Para ANDRADE (2011) as ONGs podem atuar em várias áreas como, por exemplo: a área de saúde, assistência social, econômica, ambiental etc., e em qualquer esfera: local, estadual, nacional e até internacional. Ou seja, é possível criar uma ONG para defender desde os interesses de uma única rua (lutar por melhorias urbanas, segurança etc.) até se bater pelos oceanos de todo o planeta. As associações podem pressionar o poder público, realizar projetos, arrecadar dinheiro e propor ações judiciais, por exemplo.

Mas, é necessário lembrar que nem toda associação sem fins lucrativos da sociedade civil é uma ONG. O estudo realizado pelo IBGE com apoio da ABONG, GIFE, IPEA e Cempre1 intitulado “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002” usa como critérios para classificação das FASFIL (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos) o fato de serem “organizações institucionalizadas, privadas, não distribuidoras de lucro, auto administradas, e voluntárias.”. Deste modo, ficaram excluídas as associações ou organizações que não apresentam alguma destas características como os sindicatos, partidos políticos, caixas escolares, fundações hospitalares, serviços sociais autônomos (SEST/SENAT, SEBRAE...) e aqueles que não são institucionalizados. Portanto, segundo os critérios do estudo, existiam em 2002 cerca de 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil que atuam nas mais diversas áreas, incluindo associações religiosas (pastorais, por exemplo).

De acordo com o levantamento feito pelo site Abong (2009) no Brasil, existem aproximadamente 200 mil ONGs atuando em diversos estados e regiões. Algumas desenvolvem trabalhos sérios e recebem financiamentos de órgãos públicos, potencializando o uso dos recursos e contribuindo para o gasto eficiente das verbas. As ONGs brasileiras, em sua maioria, estão inclusas na Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG, a qual é uma associação que articula e representa publicamente estas Organizações em prol de suas lutas.

FARIA (2006) cita algumas das principais ONGs atuantes no Brasil separadas por categoria de fundação, associação e instituto:

Fundações: Fundação SOS Mata Atlântica: criada em 1986 para defender os últimos remanescentes de Mata Atlântica, gerando conhecimento e oferecendo capacitação de pessoas, a fundação é uma organização não governamental privada presidida atualmente por Roberto Luiz Leme Klabin. (Veja: Desmatamento da Mata Atlântica). A *Fundação ABRINQ*: criada em 1990 (ano da Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente), a ABRINQ nasce de uma proposta de empresas fabricantes de brinquedos sensibilizadas pela situação preocupante da infância no Brasil. **Associações:** - *Amda*: Associação Mineira de Defesa do Ambiente: fundada em 1978 (ainda durante o regime militar) por estudantes da UFMG, tem como principal objetivo a preservação das florestas ainda que sua influência tenha sido durante toda a sua história associada ao movimento ambientalista no estado de Minas Gerais, sendo a uma das Ong's mais atuantes do Brasil. E *Associação Pré-UFMG*: a associação foi criada por estudantes da UFMG que queriam mudar a injusta realidade de que os jovens de baixa renda não ingressam em universidades públicas porque não podem arcar com os custos elevados de um cursinho pré-vestibular. **Institutos:** - *Instituto Ethos*: criado em 1998 o Instituto Ethos de Responsabilidade Social tem como missão "Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.". O *Instituto Akatu*: criado no dia 15 de março de 2001 (Dia Mundial do Consumidor) o Akatu, que em tupi significa "semente boa" ou "mundo melhor", tem como objetivo promover a responsabilidade social para educar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente através do que, ela acredita, somos protagonistas na construção da sustentabilidade do nosso planeta. (FARIA, 2006)

Criadas a partir das necessidades de suprir às deficiências dos governos em resolver os problemas sociais, com a finalidade de ajudar, gerindo programas e projetos sociais de interesse público que causem impacto positivo, existem diversos tipos de ONGs: ONGs de Assistência Social - Defesa social e Institucional - Proteção Social; ONGs de Associação de Moradores; ONGs de Cultura e arte; ONGs de Defesa de Direitos de Grupos e Minorias; ONGs de Defesa e Proteção do Meio Ambiente; ONGs de Educação Infantil; ONGs de Educação Profissional; ONGs de Emprego e Treinamento; ONGs de Ensino Superior; ONGs de Entidades Financiadoras de Projetos; ONGs de Estudos e Pesquisas e ONGs de Habitação.

Cada ONG possui uma perspectiva diferente voltada para cada necessidade da nossa sociedade, podemos citar alguns exemplos como:

- **Médicos Sem Fronteiras:** é uma organização que leva cuidados de saúde a pessoas afetadas por graves crises humanitárias, como na ação contra o Ebola, na África. A missão do MSF também é chamar a atenção para as dificuldades

de vida que seus pacientes enfrentam.

- Saúde Criança: diminuiu em 85% as hospitalizações de crianças. Criada pela Dra. Vera Cordeiro após perceber que mesmo tratando as crianças nos hospitais, elas voltavam para suas casas sem cuidados adequados e com uma base familiar desestruturada, o objetivo foi criar um movimento dentro do hospital e das comunidades para combater a miséria.

- Viva Rio: tem como objetivo criar pesquisas, trabalhos de campo e formular políticas públicas para promover a cultura de paz e a inclusão social no Estado do Rio de Janeiro.

- IPAM: Amazônia criou uma possibilidade incrível para os povos indígenas daquela região. Uma das ONGs contempladas pelo prêmio do Google, eles construíram uma plataforma que ajuda as comunidades a se adaptarem às mudanças climáticas (MOTTA, 2016).

Para formar uma ONG, ANDRADE (2011) elenca que é necessário definir os objetivos sociais (áreas de atuação da ONG: meio ambiente, educação, saúde etc.), o segundo passo é convidar as pessoas para a diretoria e ser membros (mínimo sugerido 5), estabelecer objetivos claros (ex.: distribuição de camisinhas e educação sexual; oferecer aulas de reforço escolar, ações ambientais etc.), definir o local da sede (é necessário o endereço para registrar o estatuto), preencher o estatuto social (que deve incluir: nome da entidade e sua sigla, sede, objetivos, quem responde pela entidade, sócios [direitos e deveres], como são modificados os estatutos, como é dissolvida a entidade e, em caso de dissolução, para onde vai o patrimônio) e imprima 3 cópias de cada. Após discutir e aprovar o estatuto em assembleia geral, em que se deve também eleger a diretoria (Ata da Fundação). Preencha a Ata de Fundação e imprima 3 cópias de cada. É necessário que um advogado rubrique as cópias do Estatuto Social. Registrar o Estatuto Social e a Ata no Cartório e depois, publicar no Diário Oficial o resumo do Estatuto (opcional, mas recomendável). Após, é necessário um contador para dar entrada no CGC (CNPJ) - o cadastro do Ministério da Fazenda e a inscrição estadual da ONG. Isso possibilita a captação de recursos, abertura de conta bancária, locação de um imóvel etc, e por ultimo solicitar a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Ministério da Justiça (OSCIP).

De acordo com a plataforma Inkspira (2017) a estrutura que administra a ONG é composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. Esses são os órgãos de decisão da ONG.

Na Assembleia Geral todos os associados da ONG - Associação, podem estar nesse encontro. Esse encontro pode ser convocado de forma ordinária ou extraordinária. A assembleia tem todos os poderes de decisão da ONG. Suas decisões são soberanas e devem estar de acordo com a legislação e com o que foi previsto no Estatuto e Regimento Interno. O Estatuto é o documento que foi instituído com a Assembleia de Fundação e foi registrado em cartório (INKINSPIRA, 2017).

A assembleia geral tem competência para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, Definir funções e atribuições dos membros, delibera sobre o plano de contas e orçamento, autoriza compras e aquisições para a associação, tem poder para modificar o Estatuto e o Regimento Interno, pode ainda aplicar as penalidades que estiverem previstas no Estatuto, pode excluir associados além de destituir membros da Diretoria e Conselho Fiscal (INKINSPIRA, 2017).

A Diretoria é eleita pela assembleia geral. É o órgão administrativo e executivo da associação. A diretoria representa a associação. É de competência da Diretoria - Cumprir tudo o que foi decidido na assembleia geral, convocar as assembleias gerais, assinar contratos e tomar decisões necessárias ao andamento da associação, administrar a associação, submeter à assembleia tanto o orçamento como plano de contas, decidir sobre custos, despesas encargos e propor as modificações no Estatuto (INKINSPIRA, 2017).

Quem compõe geralmente essa diretoria? É importante que a ONG - Associação tenha pessoas comprometidas com a sua missão, visão e valores. E estarão na composição da Diretoria um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro. Esses nomes podem mudar e ao invés do tesoureiro você ter na mesma função alguém que você nomeou de Diretor Financeiro. O presidente pode receber o nome de Diretor Presidente. Mas lembre-se que é só uma questão de nomenclatura (INKINSPIRA, 2017).

E o que é responsabilidade dessas pessoas? Eles devem principalmente cumprir o que estiver definido no Estatuto e Regimento Interno. Cuidam da divulgação da ONG - Associação. Ao presidente cabe convocar as assembleias, convocar as reuniões de diretoria, firmar convênios e parcerias, aceitar doações.

O Vice Presidente colabora com a presidência e substitui o presidente quando necessário. Há ONG's - Associações - que não tem a figura do vice presidente

e representa o presidente quando ele não puder o diretor financeiro. O Secretário dirige as atividades da secretaria, cuida de papeis, atas, registro de documentos, supervisiona e registra as reuniões, elabora relatórios administrativos. Ao tesoureiro ou diretor administrativo - escolha o nome que você mais gostar - cabe supervisionar e elaborar os serviços de pagamentos e recebimentos. Supervisionar os serviços de contabilidade. Vai cuidar das contas da instituição (INKINSPIRA, 2017).

Essas pessoas podem formar um time e decidirem tudo juntos. Aliás é o que mais acaba acontecendo. O time da gestão da ONG decide e provoca a realização. Mas legalmente somente duas pessoas assinam os documentos - o Presidente e o Diretor Financeiro.

Ainda há o Conselho Fiscal. Ele é um órgão colegiado que deve fiscalizar os atos da Diretoria da associação. O Conselho Fiscal auxilia a diretoria - ou grupo gestor - opina e aprova balanços, contas, relatórios de demonstrações financeiras, contábeis e operacionais da associação, analisa e fiscaliza os atos administrativos e financeiros da diretoria pode convocar a assembleia geral a qualquer tempo (INKINSPIRA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como intuito abordar a respeito do tema ONG, que é algo que pouco se conhece, informando ao público leitor como ela funciona, o que é necessário realizar para que se forme uma ONG, mostrar qual a estrutura de uma ONG, quais os tipos de ONG e dentre outros aspectos relacionados ao tema.

Dessa forma contribuimos para compreensão da importância que uma ONG possui dentro da sociedade, que esta diretamente ligada à realização de trabalhos onde o Estado não consegue chegar para isso, em que elas podem contar com auxílio e doações do mesmo e também colaboração por parte de Instituições privadas. Sendo assim verificamos que é através das ONG's que muitas pessoas conseguem se integrar e interagir com um mundo diferente, conseguindo assim, ter uma visão maior de mundo, considerando que um dos seus objetivos principais é de defender direitos humanos e políticos e lutar pela democracia.

REFERÊNCIAS

ABONG. **Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>> Acesso em 09 setembro 2017.

ANDRADE, Sandra. **ONG: O que é e como criar e administrar**, 2011. Disponível em: <<https://revife.com/2011/01/31/ong-o-que-e-como-criar-e-administrar/>.> Acesso em: 02 de setembro de 2017.

FARIA, Caroline. **ONGS: Organizações Não Governamentais**, 2006. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/ongs-organizacoes-nao-governamentais/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.

INKINSPIRA. **Estrutura administrativa de uma ONG**. 2017. Disponível em: <<https://inkinspira.com.br/estrutura-administrativa-de-uma-ong/>> Acesso em: 08 de setembro de 2017.

MEUSBURGER, Rose. **Como uma ONG pode se organizar**. 2016. Disponível em: <<https://www.elaborandoprojetos.com.br/como-uma-ong-pode-se-organizar/#>>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.

MOTTA, Thamires. **10 ONGs brasileiras que vão te inspirar a fazer o bem**. 2016. Disponível em <https://www.altoastral.com.br/10-ongs-brasileiras-inspirar-fazer-bem/>

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004

SCHEID, L. L. e MAFALDA, M. P. **O Papel das Organizações Não Governamentais - ONGS para a divulgação da imagem turística do Brasil**. Universidade Caxias do Sul - UCS, Caxias do Sul, jul. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20/eventos/seminarios_semintur/divulgacao.pdf> Acesso em: 08 de set. 2017.

OLIVEIRA, A.C.; HADDAD, S. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 61-83, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf>> Acesso em: 08 de set. 2017.

OS DESAFIOS DE DESENVOLVER-SE NA ERA DIGITAL

SANTOS, Victoria Brito¹

SIMÕES, Mariane Monici²

GONÇALVES, Charlisson Mendes³

¹ Discente do 8º período do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF).

² Discente do 4º período do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF).

³ Psicólogo, Mestre em Psicologia pela PUC Minas. Professor e Coordenador do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF).

RESUMO

O presente artigo contempla uma pesquisa bibliográfica. Com o grande avanço tecnológico dos últimos anos, a televisão, os jogos eletrônicos e a internet tornaram-se cada vez mais populares entre as crianças e esse fator trouxe algumas consequências para o bem estar físico e psicológico desses indivíduos. A partir disso, surge um questionamento sobre o papel dos pais e da sociedade no processo de desenvolvimento desse sujeito e se existe alguma mudança na forma como esse desenvolvimento ocorre na era digital.

Palavras chave: Desenvolvimento; Infância; Tecnologia;

ABSTRACT

The present article contemplates a bibliographical research. With the great technological advance of the last years, television, the great technological advance of the last years, television,

electronic games and the internet have become increasingly popular among children and this factor has had some consequences for the physical and psychological well-being of these individuals. From this, a question arises about the role of parents and society in the development process of this subject and if there is any change in the way this development occurs in the digital age.

Key words: Development; Childhood; Technology;

1. Introdução

A utilização de equipamentos digitais por crianças tem crescido exponencialmente nos últimos anos. Fato que faz com que instituições de ensino, famílias e as relações sociais sofram o impacto direto desse fenômeno. O presente trabalho buscou verificar o papel dos pais e da sociedade no processo contemporâneo de desenvolvimento da criança, em que a era digital cresce de forma bastante significativa.

Em relação à pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros e artigos atuais que estudam o processo de desenvolvimento focado na influência do outro e o desenvolvimento na era digital. Posteriormente, buscou-se avaliar o que a teoria traz sobre o desenvolvimento na contemporaneidade e o lugar que o outro ocupa nesse processo.

2. O papel do outro no desenvolvimento da criança

Segundo Papália e Feldman (2013), a teoria do desenvolvimento foi criando ramificações em diversas áreas de pensamentos, tendo ideias que buscam um único objetivo: entender como se dá o desenvolvimento humano. Essas ideias foram ganhando força e se modificando com o passar do tempo, levando em consideração o meio e os valores que o regem.

De acordo com Erick Erickson (1992/1994), a família, a sociedade e a cultura tem uma forte influência no desenvolvimento da personalidade do ser e esse desenvolvimento do ego se estende por toda a vida. A teoria do desenvolvimento psicossocial criada por Erickson (1982), defende que existem oito fases que compõem o

desenvolvimento do ser humano, cada fase é marcada por um conflito, logo, esse deve ser solucionado para que o desenvolvimento do ego ocorra de forma saudável. E cada estágio requer uma constância entre as vertentes positivas e negativas. As vertentes positivas são os suportes emocionais oferecidos pela mãe e o meio em que essa criança está inserida, essas favorecem o conflito. As negativas, por sua vez, consistem na ausência desse suporte. Logo, as positivas devem ser mais frequentes do que as negativas, assim o desenvolvimento ocorre de forma ideal (ERICKSON, 1976; ERICKSON e KIVNICK, 1986).

Ainda em relação ao desenvolvimento, as interações sociais, segundo a teoria Sociocultural de Vygotsky (1978), são primordiais para o aprendizado de uma criança. Sua participação ativa com o meio torna esse processo de aprendizado colaborativo e, de acordo com o autor, as pessoas tendem a aprender pela interação social e as atividades que são compartilhadas auxiliam a absorção dos costumes daquela sociedade, os quais passam a ser os seus.

No início do desenvolvimento, os bebês que conseguem ter um contato maior com outros bebês, tendem a se tornar mais sociáveis do que aqueles que passam a maior parte do tempo em casa sozinhos. Conforme o avanço da idade e seu contato cada vez mais frequente com as outras pessoas, suas habilidades sociais tornam-se cada vez mais evidentes (PAPÁLIA, FELDMAN, 2013)

Nos primeiros dois anos de vida do bebê, seu cérebro está se desenvolvendo e é necessário uma gama de estímulos, nessa fase há um aumento de sinapses entre os neurônios. É imprescindível citar nesse trabalho que, de acordo com Pinheiro (2016) os estímulos indicados não são provenientes de aparelhos eletrônicos, mas sim aqueles sensoriais que incluem contato, brinquedos, músicas, livros e outros aparatos que estimulem os sentidos. Esses incentivos acionam diversas áreas cerebrais, fazendo com que haja um amadurecimento, o desenvolvimento da personalidade e uma evolução da linguagem.

3. O desenvolvimento nos moldes da era digital

No primeiro momento deste trabalho, abordaram-se as construções teóricas acerca da participação ativa do outro no

processo de desenvolvimento do sujeito. Sabendo que as relações atuais, para além desse outro-humano, são constituídas através do outro-digital, a proposta deste subtítulo é buscar responder como ocorre na contemporaneidade o desenvolvimento a partir das tecnologias oriundas da era digital.

Com o passar das décadas, o papel exercido pela mãe foi tomando outras formas a partir do momento em que ela ingressa no mercado de trabalho, pois só o salário do marido, que antigamente era o único provedor da renda familiar, geralmente, não é o suficiente para manter uma condição digna de vida (PREVITALE, 2006). Essa mulher deixa de ser somente a dona de casa e, com isso, modifica seu papel frente ao desenvolvimento da criança. Além da atuação da mãe no âmbito familiar, o modo de enxergar a criança também mudou com o passar do tempo, antes vista como um “mini adulto”, atualmente muitos tem defendido que a criança tem o direito de “ser criança” e fazer coisas relativas à sua idade (GRANDO, *et. al.*, 2012). Independente dessas mudanças, os pais ainda tem grande participação no desenvolvimento desse sujeito, de acordo com Grando, *et. al.* (2012), baseada na teoria Winnicotiana da mãe suficientemente boa, ainda que as famílias tenham passado por diversas mudanças com o tempo, é necessário um ambiente harmonioso e afetoso para que o desenvolvimento da personalidade da criança ocorra de forma saudável.

Por conta da falta de tempo dos pais, as crianças têm passado um tempo maior em instituições de ensino, quando isso não ocorre, ficam com babás ou parentes, onde muitas vezes só tem como entretenimento os celulares, vídeo games, computadores, ou até mesmo podem passar o dia inteiro em frente às televisões absorvendo de forma indiscriminada tudo o que é passado (PREVITALE, 2006).

De acordo com Abreu, *et. al.* (2008), há relatos científicos que constam que os indivíduos estariam tornando-se dependentes do mundo virtual e eletrônico e essa seria uma das queixas mais frequentes na atualidade em consultórios psiquiátricos por parte dos pais que estão notando comportamentos estranhos em seus filhos, um menor rendimento escolar e um isolamento social.

4. A influência da utilização precoce de aparelhos eletrônico na infância

Ainda muito nova, a criança passa a ter contato com aparelhos eletrônicos, como: celular, tablet, computador e televisão. Essa utilização cada vez mais precoce traz consigo uma série de polêmicas e questionamentos sobre como isso pode afetar o desenvolvimento da criança no aspecto afetivo, cognitivo ou social, tendo em vista que as brincadeiras tradicionais, como, por exemplo, correr, jogar bola e esconde-esconde, que envolvem a interação social e atividade física, tem sido deixadas de lado, para dar lugar a jogos virtuais, aplicativos e videogames, onde a criança não interage ou se exercita (PAIVA E COSTA, 2015).

De acordo com os dados propostos pela Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância (2014), no Brasil o número de pessoas que tem acesso aos aparelhos eletrônicos chega em torno dos 22 milhões e contradizendo a ideia de que a tecnologia viria somente para dissipar de forma mais rápida a informação e aumentar de forma considerável o círculo de amizade das pessoas. Na contemporaneidade, vemos notícias de como as crianças e os jovens estão mais fazendo um uso abusivo dos dispositivos oriundos da era digital. Na mesma referência, ainda é acrescentado que a dependência criada pela internet está próxima de tornar-se uma classificação psiquiátrica do século XXI.

A utilização desregrada dos aparatos eletrônicos, segundo Paiva e Costa (2015), cria um distanciamento entre os membros que compõem uma mesma família, uma vez que todos estão no mesmo ambiente, mas não interagem diretamente um com outro. A consequência disso, é que são afetados os laços afetivos entre os componentes da família, e a criança por conta da ausência de referências emocionais, pode vir a encontrar dificuldades no ambiente escolar, uma vez que não consegue encontrar uma equiparação entre o aspecto cognitivo e afetivo.

As consequências do uso indevido da tecnologia não se restringem a danos de cunho comportamental e emocional, há também problemas ligados ao sedentarismo (PINHEIRO, 2016). A obesidade caracteriza-se como uma comorbidade do sedentarismo, por consequência da falta de movimentação surgem outras patologias

como: diabetes, problemas cardíacos e hipertensão. Esse desequilíbrio físico e psicológico aumentam as chances do isolamento social (PAIVA E COSTA, 2015).

De acordo com Pinheiro (2016), ter uma visão extremista sobre os aparelhos eletrônicos disponíveis no mercado não é uma boa opção, uma vez que eles podem servir de ferramenta para diversas áreas. Especialistas dizem que o segredo para aproveitar de forma positiva as novas tecnologias está na dosagem, seu uso ainda pode trazer vantagens ao usuário, propiciando uma maior acessibilidade aos conteúdos escolares, o desenvolvimento de habilidades motoras e uma facilitação na socialização (SECRETARIA EXECUTIVA DA REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2014).

5. Conclusão

A internet, se usada de forma adequada, torna-se uma ferramenta que pode propiciar facilidade de acesso às informações sobre o mundo e também um ótimo mecanismo para aprendizagem. Por outro lado, como foi trazido pelo referencial teórico desse trabalho, seu uso compulsivo pode desencadear uma série de problemas para a saúde física e psicológica da criança.

Logo, crianças que fazem uso desses dispositivos eletrônicos sem moderação estão se deparando com problemas ligados a socialização, dificuldade de expressar sentimentos, disfunção na aprendizagem e até mesmo um distanciamento dos membros da própria família. Problemas como sedentarismo, obesidade e hipertensão também estão inclusos nos danos causados ao uso excessivo, uma vez que as crianças preferem ficar em casa navegando no mundo digital ao invés de brincar, se exercitar e ter contato com outros indivíduos.

Levando em consideração esses aspectos, conclui-se que é necessário uma maior atenção dos pais sobre o uso desregrado desses aparelhos, uma vez que podem vir a trazer prejuízos a longo prazo para as crianças, quando utilizados de maneira compulsiva. Desta forma, vale ressaltar que seu uso dosado é essencial para um melhor aproveitamento do que é oferecido pelos aparelhos eletrônicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cristiano Nabuco de. et.al. Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. Rev. Bras. Psiquiatr. vol.30 no.2 São Paulo June 2008.

ERICKSON, E. H. Infância e sociedade. Trad. Sob a direção de Gildásio Amado. 2ª Ed. Rio de Janeiro - RJ. Zahar Editores, 1976.

ERICKSON, E. H. The life cycle completed. New York: Norton. 1982

ERICKSON, E. H., ERICKSON, J. M., & KIVICK, H. Q. Vital involvement in old age: The experience of old age in our time. New York: Norton, 1986.

GRANDO, Marina; KATZWINKEL, Andréa; BRAZ, Marina. Mãe suficientemente boa na contemporaneidade: Uma (Re)leitura Winnicottiana. IX ANPED Sul - Seminário de pesquisa em educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1499/322>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

PAIVA, Nathália Moraes Nolêto de; COSTA, Johnatan da Silva. A influência da tecnologia na infância: Desenvolvimento ou ameaça?. O portal do Psicólogo, ISSN 1646-6977. Teresina - PI, 2015. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>> Acesso em: 11 de setembro de 2017.

PINHEIRO, Chloé. Crianças conectadas. SAÚDE! É VITAL. Ed. Dezembro. São Paulo- SP, 2016. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2016-12/impressao_boxnet_2016-12-16_-_14h14m27s.pdf> Acesso em: 11 de setembro de 2017

PREVITALE, Ana Paula. A importância do brincar. Universidade Estadual De Campinas. Campinas - SP, 2006. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=20490> Acesso em: 11 de setembro de 2017.

SECRETARIA EXECUTIVA DA REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. Exagero de tecnologia deixa crianças e adolescentes desconectados

do mundo real. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/exagero-de-tecnologia-deixa-criancas-e-adolescentes-desconectados-do-mundo-real/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

VYGOTSKY, L. S. (1978). *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

PRINCIPAIS ESTRUTURAS E SETORES DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)

PRATES, Elisangela Cristina ¹

SOUZA, Márcia Ap. Fernandes de ¹

LIMA, Mariana da Silva ¹

MESQUITA NETO, Rui ²

¹ Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

Email: elisangelaprates92@gmail.com;
marcia.fernandes12@hotmail.com; mariana_silva_lima@hotmail.com

² Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF

Email: neto334@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o que é uma Organização Não Governamental, conhecer sua estrutura, documentações exigidas, classificar os setores e os responsáveis pela atividade de funcionamento e manutenção. O método utilizado para este trabalho foi o de levantamento bibliográfico. Explicamos no decorrer do artigo o primeiro, segundo e o terceiro setor, sendo as ONGs enquadradas neste último, e o porquê dessa classificação. São expostas características que compõem uma ONG, e sua estrutura administrativa. Citamos ainda, de acordo com a Lei n o 9.790, de 23 de março de 1999, requisitos necessários para a criação de uma ONG.

Palavras-chave: ONG, funcionamento, terceiro setor, estrutura administrativa.

ABSTRACT

This research aimed to understand what a Non Governmental Organization is, to know its structure, required documentation, to classify the sectors and those responsible for the operation and maintenance activity. The method used for this work was the bibliographical survey. We explained the first, second and third sectors throughout the article, with the NGOs included in the latter, and the reason for this classification. Characteristics that make up an NGO, and its administrative structure, are exposed. We also cite, in accordance with Law No. 9,790, of March 23, 1999, the necessary requirements for the creation of an NGO.

Keywords: NGO, operation, third sector, administrative structure.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se às ONGs (Organizações Não Governamentais) de forma geral, sem especificidade a categorias. A ONG é um agrupamento de pessoas, na qual se estrutura sob a forma de uma instituição civil que atuam em diversas áreas, como por exemplo, proteção a crianças, mulheres, animais, direitos civis e se declara sem fins lucrativos.

Posteriormente deve verificar como será sua estrutura, os meios para ela funcionar, as documentações exigidas, os setores e os responsáveis pela atividade de funcionamento e sua manutenção.

Este estudo tem o intuito de compreender o que é uma organização não governamental, porquanto, poucos sabem realmente seu objetivo e sua importância para a sociedade. Consistem os objetivos em conceituar sua estrutura administrativa, citar as categorias que podem se constituir uma ONG e sua finalidade, bem como, apresentar seu funcionamento.

O método utilizado para este trabalho foi o de levantamento bibliográfico para seu referencial teórico. As buscas foram realizadas através de livros, artigos e materiais de fonte eletrônica.

DESENVOLVIMENTO

Definição do termo Organização Não Governamental (ONG)

Para Dias (2003 p.15 *apud* SCHEID 2010 p.01) “Conceito de Organização Não Governamental - ONG teve seu início em 1940, pela Organização das Nações Unidas - ONU, para caracterizar as entidades, da sociedade que atuavam com projetos humanitários ou de interesse público”.

As Organizações Não Governamentais são entidades sem fins lucrativos cujo intuito é suprir problemas de âmbito social, através de promoções das ações de fundo social, sem qualquer ajuda do governo, contando apenas com doações.

De acordo com Leandro (2009, p.05) “ONGS organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que visam à solução de problemas que afetam a sociedade que o Estado, sozinho, não é capaz de atender”.

Para Campos (1992 p.04) uma ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições de cidadania.

Segundo Scheid (2010, p.01) as ONGs são relacionadas ao chamado “terceiro setor”, contemplando agentes privados que atuam com fins públicos, elas desenvolvem ações para um bem comum.

As Organizações não governamentais possuem como característica o terceiro setor que é responsável por produzir serviços com intuito de ser público. Entende-se que o primeiro setor o responsável é o governo; o segundo setor é privado, pois corresponde a obter-se lucro e o terceiro setor compõe as organizações sem fins lucrativos e não governamentais.

De acordo Scheid (2010, p.04) o terceiro setor diferencia-se dos demais setores da economia, pois é formado por pessoas e/ou entidades privadas que atuam com fins públicos.

Para Silveira (2006 p. 08) o conceito de Terceiro Setor é uníssono na doutrina, a qual, resumidamente, o descreve como sendo o conjunto de entidades privadas, sem finalidades lucrativas, que

atuam na sociedade civil, em espaços que não são atingidos pelo Primeiro Setor.

De acordo com o Código civil brasileiro a doutrina afirma que as ONGs são constituídas em forma de Associações ou Fundações Privadas, nos termos do Artigo 44, incisos I e III, do Código Civil, tendo em vista a peculiaridade que estas apresentam de ter finalidade não lucrativa.

Tenório (2004, p. 11 *apud* SILVEIRA 2006, p.04) inclui a finalidade pública no seu conceito de ONG e o delimita como “sendo organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltada para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado”.

As ONGs possuem várias definições, no entanto, ambas acabam transmitindo o ponto central do que é uma Organização Não Governamental e que engloba vários aspectos que são desconhecidos por muitos indivíduos.

Características que compõem uma ONG e as áreas de atuação

Para que uma Organização Não Governamental seja criada se faz necessário alguns pontos cruciais para que isso ocorra. Primeiramente deve-se verificar a necessidade do local onde será construída, para que a mesma possa suprir as necessidades daquela comunidade a qual irá atender de acordo com sua demanda. Há várias características que compõem a criação de uma ONG, como por exemplo, estabelecer e mostrar uma proposta coerente para o Estatuto, para que mesmo em seu âmbito jurídico possa verificar a autenticidade da proposta encaminhada, e se necessário modificar para em seguida ser conduzida para a Assembleia Geral.

Segundo Fontes (2011, p.14) para montar uma ONG, é necessário em primeiro lugar criar um estatuto, que regerá todas as informações pertinentes a ONG, como seus objetivos, área de atuação, uma Ata de eleição da diretoria atual, Balanço Patrimonial, Dre, como determina Lei n o 9.790, de 23 de março de 1999. O artigo 1º determina:

Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3

(três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei (Lei nº 13.019, 2014).

O estatuto é constituído de normas jurídicas ao qual é necessário estabelecer junto com os interessados na criação e fundação de uma Organização Governamental, o estatuto de acordo com o Novo Manual do Terceiro Setor:

Um estatuto deve conter alguns itens obrigatórios, que são: a denominação da entidade; • o local de sede; as finalidades e objetivos da associação; requisitos de admissão, demissão e exclusão dos associados; os direitos e deveres dos associados; as fontes de recursos para a manutenção da associação; constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos; forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas; condições para a alteração do Estatuto e para a dissolução da associação (Novo Manual do Terceiro Setor, 2014. p.37).

Deve-se registrar, no Livro de Atas, a aprovação do Estatuto e a eleição da primeira Diretoria e dos Conselhos, assinadas pelos presentes. Posteriormente deve-se fazer o registro em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, para obter um CNPJ para poder funcionar e seguir as regras estabelecidas de acordo com o Estatuto e o objetivo da fundação da Organização não governamental (ONG) para obter associados e fins para que possam manter-se já que são de condições de sem fins lucrativos.

Como esta prevista na Lei 6.015/73, art. 121. Código Civil, art. 1.151.

Art. 121. Para o registro serão apresentadas duas vias do estatuto, compromisso ou contrato, pelas quais far-se-á o registro mediante petição do representante legal da sociedade, lançando o oficial, nas duas vias, a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha. Uma das vias será entregue ao representante e a outra arquivada em cartório, rubricando o oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto. (Redação dada pela Lei nº 9.042, de 1995)

São amplas as áreas que se pode constituir uma ONG, devido a vários campos de atuação. Pode ser na Reciclagem de Lixo; Inclusão Social; Defesa do Meio Ambiente; Moradores de Rua entre outras que tem o intuito de contribuir para a melhora de ordem social, com uma determinada comunidade que contribui para complementar ou até mesmo suprir o que o Estado não consegue alcançar.

Estrutura administrativa de uma ONG

Uma Organização não governamental como qualquer outra organização necessita de uma estrutura administrativa que é constituída por membros que constituem de uma forma individualizada funções específicas que compõem esses membros.

A estrutura que compõem esses membros indispensáveis para o funcionamento de uma Organização não governamental é seus fundadores e colaboradores, seguidos dos indivíduos que compõem a estrutura administrativa a Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.

Para Barboza (2003, p. 19) é a reunião de membros de uma organização, exigida por lei, com periodicidade variável, na qual se definem ou se reformam as políticas básicas da organização, se elege a diretoria e se tomam as decisões de maior envergadura.

Pois compete a Assembleia geral: Definir as funções e atribuições dos membros; Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; Aplicar as penalidades previstas no Estatuto para o não cumprimento dos deveres dos associados; entre muitas outras funções em que tem a responsabilidade de atuação.

Para Mota (2007 p.11) a convocação de Assembleia Geral, autorização de operações que envolvam bens, obrigações, prestação de garantias ou avais, constituição de ônus reais sobre bens do ativo, empréstimos, contratos de financiamento e outros negócios jurídicos e outras.

A diretoria é eleita através da Assembleia Geral, e a mesma é composta por indivíduos que competem aos cargos de presidente, vice-presidente; secretaria; tesoureiro.

Segundo Manual do terceiro setor (2014, p.118) a diretoria pode ser exercida por um único indivíduo, porém é recomendável, no mínimo, dois diretores para conferir maior legitimidade e transparência às decisões tomadas e aos atos praticados.

O presidente tem a função de tomar as decisões em relação à organização, deve também convocar reuniões da diretoria, firmar parcerias para assegurar o funcionamento da organização entre outras funções que lhe competem que são estabelecidas através do Estatuto.

De acordo com o Manual do terceiro setor (2014, p120) as

competências do Presidente também devem ser definidas no estatuto, inexistindo qualquer dispositivo legal que determine a extensão de tais competências.

O vice-presidente assume a responsabilidade pela organização quando o mesmo substituir o presidente, pois o mesmo atua como um auxiliar perante o presidente na tomada de decisões entre outras funções que lhe compete.

O secretário (a) tem a responsabilidade em conjunto de exercer as funções burocráticas de toda a diretoria e o mesmo pode substituir o vice-presidente caso seja necessário, se o mesmo estiver impossibilitado de exercer sua função. O secretário pode ter um auxiliar que se pode ser denominado de 1º secretário que tem a função de ajudar o secretário na execução de funções estabelecidas que lhe competem e em caso que haja a necessidade o mesmo poderá substituir o secretário.

Ao tesoureiro ele tem a função de manter a contabilidade da organização não governamental em ordem, além de disso é responsável também organização do pagamento e recebimento das contas da ONG, verificar os relatórios financeiros se estão de acordo com as normas de contabilidade, dentre outras funções que também são importantes.

Conselho fiscal é responsável por uma fiscalização rigorosa na administração que é feita na organização não governamental, pode convocar a Assembleia geral.

Segundo Simões (2013) é preciso observar que o Conselho Fiscal não é um órgão administrativo e sim fiscalizador, por isso ele não integra a direção e sim a fiscaliza. “

Para Lima (2014) o conselho fiscal precisa ser um órgão autônomo, independente e imparcial para analisar, julgar, aprovar ou não as contas da ONG e por isto não deve ter relação de parentesco e nenhuma subordinação à administração da entidade que irá fiscalizar, por questões óbvias e éticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é possível constatar que uma Organização Não Governamental que tem o intuito de colaborar, não somente com a

comunidade, mas sim, toda sociedade de acordo com a sua função estabelecida. Há muitas questões burocráticas para que funcione de forma adequada e que possa cumprir os objetivos almejados.

As ONGs necessitam de pessoas que lhe deem suporte para continuar mantendo seu funcionamento, já que, se sustentam com a contribuição de doações, sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

ABINTER, Brazilian International Press Association: **A descrição de cargos da diretoria da Abi inter**. Disponível em < <http://abiinter.net/diretoria/22-abi-inter-job-description> > Acesso em 05/09/2017.

CAMPOS, J. R. B. **Organizações não-governamentais nas áreas ambientais, indígena e mineral**. 1999.

COUTINHO, J. A. **As ONGs: origens e (des) caminhos**. *Lutas Sociais*. ISSN 1415-854X, (13/14), 57-64, 2005.

CRIAÇÃO DA ONG - Passo a passo. Disponível em <http://www.ebanataw.com.br/roberto/ong/passoapasso.htm>. Acesso em 08/09/2017.

DELGADO, R. M. **O que é uma ONG**. *Direito Net*, v. 16, 2014.

EFICIÊNCIA EM IMPACTO SOCIAL: Os tipos de ONGs, fundações, OSC, OSCIPS e outros. Disponível em <<https://inkinspira.com.br/os-tipos-de-ongs-fundacoes-osc-oscips-etc/>> Acesso em 05/09/2017.

FERNANDES, R.C. **O que é Terceiro Setor?** . Disponível em <<https://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/1091/1091.pdf?sequence=3>> Acesso dia 08/09/2017.

FONTES, A.L. **Projeto para a Fundação da ONG Muda Brasil**. Curitiba, 2011.

LIMA, A.C. P. **Responsabilidades, competências do conselho fiscal de uma ONG**. 2014. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/31483/responsabilidades-competencias-do-conselho-fiscal-de-uma-ong>> Acesso em 10/09/2017.

MOTA, Nomaston Rodrigues et al. Governança Corporativa: estudo de caso de uma Organização Não Governamental. **Cadernos Gestão Social**. V. 1, N. 1, P. 139-154, 2007.

NOVO, **Manual do Terceiro Setor**. São Paulo, 2014. Disponível em <http://www.fundacaoabh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Novo_manual_E-book.pdf > Acesso dia 10/09/2017.

PEREZ, O. C. **ONGs e governo: um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos (as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

SCHEID, L. L., MAFALDA, M. P., & PINHEIRO, M. T. **O Papel das Organizações Não Governamentais-ONGS para a divulgação da imagem turística do Brasil**. 2005.

SILVEIRA, R.V. **Constituição Jurídica das Organizações não-governamentais**. 2006.

TENÓRIO, F.G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. FGV Editora, 1997.

TUDE, João; RODRIGUES, Grace KM. Organizações Não Governamentais: uma discussão sobre suas peculiaridades organizacionais. In: **VI Conferência Regional de ISTR para América Latina y el Caribe**. Anais Eletrônicos. Salvador: ISTR y CIAGS/UFBA. 2007.

BRASIL, Lei 6.015/73, de 31 De Dezembro de 1973; **Da pessoa Jurídica**, Brasília, DF, dez 1973. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015consolidado.htm > Acesso dia 13/09/2017.

PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA - UMA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA

SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos¹

SANTOS, Fernanda Aline Nascimento dos²

SILVA, Giovana Bruno da³

BARACAT, Juliana⁴

¹ Discente do curso de psicologia na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral -FAEF. E-mail: danielaluise23@gmail.com. 2017.

² Discente do curso de psicologia na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral -FAEF. E-mail: fernandaliine@gmail.com. 2017.

³ Discente do curso de psicologia na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral -FAEF. E-mail: giovana_bruno@outlook.com. 2017.

⁴ Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: jbbaracat@hotmail.com

RESUMO

O programa escola da família (PEF) é um programa da secretária de educação que desempenha o papel de abrir as escolas públicas aos fins de semana e recebe as crianças e as famílias com os fins de terem recreação. O intuito é tirar essas crianças das ruas e dar a elas outras oportunidades e aprendizagem, crescimento e desenvolvimento humano. O objetivo do trabalho é denotar através de um estudo de caso a partir de entrevistas com os colaboradores do programa afim de reconhecer quais estruturas, procedimentos, avanços e contribuições através do programa escola da família.

Palavras-chave: PEF. Educação. Crianças. Lazer.

ABSTRACT

The family school program (FSP) is a program of the Secretary of education which plays the role of public schools open on weekends and receive children and families with the purpose to have recreation. The aim is to get these kids off the streets and give them other opportunities and learning, growth and human development. The objective of this work is to denote through a case study from interviews with the developers of the program in order to recognize which structures, procedures, advances and contributions through the school program of the family.

Keywords: FSP. Education. Kids. Leisure.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Escola da Família (PEF) é um projeto iniciado pelo Governo Federal e da Secretária de Educação desde de 2003, com a proposta de abrir as escolas públicas aos finais de semana com o intuito de cada escola organizar as atividades dentro dos quatro eixos: Esporte, Cultura, Saúde e Trabalho, a fim de promover atividades culturais, educacionais e esportivas para as comunidades de baixa-renda. Criando um cultivo pacífico, estimulando as potencialidades e ampliando os horizontes culturais de seus participantes. O programa escola da família propõe as pessoas que o frequentam contribuições econômicas, sociais, educacionais e no desenvolvimento cognitivo.

O PEF reúne profissionais da Educação, voluntários e universitários. Os universitários ganham uma bolsa de estudo em troca desenvolvem projetos nas escolas, através das suas capacidades pessoais, agregando seus conhecimentos para esse projeto, o programa escola da família acontece aos sábados e aos domingos. Hoje os bolsistas tem a oportunidade de escolher qual dia é melhor para poder desenvolver seu projeto, a ser realizado em 8 horas semanais, sendo que antigamente o bolsista tinha que desenvolver seu projeto no final de semana, distribuído em 4 horas no sábado e 4 horas aos domingos. Os universitários e os voluntários com a supervisão dos coordenadores e professores da unidade escolar planejam as atividades, elaboram

projetos e ações desenvolvendo propostas como brincadeiras, teatros, aulas de idiomas, lutas, danças, culinárias, entre outras que possam vir a contribuir para a inclusão social, focando no respeito a pluralidade e uma política de prevenção com o desígnio de conquistar uma qualidade de vida cada vez melhor (PEF, 2003).

Assim, esse artigo tem como objetivo apresentar o programa escola da família e os seus aspectos psicológicos contribuintes, a conjugação cognitiva, educacional, cultural e social para as crianças, adolescentes e adultos que frequentam as escolas, para os bolsistas universitários que participam do programa, para os voluntários, professores e coordenadores que se propõem a estarem integrando.

Como objetivos específicos, iremos: apresentar o programa escola da família e identificar os aspectos contribuintes que o programa proporciona; denotar o rendimento que os universitários ajudam a oferecer para os que frequentam as escolas que oferecem o programa; mostrar o desempenho oferecido as crianças, adolescentes e aos familiares através do PEF e estudar os aspectos psicológicos influentes pelo projeto do PEF

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foram elaboradas entrevistas, com a vice-diretora do PEF da escola Antônio Augusto Netto, da cidade de Marília. Com quatro universitários bolsistas, sendo as alunas D. e A. em ciências contábeis; o aluno L. em educação física e a aluna S. em pedagogia. E foram entrevistadas 5 crianças, sendo elas R. 14 anos, M. 8 anos, T. 12 anos, M. L. 8 anos e B. 7 anos, que frequentam o programa na escola Antônio Augusto Netto.

Os profissionais da escola Augusto Netto recebem em média de entre 130 a 180 crianças, adolescente e adultos por dia, sendo a escola aberta para o programa aos sábados e domingos. A vice-diretora da escola Augusto Netto disponibilizou vídeos e imagens das crianças e adolescentes que frequentam o programa escola da família, participando de atividades que foram realizadas no decorrer do ano na escola.

A vice-diretora entrevistada fala sobre como o projeto progride na escola em que trabalha, comenta sobre a importância dele na

vida das crianças, e sobre sua visão perante o PEF, perante a disponibilidade para com as crianças, sobre a importância dos universitários bolsistas e dos voluntários e como isso desenvolve para a vida dos participantes.

A escola da família tem o diferencial muito grande, é um ponto cultural onde as pessoas vêm e procuram as necessidades do prazer, é um lugar prazeroso. É um espaço aberto da qual as pessoas possam se permitir a aprender. É um polo cultural onde eles possam se apropriar da escola como um todo. Nós acreditamos que essa escola não pode ficar sem o programa mais, porque elas fazem parte das nossas crianças e da nossa comunidade. E isso deixa bastante claro e favorável para um aprendizado maior para a valorização do patrimônio público e de si próprio, para acreditar que cada um tem seu potencial, que cada um sonha e acredita num mundo melhor para o conhecimento. Para todos eles que vem aqui, vem em busca de algo e eu tenho certeza que os sonhos de cada um vai fazer com que eles possam serem pessoas melhores e acreditar que eles são capazes (VICE-DIRETORA DA ESCOLA AUGUSTO NETTO, 2017).

Os entrevistados bolsistas falaram sobre como é fazer parte do projeto e a relação deles com os que frequentam o programa, quais são as dificuldades enfrentadas e as gratificações recebidas, tanto para eles, quanto para as crianças.

Estou no projeto fazem 4 anos. Com as crianças tenho um contato diferente, não superficial, pois a maioria das crianças chegam com os seus problemas, suas dores e um abraço pode fazer a diferença na vida daquela criança. Elas procuram atenção, que perguntemos como foi o dia delas, o que está acontecendo, como é o rendimento na escola, as vezes elas não têm isto em casa. Aprendemos a saber lidar com as diversidades. Através do projeto, podemos abraçar mais esta causa de uma criança que não tem uma estrutura adequada da família e podemos ajudar as crianças aos poucos e elas nos ajudam a sermos pessoas melhores, a construir conscientização e ver que a humanização é importante (ALUNA BOLSISTA D.; 2017).

Faço parte do projeto fazem 4 anos. As crianças chegam a desobedecer para chamar a atenção, para mostrar que ela está ali e com isto, temos que saber levar, conversar, senão podemos prejudicar ainda mais a criança, temos que saber lidar com elas (ALUNA BOLSISTA A.; 2017).

Estou no projeto fazem 3 anos. Eu procuro interagir bastante e estar sempre disposto a ajudar nos quesitos sociais. A maior dificuldade é não saber com que publica vai ter que lidar. Mas é gratificante poder conhecer e ter o contato dessas crianças (ALUNO BOLSISTA L.; 2017).

Estou no projeto fazem 4 anos. Vejo que se as crianças não estivessem aqui na escola, eles estariam na rua fazendo alguma coisa de errada, aqui sempre

tem alguém, um adulto, e não é só fazer o projeto de qualquer jeito, a gente também aconselha, as vezes eles querem conversar, perguntar, podemos passar experiências. As vezes queremos mais, doar mais nos esbarramos com falta de verbas. Mas é gratificante ver eles crescendo, querendo saber mais sobre as profissões e nós podermos auxiliar nisso (ALUNA BOLSISTA S.; 2017).

Cada criança entrevistada fala sobre o que gosta de fazer, qual a atividade que mais gostam de realizar e sobre o que acha do PEF na escola Antônio Augusto Netto (lugar onde frequentam e foram entrevistadas).

‘Aprendemos a fazer muitas coisas, a jogar tênis de mesa, futsal, vôlei, eu gosto muito de fazer a padaria daqui’ (R. 14 anos, 2017). ‘Gosto de passar o tempo com as pessoas daqui, de brincar de vôlei e futebol, e principalmente mexer com artesanatos, eu fico mais alegre’ (T. 12 anos, 2017).

3. PERSPECTIVA TEÓRICA

La Taille (1992) descreve o estudo de Jean Piaget (1896-1980) sobre a teoria do desenvolvimento humano em 4 estágios, fases de transição, a fase do Sensório-motor, 0 a 2 anos; a Pré-operatória, 2 a 7 anos; a Operações concretas, 7 a 12 anos; e a fase das operações concretas, a partir dos 12 anos. O estágio pré-operatório é a fase onde a criança começa a criar uma substituição dos objetos colocando sempre representações que venham a explicar os acontecimentos devido a função simbólica, a capacidade do juízo dela não é lógica, mas para as crianças nesta idade, os processos psicológicos internos têm realidade física. A criança é egocêntrica, centrada em si mesma. Na fase das operações concretas, a criança começa a criar a capacidade da lógica e de colocar-se no lugar do outro e estabelecer relações e integrá-los de maneira coerente e lógica, tirando um pouco o foco de si mesma. E cria a capacidade de realizar a organização mental integrada e de ver a totalidade de diferentes ângulos.

Vygotsky (1996) desenvolve sua teoria com base no desenvolvimento do ser humano através da sua vivência com o meio, promovidos pela aprendizagem social. Estes conhecimentos mesmo que sejam individuais vêm com estruturas do ambiente, ainda mais da criança com o processo de socialização escolar. O biológico isolado não é capaz de se desenvolver sem esta participação com o meio, a

criança não tem essa capacidade de percorrer sozinha o caminho para o desenvolvimento.

A criança é reconhecida como ser pensante, capaz de vincular sua ação à representação de mundo que constitui sua cultura, sendo a escola um espaço e um tempo onde este processo é vivenciado, onde o processo de ensino-aprendizagem envolve diretamente a interação entre sujeitos (RABELLO, PASSOS. Pp 05).

A zona de desenvolvimento proximal (ZDP), teoria criada por Vygotsky (1996), que é a distância entre o nível de desenvolvimento real, no caso, o conhecimento que a criança já possui e o nível de desenvolvimento proximal, demarcado pela capacidade de aprendizagem que a criança pode adquirir com algum auxiliar. Estas aprendizagens ocorridas na ZDP, para o autor, são indispensáveis para o desenvolvido bem estabelecido da criança, através dele, a criança se aprimora ainda mais. As crianças tendem a aprenderem através da imitação, ressaltando que elas repetem a maioria das coisas que visam no seu cotidiano, esta reprodução ocorre a partir da aprendizagem compartilhada. O adulto educador presente responsabiliza-se pela função de propor paradigmas a criança, mas sem instituir isso a ela, proporcionando o direito de ela desenvolver e arquitetar a partir de seus pensamentos e capacidades de elaborar e trabalhar o desenvolvimento social e intelectual. Obtendo as características necessárias e a sensibilidade de percepção das necessidades das crianças, elas adquirem confiança e segurança para se abrirem e contar com a ajuda desses profissionais e acatando seus conhecimentos e orientações, ou mesmo apenas identificarem a partir dessas novas descobertas e trazerem para si.

As atividades lúdicas contribuem para o desenvolvimento da criança. A criança aprende a conviver, desenvolve sua linguagem, pensamentos, atenção, concentração, cooperando ainda na construção do seu conhecimento, ajuda a habilidade motora, aumentando a capacidade de velocidade, flexibilidade, coordenação, noções de tempo e espaço, lateralidade, capacidade de força, entre outras. Relacionar-se no meio social, através de brincadeiras lúdicas e leituras possibilita e amplia sua compreensão sobre as diferentes formas relacionar-se com o mundo ao seu redor, ajudando na identificação do seu papel na sociedade na qual está

inserida (PIAGET, 1990; FEIJÓ, 1992). Como cita Ribeiro; Souza (2011), apud Piaget, (1978) “ludicidade é manifestação do desenvolvimento da inteligência que está ligada aos estágios do desenvolvimento cognitivos. Cada etapa está relacionada a um tipo de atividade lúdica que se sucede da mesma maneira para todos os indivíduos” (p. 24).

Assim as crianças aceitam regras, aprendendo a lidar com as frustrações, e proporcionam situações que a criança procure soluções ou alternativas para desenvolver os jogos e atividades que foram propostos. Jogando é necessário com que raciocine até chegar ao um consenso, assim toma consciência da sua potencialidade. Os jogos permitem com que a criança crie um relacionamento grupal, levando a criança a perceber seus limites e os limites das outras crianças permitindo a interação entre elas (ARAÚJO, 1992; FRIEDMANN, 1996)

As relações sociais e a ludicidade contribuem para o desenvolvimento cognitivo e afetivo promovendo o amadurecimento emocional, o desenvolvimento da inteligência e a sensibilidade da criança, garantindo assim que sua potencialidade e afetividades se harmonizem. Mesmo que as características individuais estejam expressas e aparenta ser totalmente pessoais, elas foram construídas a partir da nossa relação com o outro e o meio social (ALMEIDA, 2014).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa Escola da Família propõe às pessoas que o frequentam diversas contribuições. Dentre elas estão questões econômicas, sociais, educacionais e também uma questão pouco abordada, que é a de desenvolvimento do indivíduo. O programa acaba por proporcionar aos bolsistas participantes uma experiência única com as crianças e os adolescentes envolvidos, que os leva a maior compreensão da realidade desses jovens, que muitas delas passam o dia todo na escola participando das atividades, sem ao menos ir para casa para almoçar, e quando isso acontece a vice-diretora prepara algo para essas crianças comerem, e até mesmo divide o próprio almoço para que essas crianças não passem o dia sem se alimentar.

Os bolsistas podem reconhecer as faltas e atuar de forma positiva diretamente em tais pontos; é muito comum serem desenvolvidas

durante o programa relações de forte vínculo entre bolsistas e os jovens participantes, isso se deve ao fator compreensivo e acolhedor que os bolsistas ali apresentam. As crianças buscam uma orientação dos bolsistas por não terem essas orientações dentro de casa, com eles se sentem à vontade para conversarem e pedirem orientações esperando serem acolhidos com afeto e atenção pelos bolsistas, voluntários e toda equipe profissional. Os bolsistas ajudam apresentando atividades que auxiliam o jovem em sua renda econômica, como por exemplo, o artesanato, a orientação vocacional, conselhos propriamente ditos em questões escolares, entre outras ações.

A importância do vínculo afetivo na vida desses jovens acaba por ter extrema importância, os adolescentes por exemplo se encontram em mudanças tanto físicas quanto cognitivas em tal fase de desenvolvimento, sendo então de suma importância um maior reconhecimento e estímulo de suas habilidades, já que se encontram em fase de amplo questionamento e busca por desafios na vida (VYGOTSKY, 1987). Esse auxílio proporcionado pelos bolsistas ali presentes pode tirar o jovem que se encontra na rua, e trazê-lo para uma oportunidade de maior conhecimento, estabelecimento de vínculos e desenvolvimento de capacidades profissionais, dando também a oportunidade de maior aproximação familiar já que os pais também podem estar presentes junto aos filhos nos finais de semana. A parceria entre a família e a escola são vínculos fundamentais, para ambos ajudarem no desenvolvimento dessas crianças, o que leva também aos pais a oportunidade de estarem cientes do real ambiente escolar de seus filhos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo referente foi baseado na observação e análise das características e estruturas capacitadas no Programa Escola da Família, exercidas na escola onde foram realizadas as entrevistas. Pôde-se observar através das experiências e relações vividas entre todos os participantes a criação e fortalecimento de vínculo entre os mesmos, junto com quais consequências esse vínculo acaba por ter na vida não somente das crianças das escolas, mas também de toda a equipe de bolsistas, voluntários e coordenadores que ali atuam.

Dentro das consequências, fica evidente a importância do acolhimento dado pelos contribuintes às crianças, sendo este vínculo ainda mais relevante quando relacionado a capacitação profissional que as crianças acabam por ter ao realizarem atividades que podem ser utilizadas como fonte de renda. As crianças acabam por encontrar no vínculo uma motivação a mais para qualquer atividade ali orientada, assim como os contribuintes também recebem experiências no desenvolver de seus aspectos cognitivos, ao terem maior contato com indivíduos de diferentes faixas etárias, diferentes ideologias e tendo em conjunto com isto a capacidade de levar ao próximo suas próprias experiências e saberes e crescimento no desenvolvimento humano.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. S. **A importância do lúdico para o desenvolvimento da criança**. Seduc, Mato Grosso. 2014.

ARAÚJO, V. C. **O jogo no contexto da educação psicomotora**. São Paulo: Cortez, 1992.

CAVICCHIA, D. C. **O Desenvolvimento da Criança nos Primeiros Anos de Vida**. Educação da UNESP-Araraquara. 2011.

FEIJÓ, O. G. **Corpo e Movimento: Uma Psicologia para o Esporte**, Rio de Janeiro: Shape Ed., p.61, 1992.

FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

LA TAILLE., Y. **Prefácio**. In, PIAGET, J. **Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget**. In LA TAILLE; OLIVEIRA, M.K; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 13.ed. São Paulo: Summus, 1992.

PEF - **Site para exercer a inscrição do programa**, 2003. Disponível em <http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/subpages/sobre.html>. Acesso em 23 de abril, 2017.

RABELLO, E. T. e PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Disponível em <http://www.josesilveira.com/artigos/>

vygotsky.pdf. Acesso em 02 de setembro, 2017.

RIBEIRO, K. L.; SOUZA, S. P. Jogos na educação infantil. Serra: Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1989.

WALLON, H. **Origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manda, 1989.

RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO ESCOLAR

SILVA, Tamara da¹

MACHADO, Mariana Barbosa²

SOUZA, Tiago Bittencourt³

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF, Garça/SP. E-mail: tamarasilva_92@hotmail.com

² Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF, Garça/SP. E-mail: maribarbosamachado@gmail.com

³ Docente do curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF, E-mail: tiago.cepae@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é parte dos estudos na disciplina Currículos e conhecimento escolar. Tratará sobre a Relação entre família e escola: implicações no âmbito Escolar. Considerando as discussões levantadas na disciplina ministrada no sétimo termo do curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF). Os objetivos do trabalho são de aperfeiçoamento e desenvolvimento na leitura e escrita, interdisciplinaridade dos conteúdos, promover o pensamento crítico e habilidades dos alunos. Por fim esse presente trabalho desenvolve o estudo científico.

Palavras-chave: Educação. Escola. Família.

ABSTRACT

This work is part of the studies in the discipline Curricula and school knowledge. It will deal with the relationship between family and school: its implications in the school environment. Considering the discussions raised in the discipline given in the seventh term of the Pedagogy course of the Faculty of Higher Education and Integral Training (FAEF). The objectives of the work are to improve and develop reading and writing, interdisciplinary content, promote critical thinking and students' skills. Finally this present work develops the scientific study.

Keywords: Education. School. Family.

1. INTRODUÇÃO

Diante das inquietações suscitadas durante a disciplina de Currículos e conhecimento escolar e de nossas experiências no cotidiano (dia a dia) escolar, percebemos uma enorme preocupação com a questão da evasão, que cada vez mais vem aumentando o número de evasão familiar dentro do âmbito escolar. O desinteresse das famílias sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de seus filhos (alunos), cresce a cada dia, ficando para a instituição escolar todas as responsabilidades de formação do aluno. Portanto, neste artigo procuraremos analisar o fenômeno da evasão familiar da escola, demonstrando os possíveis motivos da evasão e as suas consequências.

Em tempos atuais, a família sofre modificações onde o principal alvo atingido por essas mudanças é o aluno (criança). A formação da criança depende do auxílio fornecido pela família, cabe aos pais darem bons exemplos para serem seguidos, dessa maneira se forma um bom ou mau aluno.

O comportamento do aluno em sala de aula é um reflexo do que ela vive no âmbito de sua família, como ressalta LEVINE, PERNOUD e VERMEIL (1976)

[...] Pois, se um adulto, embora com dificuldade ainda consegue trabalhar, embora com grande custo, quando um desgosto o aflige, com uma criança é muito pior: é a impossibilidade total, porque constitui uma <unidade> - se em casa esta triste, não pode descontraí-la na escola e fazer um ditado sem

erros. Além disso, começa a querer mas às pessoas <crescidas>, incluindo o professor. Muitas vezes passa a detestar também as outras crianças que tiverem mais sorte que ela. Em suma, esta nas piores condições de trabalho. (pág. 25).

Desta forma entende-se que a harmoniosa convivência familiar favorece para o bom desempenho do aluno. Cabe à família estimular o interesse para a aprendizagem.

Sendo assim a mediação entre família e escola deve ser iniciado pela própria escola, desenvolvendo projetos para que a família interaja junto ao aluno nas relações disciplinares, auxiliando os pais no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças. Assim diz PIAGET (2007).

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercambio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas as escola, chega-se a uma divisão de responsabilidades [...] (pág.50)

Por meio de uma boa relação entre família e escola, deve se manter em constante aprimoramento, pois em qualquer trabalho educativo o aluno necessita ser o alvo principal. Os pais e a escola se mantêm aliados, pois se orientam sobre os melhores planos pedagógicos e culturais para um bom desempenho.

Desta forma entende-se que só se obterá bons resultados se as partes envolvidas trabalharem juntas, com a finalidade de união em propósito do aluno.

Enfim, a prioridade desse projeto será de desenvolver a integração da família e a escola para juntas trabalharem, desenvolver maneiras de unirem-se laços em prol de um único resultado: o sucesso acadêmico do aluno.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 - MATERIAL E MÉTODOS

Analisar os principais problemas encontrados pela escola na evasão das famílias. Pesquisar o caminho satisfatório para ambas as partes e solucionar os problemas encontrados, possibilitando uma

contribuição para o sucesso educacional.

A realização deste trabalho será iniciado pela análise de projetos realizados pela escola em relação a participação da família. Para isso verificam-se algumas indagações: Quais projetos vêm sendo apresentados pela escola para manter a participação da família ativa nos assuntos escolares? Qual interesse da família em participar desses projetos? O resultado adquirido através desse projeto obteve melhorias no plano educacional do aluno?

O desempenho escolar do aluno não depende do seu rendimento e nem da competência de seu professor, mas sim da base encontrada no seu lar. A família é quem deve influenciar o interesse pela escola.

Por meio de projetos que o professor pode desenvolver para estimular a família a participar junto da escola na resolução de problemas e assim mantém boas relações para buscarem sucesso acadêmico do aluno.

2.2 - A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO

A família nos últimos anos vem se modificando, tínhamos uma família patriarcal, patrimonial e matrimonial. Em tal modelo tínhamos a figura do “chefe de família”, era o líder, o centro do grupo familiar e responsável pela tomada das decisões. Era tido como o provedor e suas decisões deveriam ser seguidas por todos, era constituída por homem, mulher e filhos. Com o passar dos anos e a evolução da sociedade e a busca pela igualdade, a família se modifica, onde a mulher passa a ter seu papel dentro do lar e na criação dos filhos.

Desde então a família vem se modificando e se adequando de acordo com as evoluções da sociedade moderna.

Atualmente a família ainda permanece como uma unidade social de extrema importância na formação de indivíduo, porém mudou a sua constituição. Entende-se hoje que para se ter um elo familiar não precisa-se mais de uma base como pai e mãe mas sim de alguém que esteja disposto a cuidar e zelar pela instituição familiar. Temos então famílias formadas por avós que cuidas de netos como filhos, famílias formadas por pais homossexuais que buscam o melhor para

formação de seus filhos e entre outras formações familiares temos a família formada por um só membro, seja pai ou mãe. Dentre as formações familiares entende-se que o núcleo família se constitui o mesmo desde a era da antiguidade, só mudou os papéis dos membros diante as modernidades.

Em busca de um futuro melhor para o filho, a família entende que a escola tem um grande papel na formação do indivíduo e influência na sociedade, como diz AZEVEDO (s. d. p. 83)

Ora, a educação é feita não somente pelos pais e pelos os adolescentes (pois são as gerações adultas que exercem ação sobre as gerações jovens), e pelos companheiros mais velhos, já iniciados na vida dos adultos; e não somente a família e na escola, mas na igreja e na oficina, na caserna e no teatro, e por todos os meios de transmissão de ideias e de sugestões, pela palavra, pela imagem e pelo exemplo.

O autor afirma que o desenvolvimento e a aprendizagem da criança são adquiridos através de diferentes meios sociais onde a criança está inserida, para AZEVEDO (s.d.) “a educação é realmente a soma total de processos por meio dos quais uma comunidade ou grupo social, pequeno ou grande, transmite seu poder adquirido e seus propósitos”, ou seja, a família e a escola não as únicas responsáveis pelo desenvolvido de seus alunos, toda a estrutura social tem grande influência na formação do indivíduo.

Segundo AZEVEDO a aprendizagem do aluno está ligado ao meio social em que vive sua família e a escola, a cultura social dos adultos que o rodeiam também tem forte influência em sua formação. Diante dessa perspectiva a educação não é um processo independente da escola, mas sim de todo o conjunto que a constitui.

2.3 - A ESCOLA E A FAMÍLIA

Sabemos hoje do principal papel que exerce a instituição escolar diante as adversidades encontradas na sociedade atual. Tem-se cada vez mais um número elevado de evasão familiar na escola, onde essa instituição se vê com todas as responsabilidades de formação do aluno, a família sempre distante e com poucas participações,

cria-se então um grande problema enfrentado por muitas instituições escolares, conforme CECCON, OLIVEIRA, OLIVEIRA (1982, p.11) “Daí que a discussão sobre a escola parece mais um coro em que cada um acusa o outro, cada um tem uma parte de razão mas ninguém consegue entender nem chegar à raiz do problema.” Diante essas questões esclarecem que todos estão cientes da parcela de culpa na formação dos alunos, mas não conseguem entrar em um consenso para que juntos encontrem uma melhor maneira para solucionar esses problemas.

Os pais por sua vez se sentem cada vez mais distantes da vida escolar de seus filhos, pois se tem pouco tempo para isso, estão sempre muito ocupados e exaustos com o trabalho e pouco tempo sobra para cuidar da vida escolar dos filhos. As crianças se sentem cada vez mais desmotivadas pelos estudos, pois não tem apoio familiar e a responsabilidade fica dividida entre escola e alunos. CECCON, OLIVEIRA, OLIVEIRA (1982, p.21) diz que “O sucesso nos estudos passaria a depender, exclusivamente, da inteligência, esforço e perseverança de cada um.”

O aluno se torna independente em sua vida escolar devido à ocupação de sua família em seus afazeres de trabalho e vida social. Fica para o aluno a responsabilidade de tirar notas boas e ser bem sucedido em sua vida acadêmica, assim sendo os pais apenas acompanham esse processo através de reuniões fornecidas pela instituição escolar. A sociedade que constitui a instituição escolar também acompanha esse processo e muito pouco se expõe suas opiniões deixando dessa forma o aluno responsável pelo seu sucesso ou fracasso escolar.

A escola por sua vez busca estratégias para trazer o interesse dos pais para dentro da sala de aula, desenvolvendo projetos com a participação da família e de toda a comunidade escolar, através de eventos onde todos trabalham em prol da instituição escolar. Como diz o supracitado CECCON, OLIVEIRA, OLIVEIRA (1982, p.83) “As mudanças só virão se os principais interessados se mexerem. As mudanças não vêm de cima para baixo nem são dadas de presente.” Dessa forma acreditamos que a escola, a família e a sociedade devem trabalhar juntas e de forma justa para com todos, em prol de seus alunos e do sucesso educacional.

3. CONCLUSÃO

Entendemos a escola e a família como instituições de extrema importância para o desenvolvimento e a aprendizagem do indivíduo, cada uma têm a sua influência. A primeira instituição é a família, sabemos que a estrutura familiar tem forte impacto no desenvolvimento seja ele positivo ou negativo escolar do aluno, é necessário ter uma base que o impulse para sua formação, são os pais os responsáveis por motivar a permanência escolar. É necessário um acompanhamento dos pais no cotidiano escolar, sabe-se que a escola não consegue exercer seu papel se trabalhar sozinha, com poucos recursos e sem o interesse dos pais, uma instituição precisa estar ligada à outra e serem interdisciplinar, trabalhar contextos que estimule a aprendizagem significativa do indivíduo.

A escola necessita desenvolver atividades que propiciem aos pais compreender mais sobre as concepções pedagógicas e as teorias trabalhadas dentro do âmbito escolar, é necessário ter a consciência de que nenhuma das instituições consegue alcançar os resultados, se não houver a dedicação de todas as partes, seria como equilibrar uma balança, todos precisam estar em total sintonia para juntos desenvolverem habilidades em prol dos alunos.

Dentro do âmbito escolar é notório destacar a evolução dos alunos que possuem uma família ativa na escola, que participa de sua formação educacional e consegue lidar com questões complexas em sua rotina. Por outro lado, temos alunos que não possuem um apoio familiar, não tem estímulos para aprendizagem, onde o professor identifica essa necessidade e atua de forma a superá-la, fazendo com que esse aluno tenha um desenvolvimento significativo perante aos demais. O professor tem um papel importante nessa etapa, se torna exemplo a ser seguido e com suas atitudes positivas consegue alavancar e estimular esse aluno. Sabemos que a família, a organização escolar e a sociedade são os principais fundamentos na formação do indivíduo, e sendo assim precisam estar interligadas e em comum harmonia para o sucesso educacional.

4. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **Sociologia educacional**. São Paulo. Edições Melhoramentos, Sem data. CECCON, Claudius. OLIVEIRA, Miguel

Darcey de. LEVINE, J. PERNOUD, G. VERMEIL, G. **O ambiente familiar e a vida na escola.** Trad. Maria Wallenstein. Mira-Sitra - Mem Martins - Portugal: Europam, 1976

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola na vida.** Petropolis - RJ. Editora vozes. 1982.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação.** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1984.

RELAÇÕES TRABALHISTAS: SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

COSTA, Giovana ¹
MESQUITA NETO, Rui ²

RESUMO

A proteção da saúde mental no meio do trabalho é um direito social. O trabalho como regulador geral é fundamental para a subjetividade humana, e essa condição mantém a vida do sujeito. Sendo assim, é notável que as condições laborais, bem como as relações diretas entre os trabalhadores, influenciam diretamente a qualidade de vida. O presente projeto se refere à importância do equilíbrio psicológico, bem como mencionar um pouco da realidade de empregados quanto a sua saúde psíquica no ambiente trabalhista. Abre-se ao psicólogo, e aos demais profissionais de saúde mental, um campo para estudo, não apenas de delação.

Palavras-chave: Equilíbrio psicológico; Organização; Psicólogo; Saúde do Trabalho; Saúde Mental.

ABSTRACT

Protecting mental health in the workplace is a social right. Work as a general regulator is fundamental to human subjectivity, and this condition maintains the subject's life. Thus, it is remarkable that the working conditions, as well as the direct relations between the workers, directly influence the quality of life. The present project

refers to the importance of psychological balance, as well as to mention a little of the reality of employees regarding their psychic health in the labor environment. It opens the psychologist, and other mental health professionals, a field for study, not just for giving.

Palavras-chave: Psychological balance; Organization; Psychologist; Occupational Health; Mental health.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão da relação entre trabalho e Saúde Mental tem sido, há várias décadas, objeto de estudo de pesquisadores das áreas de psicologia, psiquiatria, antropologia, sociologia, administração, entre outros. Essas pesquisas tiveram início nos anos 50 com o estudo de Lê Guillant (1954) e Sivadon (1952, 1957) sobre as afecções mentais que poderiam ser ocasionadas pelo trabalho. Na década de 1980, Christophe Dejours, psiquiatra francês, introduziu uma nova teoria sobre a relação entre trabalho e o sofrimento psíquico. Pesquisas que buscavam encontrar doenças mentais caracterizadas em operários semiquualificados evidenciaram não doenças mentais clássicas, mas fragilizações que favoreciam o surgimento de doenças do corpo. Além disso, constataram-se comportamentos estranhos, paradoxais (estratégias defensivas) e consumo de bebidas alcoólicas (Dejours, 1992). Esse novo modelo teórico passou a ser chamado de “Psicodinâmica do Trabalho”, uma vez que pretendia estudar as dinâmicas da relação do sujeito com a organização do trabalho que podem gerar fragilizações mentais. Tal modelo recusa as análises baseadas na previsão de causas de doenças a partir de determinadas ocupações.

Para além das condições de trabalho, as pesquisas mostraram que pressões eram decorrentes da organização do trabalho (divisão das tarefas, repetição, cadência, hierarquia, comando, controle). Para Dejours (1992), as condições de trabalho têm como alvo o corpo, enquanto que a organização do trabalho atinge o funcionamento psíquico.

Um mundo globalizado, com mudanças rápidas e intensas exige organizações e pessoas preparadas para enfrentar demandas de ordem social e profissional. O acelerado desenvolvimento tecnológico e suas implicações na automação e o incremento de atividades no

setor de prestação de serviços, aliados, ainda, a clientes mais exigentes, conscientes de seus direitos de consumidor e forte concorrência no mercado, impuseram novas demandas às organizações. Esse cenário tem gerado consequências negativas à saúde do trabalhador, alertando os profissionais de saúde para questões relacionadas ao incremento de doenças ocupacionais que incidem sobre os trabalhadores, interferindo em seus processos mentais, tanto numa dimensão individual quanto coletivamente.

Nas organizações, muitos trabalhadores vivenciam algum tipo de sofrimento físico ou psíquico decorrentes das atividades de trabalho. Sentimentos e emoções permeiam as relações de trabalho, pois são componentes intrínsecos à experiência humana. Cabe à Psicologia aceitar o desafio de prevenir os elementos psicológicos potencialmente desestabilizadores para a saúde e intervir sobre as condições que os determinam.

Atualmente, as práticas de Saúde Mental nas organizações coexistem com uma pressão por produtividade crescente, num ambiente extremamente competitivo, no qual o indivíduo deve estar sempre pronto para mudar e se adaptar às demandas do mercado. Nesse sentido, pode-se perguntar: quais as relações entre a Saúde Mental do trabalhador e as demandas organizacionais, especialmente as que exigem maior produtividade, agilidade, perfeição, criatividade e atualização constante?

Por isso, esta pesquisa teve como objetivo compreender que a doença mental é resultado da dinâmica da relação do sujeito com a organização do trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa é de origem qualitativa e exploratória. Com a pesquisa qualitativa, os entrevistados, mais especificamente os trabalhadores, estarão mais livres para apontar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo.

Numa pesquisa qualitativa as respostas não são subjetivas, e o propósito não é contabilizar quantidades como resultado, mas sim

conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo, nesse caso os colaboradores. Será aplicado aos empregados da empresa “X” um questionário cujo mesmo se refere a uma avaliação de fadiga e outro sobre como os colaboradores se sentem no ambiente de trabalho. Esse questionário será aplicado no final do expediente, para levar em consideração como os trabalhadores se sentem ao final do dia trabalhado. Com autorização da empresa, em média vinte trabalhadores serão interrogados.

Na pesquisa exploratória, busca-se constatação de algo em um determinado organismo ou fenômeno, de maneira a se familiar com o caso investigado de modo que o próximo passo da pesquisa possa ser melhor compreendido e com maior precisão.

Quanto à pesquisa de campo, a mesma vai muito além da observação dos fatos e fenômenos e sim uma coleta do que ocorre na realidade a ser pesquisada. Depois disso, os dados coletados serão analisados e interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida com o desígnio de elucidar o problema pesquisado. Sendo assim, os resultados servirão para compreender e relacionar o que colaboradores sentem após executarem seu dia de trabalho e fazer relação com os problemas psíquicos que podem ser acarretados devido às condições trabalhistas impostas.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Embora a relação trabalho e saúde tenham sido relatadas desde a Antiguidade, as primeiras abordagens formais desta relação tiveram início na Europa, no século XIX, com a criação da Medicina do Trabalho e a implantação dos serviços médicos dentro das empresas. Eram estruturas centradas na figura do médico, que, por meio de uma atuação focada no trabalhador, assumiram a responsabilidade pela prevenção dos acidentes e das doenças. Sendo assim, o interesse principal não era o de promover a saúde dos trabalhadores, mas, sim, o bom funcionamento dos processos de trabalho.

Era feito uma seleção pessoal, era escolhido aquele com menos probabilidades a se acidentar e adoecer. Esse controle da saúde servia para evitar problemas de ausência e os próprios esforços, proporcionando um retorno rápido ao trabalho nos casos de afastamentos.

Em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que adotou desde o início, normas preventivas que tratavam da limitação da jornada do desemprego, da proteção à maternidade, do trabalho noturno de menores e mulheres e da idade mínima para admissão de crianças.

A observação e evolução do perfil de adoecimento dos trabalhadores têm denunciado outros elementos não abordados pelo tradicional sistema de prevenção de acidentes e doenças das empresas. Entretanto, o assunto sobre as condições de trabalho ganhou força, passou a ser analisados aspectos organizacionais, ergonômicos e psicossociais.

Atualmente, ao contrário do que muitos possam supor, a organização do trabalho não cria doenças mentais específicas. Os surtos psicóticos e a formação das neuroses dependem da estrutura da personalidade que a pessoa desenvolve desde o início da sua vida, chegando a certa configuração relativamente estável, após o período de ebulição da adolescência quando as condições sociais são relativamente favoráveis, antes mesmo de a pessoa entrar no processo produtivo.

“O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas” (Dejours, 1992:122).

Temos que considerar o comportamento organizacional como o campo de estudo em que se investiga a interação social do indivíduo nas relações de trabalho - dentro das organizações - através do conhecimento obtido sobre as pessoas, os grupos e o efeito da estrutura sobre o comportamento (ROBBINS, 2005).

Segundo Kanaane (2006, p. 15) “o trabalho sempre ocupou lugar central na vida de diferentes comunidades, onde gradativamente foi sendo limitado pelas condições socialmente estabelecidas”. Significa que, de forma evolutiva, a atividade laboral pode ter se tornado o principal ambiente de interação entre indivíduos, e que na tentativa de moldar o ambiente exterior o homem também pode modificar e condicionar a si mesmo.

Nesse sentido, Vieira (2005) concorda e acrescenta que o trabalho gera transformações no corpo físico e no estado mental do

trabalhador. Os efeitos podem ser considerados saudáveis ou benéficos - se promover o bem estar e a criatividade - e maléficos - se promover exaustão, estresse e insalubridade. Os malefícios podem ser reconhecidos através de sintomas de alienação, tensão, desgaste, transtornos decorrentes de ansiedade entre outros.

Assim, Robbins (2005, p. 89) destaca: “os trabalhadores dependem de esforço físico e mental, pois colocam o corpo e a mente na realização de suas tarefas”, e observa a importância de considerar o homem como um ser emocional, sobretudo, no ambiente de trabalho, pois, o impacto das emoções sobre os funcionários determinam seu comportamento dentro da organização.

Em um contexto moderno, sob os reflexos da Teoria da Escola das Relações Humanas - no qual as organizações se tornaram ambientes participativos e os indivíduos reconhecidos como parte dos processos e resultado, através da experiência de Hawthorne - o trabalho está relacionado à execução de tarefas que exigem suficientes capacidades psíquicas, no qual o indivíduo pode canalizar suas energias em função de um conjunto de atividades, e assim pode atribuir diferentes cargas emocionais às situações vivenciadas no ambiente laboral (DEJOURS, ABDOUCHELI e JAYET, 1994).

O ambiente de trabalho, dadas às circunstâncias do meio, pode impactar sobre as respostas emocionais e influenciar no comportamento de seus funcionários de forma global, já que os efeitos de um comportamento tendem a se propagar de um indivíduo para outro, contribuindo ou não, para um ambiente organizacional saudável (ROBBINS, 2005).

Jacques (2003) considera crescente o interesse de diversas áreas do conhecimento - psicologia, sociologia, antropologia, direito, história - pelo estudo da saúde mental no trabalho, destacando o aumento de doenças relacionadas ao vínculo de trabalho e saúde mental. Neste caso, a interação entre diversas áreas do conhecimento não é uma tentativa de articular diversos pressupostos, mas de emprestar e relacionar diferentes conceitos sobre as questões que envolvem a saúde do homem e sua interação social.

Complementando, Vieira (2005) ressalta a importância das organizações modernas considerarem as relações de trabalho do ponto de vista social e psicológico. No primeiro, para que o trabalho seja visto como um fenômeno social, que promove a interação de grupos

formais e informais que são de suma importância na realidade econômica, política e cultural do país. E no segundo, para a análise do tipo de tarefa em relação à personalidade do trabalhador, considerando que a atividade poderá ter influência direta sobre o comportamento do indivíduo dentro da empresa, e também fora dela.

Pelo aqui exposto, entende-se que, no sentido de compreender o homem como agente modificador do contexto onde está inserido, atualmente, o ambiente de trabalho representa o principal meio de interação social na sociedade moderna. A compreensão sobre as particularidades que formam a personalidade e determinam o comportamento humano nesse ambiente, bem como os transtornos mentais e doenças físicas, também podem servir como referências no estudo de diferentes áreas, com intuito de preservar a saúde física e mental dos trabalhadores e contribuir para a gestão do clima organizacional e preservação da qualidade de vida no trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, poderá compreender-se como o sofrimento está presente no ambiente de trabalho. De certa forma, trata-se de um sistema complexo de interações que envolvem questões pessoais, as tarefas, as responsabilidades, as relações interpessoais horizontais e verticais, as recompensas e as expectativas, os riscos à saúde física e os sentimentos de cada trabalhador em relação a todo esse contexto.

Contudo, o psicólogo organizacional pode viver um conflito entre a prática psicológica de escuta, acolhimento, suporte e orientação que lhe permite atender às necessidades em relação ao sofrimento humano no trabalho e a Psicologia aplicada que, por meio dos conhecimentos teóricos e científicos, visa a ajustar os comportamentos dos trabalhadores, mediante as atribuições de recrutar, selecionar e treinar.

Todavia, promover a saúde do trabalhador nas organizações impõe desafios ao psicólogo, tal como: a cultura organizacional que, não sendo favorável às práticas psicológicas, torna-se um obstáculo.

Com base no estudo feito, ficará claro que Ser saudável não é simplesmente adaptar-se, mas, sim, ter a capacidade de enfrentar o

que causa a instabilidade psicológica. Essa mobilização depende também do grau de liberdade que a empresa oferece ao trabalhador para que este possa ajustar suas necessidades pessoais às situações de trabalho, portanto, “é necessário um espaço para discussão, participação, cooperação e solidariedade” (Mendes e Cruz, 2004, p.44).

REFERÊNCIAS

DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E. & JAYET, C.(1994) *”Psicodinâmica do Trabalho”*, São Paulo: Atlas.

DEJOURS, Cristophe. ABDOUCHELI, Elizabeth; JAYET, Christian. *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Rev. Psicol. Soc.* [online] 2003, vol.15, n.1, pp. 97-116. ISSN1807-0310.

KANAANE, Roberto. *Comportamento Humano nas Organizações: o homem rumo ao século XXI*. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2006.

LE GUILLANT, L. (1954). *Introduction à une psychopathologies sociale*. Paris: Érés.

MENDES, A.M. (2004). Cultura organizacional e prazer-sofrimento no trabalho: Uma abordagem psicodinâmica. In: A. Tamayo (Org.), *Cultura e saúde nas organizações* (pp. 59-76). Porto Alegre: Artmed.

MENDES, A.M & CRUZ, R.M. (2004). Trabalho e saúde no contexto organizacional: Vicissitudes teóricas. In: A. Tamayo (Org.), *Cultura e saúde nas organizações* (pp. 39-55). Porto Alegre: Artmed.

ROBBINS, Stephen P. *Comportamento Organizacional*. 11ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SIVADON, P.(1993) *”Psychiatrie et socialités”*, Paris: Érés.

VIEIRA, Sebastião Ivone. *Manual de Saúde e Segurança do Trabalho: qualidade de vida no trabalho*. vol. 2. São Paulo: LTr, 2005.

SISTEMA FAMILIAR PATOLÓGICO: UM OLHAR SISTÊMICO SOBRE A ESQUIZOFRENIA

FONSECA, Bárbara Cristina Rodrigues¹

SANTOS, Cibeli Francisco Brandão dos²

¹ Psicóloga Clínica e Pedagoga. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem.

² Psicóloga Clínica.

RESUMO

Considerando o paradigma do modelo sistêmico, este estudo, de natureza bibliográfica qualitativa, objetivou discutir algumas das principais características de alguns sistemas familiares patológicos e que constituem fator de risco para o distúrbio da esquizofrenia em seus membros. A revisão da literatura possibilitou verificar que é impossível trabalhar a questão da esquizofrenia, sem levar em conta o contexto familiar e social.

Palavras-chave: Esquizofrenia. Família. Sistêmico.

ABSTRACT

Considering the paradigm of the systemic model, this qualitative bibliographical study aimed at discussing some of the main characteristics of some pathological family systems and which constitute a risk factor for the schizophrenia disorder in its members. The review of the literature made it possible to verify that it is impossible to work on the issue of schizophrenia, without taking into account the family and social context.

Keywords: Schizophrenia. Family. Systemic.

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 50, estudiosos buscam estabelecer relações de causalidade entre aspectos das relações e estruturas familiares e a manifestação da esquizofrenia (VILLARES et. al 2005).

Autores como Elkaim (1998), ressaltam que o sistema familiar tem um papel essencial para a evolução do indivíduo, pois a identidade tem origem, ao mesmo tempo, no sentimento de pertencimento e no de separação. De acordo com a Teoria Familiar Sistêmica, num sistema de reciprocidade, a forma como os membros familiares se relacionam consigo mesmos e com a sociedade, deve seguir um limite de permeabilidade. As interações devem ser desenvolver, mas com cada sistema mantendo suas especificidades, a diferenciação deve existir de forma que cada grupo continue aberto, mas sem perder sua identidade. Essa diferenciação representa a necessidade de coesão e manutenção do grupo. Com o passar do tempo o indivíduo deve se tornar independente do sistema familiar, formando sua própria identidade e ser capaz de formar um novo sistema. Desta forma, é possível compreender que o processo de separação e individuação deve ser capaz de criar autonomia e capacidade de inter-relação no indivíduo que tem como base suas estruturas de formação do sistema de origem. (CALIL, 1987).

Numa família funcional, há uma maneira de saber lidar com os conflitos. Os pais possuem flexibilidade e formam alianças que auxiliam a maneira de reagirem aos prováveis e necessários desequilíbrios, comuns em sistemas abertas, como o familiar. Existe o apoio aos filhos, mas sem deixar, quando necessário, de demonstrar autoridade. (CALIL, 1987).

O modelo sistêmico trouxe uma mudança na visão da psicopatologia uma vez que interessou-se em estudar as relações entre pessoas, caracterizando a família como um sistema múltiplo, com cada indivíduo interferindo sobre o sistema como um todo. A enfermidade, a partir daí, passou a ser vista como uma sinalizadora não mais de uma perturbação individual, e sim, coletiva. Assim, passou-se do pensamento linear com a explicação de que para cada efeito existe uma causa para o pensamento circular que determina

não haver causa ou efeito, mas sim sistemas de influências recíprocas. (BATESON, 1972)

Considerando o distúrbio psicótico, o “doente”, para a Teoria Sistêmica é entendido como o “membro sintomático” ou “bode expiatório”, responsável pela representação do conflito do sistema que é originado pelas inadequadas formas de relações existentes. Neste contexto, a esquizofrenia se caracteriza por um dos transtornos psicóticos mais comuns e avassaladores da população, sendo seu aparecimento e sua permanência interligados ao relacionamento familiar. Diante de tal patologia a situação do sistema se modifica para se adaptar aos padrões de novas convivências. (OSORIO, 1996).

Este estudo tem como objetivo geral considerar as principais características de alguns sistemas familiares patológicos que constituem fator de risco para o aparecimento e a manutenção do distúrbio da esquizofrenia em seus membros. Para o alcance deste, foram necessários os seguintes objetivos específicos: caracterizar os fatores de risco para a esquizofrenia em sistemas familiares patológicos; discutir os conceitos de duplo vínculo e ausência da reciprocidade de papel e, validar a esquizofrenia a partir do pensamento sistêmico.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Material e Métodos

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, constituído de publicações em livros e artigos científicos disponibilizados na Internet (Google Acadêmico, Scielo, Pepsico), a partir dos descritores: Esquizofrenia, Família e Sistêmico. O material foi devidamente selecionado conforme pertinência ao tema e amplamente submetido a uma análise descritiva, argumentativa e qualitativa buscando, assim, a contemplação dos objetivos propostos.

2.2. Resultados e discussão

As grandes teorias, direcionadas para o estudo da esquizofrenia e da relação familiar, tiveram seu auge entre a década de cinquenta e sessenta.

Os estudos da psicanalista Frida Fromm-Reichmann sobre a relação da família com a esquizofrenia tornaram-se um marco para a literatura da área. Em 1948, a referida autora descreveu, em artigo que se tornou clássico, a “mãe esquizofrenogênica”. A partir deste trabalho pioneiro e com base no atendimento e investigação de famílias em situação de terapia, muitos outros autores (CALIL, 1987 apud BATESON 1956, BOWEN et al., 1960, HALEY, 1959; LAING; ESTERSON, 1979, NINH, 1974; PALAZZOLI et al., 1998) publicaram suas descobertas nesta promissora área.

Em estudos iniciais sobre o processo de desospitalização de pacientes esquizofrênicos, percebia-se que os pacientes ao retornarem para a comunidade, os sintomas apareciam novamente mesmo com o uso dos medicamentos. O comportamento dos membros era modificado a ponto de provocar o retorno dos sintomas no paciente esquizofrênico. Percebia-se, ainda que, quando o paciente melhorava outra pessoa da família piorava ou a família em geral começava a aparentar distúrbios, parecia ser necessária a presença de sintoma na mesma. (VAVGHN, 1977).

Algumas produções científicas para um melhor entendimento das famílias esquizofrênicas foram os estudos de Haley (1960) e Ninh (1974). A descrição sistêmica de famílias esquizofrênicas veio a partir das pesquisas produzidas por Haley (1960). Através dos seus trabalhos constatou-se a existência de uma mãe esquizofrenogênica e um pai inadequado como alicerce para a formação dos quadros psicóticos. Segundo seus estudos, a família esquizofrênica é incongruente no seu discurso, a desqualificação está presente, as discordâncias são ocultadas, mas devido à incompreensão do outro, nenhum dos membros se considera responsável pelos acontecimentos presentes. As alianças entre si não são permitidas, a culpa é transferível, as mães desculpam-se o tempo todo e os pais as transferem para as mesmas, rejeitando sua falha própria. Nota-se que a rigidez é presente, diante de uma mensagem duplo-vinculada, o esquizofrênico responde metaforicamente, as modalidades de resposta podem ser de forma hebefrênica, paranóide ou catatônica o que na verdade representa uma fuga da relação.

No estudo de Ninh (1947 apud ANDRADE, 2003), formulado pelo atendimento aos pais dos pacientes hospitalizados, foi observada a presença de emoções irreais tanto positivas quanto negativas. Foi

possível verificar que, nessas famílias: a) não há interesses próprios nem independência; b) não há conflitos; c) não há intimidade; d) a família permanece isolada pela sua rigidez e não há aberturas. Nota-se, neste contexto, que os papéis familiares são absorvidos pelo indivíduo durante todo seu processo de convivência com os mesmos. O sistema de interação que se estabiliza dentro dessas famílias caracteriza um importante fator para o desenvolvimento e a formação da personalidade, às vezes patológica, de cada membro.

O padrão cibernético foi um dos primeiros a ser utilizado para as famílias esquizofrênicas, devido à ênfase na retroalimentação negativa. Esta teoria aplicava-se adequadamente por tratar de pessoas resistentes à mudança e mantenedoras da homeostase. Este modelo, que tinha como ênfase verificar os padrões de comunicação familiar, passou a considerar a esquizofrenia como um resultado da interação familiar. “A comunicação esquizofrênica é aprendida na família devido à presença de padrões de fala confusos e desconcertantes.” (BATESON, 1956; NICHOLS; SCHWATZ, 1998, p.316).

Segundo Laing e Esterson (1979) a família é uma variável patogênica na origem da esquizofrenia, por tratar-se de um evento psicossocial e não apenas químico-cerebral. Alguns anos mais tarde, Andolfi (1996) considerou que, na visão sistêmica, há uma mudança do paradigma mecanicista causal linear para o holístico e circular, deixando-se de atribuir um significado individual para os acontecimentos e comportamentos das pessoas e passando-se a verificar o funcionamento da dinâmica interativa no sistema. Em outras palavras, este autor apontou a descentralização sobre o sintoma para focalizar as interações e a rede de acontecimentos presente entre os membros. A interação esclarece a relação que se mantém dentro do sistema e pode ser indicativa do sintoma.

Para uma melhor compreensão da importância do pensamento sistêmico em famílias com um membro esquizofrênico, torna-se necessário discutir alguns conceitos, tais como: o conceito de duplo vínculo e o da ausência da reciprocidade de papel. Em seus estudos sobre a análise das comunicações interpessoais e a estrutura da família, Bateson (1956, apud CALLIL 1987) define o duplo vínculo como uma distorção da comunicação, ou seja, uma mensagem que chega para quem a recebe, com duplo sentido. Tais mensagens são

simultâneas e contraditórias, de modo que quem as recebe fica confuso, pois a pessoa não consegue, assim, distinguir qual das mensagens deve ser descartada e qual deverá ser considerada, o que a conduz a um impasse. A vivência desse processo, para muitos pacientes, chega a atingir níveis intoleráveis.

Ainda de acordo com Bateson e cols (1956), o esquizofrênico é resultado de um contexto relacional confuso, ameaçador e imobilizante, que pode levar o indivíduo constantemente a confundir o literal e o metafórico. O único caminho encontrado pelo membro de uma família envolvida por longo período nesse tipo de comunicação pode ser justamente o que conduz à esquizofrenia, no qual possa se expressar, sem medo de atacar diretamente aquele que o ataca (CALIL, 1987, p.29-30).

Já, o conceito da ausência da reciprocidade de papel foi criado representando aquela família em que não havia unidade conjugal, devendo a mãe ser basicamente integrativa e expressiva e o pai, adaptativo e instrumental. Havendo a troca destes papéis surgiam dificuldades no relacionamento, uma vez que o pai passa a ver visto como uma figura negativa e incapaz de ajudar a criança a resistir ser capturada por tal distúrbio. No mesmo sentido, Lidz (1965) também considerava que a influência do pai era frequentemente mais destrutiva que a da mãe ao afirmar que poderia ser melhor crescer sem um pai do que com um pai indiferente ou fraco demais para servir como modelo de identificação. Para este autor, os padrões de paternidade patológica eram classificados como dominador, hostil em relação aos filhos, indiferentes ou distantes, fracassados na vida, passivos e submissos.

Nestes casos, cria-se sempre, uma expectativa das ações do outro o que leva ao aparecimento de dificuldades que impedem cada membro de individualizar-se ou libertar-se desse sistema disfuncional. Esse processo de nível de disfunção do sistema enfraquece a honestidade entre as trocas que se tornam cada vez mais superficiais e indefinidas. Verifica-se, assim, um enfraquecimento da identidade que, por sua vez, afetará a todos e o sistema passa a viver em função das necessidades dos outros, como se fosse forçado a desenvolver esse comportamento para manter a relação. (LIDZ, 1965).

Autores como Andolfi (1979) e Calil (1987) também trouxeram contribuições no sentido de se validar a esquizofrenia a partir do

pensamento sistêmico. Andolfi (1979) considerou a mudança como um processo que necessita de adaptação e mudança de regras para que a família crie um novo contexto de coesão tornando possível o crescimento psíquico dos membros e da família. No entanto, pode-se notar que, nestas situações, a mudança é vista como traumática, assim ou se escolhe um membro para representar o conflito e o disfuncionamento familiar ou o sistema se rompe. Calil (1987) corrobora com este pensamento ao afirmar que as fronteiras excessivamente rígidas provocam o enfraquecimento da relação entre os membros. A lealdade é enfraquecida, assim como a interdependência e a informação de necessidade de auxílio e todos se mostram como satisfeitos com a relação. Neste sistema patológico, não há expressão das verdadeiras emoções entre si, o que propicia o aparecimento do disfuncionamento, passando a haver a necessidade da presença de um membro representante do sintoma para que a homeostase se mantenha e a família se desenvolva. Assim, o processo psicótico é mantido para que seja possível a permanência da “união familiar” e da relação que se torna fixa naquele distúrbio e cria o processo de permanência do mesmo.

Outras evidências da relação familiar e esquizofrênicas são apontadas, ainda, por Waring (1993 apud ANDRADE, 2003): a) os pais de esquizofrênicos apresentam mais distúrbios psiquiátricos que pais de crianças normais; b) mãe de esquizofrênicos são mais superprotetoras; c) as crianças pré-esquizofrênicas demonstram mais doenças físicas e necessitam de cuidados especiais; e) os pais de esquizofrênicos demonstram mais conflitos e desarmonias entre o casal; f) os esquizofrênicos que possuem maior proximidade com seus parentes ou cônjuges são mais propensos a recaídas e; g) os pais de esquizofrênicos comunicam-se de forma anormal.

Para Brendler (1994), nessas famílias, os membros não se envolvem mutuamente, ninguém conhece suas necessidades e nem as dos outros e a manipulação predomina, impossibilitando o processo de mudança. Classifica a família esquizofrênica como “severamente sintomática” uma vez que os padrões são tão rígidos que os sintomas ficam impermeáveis e a possibilidade de crescer e satisfazer as necessidades torna-se impossibilitada.

O comportamento sintomático (membro esquizofrênico) vem para que toda a atenção seja jogada sobre ele nos momentos de

instabilidade do grupo. Assim, ao ser mantido o sintoma sobre um dos membros, os outros podem voltar sua atenção para ele. Porém, caso esse mecanismo não funcione como um estabilizador pode-se criar um sistema de funções rígidas e repetitivas, que funcionam como reforços no momento de busca de novas soluções. A desconexão comunicativa na família sintomática é constante e o membros permanecem numa situação de isolamento e alienação, como resultado, as relações familiares ficam rompidas (ANDOLFI, 1982 apud ANDRADE, 2003).

Outra característica observada nas famílias esquizofrênicas é a comunicação, sempre indireta e camuflada, onde a hostilidade submerge causando o isolamento e o aparecimento de bodes expiatórios. Nessas famílias, os padrões de interação e as funções individuais podem se tornar tão enrigecidos até que se apresentem através da psicose. Quanto maior a necessidade de estabilidade do sistema, maior a agressividade e a irreversibilidade da patologia. Assim, o sistema se organiza a ponto de não ter que mudar. A rigidez predomina em todas as relações.

A família procura encontrar uma solução, no entanto, reage desorganizando ainda mais seu desenvolvimento diante do distúrbio. Nesse sentido, ocorre a desesperança e a falta de motivação, o que torna a família totalmente enclausurada naquela situação e incapaz de chegar a uma solução (ANDOLFI, 1982 apud ANDRADE, 2003).

CONCLUSÕES

Este estudo, de natureza bibliográfica qualitativa, buscou discutir algumas das principais características de alguns sistemas familiares patológicos e que constituem fator de risco para o aparecimento e a manutenção do distúrbio da esquizofrenia em seus membros. A revisão da literatura possibilitou verificar que é impossível trabalhar a questão da esquizofrenia, sem levar em conta o contexto familiar e social. É importante atentar não apenas ao controle dos surtos e das crises, mas ter em mente que toda a família deve ser chamada a participar do processo terapêutico.

Os resultados evidenciaram a importância do olhar sistêmico para a esquizofrenia, pois esta parte do pressuposto que “a família tem potencial e potência de atrapalhar ou de curar os seus indivíduos e

estes poderão sempre acionar esses instrumentos para cuidarem-se, protejerem-se, curarem-se e, assim, poderem crescer, aprender e enriquecer sempre mais” (ROSSET, 2008, p.58).

Algumas pesquisas apontaram que ações sócio-educativas e um trabalho multiprofissional voltado ao funcionamento sistêmico da família são bastante eficazes na diminuição das crises.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.P. S. **Famílias Psicóticas e a abordagem Sistêmica**. Centro Universitário de Brasília FACS - Faculdade de Ciências da Saúde. Brasília, jun 2003.

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. London: Chandler publications, 1972.

BATESON, G.; JACKSON, D.J.; EWEKLAND, J. (1956) Toward a theory of schizofrenia. In: CALLIL, V. L.L, **Terapia familiar de casal**. 4. ed, São Paulo: Summus 1987, p. 29- 30.

BRENDLER, J. **Doença mental, caos e violência: Terapia com famílias à beira de uma ruptura**. Ed. Artes Médicas. Porto Alegre, 1994.

CALIL, V. **Terapia familiar e de casal**. Ed. Summus. São Paulo, 1987.

ELKAIM, M. **Panorama das terapias familiares**. São Paulo: Summus, 1998.

HALEY, J. **Psicoterapia familiar**. Ed. Interlivros. Belo Horizonte, 1979.

LAING, R.D.; ESTERSON. **A sanidade, a loucura e a família**. Ed. Interlivros. Belo Horizonte, 1979.

MORAIS, G. F.; RONDINA, R. C. A dinâmica da comunicação na família e o surgimento de sintomas psicóticos em esquizofrênicos. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia FAEF**, Ano V - Número 9 - Novembro de 2007.

NICHOLS, M. P.; SHWARTZ, R. C. **Terapia familiar conceitos e métodos**. Ed. Artmed. Porto Alegre, 1998. OSÓRIO, L. C. **Família Hoje**. Ed. Artes Médicas. Porto Alegre, 1996.

PALAZZOLI et al. **Os jogos psicóticos na família**. Ed. Summus. São Paulo, 1998.

VILLARES, C. C.; REDKO, P. C.; MARI, J. M. Concepções de doenças por familiares com diagnóstico de esquizofrenia. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. v.21, n.1, São Paulo, 2005. Disponível em:<http://www.scielo.com.br> Acesso em: 12/08/17.

TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL (TAS): ESTRATÉGIAS EM PSICODIAGNÓSTICO

Andréa MAGALHÃES ¹

Fernanda P. DOTA ²

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral FAEF - Garça - SP E-mail: dea.magalhaes@hotmail.com

² Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pelo Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, (Brasil 2015). Docente no Curso de Graduação em Psicologia na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF - Garça - SP. E-mail: fer.dota@hotmail.com

RESUMO

O Psicodiagnóstico é um processo científico, limita-se ao tempo e utiliza técnicas e testes psicológicos, em níveis individualizados ou não para o entendimento de pressupostos teóricos. O Transtorno de Ansiedade defini-se como um sistema complexo de respostas cognitivas, afetivas, fisiológicas e comportamentais. O principal objetivo deste estudo é entender como se dão as estratégias e as intervenções do Psicodiagnóstico em Transtornos de Ansiedade Social (TAS), tendo como base e mantendo em diálogo autores referenciados e trabalhos desenvolvidos na área, com o intuito de colaborar e no sentido de caracterizar e firmar a importância do processo psicodiagnóstico.

Palavras-chave: Transtorno de Ansiedade Social. Psicodiagnóstico. Intervenção.

ABSTRACT

Psychodiagnosis is a scientific process, limited to time and uses techniques and psychological tests, at individualized levels or not for the understanding of theoretical assumptions. Anxiety Disorder is defined as a complex system of cognitive, affective, physiological and behavioral responses. The main objective of this study is to understand how the strategies and interventions of the Psychodiagnosis in Social Anxiety Disorders (SAD) are given, based on and maintained in the dialogue with authors and work developed in the area, with the purpose of collaborating and in the sense of characterize and establish the importance of the psychodiagnostic process.

Keywords: Social Anxiety Disorder. Psychodiagnosis. Intervention.

1. INTRODUÇÃO

Para compreendermos o Transtorno de Ansiedade, sua abordagem e intervenção em Psicodignótico precisamos nos ater no histórico do transtorno e no próprio método elencado. Dentre inúmeras definições expostas em estudos realizados sobre o tema, Muller *et al.* (2015), define Ansiedade como um sistema complexo de respostas cognitivas, afetivas, fisiológicas e comportamentais. Tal sistema é ativado quando eventos ou circunstâncias são antecipados e considerados aversivos, pois são percebidos e reconhecidos como imprevisíveis, incontroláveis e com a probabilidade de ameaça vital para uma pessoa. (CLARK; BECK, 2012 *apud* MULLER *et al.* 2015). Ainda segundo os autores, os transtornos de ansiedade são os transtornos psiquiátricos que mais prevalecem e muitas vezes são subdiagnosticados, ou seja, implica em um não reconhecimento da doença, impossibilitando assim a tomada de medidas terapêuticas precisas.

O TAS (Transtorno de Ansiedade Social), denominado também de Fobia Social é o transtorno mais comum e o terceiro mais presente de todos os transtornos mentais. Pesquisas apontam que na população em geral as taxas são mais altas no sexo feminino e a diferença é mais acentuada nos adolescentes e adultos jovens. (APA, 2014). De

acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014; APA, 2014), indivíduos com TAS manifestam medo excessivo e persistente de situações e desempenho. Temem serem observados comportando-se de maneira humilhante ou embaraçosa e por conseguinte, a desaprovação ou rejeição das pessoas (APA, 2014). Caracterizam-se, também, por extrema inibição e autocríticos em situações sociais o que gera ansiedade, e assim comportam-se de maneira tensa e rígida, caracterizando dificuldade em articulação verbal levando o indivíduo a ter prejuízos no desempenho social (CLARK e BECK, 2012 *apud* MULLER *et al.* 2015).

Conforme relata Muller *et al* (2015), esses indivíduos ainda podem apresentar dificuldades restritas a situações de desempenho como medo de falar em público ou associar o medo a diferentes situações sociais (APA, 2014). Os autores relatam ainda que um número expressivo de pessoas com TAS podem apresentar, também, o Transtorno de Personalidade Esquiva (HEIMBERG, 2002 *apud* MULLER *et al.* 2015) e este passou a ser denominado Transtorno de Personalidade Evitativa no DSM-5 (2014) e há autores inclusive que consideram esse transtorno da personalidade uma forma mais grave de TAS (CHAMBLESS *et al.*, 2008 *apud* MULLER *et al.* 2015).

Alguns dos fatores que se predispõem ou fatores etiológicos possíveis para o desenvolvimento do transtorno podem ser os genéticos, os neurológicos, os de timidez, os de maus-tratos e experiências traumáticas na infância. (APA, 2014; MACHADO-DE-SOUZA *et al.*, 2014; PICON e KNIJINIK, 2004 *apud* MULLER *et al* 2015) . O TAS tende a iniciar-se na infância, de forma gradual e com prejuízos bem significativos na vida profissional, social e afetiva. (RANGÉ, 1995 *apud* MULLER *et al* 2015). Constata-se que na prática o TAS é dificilmente a principal razão para se procurar tratamento ou mesmo hospitalizações. Comorbidades psiquiátricas como Transtorno de Pânico, Transtorno de Ansiedade Generalizada, Fobia Específica, Transtorno Depressivo Maior ou Transtornos Relacionados a Substâncias Psicoativas, dos quais não vamos nos prolongar neste estudo, são as principais causas que levam o paciente a procurar ajuda. (APA, 2002, 2014; BEIDEL *et al.*, 2004; KESSLER *et al.*, 1999; MANFRO *et al.*, 2003 *apud* MULLER *et al* 2015).

No que diz respeito o tratamento, há registros e evidências da eficácia da psicoterapia, farmacoterapia e tratamento combinado,

sem predomínio desses modelos na literatura, mas o uso rotineiro de medicações deve ser observado e tratado com cautela já que este pode gerar danos como a tolerância e a dependência, com potencial abuso de substâncias (SORDI et al., 2011; PICON e PENIDO, 2011; KATZMAN et al., 2014; CRESWELL et al., 2014 *apud* MULLER et al 2015). Esses fatores dão ênfase à importância de pesquisas que abordem indivíduos com esse transtorno, possibilitando assim maior interação e entendimento sobre o que versa a psicopatologia e o aprimoramento das técnicas e manejos terapêuticos contribuindo para o tratamento e eficácia desses pacientes. Pesquisadores ressaltam também a efetividade das abordagens cognitivo-comportamentais no tratamento, associado ao desenvolvimento de estratégias terapêuticas específicas. (JUSTER e HEIMBERG, 1995; BALLENGER et al., 1998 *apud* MULLER et al 2015).

Quanto ao Psicodiagnóstico, Cunha (2009, p.23) descreve que é um processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (input), em nível individualizado ou não, para o entendimento de problemas de pressupostos teóricos, auxilia na avaliação e identificação de aspectos específicos, classifica casos e prevê seu curso, comunicando resultados (output) nas bases das soluções propostas.

O presente artigo trata de uma pesquisa bibliográfica básica, de caráter descritivo, que tem como objetivo compreender como se dão as estratégias e as intervenções do Psicodiagnóstico em Transtornos de Ansiedade, mantendo em diálogo autores referenciados e trabalhos desenvolvidos na área, com o intuito de colaborar, caracterizar e firmar a importância do processo psicodiagnóstico na eficácia de um futuro ou possível diagnóstico.

2. PSICODIAGNOSTICO E AS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

O psicodiagnóstico caracteriza-se como um processo científico onde dele deve partir um levantamento prévio de hipóteses que serão confirmadas ou não através de passos predeterminados com objetivos precisos. O psicodiagnóstico deriva da psicologia clínica introduzida por Lighter Witmer em 1906 e criado sob a tradição da psicologia acadêmica e tradição médica. A designação de psicologia não agradou nem ao próprio fundador da psicologia clínica, e este

adotado apenas por falta de melhor alternativa. (GARFIELD, 1965 apud CUNHA 2009).

Segundo Cunha (2009), o psicodiagnóstico é um processo desencadeado quase sempre junto com um encaminhamento em consulta clínica, a partir do qual se traçam os passos do exame e que constituem uma das rotinas do psicólogo clínico. Entretanto, esse tipo de avaliação é sempre decorrente da pré-existência de um problema que o psicólogo deve avaliar e identificar para chegar a um diagnóstico. Um problema é identificado quando são reconhecidas alterações ou mudanças nos padrões de comportamento comum, que podem ser percebidas como sendo de natureza quantitativa ou qualitativa. Conforme observam Kaplan e Sadock (1999b) *apud* Cunha (2009),

A maioria das manifestações de transtornos psiquiátricos representa variações de diferentes graus de um *continuun* entre saúde mental e psicopatologia, então, na maior parte das vezes, as mudanças percebidas são de natureza quantitativa. Pode-se falar, em primeiro lugar, em alterações autolimitadas, que se verificam pela presença de um exagero ou diminuição de um padrão de comportamento usual, dito normal. Tais mudanças quantitativas podem ser observadas em várias dimensões, como na atividade (motora, da fala, do pensamento), no humor (depressão vs euforia), em outros afetos (embotamento, excitação), etc. Frequentemente, esse tipo de alterações surge como resposta a determinados eventos da vida, e a perturbação é proporcional às causas, ficando circunscrita aos efeitos estressantes dos mesmos.

Conforme Cunha (2009), estratégias de avaliação é uma expressão cada vez mais usada na literatura da área, constitui-se de várias abordagens e recursos que o psicólogo dispõe no processo de avaliação. Estratégia de avaliação refere-se ao enfoque teórico adotado pelo profissional. A avaliação psicológica foi influenciada fundamentalmente pelas correntes de pensamento durante o século XX e que salientam em cada uma delas o primor do comportamento, do afeto e da cognição na atividade do psiquismo humano. Essas linhas de pensamento correspondem a estratégias de avaliações específicas ou métodos e instrumentos típicos. Nas últimas décadas essas estratégias foram tomando um corpo de tendências, esboçado há algum tempo e a estratégia de avaliação comportamental foi dispensando as simples identificações de comportamentos-alvo, distinguíveis e observáveis, para se incorporar em modalidades cognitivas e afetivas, apesar das fortes contestações iniciais.

2.1 Psicodiagnóstico no Transtorno de Ansiedade Social (TAS)

Segundo Muller *et al* (2015), o Transtorno de Ansiedade Social é o transtorno mais comum e se apresenta em elevadas taxas prevalentes, com importantes prejuízos funcionais e demandam aborgagens terapêuticas de longa duração. O psicodiagnóstico, como já descrito anteriormente, é um processo científico em nível individualizado ou não, que auxilia o entendimento de problemas de pressupostos teóricos, utilizando técnicas e testes psicológicos que auxiliam o entendimento de problemas de pressupostos teóricos. Especificamente nesse estudo, teremos como base para entendimento e possível diagnóstico do TAS, os testes projetivos HTP - Desenho da Casa, Árvore e Pessoa e o TAT - Teste de Apercepção Temática. Não nos cabe portanto num estudo sucinto, nos ater a aplicação e desmembramento dos testes referidos, mas sim como eles podem auxiliar o profissional num possível diagnóstico, desde que sejam corretamente interpretados.

No HTP, segundo Cunha (2009, p.519), existem simbolismos nos desenhos da casa, da árvore e da pessoa. Para a análise desses desenhos é fundamental “considerar as áreas mais amplas da personalidade investigadas por esses três conceitos” (HAMMER, 1991, p.125). Este teste portanto, auxilia o psicólogo quando na análise dos desenhos, para indicadores diagnósticos como a) Traços Psicóticos, b) Disfunção Cerebral e c) Traços Depressivos e Hipomaniacos.

O TAT (Teste de Apercepção Temática), conforme o modelo interpretativo de Henry Murray que formulou uma teoria da personalidade, é indispensável a análise precisa do teste para não correr o risco de simplesmente repetir o seu manual. Murray, com esforços consideráveis, estabeleceu um acordo entre as exigências conflitantes da complexidade clínica e da investigação, criando meios de representar a diversidade da conduta humana e, ao mesmo tempo, dedicar-se à tarefa de organização das operações para avaliar as variáveis que ocupam uma função central no seu esquema teórico o que resultou numa maior aproximação entre a prática clínica e a pesquisa psicológica. Ainda segundo Cunha (2009), através da sua análise obtem-se informações da normalidade ou patologia nas diferentes organizações da personalidade e o acesso à problemática

de cada indivíduo, seus conflitos e suas subjetividades, o que o torna único em relação ao outro e ao meio. Na análise do TAT, o psicólogo examina as histórias e a conduta do sujeito durante os testes. Sua história representa um conteúdo manifesto e subentendido como latente que reflete as dinâmicas subjacentes da personalidade do sujeito (RAPAPORT, 1965). A partir da história e da conduta do sujeito durante a testagem, é possível a abstração de dados significativos.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os testes aqui elencados e brevemente comentados fazem parte de todo um processo indicado no psicodiagnóstico. Como já descrito anteriormente, o psicodiagnóstico é um processo que engloba métodos e técnicas específicas para o auxílio de um possível diagnóstico, que pode ser considerado como ferramentas no trabalho do psicólogo clínico.

Um dos objetivos desse estudo é indicar a possibilidade do uso dessas ferramentas num processo de avaliação psicodiagnóstica, neste caso, especificamente, o uso dos testes projetivos HTP e TAT para um possível diagnóstico de TAS.

É importante frisar que todas as técnicas e métodos disponíveis no psicodiagnóstico são específicas para quantificar e qualificar dados e informações advindas dos sujeitos analisados. Mesmo partindo-se do ponto que esses testes e técnicas estão disponíveis para a aplicação na população em geral, subdividindo-se entre idade e sexo dos indivíduos, é importante que o psicólogo clínico se atente para cada sujeito como ser único, com suas experiências, histórias e peculiaridades quando na interpretação e análise dos testes.

O Psicodiagnóstico é um processo terapêutico. Partindo de toda concepção a qual ele é formado, o psicólogo clínico consegue aliar informações trazidas pelo paciente ao desenvolvimento de todo processo que constitui-se o psicodiagnóstico. Sucintamente, neste trabalho, foram consideradas algumas alternativas de técnicas que podem auxiliar o profissional num possível diagnóstico, com precisão de resultados e com índices baixos de fatores que podem induzir a erros no diagnóstico. O profissional da psicologia clínica dispõe de várias outras ferramentas e técnicas auxiliares para o desenvolvimento de seu trabalho. O que cabe então a esse profissional

é inserir adequadamente técnica, ferramenta e processo adequadamente a cada caso específico e a cada resultado que se pretende alcançar. Técnicas e ferramentas disponíveis no psicodiagnóstico são norteadores precisos para o profissional desde que se consiga fazer uma leitura correta do que se deseja alcançar, levando em conjunto toda a história do indivíduo, sua concepção de vida, seus valores, suas crenças, suas experiências e concepção de mundo. Todo diagnóstico preciso se embasa em desenvolvimento, no indivíduo como um todo, nas técnicas e ferramentas utilizadas durante o processo e no profissional que as utiliza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). 2014. DSM-5. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5ª ed., Porto Alegre, Artmed, 948 p.

BALLENGER, J.C.; DAVIDSON, J.R.; LECRUBIER, Y.; NUTT, D.J.; BOBES, J.; BEIDEL, D.C.; DEBORAH, C.; ONO, Y.; WESTENBERG, H.G.M. 1998. Consensus statement on social anxiety disorder from the international consensus group on depression and anxiety. *Journal of Clinical Psychyatr*, 59(Suppl 17):54-60.

BEIDEL, D.C.; MORRIS, T.L.; TURNER, M.W. 2004. Social Phobia. In: T.L. MORRIS; J.S. MARCH (eds.), *Anxiety disorders in children and adolescents*. New York, Guilford, p. 141-163.

CUNHA, J. A. (2009). *Psicodiagnóstico-V*. Artmed Editora.

CLARK, D.A.; BECK, A.T. 2012. *Terapia cognitiva para os transtornos de ansiedade: ciência e prática*. Porto Alegre, Artmed, 640 p.

CHAMBLESS, D.L.; FYDRICH, T.; RODEBAUGH, T.L. 2008. Generalized social phobia and avoidant personality disorder: meaningful distinction or useless duplications? *Depression and Anxiety*, 25(1):8-19. <http://dx.doi.org/10.1002/da.20266>

CRESWELL, C.; WAITE, P.; COOPER, P. 2014. Assessment and management of anxiety disorders in children and adolescents. *Archives of Disease in Childhood*, 99(7):674-678. <http://dx.doi.org/>

10.1136/archdischild-2013-303768

Garfield, S.A. (1965). Historical introduction. In B.B. Wolman, Ed. Handbook of clinical psychology (p.125-140). New York: McGraw-Hill.

HAMMER, E.F. (1991). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

HEIMBERG, R.G. 2002. Cognitive-behavioral therapy for social anxiety disorder: current status and future directions. *Biological Psychiatry*, 51(1):101-108.

JUSTER, H.R.; HEIMBERG, R.G. 1995. Social phobia-longitudinal course and long-term outcome of cognitive-behavioral treatment. *The Psychiatric Clinics of North America*, 18(4):821-841.

KATZMAN, M.; BLEAU, P.; BLIER, P.; CHOKKA, P.; KJERNISTED, K.; AMERINGEN, M. 2014. Canadian clinical practice guidelines for the management of anxiety, posttraumatic stress and obsessive-compulsive disorders. *BioMed Central Psychiatry*, 14(Suppl. 1):1-83. <http://dx.doi.org/10.1186/1471-244X-14-S1-S1>

Kaplan, H.I. & Sadock, B.J. (1999b). Sinais e sintomas típicos de doença psiquiátrica. In H.J. Kaplan & B.J. Sadock. *Tratado de Psiquiatria*. 6.ed. V.1 (p.584- 592). Porto Alegre: Artmed.

KESSLER, R.C.; SANG, P.; WITTCHEN, H.U.; STEIN, M.; WALTERS, E.E. 1999. Lifetime co-morbidities between social phobia and mood disorders in the US National Comorbidity Survey. *Psychological Medicine*, 29(3):555-567. <http://dx.doi.org/10.1017/S0033291799008375>

MACHADO-DE-SOUSA, J.P.; OSÓRIO, F. DE L.; JACKOWSKI, A.P.; BRESSAN, R.A.; CHAGAS, M.H.; TORRO-ALVES, N.; DE PAULA, A.L.; CRIPPA, J.A.; HALLAK, J.E. 2014. Increased amygdalar and hippocampal volumes in young adults with social anxiety. *PLoS One*, 9(2):1-5. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0088523>

MANFRO, G.G.; ISOLAN, L.; BLAYA, C.; MALTZ, S.; HELDT, E.; POLLAC, M.H. 2003. Relationship between adult social phobia and childhood anxiety. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 25(2):96-99. <http://>

[dx.doi.org/10.1590/S1516-44462003000200009](https://doi.org/10.1590/S1516-44462003000200009)

MULLER, J. D. L., TRENTINI, C. M., ZANINI, A. M., & LOPES, F. M. (2015). Transtorno de Ansiedade Social: um estudo de caso. *Contextos Clínicos*, 8(1), 67-78.

PICON, P.; KNIJNIK, D.Z. 2004. Fobia social. In: P. KNAPP (ed.), *Terapia Cognitivo-Comportamental na prática psiquiátrica*. Porto Alegre, Artmed, p. 226-247.

PICON, P.; PENIDO, M. 2011. Terapia cognitivo- -comportamental do transtorno de ansiedade social. In: B. RANGÉ (ed.), *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria*. 2ª ed., Porto Alegre, Artmed, p. 269-298.

RANGE, B. 1995. *Psicoterapia Comportamental e Cognitiva de Transtornos Psiquiátricos*. Campinas, Psy, 300 p.

RAPAPORT, D. et alii (1965). *Tests de diagnóstico psicológico*. Buenos Aires: Paidós.

SORDI, A.; RODRIGUEZ, V.; KESSLER, F. 2011. Benzodiazepínicos, hipnóticos e ansiolíticos. In: A. DIEHL; D. CORDEIRO; R. LARANJEIRA (eds.), *Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Porto Alegre, Artmed, p. 180-188.

TRANSTORNO Opositor Desafiador - TOD: A IMPORTÂNCIA DO APOIO ESCOLAR NO TRATAMENTO DA CRIANÇA

TEODORO, Christiane Roberta¹

BARACAT, Juliana²

¹ Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail para contato: christianeteodoro@gmail.com

² Docente da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF. E-mail para contato: jbbaracat@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo do tipo descritivo, de natureza quantitativa e qualitativa, com objetivo é compreender o Transtorno Opositor Desafiador (TOD) que é responsável pelo comportamento rebelde e desafiante da criança e de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já publicado sobre o objeto de estudo. Desta forma, compreender melhor os comportamentos e fenômenos emocionais ocorridos nas crianças caracterizadas com esse transtorno. Como resultados, salientamos a necessidade da pesquisa acadêmica sobre o tema, de forma a contribuir com a interface psicologia-educação.

Palavras-chave: Transtorno comportamental. TOD. Transtorno Opositor Desafiante.

ABSTRACT

This article aims to present a descriptive study, both quantitative and qualitative, whose objective is to understand the Oppositional Defiant Disorder (ODD) which is responsible for rebellious and challenging behavior in the child and puts the researcher in direct contact with the whole material available about the subject. Therefore, to better understand the behavior and emotional phenomenon which occurs in the child characterized by this disorder. As a result, we point out the need for more research about the theme, to contribute to the interface between psychology and education.

Keywords: Behavioral disorder. ODD. Oppositional Defiant Disorder.

1. INTRODUÇÃO

Dentre os transtornos encontrados na infância, o Transtorno Opositivo Desafiador é caracterizado por comportamentos de negação, desafiadores, desobedientes e hostis para com figuras de autoridade. Para que a criança seja diagnosticada é necessário que ela apresente perda de paciência, discussão com adultos, desafio ou recusa em obedecer a regras ou solicitações feitas por adultos, fazer coisas que aborçam as pessoas de propósito, responsabilizar outras pessoas por seus próprios erros ou mau comportamento, incomodar-se facilmente com os outros, ficar com raiva, ressentimento ou ser vingativa ou maldosa.

Em geral, as crianças começam a apresentar os sintomas no início da infância, mais frequentemente durante o período pré-escolar, época em que comportamentos opositivos e desafiadores são esperados. Por isso, há a necessidade de avaliar em que situações estes comportamentos ocorrem, a intensidade e prejuízo que geram a fim de distinguir o transtorno da oposição e desafio normais da idade. Nas crianças que apresentam um desenvolvimento considerado normal os sintomas tendem a diminuir e desaparecer com o passar do tempo, o que não costuma ocorrer nas crianças com este transtorno. Nessas as condutas continuam e pioram com a idade, podendo até mesmo levar ao desenvolvimento posterior de outras complicações.

Os educadores são uma das primeiras autoridades além dos pais que as crianças diagnosticadas com TOD convivem, por isso há necessidade desses profissionais terem maior conhecimento e informação para com essas crianças. A maioria dos professores caracteriza a criança como um delinquente, muitas vezes sem diagnósticos de um profissional responsável e a escola acaba por expulsar esses alunos sem entender que trata-se de um transtorno. Apesar de existir uma legislação vigente, a escola opta por expulsar essas crianças por não se sentirem capazes de educá-la ou para evitar as dificuldades que esta criança irá acarretar dentro da sala de aula. Os educadores devem olhar para estes alunos de forma a enxergá-los como seres humanos capazes e merecedores de uma chance. Estas escolas devem se unir aos pais e não julgá-los mais. É preciso um trabalho em conjunto para que estas crianças melhorem. (TRANSTORNO.ORG, 2017).

A psicoterapia envolve um trabalho em conjunto com a família e escola, fornecendo acolhimento e orientação aos responsáveis, assim como motivação e aprendizagem por parte da criança. Dessa forma, todos participam das mudanças e aprendem recursos e habilidades para prevenir possíveis novos problemas. Com base nessa percepção, o objetivo geral deste estudo é compreender o Transtorno Opositor Desafiador e indicar as formas de tratamento, as quais envolvem a família e a escola da criança, além de prevenir que evolua para um Transtorno de Conduta. Visto isso, os objetivos específicos são caracterizar o Transtorno Opositor Desafiador, descrever as contingências envolvidas e indicar os possíveis tratamentos para desenvolver ações preventivas junto à criança, família e educadores.

2. DESENVOLVIMENTO

A Influência da escola e professores no comportamento das crianças diagnosticadas com TOD - Transtorno Desafiador Opositivo é consideravelmente essencial para o tratamento, pequenas atitudes a torna mais segura e faz com que a criança permaneça mais tempo dentro da sala de aula. A união entre professores e a família ajudará a criança a superar esta fase difícil, pois além do comportamento agressivo existe uma criança inteligente, mas que possui lacunas dentro dela que ainda não conseguiu preencher consigo mesmo.

Por ser um transtorno que leva tempo para ser diagnosticado, psicólogos e médicos psiquiatras, professores, coordenadores pedagógicos, diretores afirmam por vezes que essas crianças têm outros problemas. É preciso investigar, dar tempo ao tempo para confirmar um diagnóstico. (DSM-V, APA, 2014)

Associado aos problemas de natureza familiar, as crianças com TOD apresentam pior desempenho em situações sociais e maior recusa a ir à escola do que crianças que não possuem o transtorno, o que leva a um prejuízo significativo no funcionamento social e escolar destes indivíduos.

Eis aí um detalhe para os educadores: conquista. Claro que isso deve ser feito com todas as crianças, mas quando se tem um aluno com TOD, é muito bom que você o conquiste. O estabelecimento dessa parceria com a criança é importante e pode até mesmo inibir algumas ações que ela gostaria de fazer. Entretanto, vale dizer que o tratamento responsável pela diminuição dessas características do TOD deve ser feito pelo psicólogo, psicopedagogo e outros terapeutas. A relação familiar também deve ser aprimorada a fim de dar ao pequeno as condições necessárias para uma vida bem melhor. (NEUROSABER, 2016)

De acordo com a CID 10 - F.91.3 (Classificação Internacional de Doenças), o TOD - Transtorno Desafiador Opositivo é um “tipo de transtorno de conduta que ocorre habitualmente em crianças jovens, caracterizado essencialmente por um comportamento provocador, desobediente ou perturbador, e não acompanhado de comportamentos delituosos ou de condutas agressivas ou dissociais graves”.

Manifesta-se na infância antes dos 8 anos de idade, e pode agravar-se na adolescência. Geralmente inicia-se no ambiente doméstico e estende-se para outros ambientes e situações.

Estima-se que entre 2% e 16% das crianças em idade escolar apresentem TOD (PARRA, 2012). É destacado como o mais prevalente em crianças entre 9 e 10 anos (GIOVANNINI, 2014). Sendo frequente em meninos, já na adolescência a frequência é igual para meninos e meninas. A prevalência no transtorno de oposição oscila entre 0,3% e 22%, uma média de 3,2% (LAHEY, MILLER ET AL. 1999). Os chamados transtornos exteriorizantes (problemas de atenção, comportamentos delinquentes ou de “quebrar” regras, comportamento agressivo),

incluindo a hiperatividade parecem estar na linha de chegada para os problemas de comportamento mais frequentes encaminhados e diagnosticados pelos especialistas de saúde mental da infância e adolescência (LAHEY, MILLER ET AL. 1999; PARRA 2012).

Não existe uma causa específica para este transtorno, mas acredita-se que fatores genéticos associados a desencadeadores domésticos podem estar associados. O TOD é mais comum em filhos de pais que apresentam transtornos de conduta, humor, personalidade antissocial ou uso abusivo de drogas, e também nos casos de separação dos pais e alienação parental, quando a criança vivencia situações e experiências negativas.

É comum entre os 2 e 3 anos de idade a criança apresentar um comportamento desafiador e opositor, principalmente quando está com fome, cansada, estressada ou chateada. Estes sintomas tendem a diminuir e desaparecer com o passar do tempo, o que não acontece nas crianças que apresentam o transtorno. (TEIXEIRA, 2014). Por isso, o diagnóstico de TOD deve ser bastante criterioso, uma vez há um padrão recorrente de comportamento opositor, desafiador, negativista, desobediente e extremamente hostil, que é caracterizado por teimosia exagerada, resistência a cumprir com as regras e combinados, além de incomodar e perturbar as pessoas deliberadamente. Para uma hipótese de TOD, os sintomas citados acima devem persistir por pelo menos 6 meses, e causar prejuízo social e acadêmico significativo, além de destoar do comportamento observado em outras crianças da mesma idade e nível de desenvolvimento.

O TOD muitas vezes ocorre em comorbidade com outros transtornos, incluindo transtornos de humor, ansiedade, conduta e déficit de atenção/hiperatividade, aumentando a necessidade do diagnóstico precoce e intervenção, para desenvolver ações preventivas junto à criança, família e educadores. (CHICARELLI, 2014).

Um diagnóstico de TOD somente será possível no caso de deficiência intelectual, quando o comportamento opositor for maior do que o observado em crianças da mesma idade, gênero e grau de deficiência, bem como nas perdas auditivas ou transtorno de linguagem, quando há dificuldade em atender comandos devido a prejuízos causados por estes quadros. (CHICARELLI, 2014).

A intervenção e tratamento precoce do TOD são fundamentais para melhorar o comportamento e a qualidade de vida da criança com este transtorno, além de prevenir que evolua para um Transtorno de Conduta.

Para o diagnóstico de TOD, pelo menos quatro das características abaixo deverão estar presentes:

- Frequentemente perde a paciência;
- Frequentemente discute com adultos;
- Frequentemente desafia ou se recusa ativamente a obedecer às solicitações ou regras dos adultos;
- Frequentemente perturba as pessoas de forma deliberada;
- Frequentemente responsabiliza os outros por seus erros ou mau comportamento;
- Frequentemente se aborrece sem motivos;
- Frequentemente mostra-se enraivecido e ressentido;
- Frequentemente é rancoroso ou vingativo.

(CHICARELLI, 2014).

Vale Considerar que o diagnóstico é satisfeito apenas se o comportamento ocorre com maior frequência do que se observa tipicamente em indivíduos de idade e nível de desenvolvimento comparáveis. A perturbação do comportamento causa prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, acadêmico ou ocupacional. Os comportamentos não ocorrem exclusivamente durante o curso de um Transtorno Psicótico ou Transtorno do Humor. Não são satisfeitos os critérios para Transtorno da Conduta e, se o indivíduo tem 18 anos ou mais, não são satisfeitos os critérios para Transtorno da Personalidade Anti-Social. (PSIQWEB.MED).

A prevalência desse transtorno em crianças e adolescentes é relativamente consistente entre países que diferem em raça e etnia e consistentes ao longo do desenvolvimento e estão sob-risco aumentado para uma série de problemas de adaptação na idade adulta, incluindo comportamento antissocial, problemas de controle de impulsos, abuso de substâncias, ansiedade e depressão. (SERRA-PINHEIRO; SCHIMITZ; MATTOS; SOUZA, 2004).

3. METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa de cunho bibliográfico utilizado como referência as ferramentas de pesquisa Google Acadêmico cujo título apresenta o Transtorno Desafiador de Oposição; Transtorno Opositivo Desafiador e Transtorno de Oposição Desafiante. Na análise de dados, foram encontrados artigos que traziam no título o Transtorno Desafiador de Oposição, e artigos que apresentavam no título questões relacionadas ao Transtorno de Conduta, na área da psiquiatria, encontram-se os seguintes artigos que tratam do Transtorno desafiador de oposição: Serra-Pinheiro, Schmitz, Mattos e Souza (2004); Grevet et al., 2005; Serra-Pinheiro, Guimarães e Serrano (2005); Mattos, Serra-Pinheiro, Rohde e Pinto (2006); Grevet, Salgado, Zeni e Belmonte-de-Abreu (2007). E, tratando desse mesmo transtorno, encontra-se na psicologia os seguintes artigos: Sá, Albuquerque e Simões (2008); Paulo e Rondina (2010). O Transtorno Desafiador de Oposição, catalogado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V (APA, 2014) sob o número F91. 3 - 313.81 é descrito como um transtorno em que os sujeitos apresentam “um padrão de humor raivoso/irritável, de comportamento questionador/desafiante ou índole vingativa com duração de pelo menos seis meses, como evidenciado por pelo menos quatro sintomas de qualquer das categorias seguintes e exibido na interação com pelo menos um indivíduo que não seja um irmão”. (p.462), agrupados em 8 critérios diagnósticos, dentre eles a perda de paciência, a discussão com adultos, o desafio e a recusa frente a regras. O manual aponta que este diagnóstico é um antecedente evolutivo do Transtorno de Conduta. Este último, de número F91. 8 -312.89 no DSM-V (APA, 2014), situa um agrupamento de padrões repetitivos e recorrentes “que causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo” (p.480). A sistematização desses dados apresentados contribuiu para o desenvolvimento deste artigo, a fim de auxiliar na compreensão e importância da família, educadores e pessoas relacionadas ao meio social da criança para prevenção no tratamento deste transtorno.

4. DISCUSSÃO

Diante das informações coletadas e da contribuição de uma reportagem recente da revista “Gravidez e Filhos” verificamos que o transtorno infantil caracterizado por comportamento desafiador e desobediente a figuras de autoridade é comum, porém ainda há muitas dúvidas e preconceito sobre essa doença.

Por não compreenderem as condições da criança, muita gente confunde os episódios com falta de educação ou limites.

O comportamento do filho de Sandra Regina Pereira de Matão interior de São Paulo, começou aos 6 anos de idade após uma mudança de escola, antes disso seu comportamento era normal, então de repente, parecia outro menino, sempre irritado, desobediente a ponto de ser necessário 5 pessoas para conseguir contê-lo. Para chegar a esse diagnóstico foi preciso testes e avaliações neuropsicológicas, mas o TOD não é detectado através de exames e a ciência ainda não sabe o que causa esse descontrole emocional. (GRAVIDEZ E FILHOS, 2017).

A maioria das pessoas não enxerga o problema comportamental como um transtorno e a mãe torna-se também alvo de julgamento, uma mãe que não soube educar ou impor regras ao filho. Muitas escolas não aceitam a criança quando sabem do transtorno, ou não tem vaga ou não podem perder outros alunos por causa de um. O que poucos sabem é que para ter progresso no tratamento, é preciso que os pais também façam terapia, ter apoio da escola e ter uma vida social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário encontrar a questão principal e maneiras de melhorar o tratamento de crianças com Transtorno Desafiador Opositor junto com os educadores, pois a intervenção e tratamento precoce do TOD são fundamentais para melhorar o comportamento e a qualidade de vida da criança com este transtorno, além de prevenir que evolua para um Transtorno de Conduta.

Também é importante observar e analisar através dos pais e educadores as mudanças que ocorrem nas crianças, pois um

diagnóstico de TOD somente será possível no caso de deficiência intelectual, quando o comportamento opositor for maior do que o observado em crianças da mesma idade, gênero e grau de deficiência, bem como nas perdas auditivas ou transtorno de linguagem, quando há dificuldade em atender comandos devido a prejuízos causados por estes quadros.

Assim poderemos correlacionar e apontar as diferenças de comportamento das crianças já diagnosticadas com essa doença, pois o TOD pode ocorrer em comorbidade com outros transtornos, incluindo transtornos de humor, ansiedade, conduta e déficit de atenção/hiperatividade, aumentando a necessidade do diagnóstico precoce e intervenção, para desenvolver ações preventivas junto à criança, família e educadores.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHICARELLI. Celeste, Especialista em Psicopedagogia, Neuroeducação, Neuropsicologia. **Tod - Transtorno Desafiador Opositivo**, 2014. Disponível em: <<http://www.guimeubebe.com.br>>. Acesso em: 25/Ago/2016.

DINIZ, Melissa. **Meu filho tem transtorno opositor**. Revista Gravidez e Filhos, Edição de 02/03/2017.

DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. (APA) 2014.

BALLONE, G. B. Psiqweb, Clasific. Maria Antonia Serra-Pinheiro, Marcelo Schmitz, Paulo Mattos e Isabella Souza. **Tod - Transtorno Desafiador Opositivo** Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br>>. Acesso em 03/Set/2016.

GIOVANNINI. E. **Psiquiatria da Infância e da Adolescência: Casos Clínicos**, Editora Artmed, 2014.

INSTITUTO NEUROSABER. *Dicas para lidar com criança com Transtorno Opositivo-Desafiador*, 2016. Disponível em: <<http://www.neurosaber.com.br>>, Acesso em 28/set/2017.

LAHEY, B. B., T. L. MILLER, et al. **Developmental epidemiology of**

the disruptive behavior disorders. Handbook of disruptive behavior disorders, Springer: 23-48, 1999.

PARRA, A. F. M., MUNOZ L. Avaliação dos transtornos de deficit de atenção e de comportamento disruptivo. Manual para Avaliação Clínica dos Transtornos Psicológicos: Estratégias de avaliação, problemas infantis e transtornos de ansiedade. V. E. Caballo, Santos: 696, 2012.

TEIXEIRA, G. O rezinho da casa. Manual para pais de crianças opositivas, desafiadoras e desobedientes. 5ª Ed. Rio de Janeiro, 2014.

TRANSTORNOS.ORG. Transtorno desafiador opositivo, 2014. Disponível em: <<http://www.transtorno.org.br>>. Acesso em 29/09/2017.

UMA ASSOCIAÇÃO DO ESTUDO RAT PARK SOBRE ADICÇÃO COM A CONCEPÇÃO BEHAVIORISTA

MONTEIRO, Jackson¹,

DONATO, Thiago²,

IZAIAS, Elizeu³,

BARACAT, Juliana⁴.

¹Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF; MONTEIRO, Jackson

²Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF;

DONATO, Thiago

³Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF;

IZAIAS, Elizeu

⁴Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF/ Garça. E-mail: jbaracat@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo visa expor uma visão diferente sobre crença social da adicção a droga sob exposição e indução com embasamento no experimento citado. Com o objetivo principal de resposta a pergunta de problematização: O que torna o indivíduo adicto é a composição química da droga ou o meio ambiente inserido? E também fará uma associação com a teoria Behaviorista a fim de preconizar a influência do meio ambiente sobre tal comportamento, levando hipótese meios de combate que outros países adotaram da

manipulação e alteração das variáveis para obter respostas desejadas e dados positivos em relação ao esperado.

Palavras chave: vício - Ratpark- dependência - química

ABSTRACT

The following study aims to expose a different vision of a social belief of drug addiction under exposure and induction based of a Canadian Psychologist's study. With the main objective of answer of a problematization: what makes the individual addicted is the drug composition or the environment where he's inserted?

An association with the behaviorist is made to foresee the influence of the environment, taking as hypothesis ways to fight against drugs that other countries adopted in the manipulation and alteration of variables to obtain desired responses and with positive e data regarding what's been waiting for.

Keywords: addiction - Ratpark - dependency - chemicals

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral do presente estudo consiste em associar o experimento do psicólogo canadense Bruce Alexander relacionado a adicção a drogas de sujeitos e a influencia que o ambiente possui com a concepção behaviorista sobre o meio ambiente e, os objetivos específicos consistem em: Explicar sobre o rat-park, o que foi, qual o seu objetivo, quem realizou; Expor a análise de Johann Harri, sobre o vício um escritor britânico que percorreu mais de 50.000 km para responder sua indagação em relação aos vícios; Apresentar a visão behaviorista sobre o meio ambiente e sua influência; Realizar uma breve análise funcional das três contingências no experimento Rat-Park. E com isso apresentar uma nova concepção sobre a titulação social em relação ao viciado em drogas.

(CARVALHO, 2009). Nos dispõe dados de uma pesquisa sobre a discriminação de usuários de drogas que no ranking dos grupos mais repudiados do país, os usuários de drogas em segundo lugar em grau de aversão, atrás somente de ateus.

As pessoas dependentes em drogas sofrem essa rejeição ao longo da história, anteriormente eram tachados de bruxos e alguém de relação com demônios, atualmente o sentido pejorativo não é diferente, mas (LARANJEIRA e RIBEIRO, 2016) diz que esses indivíduos recebem inúmeros diagnósticos sociais, desde viciado, cheirador, crackeiro, drogado, até manguaceiro, chaminé, bêbado.

O objetivo da nossa pesquisa de característica empírica e de fins exploratórios e descritivos é encontrar resposta a seguinte indagação: O que torna um indivíduo adicto à droga é realmente a composição química da droga seguida de seu hábito de uso, ou seria influência do ambiente em que o indivíduo é inserido e a forma como ele se vê diante de tal?

Estudos americanos entre as décadas de 1950 e 1960 apresentaram aos sujeitos de laboratório um vasilhame com água pura e água homogeneizada com cocaína, o sujeito após tomar a água em mistura com a droga ficaram tão obcecado e dependente, que consumiam até a morte. Um conceito simples, que divulgado pela imprensa Partnership for a Drug-Free America. americana que nove a cada dez sujeitos irão consumir até a morte. Conceito que carregamos até os dias contemporâneos pela preservação nas famílias, mídias e mindset social, de que “A droga é que causa dependência de drogas”

Bruce Alexander na década de 1970 obtém uma indagação em relação a experiência, onde, realmente os sujeitos se tornam viciados a ponto de consumo até a morte, mas o que influencia tanto quanto, é o fato do ambiente ser a gaiola, o isolamento, onde o sujeito não teria nada mais que isso para fazer, e que reflete as características hedonistas de busca pelo prazer, e que se torna tão excessivo a ponto de se tornar adicção. ROCHA (2010) diz que a doença da adicção é entendida como uma doença das relações consigo próprio, ou com os outros, ou com o tempo, e que a tendência que temos é culpabilizar objetos, mas na verdade o problema está nas pessoas e em seus comportamentos desajustados.

Realizamos uma associação da teoria da adicção de Bruce Alexander no rat-park com a concepção behaviorista sobre a influência do meio ambiente sobre o indivíduo, na qual para se modelar um comportamento, é preciso manipular as variáveis, mas antes entender como esse ambiente age sobre o indivíduo, e como o indivíduo reagirá sobre o meio.

Sd → R → Sr

Com base na análise funcional de tripla contingência expor explicitamente o que leva os sujeitos inseridos em um ambiente agradável a rejeitarem o consumo de drogas, e os sujeitos isolados a consumirem de forma excessiva as drogas.

E para demonstrar casos de alteração de ambiente para adequação dos indivíduos viciados em drogas, trouxemos dados e conceitos de como outros países adotaram medidas de descriminalização total ou parcial do uso drogas e a forma em como trabalham na reeducação social para inclusão desses dependentes químicos, medida radical e inicialmente duvidada por muitos, mas que atualmente se tornam exemplo mundial no quesito de combate à droga e violência.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Sobre o Rat-Park

Em 1977, Bruce Alexander que é psicólogo e professor emérito de psicologia de Vancouver no Canadá uniu uma equipe de pesquisadores na Universidade Simon Fraser, seus colegas Barry Beyerstein, Robert Coombs e Patricia Hadaway com o propósito de repetir tal experimento clássico realizado com ratos e drogas, porém com alguns diferenciais relacionado a sua crítica sobre o experimento antecessor e usando morfina, droga congênera a cocaína, que possui um adjetivo social como a mais destruidora e irresistível das drogas implantado pela imprensa americana nos anos de 1980.

Usaram uma sala grande dentro da universidade e se determinaram a realizar um experimento ponderado cuidadosamente organizado. Em uma parte da sala colocaram gaiolas com paredes de metal para evitar o contato físico e visual entre si dos sujeitos, e com a frente de arames convencionais, enfim, um ambiente totalmente isolado e controlado.

Em outra parte da sala, construíram um grande recinto com tamanha mais de 200 vezes maior que as gaiolas convencionais de

laboratório. Organizaram um design de ambientes naturais, pintando as paredes com florestas, cobriram o chão com serragem aromática para que construíssem seus ninhos e colocaram caixas e latas para se esconderem e brincarem. E por último, talvez o mais importante, deram aos sujeitos, a oportunidade de convívio com outros para brincar, acasalar, brigar e interagir, um ambiente totalmente sociável para os sujeitos experimentais, e satisfeitos por considerarem um local “paraíso” para os sujeitos, chamaram de rat-park.

Tudo pronto para o início do experimento distribuiu aleatoriamente nas gaiolas e no recinto rat-park 32 sujeitos, 16 machos e 16 fêmeas. Deram a ambas as comunidades a opção de escolha entre dois líquidos, a princípio um teste de agridoce para analisar o que atraía mais o paladar dos sujeitos, um xarope de sacarose que era de um líquido mais açucarado e solução de quinino, que tinha um líquido mais amargo, observando a preferência pela primeira opção. Então, adicionaram a opção de morfina, como já entendido o paladar dos sujeitos, adicionaram várias proporções de açúcar para persuadi-los ainda mais a consumir a droga, já que a mesma em si possui uma característica de gosto amargo.

Os sujeitos da gaiola passaram a consumir uma quantidade grande do líquido com morfina, passaram a mergulhar no prazer e satisfação da droga, enquanto os sujeitos do recinto não consumiam tanto, aparentemente preferiam uma vida social e sem os efeitos da morfina. Os pesquisadores aumentaram o nível de açúcar, e os sujeitos engaiolados passaram a consumir ainda mais a solução narcótica, e os sujeitos do rat-park passaram a consumir um pouco mais da morfina que estava livremente disponível, mas comparado aos vizinhos solitários, era uma pequena fração.

Assim, os pesquisadores acrescentaram um coquetel irresistível aos sujeitos com uma proporção de açúcar/morfina. Os sujeitos do rat-park passaram a consumir o xarope com um teor menos de açúcar/morfina, e foi aí que os pesquisadores passaram a se convencer após identificar que os sujeitos no rat-park não estavam mais procurando o líquido com sabor mais agradável, estavam evitando o efeito da droga.

Adquiriram 32 novos sujeitos, 22 no rat-park e 10 no isolamento e mudaram o experimento, em ambas comunidades os viciaram fornecendo apenas água com solução de morfina, e em nove dias

intercalados ofereciam o “dia de escolha” os sujeitos poderiam escolher entre água ou água com a droga, os sujeitos isolados sem hesitar continuaram e até aumentaram seu consumo de heroína dos dias de escolha, e já no rat-park apesar de claramente apresentarem sintomas de abstinência a droga eles diminuíram o consumo nos dias de escolha. O que Alexander observou, é que os sujeitos mesmo com a abstinência a droga, preferiam agüentar e levar uma “vida social” sem o efeito da droga e essa mesma vida não era disponível para os sujeitos isolados.

No contexto da pesquisa, Alexander pôde observar três pontos em comum:

1° Apesar da heroína possuir uma reputação de irresistível e droga demoníaca, houve um grande trabalho para persuadir os sujeitos ao consumo da droga

2° Disponibilizando a oportunidade de o sujeito conviver em um ambiente social “normal” com habitações, contato social, lazer, os sujeitos tinham pouco apetite pela droga.

3° O consumo de droga variava de acordo com o contexto social, físico e mental e a dependência química não era o fator mais relevante do consumo.

2.2 A relação Usuário-Droga

Frase em que Johann Hari escritor e jornalista britânico diz em uma palestra TED Talks e que dispõe sua interpretação em seu livro *Chasing The Scream: The First and Last Days of the War on Drugs*.

Hari percorreu quase 50.000km em prol de suas indagações a respeito do vício, e trás uma quebra de pensamento estereótipo sobre sua causa, e que quase tudo que sabemos sobre o vício está errado.

Se nos questionarmos sobre o que causa dependência de drogas, diríamos sem hesito, as drogas. Se passássemos a usar por 20 dias consecutivos doses de heroína, estaríamos sem duvidas refém da dependência química da droga. Mas eis que a nova teoria sob o rat-park nos dá uma visão fora da caixinha. E Hari dá um exemplo:

Quando vamos ao hospital vítima de uma luxação ou queimadura seremos tratados com diamorfina, nome médico para heroína, nos

hospital muita gente toma heroína por longo prazo para alívio da dor, se considerarmos a teoria de que a química é que vicia o usuário, teoricamente o usuário após sair do hospital irá buscar um traficante para saciar sua dependência química, mas analisando sob a perspectiva da nova teoria de Alexander, os usuários de heroína médica simplesmente param o uso após sair do hospital, pois o ambiente muda, sua vida muda, vai para casa e estará cercado pelas pessoas que ama e o amam. A mesma droga, usada pelo mesmo período cria viciados nas ruas, mas não em hospitais e esses viciados nas ruas são supostamente os sujeitos isolados da gaiola, e as pessoas dos hospitais são os sujeitos do rat-park, em convívio social adequado, familiarizado e acolhido.

2.3 A influência do meio ambiente na escola behaviorista

Segundo Bock, Furtado e Teixeira (1999) o termo Behaviorismo foi inaugurado pelo americano John B. Watson, behavior que vêm do termo inglês e significa comportamento. Watson buscava a ciência do objeto que fosse observável, mensurável e reproduzido em diferentes condições, tratando o comportamento como objeto da psicologia, ele dava a consistência de seus estudos com essas características.

Watson buscava uma psicologia livre de conceitos de alma e/ou mente com métodos subjetivos, e defendia que o comportamento teria que ser estudado através de diferentes estímulos, pois, comportamentos eram conseqüências de estímulos fornecidos.

Segundo Bock, Furtado e Teixeira (1999) o comportamento é entendido como interação indivíduo-ambiente, e o homem começa a ser estudado a partir de sua interação com o ambiente, como produtor dessa interação e sendo produto.

A partir disso, Skinner foi o mais importante sucessor de Watson na progressão da escola behaviorista. Por meio da análise experimental do comportamento, onde usava ratos e pombos, Skinner nomeou seus estudos como behaviorismo radical, sub categorizando comportamento operante e comportamento respondente, porém, o que mais nos é relevante é sua interpretação sobre a influencia do meio ambiente para o comportamento humano (SKINNER, 1983 apud SILVA, 2012) cita que o ambiente pode ter a função de controlar o

homem e também “assim como o indivíduo se controla através da manipulação do mundo em que vive, também a espécie humana construiu um ambiente em que os seus membros se comportam de uma forma extremamente eficaz” (SKINNER, 1983 apud SILVA, 2012)

Seguindo esta concepção, devemos entender como o ambiente afeta o sujeito e vice-versa, para assim manipularmos o meio para obtenção de determinado comportamento desejado. ITTELSON (1973 apud SILVA, 2012) também cita o modo em como o indivíduo se percebe e vivencia os aspectos ambientais levando em conta não somente os aspectos físicos, mas psicossociais, socioculturais, e históricos e que vai de encontro ao que Skinner vai dizer que o indivíduo assume o papel como controlador e como controlado no meio inserido e que estes papéis resultam no modo de autocontrole do indivíduo

Uma cultura não tem existência desvinculada do comportamento dos indivíduos que mantêm suas práticas. É sempre um indivíduo que se comporta, atua sobre o ambiente e é modificado pelas consequências de sua ação, e que mantêm as contingências sociais que constituem uma cultura (SKINNER, 1983 apud SILVA, 2012, p.156).

O que podemos atribuir ao trabalho realizado no rat-park e mais evidentemente aos dependentes químicos na sociedade, é que precisamos entender em como o meio atinge na adicção do indivíduo, para que possamos manipular e alterar de forma que os indivíduos se sintam partes da sociedade e se sintam em um ambiente produtor de um comportamento de autocontrole.

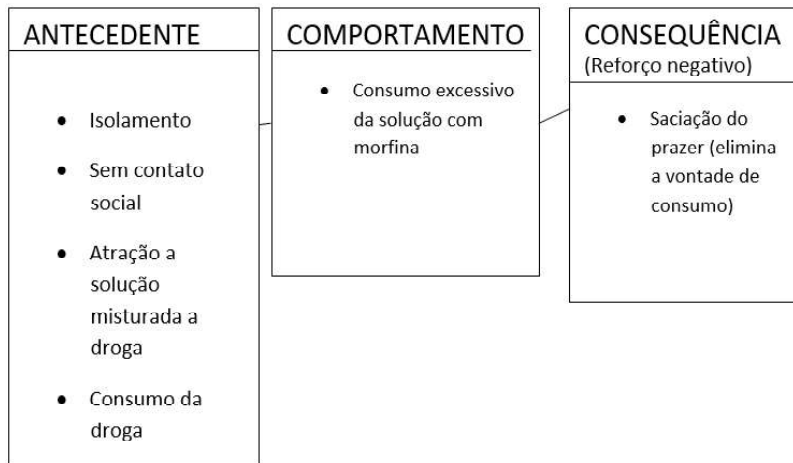
2.4 Análise funcional para compreensão do comportamento

Principais informações obtidas em relação a circunstância dos sujeitos na gaiola:

- Os sujeitos residiam em um ambiente de pouco espaço para locomoção
- Os sujeitos eram isentos de contato físico, visual ou social com outros indivíduos
- Os sujeitos eram influenciados por agrado ao paladar
- Durante cinco dias os sujeitos negavam consumir a solução

de morfina amarga

- Após nove dias, depois dos pesquisadores diminuírem a dose amarga de morfina
- No 13° dia aumentaram o açúcar e os sujeitos passaram a consumir ainda mais a solução narcótica
- Após dependentes passaram a não hesitar sobre água ou líquido fluído de morfina



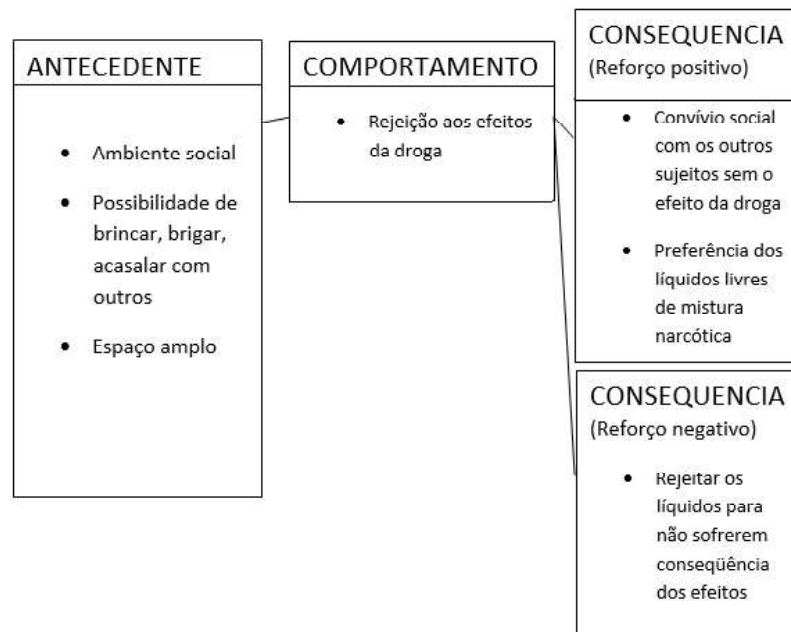
O comportamento dos sujeitos em ambiente isolado nos parece uma esQUIVA do seu estímulo aversivo, que é o isolamento. O fato de não haver interação social, e viver em um ambiente único livre de escolhas de saciedade de necessidades básicas, há uma característica de busca pelo prazer, e é o que a droga do segmento opiáceo dispõe, porém, o consumo acaba gerando uma dependência na busca de eliminar a sua insaciável vontade de consumo.

Principais informações obtidas a respeito do sujeito no rat-park:

- Ambiente decorado com layout natural
- Disponibilidade de convivência social
- Os sujeitos eram influenciados por agrado ao paladar
- Os sujeitos negavam o consumo da solução com morfina
- Passaram a consumir até disponibilizarem um coquetel

açucarado irresistível, mas mesmo assim ainda era pouco o consumo

- Mesmo após passar por processo de dependência forçada a droga, após serem inseridos no ambiente rat-park, se negavam a usar



O comportamento dos sujeitos na comunidade rat-park nos parece um comportamento de esquiva ao estímulo aversivo, que é o efeito que a droga causa. Apesar de toda persuasão ao consumo que os pesquisadores usam para atrair o uso a droga pelo sujeito, o que mais se leva em conta por eles, é evitar um efeito interferente e prejudicial ao seu convívio social com seus semelhantes.

2.5 Descriminalizações do uso de drogas em Portugal x Ação Cracolância em São Paulo

Portugal em abril de 2001 decidiu alterar suas leis atuais em relação ao uso casual de drogas, medida que se dispunha ao combate a situação atual que se encontrava na época de violência e grande

taxa de dependentes químicos, principalmente dependentes da heroína.

O país passou a reeducar a sociedade de forma que os indivíduos pudessem ser inseridos e acolhidos pela sociedade como um cidadão comum, e ofereceu tratamentos para os indivíduos que quisessem se livrar da dependência química, não de forma forçada, mas de livre escolha. Goulão, médico português e chefe de agência europeia, disse ao site do Terra em entrevista concedida no Brasil que treinaram e capacitaram a equipe de gestão da saúde no país para que no acolhimento se enfoque em ganhar confiança dessas pessoas, colocando em segundo plano o objetivo de interromper o consumo, mas que se proporcione formas de cuidado mesmo que este consumo continue. E quando essas pessoas se sentem realmente acolhidas e com a sensação de confiança na sociedade, que não vão mais ser humilhadas, maltratadas e mal vistas a aceitação ao tratamento e resistência a droga vêm como consequência por vontade própria de se adequar na sociedade longe dos efeitos narcóticos das drogas.

No dia 21 de setembro de 2017 o prefeito de São Paulo atacou a crackolância de forma violenta como diz no jornal Causa operária, sem nenhum apoio de programa de assistência social, expulsaram os moradores, queimaram suas barracas de moradia, e jogando água nos viciados em condição climática de inverno. Com isso podemos considerar aspectos principais em relação ao êxito de Portugal e ao fracasso de São Paulo, o prefeito da capital paulista não considerou de forma alguma medidas humanistas e empáticas para a operação, o ambiente não foi modificado para o acolhimento desses indivíduos, em comparação com o rat-park, os indivíduos que se encontravam em ambiente isolado, propenso ao consumo e retroalimentação do seu vício não houve migração a um ambiente agradável e de acolhimento para o indivíduo, socialmente eram visto da mesma forma, e se viam perante a sociedade da mesma forma. Migraram de lugar espacial, mas o contexto continuava o mesmo.

3. CONCLUSÃO

A adicção a droga e seu tratamento é algo muito discutido em todos os âmbitos, desde congressos científicos, até debates entre cidadãos leigos no ônibus a caminho de casa, com a pesquisa podemos

trazer uma alternativa de resposta que foi oculta e desmoralizada pela mídia a nossa pergunta de problematização: O que torna o indivíduo adicto é a composição química da droga ou o meio ambiente inserido? E como hipótese de resposta e fundamentação da teoria e experimentação prática do psicólogo Bruce Alexander, podemos concluir que não somente a composição química causará adicção a droga no indivíduo, mais do que isso, o ambiente de convívio é um fator influenciador para o hábito e dependência das drogas. Na concepção de Alexander o vício é adaptação, não é você, é a gaiola (ALEXANDER apud HARI 2015), na qual consideramos ser o meio ambiente de convívio do indivíduo, na sociedade atual realmente ninguém é carente de convívio em massa, muitas pessoas em muitos lugares e em matéria dificilmente estarão sozinhas. Mas em questão de sentimento, (FORSTER, 1910 apud HARI, 2015) cita que a frase mais sábia do século XX é “Apenas se conecte”, pois a cultura que estamos criando é uma sociedade que evita conexões, e a falta de conexões causa a ligação com as drogas ou qualquer tipo de vícios, ou seja, as pessoas se sentem mais sozinhas e isoladas, sentimento relacionado ao do sujeito experimental da gaiola, sem conexão nenhuma, houve uma ligação com a droga na qual ele não tinha motivos para deixar de usar, diferente dos sujeitos viciados que foram inseridos no rat-park que apesar de sua abstinência, recusavam o uso para evitar o efeito que prejudicava seu convívio social naquela comunidade.

Na comparação de medidas políticas adotadas, vemos que o método eficaz de Portugal se encaixa a essa perspectiva teórica de Alexander, primeiramente reeducou, preparou a sociedade, empresas, gestão política e família para o acolhimento dos indivíduos que se dispõem a largar a droga e não se sintam sozinhos, sintam realmente confiança no acolhimento das pessoas, e por livre escolha aceitam o tratamento oferecido pelo governo para se livrar dos efeitos que causam a droga. Já no Brasil, podemos analisar que faltou o evento fundamental que antecede as medidas de combate, que é a reeducação social para esse âmbito, e a disponibilização de um ambiente agradável para essas pessoas, onde elas se sintam fazendo parte do ambiente em que vivem, e não como alguém desprezível.

(ALEXANDER, 1970 apud MCMILLEN 2017). Cita uma reflexão importante trazendo a concepção do experimento para a vida real:

e se a diferença entre ser ou não ser viciado em drogas for a diferença entre se perceber tendo um lugar no mundo ou ver o mundo como uma gaiola. O que pode certamente responder a nossa problematização, o vício em drogas está altamente ligado a uma falta de conexão e crise interpessoal, as composições da droga vêm em segundo plano até porque (HARI, 2015) vai dizer que a mesma condição de viciados em drogas é a de viciados em poker, ou de nicotina ou qualquer outro vício, a conexão que não possuem no círculo social usam a ligação ao vício como forma de compensação a esse sentimento.

4. REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Bruce K. **Addiction: Hopeful Prophecy From a Time of Despair**. Universidade Simon Fraser. Burnaby- BC Canadá, 19 de abril de 2017.

ALEXANDER, Bruce K **The Myth of Drug-Induced Addiction**. Departamento de Psicologia, Universidade Simon Fraser. Burnaby-BC

ALEXANDER, Bruce K. **Rat Park versus The New York Times**. Disponível em: <http://www.brucekalexander.com/articles-speeches/281-rat-park-versus-the-new-york-times> Acesso em: 23 de setembro de 2017

BOCK, Ana Mercedes Bahia, FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trasse, 1999 **PSICOLOGIAS: Uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 1999

CARVALHO, Vinicius. **Preconceito contra usuários de drogas é o segundo no ranking**. 24 de abril de 2009. Disponível em: <http://maringa.odiario.com/maringa/2009/04/preconceito-contra-usuario-de-droga-e-o-segundo-no-ranking/215907/>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

HARI, Johann. **Tudo que você pensa saber sobre vício está errado** Disponível em: https://www.ted.com/talks/johann_hari_everything_you_think_you_know_about_addiction_is_wrong?language=pt-br#t-100477 Acesso em: 21 de setembro 2017

BARRIO, Javier Martin Del. Experimento de Portugal com drogas chega a um consenso após 15 anos. Jornal El País, Lisboa, 25 de abril de 2016.

MCMILLEN, Stuart. RATOLANDIA. Disponível em: <http://www.stuartmcmillen.com/pt/comic/ratolandia/#page-31>. Acessado em: 19 de setembro de 2017

MENDES, Oro. 14 anos após descriminalizar todas as drogas, é assim que Portugal está no momento. Disponível em: <https://awebic.com/democracia/como-portugal-descriminalizou-as-drogas-e-e-um-exemplo-para-o-mundo/>. Acesso em: 28 de setembro de 2017

NOVAES, Marina. Mentor de melhor plano antidrogas europeias questiona internação forçada. Terra notícias, São Paulo, 02 de março de 2013. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/mentor-de-melhor-plano-antidrogas-europeu-questiona-internacao-forcada,7b41af88ec72d310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html> Acesso em: 28 de setembro de 2017

RIBEIRO, Marcelo; LARANJEIRA, Ronaldo. Evolução do conceito de dependência [atualizada, com comentários sobre o DSM-5]. 01 de janeiro de 2016. São Paulo-SP

ROCHA, Dui. Quando a busca por prazer ou alívio transforma-se na doença das adicções. Disponível em: http://www.psicologia.pt/artigos/ver_opiniao.php?codigo=AOP0213 Acesso em: 20 de setembro de 2017

SILVA, Winnie Gomes Da. Skinner e percepção ambiental: um diálogo possível? Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/2012/03/18/skinner-e-percep-o-ambiental-um-di-logo-poss-vel/> Acesso em: 21 de setembro de 2017

VOLUNTARIADO E A PERCEPÇÃO DA NECESSIDADE DE VOLUNTÁRIOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PSICOLOGIA NAS UNIVERSIDADES

SANTOS, Daniela Luise Nicolau dos ¹

SANTOS, Fernanda Aline Nascimento dos¹

SILVA, Giovanna Bruno da ¹

MESQUITA NETO, Rui ²

¹ Discente do curso de psicologia na **Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF.**

E-mail: danielaluise23@gmail.com; giovanna_bruno@outlook.com;
fernandaliine@gmail.com.

² Docente do curso de psicologia na **Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF.**

E-mail: neto334@gmail.com

RESUMO

No meio acadêmico, especificamente, como mostra este estudo, os estudantes de psicologia necessitam de um suporte profissional para lidarem com que passam diariamente, com o que vão encarar através dos estágios, entre outros problemas pessoais. Demonstra a partir deste trabalho a precisão de haverem voluntários psicólogos com o intuito de dar suporte em atendimento terapêutico a esses jovens estudantes. Foi feita uma pesquisa bibliográfica focando em pesquisas realizadas por outros autores sobre o índice de causa depressivas e suicídio nesse meio acadêmico.

Palavras-chave: Voluntariado. Estudantes. Psicólogos. Estagiário.

ABSTRACT

In academia, specifically, as shown in this study, students of Psychology need professional support to deal with that pass daily, with what can go on through the stages, among other personal problems. From this work demonstrates the accuracy of having volunteer's psychologists with the purpose of support in response to these therapeutic young students. Was made a bibliographical research focusing on research conducted by other authors on the index of depressive and cause suicide in this academic.

Keywords: Volunteering. Students. Psychologists. Trainee.

1. INTRODUÇÃO

Segundo definição das Nações Unidas, “o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos...”. Um estudo realizado na Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, definiu o voluntário como um ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade; doa seu tempo e conhecimentos, realiza um trabalho a partir da solidariedade, atende às necessidades do próximo e com isto recebe em troca experiências, motivações pessoais, podendo ser de caráter religioso, cultural, filosófico, político, emocional, etc. (CORULLÓN, 1996) Cada voluntário exerce o voluntariado fundado em uma motivação própria, escolhendo a partir do seu interesse pessoal, baseado no seu conhecimento profissional, artístico, pessoal, etc. ou em vista do que percebe na necessidade da comunidade/pessoas ao seu redor.

Como motivação para a inserção no trabalho voluntário, há psicólogos que possuem dificuldades de contratação por não adquirirem experiência quanto a própria empatia em saber da necessidade que um estudante tem de uma boa saúde mental, com isso, é comum que psicólogos recém-formados acabem se

voluntariando para realizarem atendimentos clínicos em instituições, podendo então investir na relação com o outro. Para dar espaço ao voluntariado algumas instituições possuem requisitos para a prestação de serviços ali realizada, dentre esses, o preenchimento de fichas de inscrição contendo informações básicas sobre o voluntário junto com o questionamento do motivo que o profissional procura prestar este serviço. O Psicólogo voluntário presta serviços de atendimento a comunidade, e também pode dar suporte ao estudante que necessita desse amparo através de atendimento terapêutico, auxiliá-lo na sua situação atual, seus pensamentos, percepções, experiências e seu emocional com a realidade e dar o apoio necessário no que for possível.

O objetivo deste trabalho é mostrar a necessidade do voluntariado dos profissionais na área de psicologia no meio acadêmico afim de dar suporte aos estudantes que passam por dificuldades emocionais que podem vir a agravar a sua vida no cotidiano, ou até mesmo chegarem a um nível forte de problemas emocionais e até mesmo a tentativa de suicídio, ou o sucesso dele.

2. A NECESSIDADE DE VOLUNTÁRIOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PSICOLOGIA NAS UNIVERSIDADES

O trabalho do psicólogo que atua em clínica, não é tão acessível para pessoas com baixa-renda financeira, e muitas não conseguem pagar o atendimento semanal com o preço cobrado pelos profissionais, e nem sempre conseguem acesso pelos outros meios do governo. Por isto há algumas opções como a clínica-escola, que são atendimentos realizados pelos alunos estagiários com orientações dos professores, dado pelas faculdades que tem o curso de psicologia, sendo gratuitos em algumas faculdades, e em outras cobrado um preço simbólico, com o intuito de como cita o coordenador do curso de psicologia da PUCPR, Naim Akel:

Pode cobrar só R\$ 1, mas é uma forma de valorizar o atendimento, ter o compromisso de não faltar, estar no horário, até mesmo o próprio Conselho Regional de Psicologia (CRP) orienta que o atendimento não pode ser gratuito, por esses motivos. O psicólogo é um profissional da área da saúde indispensável para a sociedade, especialmente para as pessoas menos favorecidas. Não é um profissional só de consultório de madame (entrevista feita por Piva, 2015).

Juntamente com o estágio/atendimento feito pelos alunos na clínica-escola, é importante ressaltar a necessidade de haver voluntários disponíveis para atendimento nesta clínica para os próprios alunos da faculdade. O aluno que necessita passar por um psicólogo e também não possui a condição necessária para estar indo em uma clínica particular, é importante que este tenha esse apoio e esta opção dentro da faculdade que ele cursa ou buscar auxílio em uma unidade de saúde ao qual oferece o serviço gratuito. Ser atendido pelos próprios alunos que venham a serem seus colegas de classe, ou de turma, não o coloca em uma boa situação por acabar tendo essa convivência diária, então os mesmos que forem buscar auxílio psicológico na clínica da faculdade devem ser atendidos por Psicólogos formados. A partir desta visão, percebe-se a necessidade de haver voluntários, recém-formados, ou os professores, ou outros psicólogos que se voluntariem e dão seu tempo a atender esses estudantes. É importante cuidar dos que estão ali nesta convivência e ter esta empatia vinda dos profissionais visando ao maior conhecimento e reflexão sobre os fatores e aspectos psicossociais e existenciais favorecedores desse ato.

O aluno que não está preparado psicologicamente pode “levar os problemas do paciente para si”, “identificar problemas seus no paciente ao qual talvez não saiba lidar depois por nem ele mesmo ter resolvido seus conflitos internos”. Assim usando seu bem-estar além de desfazer crenças que talvez esse indivíduo acredite, como por exemplo o mesmo se diagnosticar e acreditar nisso, é indispensável perceber a importância que todo aluno de psicologia por mais que se ache “bem resolvido” tenha acompanhamento psicológico mesmo depois de formado (VIERA. COUTINHO, 2007). Há conflitos internos dentro de nós que nós mesmos não enxergamos, por isto é importante a procura de ajuda com um outro profissional para lidar com algum conflito que possa surgir e influenciar negativamente na sua vida, atrapalhando no seu cotidiano, na sua vida social e até mesmo no seu trabalho.

As rotinas de estudantes universitários podem se tornar agitadas e cansativas, demandando tempo para realizar trabalhos, estágios, manter o estudo em dia e ainda manter a rotina de sua vida pessoal como muitos também tem família e filhos, onde esses muitas vezes tem que trabalhar para ter seu sustento e conciliar isso com os estudos

, logo, pode-se perceber que, assim como adultos não universitários desenvolvem por exemplo a síndrome de Burnout, consequente das tarefas excessivas em seu cotidiano, universitários também possuem uma grande tendência ao esgotamento físico e mental devido ao acúmulo de tarefas e contato rotineiro com diversas situações estressantes. O amadurecimento e as transições na vida do jovem que pela primeira vez tem seu contato com o universo adulto e profissionalizante, lidando não somente com novos costumes, conceitos e culturas, mas também com a descoberta do seu eu próprio e diante disso tudo, descobre e lida com sua maneira de encarar toda esta nova realidade (SOARES, et al. 2013).

A sociedade exige um profissional que consiga acompanhar a demanda de conhecimento exigido e que esteja sempre atualizado, um estudante se prepara sabendo que continuará tendo que estudar e se preparar mesmo após sua formação, quando já estiver contratado. Esse tipo de necessidade de adaptação, cobranças sociais, familiares e até mesmo, muitas vezes, internas tem consequências sob o indivíduo. Quando refletidas no desempenho e bem-estar dos universitários essas consequências se mostram preocupantes, apresentando não apenas de forma psíquica, mas também fisiologia. Através de comportamentos, como falta de interesse, nível de desempenho reduzido, pensamentos desesperançosos e sentimentos de menos valia e outros, refletem diretamente na capacidade de aprendizado do mesmo, tendo então seus estudos altamente prejudicados (RIOS, 2006; SOARES, et al. 2013).

3. ÍNDICES DE SUÍCIDIO E DEPRESSÃO DE UNIVERSITÁRIOS NAS FACULDADES

Dutra (2007; 2008) realizou pesquisas estatísticas com 637 estudantes de psicologia, em duas universidades, sendo uma pública e uma privada, e mais duas faculdades, na cidade de Natal-RN. Na cidade de João Pessoa-PB, foram pesquisados 374 estudantes do curso de psicologia da maior universidade pública do estado. Entre os 637 alunos que responderam ao questionário de pesquisa, no RN, 52,45% disseram que sentiam vontade de morrer; 48 dos estudantes pesquisados, representando 7,5% do total, haviam tentado se matar,

são resultados muitos preocupantes. No estudo realizado na Paraíba, os dados são ainda mais preocupantes, se comparados aos achados no RN. Entre os 374 alunos que responderam ao questionário aplicado, 43 pessoas haviam tentado se matar, representando 11,49% da população pesquisada. São índices que por si só já explicam a necessidade de haver uma preocupação maior com a saúde mental desses estudantes, não só do curso de psicologia, mas de todos os cursos oferecidos, percebendo que a média de tentativas de suicídio e sucesso no tal, depressão, estresse e transtornos de ansiedade, além dos abusos de álcool e drogas, entre estudantes são altas. Tais resultados já seriam suficientes para justificar a realização de outros estudos (BORGES, WERLANG, 2006).

Mas, porém, tem ainda, uma pesquisa realizada pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), por meio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), revelou que 39% dos estudantes das instituições federais de ensino superior (IFES) passam por alguma dificuldade emocional. Segundo o diagnóstico, realizado pelo psicólogo Marcelo Tavares, professor da Universidade de Brasília (UNB), dos 39% de alunos com crises psicológicas, pelo menos 5,5% faz uso de medicação psiquiátrica e 24% já procuraram ajuda psicológica. Além disso, estima-se que entre 10 a 20% dos estudantes das universidades federais estejam em processo agudo de crise, que requer apoio psicológico imediato (VIERA. COUTINHO, 2007). O índice no que se refere aos jovens na faixa etária dos 20 aos 24 anos, no Brasil, em 2007, o suicídio dessa população alcançou a taxa de 5,4 para cada 100.000 habitantes, o que representa um índice extremamente preocupante. Sendo exatamente nessa faixa etária que esses jovens estarão adentrando no mercado de trabalho, nos cursos técnicos ou de nível superior e encontram-se na necessidade de fazerem escolhas e definir os seus destinos na vida, além da pressão da sociedade e as vezes dos pais e familiares (DUTRA, 2012).

Este aumento nas taxas de suicídio entre jovens não ocorre somente no Brasil, mas também e, principalmente, em países de primeiro mundo. Como por exemplo nos Estados Unidos, é um país que possui taxas expressivas de suicídio e de tentativas de suicídio. De acordo com pesquisas desenvolvidas pelo Suicide Prevention

Resource Center-SPRC (2004), entre estudantes universitários com idade entre 20 e 24 anos, o suicídio é a terceira causa de morte, estando o homicídio como a segunda causa (sendo esse, talvez até mais preocupante em ter observação sob esses jovens). Os dados coletados mostram uma prevalência de depressão e de ideação suicida entre os estudantes. Os campos universitários percebem a necessidade de haverem serviços de aconselhamento e um aumento na procura deste serviço pelos estudantes (DUTRA, 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da visão neste estudo e no conhecimento de alguns índices epidemiológicos da depressão, assim como a presença da ideação suicida entre os jovens acadêmicos, ressaltando os do curso de psicologia, demonstra a necessidade de maior atenção, preocupação e cuidado, podendo estar promovendo diferenciados serviços de apoio psicológico na formação desses futuros profissionais, e propondo um acesso mais fácil aos serviços de ajuda psicológica da instituição. Assim como os demais cursos, o de Psicologia, o estudo em destaque, as instituições devem focalizar mais na saúde mental dos alunos, principalmente quando os mesmos iniciam os estágios clínicos onde lidam com diversos casos desde os mais simples até aos que até os profissionais já formados talvez teriam dificuldades em lidar pela gravidade do caso. Como por exemplo: suicidas, pacientes que se mutilam, como lidar com a perda de um paciente? Claro que em sala de aula os estágios clínicos são supervisionados, porém é importante o aluno dar início a terapia logo no início do curso para que saiba lidar com seus conflitos internos, e também para que mantenha sua saúde mental em equilíbrio e prepare seu psicológico para ouvir desde os mais leves até os mais graves problemas.

Mostra se com esse estudo como é de indispensável importância e precisão de voluntários nas áreas de Psicologia e também nas demais, assim também como estagiários para atender e dar conta da grande demanda de pacientes que não tem condições financeiras para pagar um atendimento clínico particular, e optam por procurar instituições como Faculdades onde é oferecido o serviço por um preço acessível para a comunidade, por um valor singular para cobrir os gastos mínimos como: folhas utilizados, testes etc. O voluntariado

não tem retorno financeiro, mas tem retorno satisfatório por estar trabalhando no que gosta além de estar adquirindo experiência e estar enriquecendo seu currículo profissional

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 11, n. 3, p. 345-351, 2006. ISSN 1413-294X.

CORULLÓN, Mónica. Trabalho Voluntário. Publicado pelo Conselho da Comunidade Solidária, 1996.

DUTRA, E. Ideação e tentativa de suicídio entre estudantes de psicologia da UFRN. Relatório de pesquisa apresentado à Pró-reitoria de Pesquisa-Propesq/UFRN, 2007

_____. Ideação e tentativa de suicídio entre estudantes de psicologia da UFPB. Relatório de pesquisa apresentado à Pró-reitoria de Pesquisa-Propesq/UFRN, 2008.

_____. Suicídio de universitários: o vazio existencial de jovens na contemporaneidade. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal. 2012. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v12n3/artigos/html/v12n3a13.html>. Acesso em 17 de setembro, 2017.

LOURENCO, Lélío Moura. O PET-Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicol. Pesq.* 2008, vol.2, n.1, pp. 98-100. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472008000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 de setembro, 2017.

PIVA, N. Matéria feita para a revista Gazeta do povo. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-terapia-ao-alcance-de-todos-os-bolsos-9kvjptkb3jz0dyctn6sz11>. Acesso em 17 de setembro, 2017.

RIOS, O. F. L Níveis de stress e depressão em estudantes universitários. São Paulo, 2006. Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/15516/1/OlgaDeFatimaLeiteRios.pdf>. Acesso em

21 de setembro, 2017

SOARES, M. S. et al. A psicologia fala à comunidade escolar: oficinas de sensibilização para a escolha profissional. Salão do conhecimento, UNIJUÍ. 2013.

SPRC- SUICIDE PREVENTION RESOURCE CENTER. Promoting Mental Health and Preventing Suicide in College and University Settings. U.S. Department of Health and Human Services, 2004.

VIEIRA, K. F. L.; COUTINHO, M. P. L. Depressão, comportamento suicida e estudantes de psicologia: uma análise psicossociológica. Universidade Federal da Paraíba (UFP). 2007.

Normas para elaboração de artigo científico do Simpósio da FAEF

Segundo a NBR 6022 de março de 2003 um artigo científico é “Parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”.

Regras gerais para formatação do artigo:

Fonte: Arial, tamanho 12;

Recuo de parágrafo: 1,5 cm;

Espaçamento entre linhas: Espaçamento 1,5 cm;

Formatação da página: Margem superior e esquerda: 3, Margem inferior e direita: 2

Numeração da página: Número deve ser posicionado no canto superior direito. Omitindo-se o número na primeira página.

Total de laudas: 6

Uso de citações:

- **As citações diretas**, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas.

Ex:

Inicialmente, o que seria a chamada Sociedade da Informação? Segundo Takahashi (2000, p.5, grifo do autor) “uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um **novo paradigma técnicoeconômico.**”

- **As citações diretas**, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra

menor que a do texto utilizado e sem as aspas.

Ex:

O processo de inclusão digital deve ser estruturado levando em consideração diversos fatores. Por isso, para apresentar as chamadas estratégias nacionais para a viabilização da sociedade da informação diversas medidas são necessárias. No entanto, é preciso salientar que:

O Programa Sociedade da Informação no Brasil busca inserir o país em uma onda de mudanças que requer uma base tecnológica sólida e uma infraestrutura avançada. Além disso, é preciso ter um conjunto de ações inovadoras nas instâncias reguladoras e normativas das estruturas produtivas e organizacionais, principalmente no sistema educacional. (RODRIGUES; SIMÃO, ANDRADE, 2003, p.101)

ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA OS ARTIGOS CIENTÍFICOS DO SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS APLICADAS DA FAEF.

TÍTULO E SUBTÍTULO: São apresentados no início do artigo. Digitados em letra maiúscula, sendo que o título deverá ser destacado em negrito;

AUTOR: Deve ser indicado por Sobrenome e nome. As informações profissionais e acadêmicas, bem como endereços eletrônicos, devem ser incluídos abaixo dos nomes do autor.

RESUMO: O nome resumo aparece em negrito, letras maiúsculas e centralizado. O texto do resumo segue a formatação padrão do artigo. Deve ser redigido em até 250 palavras. Deve indicar os principais elementos do trabalho, como objetivos, fundamentação teóricas, resultados e considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: Termos descritores de 3 a 6 palavras, separadas entre si por ponto.

ABSTRACT: Tradução para a língua inglesa do resumo apresentado;

KEYWORDS: Tradução para a língua inglesa das palavras-chave apresentadas;

INTRODUÇÃO: Apresentação das idéias e discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa. Deve conter métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.

DESENVOLVIMENTO: Elemento principal do artigo. Contém a exposição ordenada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções,

CONCLUSÃO: Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses.

REFERÊNCIAS: Devem ser elaboradas segundo a NBR 6023.

Maiores informações: nupes@faef.br



**SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE GARÇA
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO INTEGRAL - FAEF**

Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros km 420, via de acesso a Garça, km 1,
CEP 17400-000, Garça/SP - Telefone: (14) 3407-8000
www.grupofaef.edu.br / florestal@faef.br